

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

PRISCILA TAVARES DOS SANTOS

**CAMPOS DE AÇÃO DE AGRICULTORES DE VARGEM GRANDE,
TERESÓPOLIS (RJ):**

Princípios de afiliação e redes de interseção

Niterói,

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

PRISCILA TAVARES DOS SANTOS

**CAMPOS DE AÇÃO DE AGRICULTORES DE VARGEM GRANDE,
TERESÓPOLIS (RJ):**

Princípios de afiliação e redes de interseção

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor.

Linha de Pesquisa do orientador: Patrimônio Cultural, Práticas Produtivas e Categorias Ocupacionais.

Niterói,

2015

PRISCILA TAVARES DOS SANTOS

**CAMPOS DE AÇÃO DE AGRICULTORES DE VARGEM GRANDE,
TERESÓPOLIS (RJ):**

Princípios de afiliação e redes de interseção

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Universidade Federal Fluminense, co requisito parcial para obtenção do Grau Doutor.

Aprovada em: ____/____/____.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Delma Pessanha Neves (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense (UFF/PPGA)

Profa. Dra. Eliane Cantarino O'Dwyer
Universidade Federal Fluminense (UFF/PPGA)

Prof. Dr. César Augusto Ferreira de Carvalho
Universidade Federal Fluminense (UFF/PPGSD)

Profa. Dra. Mércia Rejane Batista
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/PPGCS)

Prof. Dra. Miriam de Oliveira Santos
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/PPGCS)

Prof. Dr. Fernando Cordeiro Barbosa (suplente interno)
Universidade Federal Fluminense (UFF/PPGDSC)

Profa. Dr. Andrea Bayerl Mongim (suplente externo)
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/PPGCS)

À pequena e bela Manu: pedacinho do céu,
fonte de alegria que se manifesta pela
inocência e doçura do olhar e do sorriso
cativante.

&

À querida e inestimável Tia Dilma, *in
memorian*, por tudo que fez e representa
para mim. Minha dívida é eterna.

“A antropologia sempre teve um sentido muito aguçado de que aquilo que se vê depende do lugar em que foi visto, e das outras coisas que foram vistas ao mesmo tempo. Para um etnógrafo, remexendo na maquinaria de ideias passadas, as formas do saber são sempre e inevitavelmente locais, inseparáveis de seus instrumentos e de seus invólucros.” (Geertz, 2013: 10)

AGRADECIMENTOS

Inúmeras são as redes de relações que ao longo deste período de elaboração da tese constituímos: entre doutorando e professores que integram os quadros da universidade; a seleção do orientador e a afiliação aos debates em determinada linha de pesquisa do programa de pós-graduação; entre colegas que compartilham das reuniões de grupos de pesquisa. Para além dessas afiliações no âmbito do quadro institucional, muitas outras são estabelecidas durante o desenvolvimento da pesquisa. Desde a seleção do local de realização da etnografia e as condições relativamente facilitadas para constituição das relações com os interlocutores; àquelas também firmadas com instituições locais, possíveis fontes de dados qualitativos.

Pelo reconhecimento público das inúmeras interferências nesse processo formativo, não posso me furtar de expressar minha gratidão a todos aqueles que confluíram, de uma forma ou de outra, para que esta longa etapa de minha formação acadêmica pudesse chegar ao fim com a defesa dessa Tese.

Estou ciente de que o agradecimento expresso em alguns parágrafos sobre esse fruto de investimento de aproximadamente quatro anos não é suficiente para mensurar todas as afiliações que contribuíram para que eu chegasse até aqui. Àqueles a quem sou extremamente grata pediria que aceitassem *a priori* meu pedido de desculpas pela dificuldade e relativa incapacidade que as palavras demonstram na expressão de sentimento tão modesto. Peço também remissão pelo esquecimento na lembrança do papel desempenhado por algum colaborador nesse processo.

Feitas essas considerações iniciais, dedico-me ao exercício de construção da memória e reconhecimento pelas ajudas de diversas ordens que recebi até aqui.

Ao motivo e razão de minha existência, força plena sem a qual não teria sido possível iniciar esta longa caminhada e sequer concluí-la, minha gratidão a Deus ultrapassa minha condição de mensurar tamanho sentimento.

À minha família que, tão orgulhosa e compreensivamente, acompanhou-me nesse processo de dedicação à análise de questões bem distantes de suas rotinas. Aos meus pais - Luiz Sérgio e Mírian - lhes sou eternamente grata pelos ensinamentos, pelo incentivo infalível durante todos esses anos de minha formação, mas principalmente pelo exemplo de vida. Às minhas queridas irmãs - Jéssica e Clícia - sem o carinho, o apoio de vocês e a

cobertura quase integral no atendimento às necessidades afetivas e físicas de nossos pais não seria possível concluir essa jornada. Aos meus cunhados - César e Társis - que, de moto muito prestativo e carinhoso, deram o apoio necessário e também por me acudirem em diversos momentos deste longo percurso. Aos meus sobrinhos Miguel e Manuela, agradeço pelos momentos de descontração, pelo carinho desinteressado e puro com os quais renovavam minha energia, dando ânimo para continuar nesse processo. Reconheço que sem o apoio de todos vocês - pais, irmãs, cunhados, sobrinhos - nada disso teria sido possível. A vocês, dedico meu amor sincero e minha eterna gratidão.

Agradeço imensamente à minha orientadora Delma Pessanha Neves, colaboradora fiel não apenas desse trabalho como de outros projetos, incansável nas discussões, firme nas orientações, sem as quais não teria concluído mais essa etapa de minha formação. O brilhantismo de suas ideias e capacidade criativa alimentam minha admiração a cada encontro, seja na sala de aula, em casa ou em algum outro lugar por aí. Meu profundo agradecimento, com a certeza de que além dessa relação professor-aluno, construímos uma relação um tanto quanto valiosa de amizade e respeito mútuos. Minha gratidão é, como reconheci em outros momentos rituais de minha formação, incomensurável.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia lhes sou grata igualmente pela sagacidade com a qual desempenharam o exercício da profissão. As contribuições que recebi foram valiosíssimas. À querida professora Eliane Cantarino O'Dwyer meu agradecimento especial pela participação também *além muros* desses anos de minha formação acadêmica e profissional. Agradeço especialmente pelo acompanhamento de perto dessa minha trajetória.

Meus agradecimentos também se direcionam aos professores que tão solícitamente integraram as bancas de defesa de projeto e de qualificação do copião, rituais de passagem sem os quais não concluiria esse processo, trazendo contribuições valiosas para o avanço das discussões teóricas firmadas: ao professor César Augusto Ferreira de Carvalho (PPGSD/UFF), à Ruth Helena de Souza Britto Ferreira de Carvalho (PPGSC/UERJ), à Claudia Job Schmitt (CPDA/UFRRJ) e ao Felipe Berocan Veiga (PPGA/UFF). As provocações e contribuições foram igualmente importantes no processo de reflexão e amadurecimento de questões, possibilitando a construção de um outro olhar sobre o que os interlocutores sinalizaram.

Ao colega e aluno deste Programa, Rodrigo Pennutt da Cruz, fiel companheiro de pesquisas, de reflexões acadêmicas e também de amizade, não poderia deixar de reservar um

lugar especial para registrar meu profundo agradecimento. Por sua presteza, conheci pessoas igualmente importantes e fundamentais à realização desta pesquisa: os agricultores em Vargem Grande, aos quais sou enormemente grata por todo conhecimento que me foi compartilhado. Aos colegas que integram o grupo de pesquisa: Lívia, Tomás, Fábio, não posso deixar de agradecer pelas tardes com café-com-bolo quando nos encontrávamos para realizar as discussões do grupo de pesquisa.

Às irmãs do coração - Michelle, Roberta e Flávia - minha gratidão não tem fim: ela se renova a cada empreitada que projetamos. À Michelle, sempre infalível no desempenho de seu papel de amiga, irmã e conselheira, agradeço especialmente por tudo e aqui as palavras me faltam... Todos vocês - Família Hanthequeste - são pessoas que carregarei comigo a vida inteira: Tia Deja, Tio Ronaldo, Joãozinho, Heider e Anderson. Dádivas de Deus, anjos que nos protegem e nos acolhem nas situações mais difíceis da vida. Serei eternamente grata pelos incansáveis momentos de demonstração desse amor fraternal que nos une.

Às amigas Luanda, Fernanda e Ana Paula, Daiane, Danielle, Flavia, Renata, Beatriz, Andreia, Viviane e Pâmela, meu reconhecimento pelo papel que vocês desempenharam durante esses anos, pelo apoio e compreensão constantes diante de minhas sucessivas ausências nas comemorações oficiais e oficiosas. Agradeço pelos momentos de muita descontração fundamentais no alívio do *stress*. Todas vocês foram participantes dos momentos de alegrias e de angústias, de conquistas e de mudanças que experimentei durante essa fase de doutoramento.

Aos meus colegas professores, equipe de profissionais do magistério com quem tenho orgulho em poder compartilhar desta afiliação, meu carinhoso agradecimento por ser integrante desta equipe *Marly Cid*. Muito obrigada pela torcida e pelo apoio. À Seeduc-RJ, agradeço pela concessão de licença para conclusão desse doutoramento.

Agradeço ainda pelo apoio institucional que recebi para realização deste trabalho: aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), em especial, ao Marcelo e à Fernanda; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão de bolsa. Agradeço à Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro pela concessão de licença para conclusão desse texto.

Não poderia deixar de registrar meus singelos agradecimentos à Fernanda, Luíza e Dona Lenilda por dividirem comigo suas rotinas. Do outro lado da Serra, estejam certas, haverá sempre um lugar para vocês. Muito obrigada pelo carinho.

Aos interlocutores dessa pesquisa, em especial àqueles que me hospedaram e me acolheram ao longo dos dias em que me mantive em trabalho de campo, minha dívida com vocês é impagável. Sou grata por compartilharem comigo de suas experiências e saberes, por dedicarem tempo e atenção às minhas indagações. A vocês, minha admiração. Não poderia deixar de fazer um agradecimento especial aos membros da família “Silva” e, *in memoriam*, ao Seu Jorge. Meus inestimáveis agradecimentos.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do volume (tonelada) de hortaliças comercializadas na Ceasa-RJ (2004-2013)	64
Tabela 2 - Teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação no Brasil (2010 a 2015)	67
Tabela 3 - Distribuição de dissertações e teses pelas universidades, centros e fundações a que pertencem os cursos de pós-graduação no Brasil	69
Tabela 4 - Distribuição temporal de defesas segundo ano de defesa e temática de pesquisa em programas de pós-graduação	71
Tabela 5 - Temas de dissertações e teses segundo a temática horticultura	72
Tabela 6 - Temas de dissertações e teses segundo a temática hortaliças	73
Tabela 7 - Temas de dissertações e teses segundo a temática olericultura	74
Tabela 8 - Temas de dissertações e teses segundo a temática olerícolas	74
Tabela 9 - Distribuição da população residente em Teresópolis (RJ), 1956	97
Tabela 10 - População residente e localização domiciliar, Teresópolis (RJ), 1950....	101
Tabela 11 - Formas de utilização da terra no município de Teresópolis (RJ), 1960...	102
Tabela 12 - Atividades agrícolas segundo área apropriada (hectare), Teresópolis, estado do Rio de Janeiro (1960)	103
Tabela 13 - População residente e localização domiciliar, Teresópolis (RJ), 1956....	115
Tabela 14 - Distribuição das colônias japonesas no estado do Rio de Janeiro (1975).	127
Tabela 15 - Idade de ingresso dos homens na EMSMS, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 1960 a 1980	137
Tabela 16 - Idade de ingresso das mulheres na EMSMS, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 1960 a 1980	138
Tabela 17 - Condição e distribuição da terra pelo produtor Teresópolis (RJ), 1970..	169
Tabela 18 - Condição de acesso a terra (hectare), Teresópolis (RJ), 1980	168
Tabela 19 - Utilização da terra, Teresópolis (RJ), 1975, 1980, 1985	170
Tabela 20 - Área (hectare) e produtos cultivados (tonelada), Teresópolis (RJ), 1975 e 1977	170
Tabela 21 - Número de instituições de ensino público e privado por nível de escolaridade, Teresópolis (2005)	204

Tabela 22 - Número de instituições de ensino público e privado por nível de escolaridade, Teresópolis (2009)	205
Tabela 23 - População residente por faixa etária, Teresópolis (2010)	206
Tabela 24 - Número de instituições de ensino público e privado por nível de escolaridade, Teresópolis (2012)	207
Tabela 25 - Cursos oferecidos por ano de criação, FESO, Teresópolis (2015)	208
Tabela 26 - Número de estabelecimentos e porte de atividade do setor comercial, Teresópolis (RJ), 2009 e 2010	210
Tabela 27 - Estabelecimentos por tipo de serviço de saúde, Teresópolis (RJ), 2010.	211
Tabela 28 - Evolução do número de funcionários do município de Teresópolis (RJ), 1999-2009	212
Tabela 29 - Local de residência familiar de homens e mulheres, segundo ano de nascimento, Teresópolis (RJ), de 1996 a 2010	213
Tabela 30 - Profissão declarada (homens e mulheres), distribuída segundo ano de nascimento na Escola Municipal Stella Moraes Simões, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), de 1996 a 2010	217

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ciclo produtivo das principais variedades de hortaliças cultivadas, estado do Rio de Janeiro, de 2003 a 2012	66
Quadro 2 - Programa de Pós-Graduação no Brasil, por categoria temática e produção anual de teses e dissertações (2015)	68
Quadro 3 - Síntese do processo de constituição da Estrada de Ferro D. Pedro II (1858-1941)	119
Quadro 4 - Redes de afiliação dos membros da família Silva, Vargem Grande, Teresópolis (RJ)	125
Quadro 5 - Distribuição dos lotes e proprietários pelo processo de desmembramento da área de terra da família Silva, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), em 1996	153
Quadro 6 - Cursos de pós-graduação Lato Senso por centro de pesquisa, FESO (2015)	209

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista parcial aérea de Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 2014	24
Figura 2 - Composição geracional dos membros da família Silva	92
Figura 3 - Composição geracional dos membros da família Chimisu	93
Figura 4 - Composição geracional dos membros da família Magalhães	94
Figura 5 - Composição geracional dos membros da família Amaral	94
Figura 6 - Anúncio sobre o beneficiamento do marmelo, Teresópolis (RJ), 1985 ...	106
Figura 7 - Anúncio sobre comercialização de doces produzidos com o marmelo em Petrópolis (RJ), 1899	107
Figura 8 - Anúncio para constituição de sociedade como agente do transporte, Teresópolis (RJ), 1950	117
Figura 9 - Construção da granja, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), década de 1970.....	124
Figura 10 - Composição geracional dos membros da família Mendes	146
Figura 11 - Composição geracional dos membros da família Gomes	147
Figura 12 - Composição geracional dos membros da família Santos	148
Figura 13 - Composição geracional dos membros da família Ferreira	149
Figura 14 - Composição geracional dos membros da família Campos	150
Figura 15 - Vista parcial aérea do Sítio Santo Antônio, lotes de 1 a 5, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 2014	157
Figura 16 - Vista parcial aérea do Sítio Santo Antônio, lotes de 1 a 5, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 2014	157
Figura 17 - Anúncio para aluguel de casas de veraneio, Teresópolis (RJ), 1950	158
Figura 18 - Anúncio sobre modalidade esportiva, Teresópolis (RJ), 1959	159
Figura 19 - Parte das construções do Resort Le Canton, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 2013	161
Figura 20 - Construções em condomínio destinadas aos moradores em vilegiatura, Vargem Grande, Teresópolis (RJ)	162
Figura 21 - Início do processo de plantio especializado de hortaliças, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), década de 1980	163

Figura 22 - Preparação de canteiros para plantio de hortaliças, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), década de 1980	165
Figura 23 - Colheita de hortaliças e preparação para comercialização via atravessador, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), década de 1980	166
Figura 24 - Sistema produtivo de variedades de hortaliças para comercialização, Vargem Grande, Teresópolis (RJ)	174
Figura 25 - Bandejas utilizadas para separação das mudas de hortaliças, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 2014	181
Figura 26 - Preparação das <i>molharias</i> de coentro para comercialização, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 2014	199
Figura 27 - Composição geracional dos membros da família Silveira	202
Figura 28 - Composição geracional dos membros da família Vieira	202
Figura 29 - Mulher de Pedra, Vargem Grande, Teresópolis (RJ)	216
Figura 30 - Canteiros de alface hidropônica, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 2013.....	233

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização de Teresópolis, por regiões de governo, estado do Rio de Janeiro	25
Mapa 2 - Principal área de abastecimento de hortícolas para a CEASA-RJ, 2004.....	52
Mapa 3 - Zonas especializadas de produção no estado do Rio de Janeiro (1984)	59
Mapa 4 - Rotas de circulação da produção agrícola, estado do Rio de Janeiro, de 1905 a 1940	116
Mapa 5 - Rede Ferroviária Federal SR-8 (1940)	118
Mapa 6 - Fragmentação da propriedade de terra de Seu Luiz Sérgio da Silva, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 1996	154
Mapa 7 - Fragmentação da planta de desmembramento, em 2015, Vargem Grande, Teresópolis (RJ)	156
Mapa 8 - Rede de rodovias estaduais e federais do estado do Rio de Janeiro, 2015....	213
Mapa 9 - Utilização do espaço em Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 2015	215

LISTA DE SIGLAS

ABCSEM	Associação Brasileira do Comércio de Sementes e Mudas
CEASA-RJ	Central de Abastecimento do Rio de Janeiro
CEPERJ	Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
EMATER/RJ	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMSMS	Escola Municipal Stella Moraes Simões
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FESO	Fundação Educacional Serra dos Órgãos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PA Che Guevara	Projeto de Assentamento Che Guevara
PPGA/UFF	Programa de Pós-Graduação em Antropologia/Universidade Federal Fluminense
MAPA	Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SINAC	Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
EMB	Enciclopédia dos Municípios Brasileiros
CIDE	Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
EFCB	Estrada de Ferro Central do Brasil
EFDPII	Estrada de Ferro D. Pedro II
EFT	Companhia Estrada de Ferro Therezopolis
EMB	Enciclopédia dos Municípios Brasileiros
FCT	Ferro Carril de Therezopolis
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S/A

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEEDUC	Secretaria de Estado de Educação
TCE-RJ	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
UNACOOOP	União das Associações e Cooperativas Usuárias do Pavilhão 30 da CEASA-RJ

RESUMO

SANTOS, Priscila Tavares. **Campos de ação de agricultores de Vargem Grande, Teresópolis (RJ): princípios de afiliação e redes de interseção.** 2015. 250p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

Por este texto de tese, elaboro um conjunto de questões que visam caracterizar processos de mudanças quanto às condições diferenciadas de acesso a recursos privados e públicos, produtivos e reprodutivos, incorporados e organizados por ações específicas, orientadas a assegurar a constituição intergeracional de agricultores situados em Teresópolis (RJ), os quais, por estes investimentos de múltiplas dimensões, tornaram-se como hortigranjeiros de Vargem Grande, território periférico ao espaço urbano da sede do município. Adotando perspectiva processualista para apreensão de dados e construção de questões, valorizo a análise interpretativa quanto à constituição de diferenciados campos de ação, assim distintos conforme as condições situacionalmente variáveis de elaboração de apropriação e orientação referencial da organização de recursos que propiciem a elaboração de projetos de inserção e reprodução sociais. A valorização dessa perspectiva permite a compreensão de processos sociais que exprimem a modificação de modelos produtivos e da percepção dos agricultores e seus familiares frente aos universos sociais que os conectam em mundos especiais. Valorizar campos de ação individual e coletiva não significa delimitar fronteiras espaciais, mas apreendê-los em conformidade à projeção de universos de relações que vão sendo tecidas ou de fatores organizacionais da vida social exaltados pelos interlocutores participantes dos desenhos de objetivação da pesquisa. Considerarei, portanto, contingências e interdependências formalmente institucionalizadas ou não, acasos e investimentos externos inesperados que os produtores souberam reordenar segundo objetivos próprios. Diante desse arcabouço teórico-metodológico, conclui pela análise de três campos de ação distintos: um deles correspondente à proclamação da autossubsistência como racionalidade social orientadora da reprodução social dos agricultores e seus familiares; outro configurado pela contextual constituição de produção e apropriação de alternativas diferenciadas, muitas delas incorporadas decorrentes de intervenções de ações estatais que estimularam a produção mercantil e redefiniu princípios de cidadania pela expansão da escolarização básica, todos associados a mudanças decorrentes das vinculações do município de Teresópolis à administração estatal e de sua definição como celeiro de abastecimento de hortigranjeiros para a cidade do Rio de Janeiro; por fim, o atual campo de ação, em que os fatores que levaram à expansão dos recursos no contexto anterior e que também estimularam a desejada vocação do município como base de turismo de passagem e residencial, como centro recrutador de hóspedes periódicos da rede hoteleira, fatores de expansão do consumo que colocaram em questão o modelo estatal de desenvolvimento anterior, baseado na valorização da agricultura hortigranjeira. Os efeitos dessa mais recente organização social também operaram na diversificação de formas de vínculos produtivos, acompanhados de diferenciada conformação de modos de assalariamento e de constituição como trabalhadores de setores industriais, mas principalmente comerciais e de serviços, não só no próprio município como em outros tantos, incidindo na constituição de fluxos de migração de estudantes para curso superior e técnico, para constituição de grupos domésticos diante da ampliação de alianças na formação de unidades conjugais. Destaco por fim a constituição de agricultores como um dos papéis por eles exercidos, valorizando-os como agentes históricos constituídos a partir de processos sociais que implicaram diversas formas de conversão, adequação e redefinição da posição social e das próprias práticas sociais.

Palavras-chave: Campos de ação. Horticultores. Produtores rurais. Teresópolis (RJ).

ABSTRACT

For this thesis text, drafted a set of questions aimed at characterizing change processes as the different conditions of access to public and private resources, productive and reproductive, incorporated and organized by specific actions aimed at ensuring the intergenerational formation of farmers located in Teresopolis (RJ), which in these investments from multiple dimensions, they were as horticultural Vargem Grande, peripheral territory to the urban space of the municipal capital. Adopting proceduralist outlook for seizure of data and construction issues, value the interpretative analysis for the setting up of different courses of action, as distinct as the situational conditions of appropriation preparation of variables and reference orientation of resource organization that facilitate the preparation of projects insertion and social reproduction. The appreciation this perspective gives an understanding of social processes which express the modified production models and perception of farmers and their families face the social universes that connect the special worlds. Valuing individual fields of action and collective does not mean delimit spatial boundaries, but catch them in accordance to the projection of universes relationships that are being woven or organizational factors of social life exalted by the participating partners of the objectification of research designs. I considered therefore formally institutionalized contingencies and interdependencies or not, accidents and unexpected foreign investment that producers knew reorder according to its own goals. Given this theoretical and methodological framework, concludes the analysis of three distinct fields of action: one corresponding to the proclamation of self-sufficiency as a guiding social rationality of social reproduction of farmers and their families; another set for contextual constitution of production and appropriation of different alternatives, many of them incorporated arising from state actions interventions that stimulated commodity production and redefined principles of citizenship by the expansion of basic education, all associated with changes arising from the linkages of the city of Teresopolis to state administration and its definition as horticultural supply barn for the city of Rio de Janeiro; Finally, the current playing field, in which the factors that led to the expansion of resources in the above context and which also stimulated the desired vocation of the city as passing and residential tourism base, as a recruiter center of periodic guests of the hotel chain, consumption growth factors that questioned the state model of previous development, based on the value of hortigranjeira agricultura. The effects of this latest social organization also operated in the diversification of forms of productive linkages, accompanied by different conformation of remuneration modes and constitution as workers in industrial sectors, but mostly commercial and service, not only in the own municipality as in many others, focusing on the formation of student migration flows to higher education and technical, for the creation of domestic groups before the expansion of alliances in the formation of conjugal units. Highlight finally the formation of farmers as one of the roles exercised by them, regarding them as historical agents made from social processes that involved various forms of conversion, adaptation and redefinition of social position and their own social practices.

Keywords: Action fields. Horticulture. Farmers. Teresópolis (RJ).

RÉSUMÉ

Pour ce texte de thèse, rédigé une série de questions visant à caractériser les processus de changement que les différentes conditions d'accès aux ressources publiques et privées, productives et reproductives, constituée et organisée par des actions spécifiques visant à assurer la formation intergénérationnelle des agriculteurs situés dans Teresopolis (RJ), qui, dans ces investissements sous de multiples dimensions, ils étaient aussi horticole Vargem Grande, territoire périphérique à l'espace urbain de la capitale municipale. L'adoption de perspectives procéduraliste pour la saisie des données et les questions de construction, la valeur de l'analyse interprétative pour la mise en place des différents plans d'action, aussi distincts que les conditions situationnelles de préparation de l'appropriation de variables et d'orientation de référence de l'organisation des ressources qui facilitent la préparation de projets insertion et la reproduction sociale. L'appréciation cette perspective donne une compréhension des processus sociaux qui expriment les modèles de production modifiés et perception des agriculteurs et de leurs familles sont confrontées les univers sociaux qui relient les mondes spéciaux. Valoriser les champs d'action individuels et collectifs ne signifie pas délimiter les limites spatiales, mais les attraper conformément à la projection d'univers relations qui se tissent ou des facteurs organisationnels de la vie sociale exalté par les partenaires participants de l'objectivation de modèles de recherche. Je considérais donc formellement risques et interdépendances ou pas, les accidents et les investissements étrangers inattendue que les producteurs savaient réapprovisionnement en fonction de ses propres objectifs institutionnalisées. Compte tenu de ce cadre théorique et méthodologique, conclut l'analyse de trois champs d'action distincts: l'un correspondant à la proclamation de l'autonomie comme une rationalité sociale de guidage de la reproduction sociale des agriculteurs et de leurs familles; un autre ensemble pour constitution contextuelle de la production et l'appropriation des différentes alternatives, beaucoup d'entre eux incorporé résultant des actions interventions de l'État qui ont stimulé la production des produits de base et a redéfini les principes de la citoyenneté par l'expansion de l'éducation de base, le tout associé à des changements découlant des liens de la ville de Teresopolis à l'administration de l'Etat et sa définition comme grange horticole de la ville de Rio de Janeiro; Enfin, le terrain de jeu actuelle, dans laquelle les facteurs qui ont conduit à l'expansion des ressources dans le contexte ci-dessus et qui ont également stimulé la vocation souhaitée de la ville comme passage et base de tourisme résidentiel, comme un centre recruteur d'invités périodiques de la chaîne d'hôtel, les facteurs de croissance de la consommation qui remettaient en question le modèle de l'état de développement précédente, sur la base de la valeur de hortigranjeira agriculturra. Les effets de cette dernière organisation sociale fonctionnent aussi dans la diversification des formes de liens productifs, accompagné de conformation différente des modes de rémunération et de la constitution que les travailleurs dans les secteurs industriels, mais surtout commerciales et de services, non seulement dans le propre municipalité comme dans beaucoup d'autres, mettant l'accent sur la formation de la migration des flux d'élèves à l'enseignement supérieur et technique, pour la création de groupes nationaux avant l'expansion des alliances dans la formation des unités conjugales. Mettez en surbrillance enfin la formation des agriculteurs en tant que l'un des rôles exercés par eux, les considérant comme des agents historiques fabriqués à partir de processus sociaux qui participent diverses formes de conversion, l'adaptation et la redéfinition de la position sociale et leurs propres pratiques sociales.

Mots-clés: champs d'action. Horticulteurs. Agriculteurs. Teresópolis (RJ) .

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
Universo social de pesquisa	24
Experiência de trabalho de campo e redefinição de objeto de estudo	27
Diversidade de fontes de informação: articulação de dados quantitativos e qualitativos	33
CAPÍTULO I – COMERCIALIZAÇÃO COMO IMPOSITIVA PROBLEMÁTICA DE PESQUISA ENTRE HORTIGRANJEIROS	39
I.1 Pequenos produtores e redes de comercialização: contribuições consagradas	40
I.2 Produção agrícola e projeto de abastecimento público: o caso das colônias agrícolas	46
I.3 Mercado institucionalizado de produtos agrícolas	54
I.3.a Alguns aspectos da comercialização de hortaliças	64
I.4 Inventariando o campo temático: quadros institucionais e categorias analíticas...	66
CAPÍTULO II - CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE DE AGRICULTORES...	76
II.1 Constituição do grupo de interconhecimento: os <i>agricultores</i> e os <i>de fora</i>	76
II.2 Trabalho agrícola como condição de reprodução social	80
II.3 Variedade de vínculos produtivos	83
II.4 Campo de ação como princípio metodológico	84
II.4.a Princípios de afiliação de produtores em Vargem Grande	87
CAPÍTULO III - APROPRIAÇÃO DA TERRA E ATIVIDADE AGRÍCOLA COMO CONDIÇÕES DE VIDA	89
III.1 Grupos familiares e atributos sociais	91
III.2 Princípios de afiliação familiar	95
III.2.a Formas de utilização de mão de obra	95
III.2.b Condições de acesso a terra	99
III.3 Mercado de produtos agrícolas: redes de comercialização de <i>caixarias</i>	104
III.3.a Processos de diferenciação do sistema de posições	108
III.3.b Teresópolis como centro de interseção de relações comerciais	112
III.3.c Deslocamentos e redes de relações	121
III.4 Quadros institucionais locais	129

III.4.a <i>Casas de rico e casas de pobre</i>	129
III.4.b Condições de acesso ao crédito	132
III.4.c Saber escolarizado e condições de reprodução social	134
III.5 Mecanismos de manutenção de laços sociais: as <i>trocas</i>	139
CAPÍTULO IV - INTERCONEXÕES ECONÔMICAS E PRODUÇÃO ESPECIALIZADA DE HORTALIÇAS	144
IV.1 Universo social de agricultores	146
IV.2 Formas de uso e apropriação da terra	150
IV.3 Plantio especializado de hortaliças	162
IV.4 Diversificação de vínculos produtivos	172
IV.4.a Condições de manutenção na posição de trabalhador agrícola	173
IV.4.b Trabalho assalariado: vantagens e desvantagens relativas	184
IV.5 Ampliação do quadro institucional e de acesso a recursos materiais	188
CAPÍTULO V - INTERCONEXÕES INSTITUCIONAIS E DIVERSIFICAÇÃO DE VÍNCULOS DE TRABALHO	196
V.1 Atributos sociais de jovens de Vargem Grande	197
V.2 Caracterização das atividades produtivas de Vargem Grande.....	203
V.3 Condições de elaboração de projetos para filhos	219
V.3.a Projetos de melhoria de condições de vida	220
V.3.b Projetos que <i>deram errado</i> : casos de falência e suicídio entre jovens	229
VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS	235
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	243

INTRODUÇÃO

Inicialmente minha preocupação de pesquisa era dar continuidade à compreensão dos modos de produção e de transmissão de conhecimento prático e construção de estilos de vida entre agricultores, questão a qual me dediquei durante o curso de mestrado em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia/Universidade Federal Fluminense - PPGA/UFF. Valorizei, nesse primeiro trabalho, os investimentos realizados por cientistas sociais para compreender processos de produção de um corpo de saberes práticos por um grupo social, conhecimentos elaborados em consonância às condições situacionais em que são construídos e transmitidos, instituídos coletivamente, reordenados diante de problemas enfrentados no cotidiano. Dediquei-me à análise do saber reconhecido e acumulado pelo agricultor para fazer frente aos papéis desempenhados na família, ou seja, na manutenção e reprodução social e física dos membros do grupo doméstico.

Para dar conta desse universo de saberes por vezes naturalizado, principalmente o que se refere ao sistema de conhecimento de agricultores para manejo e gestão de recursos naturais e também de construção de redes sociais que viabilizem a condição de vida, investi na realização de um trabalho de coleta e sistematização de dados que permitissem o entendimento de alguns sentidos das práticas sociais e produtivas de assentados rurais no Projeto de Assentamento Che Guevara (PA Che Guevara), município de Campos dos Goytacazes, ao norte do estado do Rio de Janeiro.

Durante a realização da pesquisa junto aos assentados, me chamaram atenção os traços de degradação ambiental da área da fazenda desapropriada. Naquela região, o solo foi atingido por longos processos de intervenção química e também de irrigação e drenagem. A construção de canais de irrigação e circulação do vinhoto (líquido residual poluente decorrente da produção do álcool a partir da cana de açúcar) permitiram que aquele solo, reconhecidamente considerado inadequado à cultura canavieira, pudesse, sob gestão dos usineiros, corresponder a uma base de sustentação do cultivo. Com a falência do sistema agroindustrial, ocorreu a desapropriação da fazenda. Mas o solo que os assentados por transferência receberam exigia investimentos intensivos em adubação. Pela condição de solo e de recursos ambientais relativamente desfavoráveis, a seleção dos sistemas produtivos pelos assentados correspondia a projetos elaborados segundo as condições possíveis de implementação de lavouras, como foi o caso do plantio do aipim e do quiabo. Entre os

assentados rurais, a demonstração do domínio do saber agrícola constituía importante sistema de diferenciação local. (Santos, 2011; 2014)

Entusiasmada com a possibilidade de dar continuidade ao estudo sobre saberes práticos, pelo incentivo que recebi da coordenadora e orientadora desta pesquisa¹ - a professora Delma Pessanha Neves - e pelo apoio de um colega de curso, dei prosseguimento ao investimento teórico para me aprofundar na análise sobre essa problemática. Pensei então refletir sobre essas questões junto aos produtores em Vargem Grande (Figura 1), município de Teresópolis, estado do Rio de Janeiro.²

Figura 1 – Vista parcial aérea de Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 2014



Foto de Priscila Tavares dos Santos. Julho de 2014.

Universo social de pesquisa

Para indicar os pontos referenciadores da análise entre os quais os agentes sociais desenvolvem suas ações, gostaria de apresentar alguns aspectos sobre a paisagem dessa pesquisa. O município de Teresópolis, situado na região serrana do estado do Rio de Janeiro (Mapa 1), com uma área territorial de 770.507km², acolhe 163.746 habitantes, dos quais 18.332 estão situados em área rural, segundo informações do IBGE. (Censo, 2010)³ O

¹ Esta pesquisa está vinculada ao Projeto Mudança e reprodução social no campesinato no estado do Rio de Janeiro, coordenado por Delma Pessanha Neves, afiliado à Linha de Pesquisa Patrimônio Cultural, Práticas Produtivas e Categorias Ocupacionais, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF.

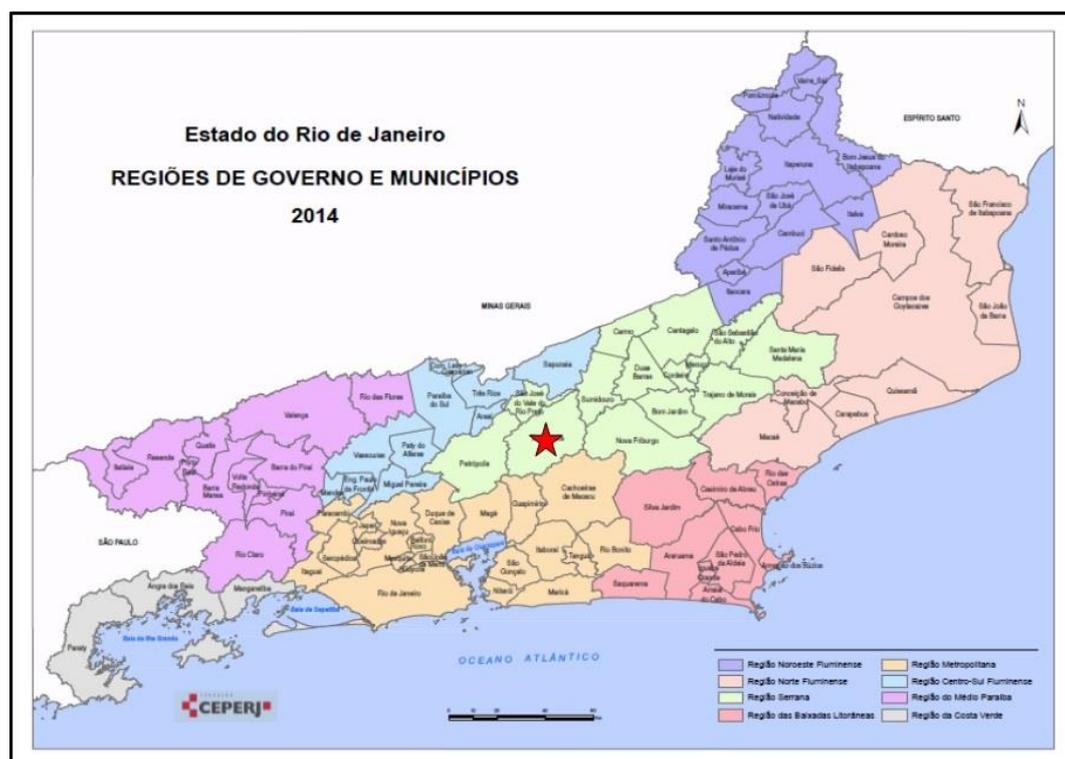
² O bairro de Vargem Grande está situado aproximadamente a 14,4km da BR-116 em direção a Teresópolis/Nova Friburgo. (Google maps, 2015)

³ Teresópolis pertence à Região Serrana, composta pelos municípios de: Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes. (IBGE, 2014)

distrito sede do município de Teresópolis é composto por 66 bairros⁴, reconhecidos pelo importante papel desempenhado na produção de alimentos destinados ao mercado consumidor estadual, além da oferta de serviços de turismo e veraneio em serras, conforme reconheceu Biazzo (2008) ao se dedicar a análise das identidades e aptidões territoriais atribuídas às regiões do estado do Rio de Janeiro.

Cerca de 32% do território ainda se encontra coberto por remanescentes vegetais. Desses, aproximadamente 19% estão sob regime jurídico de proteção ambiental, como é o caso do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, do Parque Estadual dos Três Picos e do Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis.

Mapa 1 - Localização de Teresópolis, por regiões de governo, estado do Rio de Janeiro



Fonte: Ceperj, 2014. Adaptado pela autora.

Para o bairro de Vargem Grande, a oferta de informações estatísticas é precária e o meu acesso foi limitado. No entanto, dados disponibilizados pelo Censo do IBGE (2014)

⁴ Atualmente, o bairro de Vargem Grande integra, juntamente com Barroso, Bom Retiro, Caxangá, Jardim Meudon, Jardim Cascata, Jardim Salaco, Meudon, Morro do Tiro, Perpétuo, Pimenteiras, Quinta Lebrão, Quinta da Barra, Rosário, Salaco e Vila Muqui, o terceiro Distrito de Teresópolis, reconhecidos como bairros de periferia. (IBGE, 2014)

apontam que a população residente é estimada por cerca de 1000 pessoas. Valendo-me das contribuições de Babo Sedlacek (2012), historiador que se dedicou à análise das condições políticas e econômicas durante o período da Primeira República Brasileira, tomando como objeto a atuação política da Companhia Estrada de Ferro de Therezopolis. Segundo apontou ao refletir sobre o município de Teresópolis, o bairro de Vargem Grande, durante a década de 1920, era formado por uma grande extensão de terra em mãos de um único proprietário, o que seria a chamada Fazenda Ermitage. E, durante a década de 1950, um dos fragmentos desta propriedade resultou na fazenda de Seu Ernesto Menezes, reconhecido como grande fazendeiro pelos interlocutores dessa pesquisa, tanto por experiências de vida ou pelo acúmulo de versões que ouviam dos mais velhos.

Neste cenário de realização da pesquisa, em se tratando de espaço de produção especializada de hortaliças⁵, me chamaram atenção inicialmente as condições ambientais daquela várzea. Como afirmou Melo (2013) sobre as características dessa especialidade, este sistema produtivo corresponde a um modelo de produção que valoriza o cultivo de plantas de consistência não lenhosa, de ciclo de vida curto, que exige trato cultural intensivo e áreas de cultivo menores, comparativamente à extensão de terra dedicada às grandes lavouras. Comparativamente ao sistema produtivo de *caixarias*⁶, a intensidade de utilização da força de trabalho pelos produtores é maior.

Tomando como ideal a disponibilidade de recursos naturais (pela atual condição de abundância na oferta de recursos naturais: água, solo adequado ao plantio, clima), relativamente a que pude observar quando da realização do trabalho de campo que embasou o estudo junto aos assentados, pensei que nesta situação social pudesse encontrar campo fértil para me aprofundar na compreensão de processos sociais relacionados à produção de

⁵ De acordo com critérios atuais de classificação, o termo olericultura deriva do latim *oleris* = hortaliça + *colere* = cultivar; corresponde ao ramo da horticultura que estuda a produção de culturas oleráceas ou hortaliças. Os sistemas produtivos dedicados ao plantio de hortaliças correspondem ao plantio de variedades conhecidas, no senso comum, como verduras e legumes. (Melo, 2013 Segundo definição da FAO (2015), a horticultura representa cultivos de plantas anuais, bianuais ou perenes, cultivadas em hortas, em campo aberto ou sob cultivo protegido e que são destinadas ao consumo alimentar. A categorização elaborada pelo Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento compreende três variações, considerando a localização em relação ao solo da parte priorizada para o consumo. Assim, as hortaliças herbáceas abarcam plantas folhosas (como alface, repolho, espinafre, rúcula etc), talos, hastes (aipim, aspargo etc) e flores ou inflorescências (couve-flor, brócolis etc), todas elas variedades que se desenvolvem acima do solo; as hortaliças frutos correspondem àquelas em que o fruto é a parte consumida, como é o caso da melancia, do pimentão, do quiabo, da ervilha, do tomate, do jiló, da abóbora e etc; e as hortaliças tuberosas representadas por variedades que a parte comestível se desenvolve dentro do solo, tais como os tubérculos (batata), os rizomas (inhame e gengibre), os bulbos (cebola, alho) e as raízes (cenoura, batata doce, beterraba, mandioquinha).

⁶ Sistema valorizado pelos interlocutores que se dedicavam ao plantio de variedades como cenoura, batata, milho e aipim.

conhecimento e ao modo como o saber prático era explicitado para produzir sistemas de diferenciação social entre produtores.

Experiência de trabalho de campo e redefinição de objeto de estudo

A realização do trabalho de campo com os agricultores em Vargem Grande aconteceu entre os meses de junho e julho, nos anos de 2013 e 2014. Realizei entrevistas com aproximadamente 25 moradores, distribuídos em 14 grupos domésticos distintos. Nestes grupos, vali-me de entrevista semiestruturada e também de outros recursos de compreensão de sistemas sociais. Em alguns casos, não pude obter entrevistas gravadas, até porque as conversas seguiam soltas entre eles, mesmo com a minha presença, principalmente após as colheitas e a entrega da produção aos agentes da comercialização. Nestes casos, a observação participante foi fundamental à compreensão do comportamento deste conjunto de produtores, conforme as técnicas e ferramentas consideradas por Malinoswi ao estudar os Argonautas do Pacífico. (Malinowski, 1998)

Para iniciar o trabalho de campo, contei com ajuda de filho de agricultor que se dedicou à vida universitária e me apresentou a *região de origem familiar*, local em que nasceu e que até então vem sendo o espaço de residência dos pais e de outros familiares. Como pude compreender, Vargem Grande é espaço agregado pelos descendentes diretos do bisavô (Seu Max da Silva)⁷, trabalhador exemplar da fazenda de Seu Ernesto de Menezes, desde final do século XIX, pelos princípios constitutivos de redes produtivas especializadas na horticultura, tal como valorizaram os entrevistados.

Outras relações igualmente importantes possibilitaram a construção de redes entre pesquisador e interlocutores. Algumas delas se distinguiram pela colaboração quase que diária desse mediador, apresentando-me aos agricultores, percorrendo pelo bairro as ruas mais próximas à própria residência, contando-me privilegiadamente alguns casos que, por outro modo de constituição de redes de inserção, acredito não ter sido possível alcançar:

⁷ Os nomes utilizados no texto foram alterados por motivos que considero de grande relevância, não apenas para a preservação da relação de gentileza e amizade para com os interlocutores. Trata-se de uma região que, no estado do Rio de Janeiro, tem se alterado com os efeitos da pressão sobre a utilização da terra. A identificação deles, associada à exposição de estratégias familiares de reprodução social, permitia ampliar as dificuldades para se expandirem, principalmente pelos usos não previstos de pesquisas que se tornam públicas.

disputas intrafamiliares e sistemas de acusações e de atribuição particularizada de perdas e fracassos na lavoura.

Na maior parte das situações em que este intermediário me apresentou aos interlocutores, por vezes valorizava-me como alguém que, como ele, estava ligada à universidade. Por esta forma inicial de constituição de relações, fui apresentada principalmente aos agricultores interligados por relações familiares, forma de inserção que viabilizou minha permanência em Vargem Grande pela oferta de hospedagem e disponibilização dos familiares em me concederem ajuda na apresentação àquele conjunto de produtores.

Tendo fixado residência e dotada de condições de propor algum relacionamento com os produtores, dei prosseguimento à construção de redes de relações com demais agentes deste universo social. Conteí com o acompanhamento de dois informantes-chave, membros da família Silva. Um deles - Seu João Paulo -, na condição de pai, além da concessão da hospedagem, me acompanhou nas caminhadas pelas ruas do bairro, colocando-me frente a frente com moradores, inclusive apresentando-me àqueles produtores que, em algum momento, haviam deixado a lavoura para constituírem outros vínculos produtivos. Outro, Seu João Paulo, na condição de tio, colaborou com sugestões quanto aos produtores que eu deveria manter contato ou também fazendo ressalvas quanto àqueles que ele considerava *estranhos* ao universo social dos moradores. A construção dessa relação de cumplicidade relativa no desenvolvimento do trabalho de campo correspondeu à maneira com que priorizei dar a palavra nas inúmeras situações de nossas conversas informais.

Minha permanência junto aos agricultores naquela comunidade afastou-me das primeiras noções obtidas e melhor me aproximou do que os interlocutores iam me apresentando pelas conversas informais.⁸ Em companhia de Seu Társis, eu *observava* e *escutava* aquelas narrativas, princípios fundamentais à realização do trabalho de campo. Para pensar sobre a utilização desses princípios operacionais da pesquisa, valho-me das contribuições de Malinowski (1998) que, durante a permanência entre os trobriandeses, lançou mão de diversas técnicas de abordagens e do que ele considerou um informante privilegiado de pesquisa.

⁸ Por comunidade de agricultores compreendo campo de relações sociais reproduzidas segundo valores e normas de sociabilidade e correspondem ao conjunto de interações sem que as fronteiras do grupo possam ser por elas delimitadas, mas atravessadas por fluxos de relações, conforme apresentado por Hannerz (1997: 8)

Os demais produtores com quem posteriormente estabeleci vínculos por situação de entrevista e conversas informais, ao me virem caminhar pelas ruas de Vargem Grande acompanhada por Seu João Paulo, agente valorizado e reconhecido como exímio conhecedor daquela terra, envolvida sempre com uma *boa prosa*, muitos entrevistados vieram manifestar a admiração e curiosidade pelos assuntos que tratávamos durante aquelas conversas. Apesar do reconhecimento deste informante privilegiado como um *agricultor que nunca saiu da lavoura*, ele também era conhecido por ser uma pessoa de pouca conversa.

A hospitalidade com que fui recebida e a paciência aparentemente inesgotável desses informantes foi motivo de relativa surpresa. Em sendo apresentada aos demais membros da família por ele, todos se admiravam por eu fazê-lo falar e caminhar - em horário recorrentemente dedicado às lavouras - por aquelas ruas para me revelar o que ouviu dizer e aquelas que vivenciou sobre o lugar. Ele me acompanhava por horas nas caminhadas pelos *novos* traçados que a fazenda em que Seu Max da Silva, avô de meus informantes-chave, havia iniciado sua empreitada como *colono*. O *estar com* os agentes sociais desse processo exigiu do pesquisador reflexão constante sobre essas relações que se constituíram, como chamou atenção Geertz (2008), de tal modo que a realização da pesquisa também o é um espaço de produção de relações *in acto*.

Seu Társis se auto-reconhece e é reconhecido enquanto porta-voz de versão pública apresentável aos recém-chegados. Tendo aceitado minha presença, reconheceu a necessidade de oferecer ajuda para realização da pesquisa. Os demais membros da família Silva que pude entrevistar, como é caso de Seu Anderson e de Seu César, insistiam na indicação dele como o melhor conhecedor do percurso social da comunidade de agricultores. Essa versão é ainda reconhecida por outros entrevistados, incorporados a esta análise porque compartilham de outras versões pautadas na valorização da origem comum: um ponto inicial de agregação e constituição de uma comunidade de agricultores em Vargem Grande. Por tais princípios e formas de integração específicos, os produtores compõem o que Weber (2009) considerou como grupos de interconhecimento.⁹

As versões compreensivas do processo de constituição do agrupamento de agricultores que valorizei, tais como narradas pelos entrevistados, correspondiam a um

⁹ Florence Weber (2009: 66) utiliza o conceito de grupo de interconhecimento enquanto conjunto de agentes sociais que compartilham de práticas sociais que abarcam diferentes graus de visibilidade, legitimidade ou de reconhecimento social. Segundo apontou, a valorização deste conceito analítico permite a observação e análise de processos de construção do sistema de posição em um universo social delimitado pela abrangência dessas relações.

intercruzamento de temporalidades expressivas dos princípios de agregação que remetiam à construção de uma origem comum para aquele universo. O reconhecimento dos processos de construção daquele espaço facilitou o diálogo com os interlocutores e me ajudou a entender alguns dos limites de reprodução daquele sistema de relações e posições.

As caminhadas pelas ruas de Vargem Grande provocavam em mim mais do que impressões visuais de admiração e curiosidade pela observação de uma paisagem desconhecida. Aqueles caminhos correspondiam a processos sociais e também históricos de construção de identidades que me orientaram na delimitação do campo de pesquisa a ser estudado. Para compreender os processos constitutivos do universo de produtores, volto-me à reflexão dos fatores que organizam as ações e orientam as práticas sociais naquela comunidade.

A compreensão dessas ações, dos modos de operação e esquemas de ação, operações comuns de sujeitos sociais, conforme a perspectiva valorizada por Certeau (1998: 35) ao relativizar práticas cotidianas, não podem estar destituídas do espaço onde se desenrolam. Sobre essas ações incidem as interferências produzidas em contextos de invenções e reinvenções, especialmente de práticas produtivas.

Valendo-me dessa contribuição para pensar as práticas cotidianas de agricultores e os efeitos produzidos no espaço, já acolhida pelos moradores, investi na realização de uma série de provocações aos interlocutores para me aprofundar sobre o estudo dos processos de construção de conhecimento prático fundamental à implantação de sistemas produtivos, tal como havia planejado inicialmente. A grande maioria dos investimentos não teve a resposta esperada pois a aproximação não era reconhecida como dotada de valor.

A dificuldade relativa que eu encontrei de fazê-los falar sobre a produção de hortaliças assemelha-se àquela condição que Evans-Pritchard (1976) menciona em *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Como reconheceu o autor, condição na qual também me identifiquei, foram inúmeros os casos em que recebia respostas evasivas quando provocava os *Azande* sobre questões relativas à compreensão dos processos valorizados unicamente pela pesquisa. Ciente de que as condições de pesquisa do autor corresponderam a abordagem mediada aos *Azande*, o que não se aproxima das condições em que pude realizar a pesquisa, valorizei, entretanto, os investimentos do autor para reduzir as distâncias e minimizar as rejeições. (Evans-Pritchard, 1976: 92-93)

Valendo-me de algumas técnicas de aproximação para iniciar a conversa com os produtores e de temas que pudessem me conduzir até a abordagem relativamente menos

impositiva sobre o saber prático, deparava-me com novas recusas em relação à permissão da concessão da entrevista gravada. Muitas delas eram justificadas a partir de rumores e boatos sobre a presença de agentes da fiscalização do órgão ambiental para aplicação de multa. Outros, com terrenos situados em proximidade da *cachoeira da Mulher de Pedra*¹⁰, encontravam-se amedrontados pela possibilidade de acusação como infratores de leis ambientais, pelo suposto desrespeito aos limites legais de preservação de mata ciliar, ao longo deste corpo hídrico.

Atenta às condições de realização de trabalho de campo e às questões que os interlocutores me apresentavam, pude perceber que a intensidade de utilização da força de trabalho pelos produtores, em especial durante o dia e para atendimento às demandas cotidianas de comercialização pela afiliação ao mercado, inviabilizou, de certo modo, a aceitação da proposta de percorrer as áreas de lavoura, condição por mim valorizada para refletir sobre o conhecimento sobre a prática agrícola junto aos assentados.

Dialogando com autores que se dedicaram ao estudo das dificuldades e limites de realização do trabalho de campo, valho-me das contribuições de Becker (1999) que, chamando atenção para a necessidade de reflexão sobre o processo de construção da relação entre pesquisador e interlocutores, apontou alguns dos limites do método de pesquisa. Como ele valorizou, a tomada de consciência desses entraves permite o enfrentamento e o alcance dos resultados um tanto quanto menos apriorísticos e menos reificadores do sistema de relações que se almeja entender. Conforme sugeriu: problemas científicos devem ser abordados como problemas científicos e, portanto, suas soluções também devem assim proceder. (Becker, 1999)

Frente à pouca adesão ao atendimento às questões iniciais que eu lhes colocava à reflexão, compreendi que o conjunto de agricultores em Vargem Grande estava preocupado com os crescentes limites impostos pela valorização do uso local da terra para outros fins que não aqueles voltados à produção de gêneros alimentícios. Os interlocutores chamavam atenção para a constrição de produção material e de riqueza vinculada a terra. Ao refletirem comparativamente às condições de produção que puderam acompanhar durante o *tempo dos pais*, sinalizavam para outras formas de inserção social.

¹⁰ Localizada na Serra do Subaio, a Mulher de Pedra é parte integrante da Serra do Mar. Caracteriza-se como formação rochosa montanhosa, com cerca de 2 mil metros de altitude. O nome é decorrente de sua semelhança à silhueta de uma mulher deitada, cujo recorte é reproduzido pelos cimos das montanhas.

Ao refletir sobre o processo impositivo de colocação de questões à reflexão pelos interlocutores, tal como Jack Goody (2012: 17) considerou ao colocar em questão a noção de relativismo cultural e a maneira como os estudos são direcionados ao outro, pude perceber que, ao restringirmos a compreensão das relações pela eleição de questões decorrentes de nossos próprios interesses, nesse caso, estaria valorizando princípios de organização não correspondentes àquelas maneiras específicas de pensar e agir no mundo.

Diante disso, pude também observar que a subdivisão dos espaços de apropriação de áreas de terra em Vargem Grande impunha aos agricultores uma série de constrangimentos, alguns deles como resultado do crescimento na oferta de serviços de turismo e de comércio; e outros pela saída dos filhos e de muitos produtores para constituírem vínculos de trabalho em outros setores.

A análise dos processos de mudança na constituição do conjunto de agricultores de Vargem Grande permite compreender as discontinuidades das relações que são configuradas em contextos sociais específicos. A valorização do sistema de posições de agentes sociais como decorrentes de situações contextuais, segundo Geertz (2013), chama atenção para a fluidez com que os agentes se estabelecem entre si e com os outros. As rearticulações das redes de relações tecidas pelos produtores de Vargem Grande correspondem a possibilidades diferenciadas de conformação de novos campos de ação.

Os percursos de vida dos agricultores que paulatinamente iam sendo a mim apresentados me instigavam quanto ao entendimento dos princípios norteadores das ações daqueles sujeitos. Como mencionaram, espaços de produção se constituíram em Vargem Grande, mediante a valorização de modelos produtivos correspondentes às necessidades do mercado de hortaliças, tal como é o caso da produção de alho poró, mostarda, rúcula e demais produtos cultivados em estufas e, em alguns casos, com menor utilização de insumos químicos.

A emergência desses espaços especializados de produção de hortaliças e as adequações adotadas por aqueles agricultores também acresciam constrangimentos diversos, colocando em questão a alteração dos princípios de organização daquelas práticas agrícolas para atendimento às demandas impostas pela expansão do mercado de produtos agrícolas. Pela atenção às narrativas, pude perceber que o discurso dos agricultores era construído a partir da percepção da impossibilidade de reprodução social. A capacidade de antecipação dos limites no acesso aos fatores que assegurariam a manutenção daquele modo de vida era

expressa por idosos, mas também pelos jovens, nesses casos por elaboração contrastiva às versões que acumularam de pais e avós.

A percepção de que a mudança nos princípios de organização e de afiliação em redes de relações era uma constante na constituição daquele universo social de produtores de Vargem Grande. Ela me levou a refletir sobre a ampliação dos espaços sociais, inclusive pela proximidade com espaços de consumo em expansão, tanto a própria cidade de Teresópolis, como também Petrópolis, Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Niterói e Macaé. Pelas situações de entrevistas, voltei-me ao exercício analítico dos investimentos realizados pelos jovens para além das redes de afiliação a que se integravam, na experimentação de outras alternativas de reprodução social. Se, por um lado, a facilidade pela absorção de novos modelos e padrões de consumo asseguram a reprodução enquanto indivíduo, por outro, inviabilizam a reprodução de um modelo de vida projetado pelos pais e avós. Por esse aspecto, passei a valorizar mudanças no estilo de vida que se pautava na prática de apropriação da terra e de formas de vida distanciadas do trabalho agrícola. Mediante tais reflexões, projetei o universo social da pesquisa de modo mais ampliado, incorporando não apenas agricultores, mas aqueles moradores que constituíram vínculos produtivos a partir de outras formas de reprodução social.

Diante dessas considerações, dedico-me à análise das formas variadas de ação dos produtores de hortaliças, buscando compreender os princípios orientadores de suas ações, bem como entender que fatores e recursos são por eles valorizados para elaboração de estratégias diferenciadas de reprodução.

Diversidade de fontes de informação: articulação de dados quantitativos e qualitativos

Curiosa quanto ao processo de relativa secundarização de um modo de vida elaborado a partir da valorização da terra como estratégia de manutenção das condições de reprodução, mediante construção de vínculos laborais com outros setores produtivos, fui consultar dados estatísticos que sinalizassem alguma dimensão do cenário produtivo em Vargem Grande. Na ausência de produção bibliográfica da qual eu pudesse me valer para compreender o quadro social em que os agricultores se integravam, incluí dados estatísticos. Essa estratégia de coleta de dados para complementar lacunas de informações mediante dados quantitativos foi alternativa valorizada por Neves (1997). Em condição aproximada

de realização de pesquisa, a autora, para compreender o processo de intervenção do Estado na economia açucareira, além do estudo junto aos segmentos de agricultores que se autotransformavam como pequenos e médios produtores de cana de açúcar, se dedicou à adoção de uma perspectiva processualista de coleta de dados, para trazer à tona relações e problemas que ultrapassassem o domínio estatal. A análise dos documentos arquivados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como destacou, foi fundamental ao entendimento das “condições de inserção e participação dos trabalhadores rurais em diversos momentos e condições sociais de produção da agroindústria canavieira”. (Neves, 1997: 23)

Sobre o uso de dados quantitativos na pesquisa antropológica, Neves (1997) afirma que corresponde a importante alternativa de compreensão e relativização de temas e formas de percepção construídas pelos produtores em contextos de mudança.

Ainda em relação à contribuição metodológica da autora para compreensão dos processos sociais sinalizadores de mudanças, Neves (2014), em análise sobre o papel econômico desempenhado por mulheres em Santarém (Pará) e o modo pelo qual elas redefinem princípios de organização e divisão social de trabalho familiar, demonstrou como o uso de dados elaborados a partir de recenseamentos demográficos, econômicos e agropecuários não inviabiliza a compreensão de relações sociais desse grupo de mulheres. Pelo contrário, como afirmou, esses dados permitem a construção de cenários reveladores de sentidos. (Neves, 2014: 35) Sobre essa ferramenta de construção e análise de dados, afirmou a autora:

Ao me dedicar à construção de cenários reveladores de sentidos expressos em atributos sociais e sistematizados em consonância aos diversos percursos de vida, tais como os organizados segundo os objetivos do levantamento geracional, pretendo contribuir com o registro de condições de vida que só a pesquisa no espaço local pode dar conta. (Neves, 2014: 35)

Outra contribuição que, do ponto de vista metodológico, permitiu refletir sobre a articulação entre dados quantitativos e qualitativos de pesquisa no campo acadêmico das ciências sociais foi realizada por Weber (2009). A autora, ao valorizar práticas sociais de trabalhadores em relação a graus diferenciados de visibilidade, legitimidade e de reconhecimento social, coloca em questão que a pesquisa estatística abarca práticas constituídas enquanto objetos sociais. Ao chamar atenção para as classificações oficiais e “menos oficiais”, Weber (2009: 34) reafirma a importância do trabalho de campo para o estudo de grupos de interconhecimento.

Ciente dos limites que a utilização dos dados estatísticos pode oferecer, mas levando em conta essas contribuições, tentei, junto a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (Emater/RJ), obter informações que facilitassem pensar a diversidade de situações sociais expressas pelos agentes produtores de hortaliças de Vargem Grande. Contudo, não alcancei sucesso. Como me informaram, a instituição não disponibiliza dados referentes aos produtores do bairro para nenhum tipo de pesquisa acadêmica. Para ultrapassar esta barreira que se colocava, dirigi-me à escola local.

A partir das informações contidas na ficha de matrícula de alunos, talvez pudesse compreender processos sociais de produção de mudança segundo sinalizaram os interlocutores. Ao chegar à Escola Municipal Stella Moraes Simões (EMSMS), identifiquei-me como aluna da Universidade Federal Fluminense. Nesse caso, pude contar com a colaboração da então diretora escolar, filha de freiteiro a quem pude entrevistar.¹¹

As condições de arquivamento dos dados dos alunos pela escola não eram muito favoráveis ao manuseio. O trabalho levou mais de duas semanas, com buscas exaustivas em gavetões enferrujados, lotados com pastas-arquivo, sem ordem de classificação cronológica ou alfabética. Além disso, minha dificuldade na localização das fichas de matrícula dos alunos fez com que a diretora disponibilizasse uma funcionária da equipe de apoio para inicialmente me orientar. A forma de organização que me foi apresentada pela funcionária de apoio era a divisão entre homens e mulheres.¹²

Além disso, estou ciente de que esses dados podem corresponder a um cenário revelador de sentido restrito ao universo escolarizado de moradores de Vargem Grande, deixando de lado aqueles que não passaram por esta escola ou que não chegaram à região em idade escolar; ou seja, aqueles que não se integraram às redes de prestação de serviços escolares, já que a escola municipal adota critérios oficiais de inclusão de alunos.

Tendo realizado essas considerações e ciente de que este é um trabalho de construção basicamente qualitativa dos dados, a utilização de dados quantitativos visa tão somente demonstrar complementarmente as alternativas de compreensão de fenômenos sociais que o grupo de agricultores me apresentavam, tal como também alertou Neves (1997; 2014).

Os agricultores em Vargem Grande estavam atentos à construção de outras alternativas viabilizadoras da incorporação em novos quadros institucionais, tanto que

¹¹ Os dados obtidos a partir da consulta as fichas de matrícula dos alunos será oportunamente analisado. No ano de 2015, houve alteração na composição da equipe diretiva da escola.

¹² Pelas buscas às fichas individuais dos alunos, percebi que não havia uma padronização no formulário preenchido, desde 1956 (ano da primeira matrícula) até 2010.

recorrentes eram os exemplos de casos de abandono da lavoura e saída do bairro para constituição de outros vínculos produtivos.

Pela valorização da pressuposta condição de autonomia dos filhos, escolhas, todavia constringidas pelo imediato quadro de instituições de produção de saberes e práticas, um princípio moral era inquestionável e orientava os comportamentos inter-geracionais: *cada um tem de procurar o que é melhor para si*. Passei então a considerar os conhecimentos diferenciados evocados pelos agricultores na constituição de redes de afiliação para acesso a fatores reguladores da vida social. A adoção dessa postura, como considero, permite trazer à tona os princípios que orientam a ação desses agricultores e também dos filhos, bem como demais agentes sociais do grupo que mediavam formas de integração facilitadas pela comercialização da produção agrícola e pela expansão do quadro de instituições.

As transformações sociais e espaciais que incidiram sobre esta região se relacionam às distintas formas de apropriação e de produção de valores sobre a terra e também sobre a paisagem. Priorizo as múltiplas dimensões da vida social familiar, tentando romper com as naturalizações que apostam na reprodução *lato senso* de um modo de vida em detrimento do estudo das especificidades desses sujeitos. A valorização da polivalência dos produtores, pouco recorrente nos estudos oficiais sobre a produção agrícola é fundamental à análise das condições de constituição nesta posição.

Minha preocupação, portanto, orientava-me no sentido da compreensão dos laços de solidariedade construídos pelos indivíduos como condição fundamental para a manutenção da unidade social em cada grupo doméstico e coletividade, conforme definição apresentada por Fortes (1979).¹³ Para dar conta deste exercício analítico que me proponho, invisto na construção de cenários a partir dos quais os produtores conferem sentido e elaboram projetos de reprodução social, destacando o registro, a partir das situações de entrevista e da observação participante, das condições de vida desses sujeitos.

Como refletiram os autores que integram o conselho editorial da coleção História Social do Campesinato no Brasil¹⁴, na parte dedicada à apresentação da coletânea, impõe-se a compreensão do agricultor para além do processo material. Pretendo trazer à tona uma forma de compreensão mais ampla, valorizando não apenas aspectos da produção, mas

¹³ Como grupo doméstico adoto definição elaborada por Fortes (1979) ao valorizá-la enquanto unidade dinâmica em que os membros e as atividades por eles desempenhadas atravessam sequência regular de mudanças durante o ciclo que culmina com a dissolução da unidade original e com a constituição de novas unidades. (Fortes, 1979: 6)

¹⁴ WELCH, Clifford A.; Malagodi, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S.B. e WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. v. 1. São Paulo: Unesp; Brasília: Nead, 2009.

também do jogo político e econômico que não apenas operam na constituição do agente social e, por referências mútuas, da reprodução como categoria profissional. Por esta perspectiva, invisto na construção de um modelo analítico multifacetado de compreensão desses agentes sociais, chamando atenção para as relações de interdependências, as coexistências e os reordenamentos com outros modos e estilos de reprodução social.

Tendo realizado essas reflexões iniciais acerca da construção do objeto e do universo social de pesquisa, apresento algumas considerações mediante valorização das experiências vivenciadas durante o trabalho de campo, dada a possibilidade de redefinição de objeto de estudo e do modo como realizo a análise, baseando-me em dados qualitativos e quantitativos.

No primeiro capítulo, analiso investimentos realizados por autores que, ao valorizarem a comercialização como problemática obrigatória de pesquisa, contribuíram para a construção dos pilares teóricos e compreensão das condições de produção de hortaliças e dos produtores nela especializados. Além disso, chamo atenção para algumas das especificidades da produção e comercialização de hortaliças como parte das ações governamentais que, a partir da década de 1940, estimularam a produção de alimentos e a respectiva comercialização em centrais de abastecimento. Apresento ainda um levantamento bibliográfico a partir do Banco de Teses da Capes, buscando resenhar a produção acadêmica segundo quadros institucionais, campos temáticos reconhecidos e categorias analíticas.

No Capítulo II apresento algumas reflexões acerca do modo como pensei o campo de pesquisa e a construção do objeto de estudos enquanto parte dos investimentos realizados para demonstração dos campos de ação pelos produtores em Vargem Grande. Por este investimento, considero ainda categorias desse grupo de produtores e princípios de afiliação valorizados pelos agentes sociais desta pesquisa.

Os três capítulos que seguem correspondem ao exercício de demonstração dos processos constitutivos dos agricultores expressos em campos de ação. Valorizo analiticamente princípios diferenciados de afiliação e de demarcação de espaços de ação pela valorização de redes sociais assim tecidas, alteradas ou superadas. No Capítulo III dedico-me à demonstração dos princípios de afiliação e de constituição de comunidade de agricultores agregados pela hegemonia de relações personalizadas entre eles, segundo valores, sentidos e capacidade relativa de acesso a recursos, todos interdependentes das possibilidades de construção de redes de inter-relações. Os diferentes graus e tipos de interdependência social se coadunam a aspectos contingenciais e fluidos deste universo social referenciado pela defesa da autonomia familiar na gestão de processos produtivos,

pela valorização das relações de parentesco e vicinais, por sua vez orientadas segundo laços de solidariedade e de reciprocidade reproduzidos pelos agentes que o constituem e o reconstituem.

No Capítulo IV, valorizo fluxos de investimentos na constituição de redes pela expansão de relações econômicas, chamando atenção para as estratégias diferenciadas e contrastivas ao campo de ação correspondente ao predomínio de relações familiares e vicinais. Constituído por padrões de laços transversais entre agricultores e agentes da comercialização, esse campo se constrói, e por vezes se maximiza, segundo capacidades avaliativas e de elaboração de projetos pelos agricultores, conforme o sistema de posições.

A valorização da autonomia dos jovens é aspecto fundamental à análise das redes de afiliações apresentadas no Capítulo V. Como destaque, a demonstração dos processos de mudança e de deslocamento social dos produtores pauta-se na alteração do valor atribuído a terra para outros fins que não aqueles voltados à produção de gêneros alimentícios. Os interlocutores sinalizaram, em diversos contextos, para casos de produtores que resistiam às condições de confinamento em que se mantinham na posição, tendo em vista a concorrência desse fator segundo objetivos altamente diferenciados e contrastivos.

A título de conclusão, apresento reflexões referentes à análise por mim sistematizada neste texto, consciente de que não consegui ultrapassar muitas das questões inerentes ao estudo dos modos de construção de diferenciados campos de ação pelos agricultores. Apresentando algumas problematizações que considero fundamentais para melhor qualificar o debate sobre os agricultores enquanto sujeitos históricos constituídos a partir de processos sociais que implicam diversas formas de conversão e adequação e de redefinição da posição social e das próprias práticas sociais.

CAPÍTULO I – COMERCIALIZAÇÃO COMO IMPOSITIVA PROBLEMÁTICA DE PESQUISA ENTRE HORTIGRANJEIROS

Se o debate sobre subordinação e autonomia norteou as análises sobre os efeitos da gênese do capitalismo no campo e seus resultados apontavam no sentido do reconhecimento e do resgate da especificidade do campesinato, atualmente, esses questionamentos pouco seduzem os pesquisadores. Refletir sobre a produção agrícola hoje, principalmente aquela realizada por pequenos produtores impõe novos desafios ao pesquisador.

Uma das vertentes atuais de pesquisa tem investido na elaboração de categorias analíticas que deem conta da diversidade de papéis que os agentes sociais podem desempenhar. No âmbito desses debates, categorias como *novo rural*, *neorrurais* emergem como noções correspondentes aos sujeitos que se constituíram a partir dos novos nichos de mercados das novas atividades agrícolas, conforme valorizado por Van der Ploeg (2008) na análise sobre as reconfigurações do campesinato frente aos processos de mudança na produção agrícola.

A contraposição ao processo de atribuição de sentidos negativados aos camponeses e demais agentes da pequena produção, a contribuição o autor é contribuição fundamental ao entendimento de que o trabalho agrícola não é uma prática residual. Em contextos de emergência do mercado global de produtos agrícolas, o autor ressalta a constituição que novas práticas de produção ao reconhecer a capacidade criativa dos agricultores na reelaboração de estratégias de reprodução em espaços sociais reconhecidos como predominantemente urbanos.

Esses debates estão pautados no reconhecimento de estratégias de diversificação e valorização de projetos individuais de reprodução no seio de grupos familiares em parte fundamentados em práticas agrícolas. No entanto, a afirmativa de que o mercado capitalista interfere nos processos de organização da mão de obra e de utilização dos fatores de produção atribui aos pequenos produtores a capacidade de distanciamento ao que diversos autores apresentaram como modelo teórico.

Diante das situações históricas que os agricultores de Vargem Grande delinearão como constitutivas das condições de produção, mediadas pela abertura relativa do espaço pelo incentivo decorrente de política governamental na implementação de um mercado especializado de produtos agrícolas para atendimento às demandas dos grandes centros

urbanos, o percurso desses trabalhadores agrícolas passou a corresponder, em alguns casos, a uma ampliação das alternativas viáveis para elaboração de projetos de reprodução. Em outros, constrangidos pelos limites causados pelo domínio das redes de comercialização pelos grandes empresários do setor, a saída possível encontrada pelos produtores foi o investimento na constituição de redes diretas e localizadas de comercialização, por vezes pela valorização de mercados em periferias urbanas.

I.1 Pequenos produtores e redes de comercialização: contribuições consagradas

O reconhecimento dos efeitos produzidos pelas formas de organização das relações sociais regidas pelo lucro e pela apropriação de excedentes, a partir da década de 1980, contribuiu para que essa prática fosse valorizada como problemática analítica, especialmente nos estudos sobre a chamada pequena produção. As análises assim orientadas não produziram consensos. Por vezes, questionavam a capacidade de sobrevivência ou de resistência desse modo de vida particular; por outra, apostavam na produção de diferenciações de formas de organização social.

Da perspectiva do reconhecimento de características essencializadas, aos agricultores eram atribuídos a perda da autonomia dos processos produtivos e de seus modos de organização social que, diante da fragmentação de aspectos e processos tradicionais, tenderiam a desaparecer progressivamente. Ao tomar a questão da mudança provocada pelo mercado de produtos agrícolas como central, como privilegiada na análise realizada por Van der Ploeg (2008), o autor reconheceu alguns dos efeitos produzidos sobre a pequena produção, relativamente ao tipo de agricultura empresarial em expansão. Nessa perspectiva, um desses efeitos relativamente aos princípios de orientação do modo de produção camponês são os movimentos de expansão e contração de áreas de produção agrícola.

Valendo-me dessa contribuição, ao considerar a problemática da comercialização passo a valorizar os processos constitutivos de situações de mudança como aspecto central à compreensão dos fatores intervenientes nos princípios norteadores das ações de produtores. Diante disso, só teria sentido a aposta no fim de formas de produção familiares ou mesmo a sua manutenção no tempo se considerarmos as condições situacionalmente apresentadas em cada estudo de caso.

Na contracorrente da perspectiva relativamente finalística dos estudos sobre o campesinato, inúmeros pesquisadores investiram na demonstração de que, ao se integrarem ao mercado, os produtores reelaboravam suas práticas e investiam em formas diferenciadas de produção, como foi o caso do investimento realizado por Ferreira (1995). A autora, tomando como questão analítica as mudanças provocadas pela alteração das condições de produção de agricultores, demonstrou que as unidades de produção familiares não são incompatíveis com o desenvolvimento agrícola.

Seguindo esse viés em relação aos investimentos elaborados como tentativas de reconhecimento das alterações produzidas pela afiliação aos princípios de organização do mercado pelos produtores, valorizo algumas contribuições que, ao considerarem as especificidades do trabalho agrícola, dedicaram-se à compreensão dos modos de organização social em contextos de integração ao capital.

Por este investimento, modos distintos de operação entre unidades de produção e unidades de consumo. Essa distinção corresponde a uma grande contribuição oferecida por Hereria (1979) a partir de análises etnográficas. No caso por ela analisado, são valorizados aspectos fundamentais à compreensão das redes de relações constituídas entre produtores e intermediários do mercado de produtos agrícolas. As possibilidades de diversificação de formas de inserção produtiva por esses agentes sociais nesses contextos correspondiam a abertura do universo social pelas redes de mercado.

As situações de trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil valorizadas pela autora como objeto analítico, o foco nas condições de organização da unidade de produção viabilizou a compreensão das especificidades desse espaço que se manifesta, ao mesmo tempo, como unidade de produção e unidade de consumo. Por este investimento junto aos produtores da Zona da Mata de Pernambuco, a autora valoriza as transformações contextuais que possibilitaram a constituição daquele universo de produtores em contexto de expansão da monocultura da cana.

Os efeitos produzidos pela afiliação ao mercado de produtos agrícolas também se tornaram objeto de investimentos a compreensão dos sistemas de valores de produtores. Uma das contribuições sobre a análise dessa problemática colocou em questão a transformação dos fatores de produção e o sistema de valores de uso compartilhado por agricultores e sua correspondente conversão em recursos monetários como um dos efeitos da monetarização do sobretrabalho de produtores. O estudo de caso de Santos (1978) junto aos produtores do Rio Grande do Sul colocou em destaque processos constitutivos da identidade desses agentes

em contexto de subordinação do processo de trabalho ao mercado agrícola. Nessa análise, o autor chama atenção para o processo de conversão da terra em mercadoria e o concomitante processo de produção baseado na utilização do trabalho familiar.

A compreensão da terra como recurso monetarizado é decorrente de processos mercantis de produção de excedente para atendimento às necessidades de consumo de centros urbanos. O reconhecimento de que a posse dos meios de produção distingue os produtores familiares de outros modelos de produção chamou atenção para os diferentes graus de modernização identificados pelos pesquisadores nas unidades de produção.

A diferenciação desses produtores assim organizados, tal como demonstrou o autor, correspondia a processos de modernização variáveis segundo o tamanho da propriedade de terra, a incorporação de instrumentos mecanizados de produção e o acesso a recursos, sem deixar de lado processos produtivos voltados ao abastecimento da unidade familiar. Nesse contexto, a propriedade da terra, mais que fonte de recursos mercantis, era igualmente valorizada como meio de produção e fonte de subsistência familiar, reforçando a possibilidade de sua utilização como recurso base para o encaminhamento dos filhos, em alguns casos, para outras atividades.

Também do ponto de vista das análises que investiram em estudos de caso em contextos de intensificação do mercado de produtos agrícolas, as especificidades do modo de vida de agricultores foram valorizadas como unidades de análise. Tomando as condições de colocação em ação de práticas de trabalho por produtores, Garcia Júnior (1979) reconheceu que a especificidade dessas práticas corresponde às possibilidades de diversificação pelos investimentos realizados pelos “indivíduos de carne e osso” a partir da integração com o mercado. As condições de criação de novas práticas, como apontou, são decorrentes da combinação de vínculos produtivos e também de apropriação de recursos acumulados, por vezes favorecidos pela presença do capital.

As contribuições para compreensão dos processos de elaboração diferenciada de vínculos produtivos pelos produtores corresponderam a inúmeros trabalhos, dos quais destaco alguns dos que consideraram a produção dessas diferenciações em contextos de integração à economia capitalista. Na década de 1980, Musumesci (1987) se dedicou a análise das condições de produção e oferta de produtos hortigranjeiros pelos produtores da região serrana do estado do Rio de Janeiro. Por tal investimento, a autora acompanhar não apenas as particularidades desse setor produtivo, como evidenciar a diversificação de formas de integração à economia capitalista pelos agricultores.

A organização dos produtores para atendimento às demandas produzidas pelas iniciativas do governo na criação de cinturões urbanos aproximou os produtores de recursos até então pouco disponíveis nas regiões agrícolas. Como parte desses investimentos, foram construídas estradas e ferrovias para viabilizar o escoamento da produção, o que favorecia o deslocamento desses agricultores e o acesso ao universo social mais amplo. Contudo, com a criação dos cinturões de produção de hortaliças, estimulou-se processos de especulação imobiliária pela pressão centrífuga sobre as áreas de periferias urbanas, um dos efeitos contraditórios desse processo de expansão.

Em condições similares de realização de pesquisa, Schiavo (1997) orientou a análise pela compreensão dos efeitos decorrentes da alteração dos princípios de orientação das ações de produtores. Como parte das ações que integravam a política governamental para abastecimento das cidades, a autora mencionou que, na região serrana do estado, os produtores especializados foram constrangidos pela incorporação de mão de obra de trabalhadores migrantes.

Os efeitos decorrentes desse processo, colocaram os agricultores sob risco de perda de estratégias internas valorizadas para acesso a recursos diversos, inclusive aos fatores de produção. Além disso, a afiliação dos produtores ao mercado especializado de hortaliças teve como um dos efeitos a abertura do campo de investimentos em decorrência de projetos governamentais de expansão de serviços de infraestrutura de transportes e comunicação.

A ampliação no quadro de instituições e nas condições de acesso a recursos pelos produtores possibilitam a inserção em outras redes produtivas. Em alguns casos, como demonstrou Schiavo (1997), a construção de estradas e de mercados institucionalizados da produção viabilizou a diversificação das estratégias de reprodução social. Afirmou:

A melhoria das condições de escoamento da produção garantindo sua colocação no mercado, funcionou, num primeiro momento, como fator deflagrador de mudança na orientação das unidades produtivas, incentivando o aumento da produção mercantil. (Schiavo, 1997: 42)

O processo de construção de formas diferenciadas de vinculação produtiva pelos produtores é temática igualmente analisada pela autora. Sobre essa questão, a autora afirma que a proximidade crescente em relação à cidade representou a criação de novas possibilidades em termos de mercado de trabalho. (Schiavo, 1997: 57)

Os investimentos então pautados em estudos de caso também elegeram como objeto analítico as unidades de produção em contextos de interferência dos princípios mercantis. No entanto, para pensar sobre essa problemática, Neves (1995) considerou que

Se é fato que uma empresa capitalista para se reproduzir deve ter suas atividades orientadas pelo aumento da lucratividade, pela reprodução ampliada, esses princípios não podem ser confundidos com os meios colocados em prática para atingi-los. O predomínio de um tipo de cálculo não implica que ele seja exclusivo, mas que ele tenda a se apresentar como referência recorrente e abrangente. As relações de produção e de trabalho capitalistas coexistem com outras tantas construídas a partir de diferentes referenciais, pressupondo diálogos e rearranjos. (Neves, 1995: 22-23)

Colocando em questão o predomínio de referências capitalistas sobre as unidades de produção, a consideração do ponto de vista analítico acima destacado permite romper com a noção das unidades de produção enquanto sistemas coesos. Assim pensadas, as diversas formas de organização social de pequenos produtores deixam de ser entendidas unicamente como graduações em que o isolamento e a desintegração sejam lados opostos de uma mesma escala.

Assim, para avançarmos nesse debate é preciso reconhecer que as posições ocupadas pelos agricultores precisam ser relativizadas e reconhecidas como expressão das condições de acesso a recursos por esses agentes, como demonstrado por Neves (1995: 34) Para dar conta da multiplicidade e da heterogeneidade de manifestações possíveis que os agricultores podem apresentar, as unidades de produção devem ser deslocadas do centro de reconhecimento e expressão das posições de agricultores. Pensar os efeitos produzidos pela aproximação com o mercado permite trazer à tona processos de diversificação de estratégias de reprodução, tanto de práticas quanto de vínculos produtivos pelos agricultores.

Uma das abordagens que considero ter colocado em questão a centralidade da atividade agrícola nos estudos sobre a pequena produção foi realizado por Carneiro (2008). Por tal investimento, baseando-se em estudo junto a produtores hortigranjeiros na região serrana do Rio de Janeiro, considerou diversas realidades de produção agrícola.

Talvez pela multiplicidade de grupos de agricultores valorizados na análise, a autora pode trazer à tona condições diferenciadas de trabalho e de formas valorizadas de aumento do rendimento familiar e propiciadoras de melhoria nas condições de vida. Segundo apontou, os produtores, ao assegurarem a obtenção de rendimento fixo por vínculos com as atividades turísticas, sinalizaram para um processo de abandono do modo de vida enquanto produtores,

frente à possibilidade de incorporação de rendimento por meio da venda da terra e de constituição de outros vínculos produtivos, como era o caso de agricultores que se vincularam como jardineiros ou como caseiros.

Como demonstrou Carneiro (1998), a possibilidade de diversificação das ocupações só foi possível a partir da abertura do espaço para esses agentes. Ao posicionar-se contrariamente àqueles investimentos que negam o reconhecimento aos agricultores da capacidade de exercício de atividades não-agrícolas e da combinação da produção agrícola e outras formas de obtenção de rendimento, Carneiro (1998) valorizou a diversificação de vínculos produtivos pelos agricultores em conformidade à reorientação da capacidade produtiva desses agentes sociais. Sobre o processo de produção agrícola em contextos de expansão da rede de serviços urbanos e de crescimento da cidade, afirmou:

Não implica obrigatoriamente a descaracterização das culturas locais, ou tradicionais, mas a redefinição ou reelaboração de práticas e códigos culturais, a partir da relação de alteridade com o que é reconhecido como "de fora", de maneira a poder consolidar a identidade local com base no sentimento de pertencimento a uma dada localidade. (Carneiro, 1998: 11)

Leal (2005), posicionando-se também contrariamente àqueles pesquisadores que privilegiaram as estruturas internas da produção, reduzindo o produtor agrícola à posição meramente econômica, chama atenção para as diferenciações sociais constitutivas das diferentes posições que esses agentes podem ocupar. Ao valorizar a capacidade de ação desses agentes, o autor chama atenção para as formas contextuais de integração social do agricultor. Como ele mesmo preconiza: “será difícil aceitar as simplificações reducionistas das análises voltadas para as estruturas internas do mecanismo de exploração familiar”. (Leal, 2005: 11)

Construindo a análise a partir de produtores de hortigranjeiros do Rio da Prata, município do Rio de Janeiro, Leal (2005) se dedicou à compreensão de processos de conversão de produtores tradicionais para o cultivo de produtos orgânicos, focalizando mecanismos de mudanças nas formas de produção agrícola e na organização social desses agentes.

Colocando também em xeque a polaridade que orientava os estudos baseados na contradição entre produção familiar e mercado, traz à tona processos sociais em que a relação mercantil é constitutiva da posição dos agricultores e da reprodução familiar. O reconhecimento do mercado como recurso possibilitador de constituição de modelos

diferenciados de ação pela valorização da capacidade de articulação de fatores diversos foi igualmente demonstrado por Santos (2011; 2014) Ao construir a análise considerando produtores assentados no PA Che Guevara em Campos dos Goytacazes, frente aos inúmeros constrangimentos ao alcance da condição de produtores, evidencia processos de colocação em prática de projetos relativamente diferenciados de reprodução social, como decorrentes da capacidade individual de articulação de fatores diversos. O conhecimento de uma rede de comercialização de proximidade possibilitava aos assentados a escolha e o acesso às variedades agrícolas, consolidando relações sociais e políticas entre os sujeitos. (Santos, 2014)

Valendo-me dessas contribuições e considerando os múltiplos campos de atuação dos agricultores, mediante o estabelecimento de relações entre atores e instituições, oriento-me pela noção de que o agricultor não pode ser definido somente pela racionalidade orientada para a produção agrícola. É um agente social e, como qualquer outro, a despeito de suas especificidades, deve ser pensado pela multiplicidade de papéis relativos às instituições e às formas de organização e de vinculação social possíveis.

Ao refletir sobre os produtores para além das redes de relações firmadas no seio das unidades de produção, considero que pelas afiliações às redes de mercado e a outros agentes da produção, foram alargadas as possibilidades de constituição de práticas sociais, mediante a ampliação do acesso a recursos institucionais, a sistemas de saberes elaborados por outros princípios, ao aumento no quadro institucional de prestação de serviços públicos. A expansão do universo social pela vinculação aos circuitos de comércio de produtos agrícolas correspondeu à diversificação de projetos de reprodução individuais.

I.2 Produção agrícola e projeto de abastecimento público: o caso das colônias agrícolas

O reconhecimento das dificuldades encontradas pelos agricultores no escoamento da produção correspondeu ao processo de organização do espaço pautado na criação de áreas especializadas na produção, relativamente afastadas dos grandes centros urbanos, no contexto de relativo isolamento pela precariedade de serviços de transporte e demais serviços

públicos.¹⁵ No início do século XX, a formação da cidade do Rio de Janeiro foi considerada um fenômeno relacionado ao desenvolvimento de atividades industriais na então capital do país. O desenvolvimento e expansão da vida urbana provocou uma redução das áreas dedicadas às lavouras. Os dados apresentados por Geiger (1962), ao se dedicar a análise dos processos de constituição da cidade do Rio de Janeiro, colocam em evidência a criação desses espaços de produção agrícola em diversas regiões do país. Nesse contexto, aproximadamente no início da década de 1950, com a proclamação da região da Guanabara em capital do governo (condição que perdurou até 1960) gerou um fluxo de investimentos em diversas direções. Esse fluxo acompanhou não apenas as grandes vias de transporte (rodoviários e ferroviários), como também levou à expansão de pequenos centros em regiões do entorno e aquelas mais afastadas da capital, conforme destacou o autor.

O processo de expansão alcançado pela capital do governo pode ser acompanhado pelos dados estatísticos apresentados pelo autor. Segundo apontou, em 1906, a população do estado era um pouco mais de 800 mil habitantes; em 1920, esse quantitativo é de quase 1.200 mil habitantes; em 1940, o estado contava com cerca de 1.800 mil habitantes; e em 1950, a população praticamente dobrou (2.377.481 habitantes). (Geiger, 1962: 67)

Ainda me valendo das contribuições do autor para compreender o processo de constituição desses espaços de produção no estado do Rio de Janeiro, ele demonstrou que o processo de crescimento industrial foi iniciado com os barões do café que, ainda no final do século XIX, investiram na construção de casarões, calçamentos e demais melhorias de infraestrutura urbana. Em meados da década de 1950, as indústrias proliferavam na capital e arredores, com destaque para o setor têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos, transformação de minerais não metálicos, produtos alimentares e metalurgia, respectivamente. (Geiger, 1962: 66).

Azevedo (1962), em análise sobre as redes de comércio do Rio de Janeiro, destacou as redes de comercialização de produtos agrícolas. Como sinalizou, o mercado de produtos alimentícios correspondia a 40% do total de atividades realizadas, o que evidenciava o papel desempenhado pelo Estado como centro distribuidor de mercadorias. Essa condição, como destacou, correspondia às inúmeras redes de recebimento e de exportação de produtos, tanto em escala estadual, quanto regional (46%), nacional (33%) e estrangeira (20%). Por tais

¹⁵ Análise fundamental à compreensão da política de colonização do território brasileiro e o respectivo processo de criação de colônias agrícolas nacionais pelo governo de Getúlio Vargas, foi realizado por Neves (2013a).

fluxos de transações comerciais, o estado ocupava o segundo lugar no *ranking* de comércio do Brasil, como destacou o autor. (Azevedo, 1962: 137)

Considerando os fluxos interestaduais de produtos agrícolas comercializados em atacado no estado, Azevedo (1962) chamou atenção para as redes de abastecimento como decorrentes dos efeitos da sazonalidade de ciclos agrícolas na oferta desses produtos, prioritariamente destinados ao consumo do centro urbano em expansão. O atendimento às necessidades dos consumidores cariocas correspondia a encaminhamentos, por exemplo, de safras de arroz de produtores de estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pará, Sergipe e Alagoas; batatas e cebolas eram produzidas por lavouras de São Paulo e Rio Grande do Sul; feijão preto era proveniente do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Minas Gerais. A distância entre as áreas produtoras impunha aos agricultores despesas com fretes, seguros, impostos e taxas, além de juros e a inflação que, principalmente a partir da década de 1950, havia adotado um ritmo acelerado de crescimento. Esses aspectos somados constituíam-se em fatores ponderáveis na composição do preço desses produtos, conforme apresentado por Azevedo, (1962: 140-141)

Um investimento que permitiu compreender as redes de relações entre a região metropolitana do Rio de Janeiro e regiões do entorno foi realizado por Pinto (1962). Por tal análise, o autor chamou atenção para os contatos firmados mediante o fluxo de informação e de passageiros entre essas regiões realizado em 1951. Em relação ao número de ligações realizadas entre o estado e o município de Teresópolis (Pinto, 1962: 166-167), por exemplo, foram feitas 10.196 ligações; as ligações dessa localidade com a capital corresponderam a 8.809 telefonemas. Petrópolis, região valorizada à época como residência da família Real, recebeu 40.870 ligações em âmbito estadual e 33.084 diretamente com a capital do governo. Merecem destaque o número de ligações telefônicas entre Rio de Janeiro e Niterói (73.335), com Caxambu (3.156), com Duque de Caxias (2.771) e com Itaipava (2.283). O transporte de passageiros por rodovias era predominantemente maior entre a capital do governo e Caxias, com 411.608 passageiros transportados em 16.334 viagens realizadas nesse ano. Também merece destaque o fluxo de passageiros entre a cidade carioca e Três Rios, região eleita como ponto de apoio entre a capital e a região serrana do estado, com 4.350 passageiros transportados em 248 viagens.

Concomitantemente à expansão do centro urbano no estado do Rio, a partir da década de 1940, no governo de Getúlio Vargas se reconheceram as potencialidades do campesinato nacional para elevar a produção agrícola, como pude compreender pelos investimentos

realizados por Marin e Neves (2013) e por Galvão (1962). Como mencionaram os autores, as colônias agrícolas criadas no contexto do Decreto-Lei nº 3059/1941, como parte da política de incentivo à migração e à colonização em áreas esvaziadas do território brasileiro, corresponderam a definição de critérios técnicos e financeiros próprios. (Marin e Neves, 2013)

Nesse momento histórico, o governo reconheceu as potencialidades do campesinato nacional para o incremento da produção agrícola, contudo ressaltando a necessidade de, para tanto, combater o baixo desenvolvimento tecnológico que referenciava a experiência produtiva dos trabalhadores nacionais. A melhoria das condições técnicas do campesinato fora então proclamada como único meio de aproveitar as exaltadas grandes extensões de terra, passíveis de serem produtivamente incorporadas. (Marin e Neves, 2013: 6)

Os investimentos governamentais produzidos durante a década de 1940 para atendimento às necessidades de abastecimento de populações residentes nas grandes cidades, mormente com a instalação das colônias agrícolas, os agricultores foram valorizados como sujeitos fundamentais ao processo de produção de alimentos, principalmente as regiões de Campo Grande, Santa Cruz, Duque de Caxias, Jacarepaguá e Realengo, conforme informações disponibilizadas por Azevedo (1962: 134) ao se dedicar a análise das redes de comércio de bairros do Rio de Janeiro.

Nesses espaços valorizados como centros produtores de alimentos, em decorrência das condições topográficas, de solo e clima favoráveis às atividades agrícolas, seguiram-se formas diferenciadas de ocupação da terra, criando áreas especializadas de produção. Em algumas dessas regiões, em decorrência da queda das lavouras do café, teve início o processo de conversão em áreas produtoras de citricultura, atividade em expansão devido às condições favoráveis apontadas pelo mercado consumidor externo. Nesse contexto, na região de Campo Grande e Santa Cruz desenvolveram-se lavouras de laranja; em Jacarepaguá, a produção de banana era a cultura predominante. No entanto, essa produção de frutas seguia para o abastecimento do mercado interno, já que, com a segunda Guerra Mundial, as vias de escoamento para redes externas estavam prejudicadas, de acordo com as informações levantadas por Galvão (1962).

A segunda Guerra Mundial, como apontou Galvão (1962), ao analisar os investimentos públicos decorrentes da política nacional de incentivo à colonização de áreas relativamente esvaziadas, principalmente no estado do Rio de Janeiro, teve sérios efeitos

para a produção agrícola estadual, especialmente as lavouras de citricultura que, produzidas em grande escala, não pode ser absorvida pelo mercado nacional.

Nesse cenário de valorização das unidades de produção familiares como agentes econômicos, se vislumbravam processos de consolidação e abastecimento do mercado interno, “orientado pela complementaridade entre aumento da produção de alimentos”, esses produtores constituíam-se não apenas como mão de obra fundamental, como também consumidores potenciais para os produtos industriais, estimulando a intensificação dos processos de trocas mercantis intersetoriais e inter-regionais no país, conforme consideraram Marin e Neves (2013).

No estado do Rio de Janeiro, o processo de instalação das colônias agrícolas foi precedente por motivos contextuais, já que na condição de capital do país, serviu de palco de inúmeros investimentos no aumento da oferta de serviços, principalmente de infraestrutura e saneamento. (Neves, 2013a; Galvão, 1962) Desde esse período, já se considerava o abastecimento à população como preocupação recorrente.

A despeito dos investimentos governamentais para atendimento às demandas de abastecimento das cidades, as condições de manutenção das colônias agrícolas no estado do Rio eram relativamente precarizadas. Durante esse período, no caso da criação do núcleo colonial do estado, os investimentos em infraestrutura para irrigação das lavouras incentivaram um processo de fragmentação das terras pela valorização dessas áreas. A modificação da forma de ocupação da terra entre as décadas de 1920 e 1950 podem ser demonstradas pelos dados estatísticos elaborados pelo IBGE (1920, 1940). Em 1920, no estado 51 mil hectares eram destinados à produção de gêneros agrícolas; em 1940, 48 mil; em 1950, 39 mil áreas permaneciam ocupadas por suas lavouras.

A atenção a esses dados permite evidenciar o processo de retração das áreas de produção em decorrência dos inúmeros casos de loteamentos de terras nesses espaços valorizados de produção de alimentos. Como identificou Galvão (1962) os investimentos públicos realizados no sentido da facilitação do escoamento da produção até os centros de consumo produziram efeitos não esperados. Pelo contrário, os investimentos objetivados para facilitação dos sistemas de comunicação e para oferta de rede de transporte contribuíram para que alguns produtores abandonassem o projeto enquanto agentes da produção de alimentos.

As colônias agrícolas foram instaladas centros de produção situados na Fazenda de Santa Cruz, Fazenda Nacional de Tinguá, em Duque de Caxias e em São Bento, ainda

durante as décadas de 1930 e 1940, segundo identificaram Marin e Neves (2013). Concomitantemente, pesquisadores que se dedicaram à compreensão das unidades de produção de hortaliças na região serrana do estado também identificaram a criação dessas colônias em municípios como Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis. (Musumesci, 1987; Schiavo, 1997; Carneiro, 1998)

Em análise sobre as regiões produtoras de alimentos para abastecimento da capital realizado durante a década de 1960, Mesquita (1962) já havia chamado atenção para o papel de destaque dos produtores na região serrana. De acordo com os dados por ele disponibilizados, as áreas de lavoura nessa região favoreciam o abastecimento dos consumidores da capital em decorrência de sua localização em áreas de clima diferente. Especializados na produção de gêneros alimentícios de base da dieta diária, os produtores ali situados podiam contar com as vantagens relativas da proximidade das unidades de produção em relação à rodovia Rio-Petrópolis. A oferta de tais recursos favorecia o deslocamento diário dos produtores à cidade do Rio de Janeiro com caminhões abastecidos por verduras e hortaliças. Nesse período, segundo mencionou o autor, o município de Teresópolis era responsável por 30% do total de verduras e hortaliças comercializadas no estado.

Os investimentos realizados durante o final da década de 1980 e 1990 apontaram para as alterações ocorridas nesse modelo de produção valorizado como colônias agrícolas. No caso dos agricultores de Nova Friburgo, investimento realizado por Schiavo (1997), por exemplo, a produção era mantida em escala reduzida, colocando sob risco de reprodução social pela baixa competitividade dos produtos no mercado regional mais próximo.

Ao também se dedicar à compreensão de formas de organização social de produtores que orientaram suas ações pela proximidade do mercado de produtos agrícolas, Carneiro (1998) mencionou alguns dos riscos impostos aos produtores de Friburgo pela dificuldade de assegurar o abastecimento familiar. Segundo ela, diversos agricultores passaram a se afiliar a prestação de serviços à população de turistas.

No caso dos produtores de Nova Friburgo, a especialização como produtores de hortaliças foi relativamente favorecida pelas condições climáticas que, comparativamente às áreas de produção de cana de açúcar no Estado, tinham clima mais ameno e inverno mais rigoroso. Por tais condições ambientais consideradas adequadas ao plantio de hortaliças, diversos produtores investiram em lavouras de folhagens e de flores.

A demanda por fluxo regular de oferta de produtos para os centros urbanos do Rio de Janeiro produziu uma relativa reorganização das áreas rurais em faixas especializadas de produção. Becker (1966) que se dedicou ao entendimento da organização dos espaços de produção no estado do Rio de Janeiro e as redes de comercialização constituídas nesse período, mencionou que, durante a década de 1950, os municípios de Teresópolis, Petrópolis e Nova Friburgo foram responsáveis pela maior parte da produção de hortaliças no estado (Becker, 1966), posição que vem sendo mantida até hoje, conforme dados estatísticos apresentados pelo IBGE (2014).

O mapa a seguir apresenta as principais regiões que asseguram o abastecimento com produtos hortícolas para a Ceasa-RJ, considerando o ano de 2004. (Mapa 2)

Mapa 2 - Principal área de abastecimento de hortícolas para a CEASA-RJ, 2004



Fonte: Ceperj, 2004.

Como se pode perceber há um forte processo de concentração da produção hortícola na região serrada no estado, com perdas expressivas para a região Metropolitana, do Médio Paraíba e do Norte Fluminense. Segundo Seabra (2004), os municípios da região serrana fluminense são responsáveis por aproximadamente 80% da produção de hortaliças no estado. Como afirmou:

A sobreposição dos dados sobre abastecimento de hortaliças caracteriza a zona serrana como aquilo que mais se aproxima de um cinturão verde da metrópole carioca respeitando a estrutura em leque (concentradora) da cidade do Rio de Janeiro como principal mercado consumidor onde converge boa parte da produção do estado do Rio do Janeiro. (Seabra, 2004: 13)

As redes de comercialização de produtos agrícolas destinados ao abastecimento do mercado consumidor carioca seguiam a cargo dos intermediários do transporte que, principalmente em relação ao comércio atacadista de produtos agrícolas, haviam se constituído enquanto entreposto fundamental ao escoamento desses produtos, elevando os preços dos produtos no mercado, segundo considerou Mesquita (1962). Além disso, sobre os produtores incidiam os prejuízos e riscos com os transportes e, na concepção do autor, as mercadorias eram compradas “em consignação”, pagava-se pelos produtos os preços estabelecidos pelo mercado atacadista. Essa forma de comercialização em atacado correspondia a 80% do mercado de verduras e hortaliças do estado. Destacavam-se nesse período os circuitos mercantis municipais de Madureira e São Cristóvão.

As contribuições de Becker (1966) para compreensão das redes de comercialização que neste período caracterizaram as relações entre produtores no estado e os centros de consumo são inúmeras. Conforme considerou, no caso dos produtores situados na região do entorno, outras alternativas eram valorizadas pelos produtores prioritariamente pela possibilidade de deslocamento até os centros de consumo. O transporte realizado por animais, nesses casos, assegurava a autonomia dos agricultores quanto a comercialização dos produtos que, no varejo, poderiam ser vendidos em feiras livres, armazéns e mercearias, mencionou a autora. A comercialização à varejo permitia ao produtor a expansão do comércio, pela venda em melhores condições, considerando a maior concorrência de compradores nesses espaços, ponderou a autora.

Sobre as dificuldades inerentes à comercialização de produtos agrícolas, chamo atenção para a facilidade e rapidez com que esses produtos se degradam imediatamente após a colheita. No caso das áreas especializadas no plantio de hortaliças, a perecibilidade é ainda maior, conforme considerado por Clemente (2012). Do campo da agronomia, a autora identificou os seguintes aspectos comuns às hortaliças: aparência folhosa, são pouco resistentes ao tempo de armazenamento e aos efeitos causados pela variação da temperatura. (Clemente, 2012: 13) Como alertou, ao refletir sobre as dificuldades relativas encontradas pelos produtores de hortaliças para aquisição de rendimento e redução de perdas pela comercialização e transporte desses produtos, é necessário que o produtor reduza o tempo

entre a colheita e o consumo. Nos períodos do verão, com a elevação da temperatura, as hortaliças se degradam ainda mais rapidamente, sendo necessário o armazenamento em condições de temperatura mais amenas (entre 0° e 10°C), advertiu. No entanto, ponderou que a estratégia de conservação em baixas temperaturas não é adequada a todas elas, já que algumas variedades perdem sua consistência durante esse procedimento. (Clemente, 2012)

Comparativamente aos demais grupos de culturas, o plantio de hortaliças vem sendo reconhecido pelo desenvolvimento biológico curto e pela elevada demanda de utilização de força de trabalho. A fragilidade principalmente de folhas e talos e a rapidez com que se degradam após a colheita, já que grande parte delas não pode receber qualquer tipo de processamento, exigem do produtor maior agilidade no processo de comercialização, sob maiores riscos de perdas e de acúmulo de prejuízos.

Os efeitos decorrentes das peculiaridades deste sistema produtivo sobre o modo de vida de agricultores foram objeto de reflexão por Musumesci (1987). A autora, considerando as condições de produção de hortaliças por agricultores em Teresópolis, mencionou que as perdas provocadas pela impossibilidade relativa de armazenamento, além dos poucos instrumentos governamentais de manutenção de preço mínimo e de composição de estoques, têm produzido uma redução considerável no poder de barganha dos produtores no mercado agrícola. Os produtores, segundo ela, sem poderem contar com mecanismos de interferência no sistema de preços, sofrem as consequências da instabilidade do mercado, ficando sob influência direta de manobras especulativas da rede de atacadistas.

Segundo Musumesci (1987), a institucionalização das redes de comercialização de produtos agrícolas representava aos agricultores a possibilidade de expansão das redes de comercialização. A centralização dessas redes correspondeu à oferta de produtos agrícolas, principalmente de hortaliças, nas grandes cidades.

I.3 Mercado institucionalizado de produtos agrícolas

As ações governamentais para controle do sistema de preços e de garantia do abastecimento das cidades constituídas no início da década de 1970 convergiram na criação

do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC).¹⁶ Regulamentado pelo decreto nº 70.502, de 11 de maio de 1972, o desdobramento das ações desse programa contribuiu para a constituição das Centrais de Abastecimento (Ceasa) e Mercados Satélites. A criação dessa rede valorizava prioritariamente a comercialização e a distribuição de produtos hortifrutigranjeiros e representou, segundo apontou Seabra (2008) que se dedicou a estudar as redes de distribuição de produtos agrícolas no estado do Rio, o momento de maior investimento público na organização das redes de comercialização agrícola, principalmente no Rio de Janeiro. (Seabra, 2008: 67)

O autor, investindo na compreensão dos processos de organização das redes de supermercados como parte da política nacional de abastecimento agrícola, chamou atenção que, com a criação das Ceasa, o mercado de produtos agrícolas passou a ser institucionalmente reconhecido como local prioritário de comercialização atacadista. Os produtores, mediante cessão ou permissão remunerada de uso (art. 8º do decreto), passaram a utilizar as dependências das Centrais e Mercados agrícolas.

Como demonstrou, a afiliação dos produtores a Ceasa representava a possibilidade de expansão das redes de comercialização pela centralização dos canais de abastecimento nos estados. (Seabra, 2008) As Centrais eram espaços reconhecidamente favoráveis à compra de produtos agrícolas em melhores condições de preço e também de qualidade, principalmente porque reduziam os intermediários neste processo. Como afirmou: “é elementar pensarmos nos espaços de produção e consumo do estado do Rio de Janeiro cujo apoio estatal significaria melhorias na qualidade de vida”. (Seabra, 2008: 78)

No caso do estado do Rio de Janeiro, a Ceasa-RJ (criada em agosto de 1974) está situada em Irajá, bairro às margens da Avenida Brasil. Esta avenida é reconhecida como porta de comunicação da capital a outros municípios, principalmente Teresópolis, Petrópolis e Nova Friburgo, localidades integrantes da região serrana que se destacam na produção de hortaliças. Segundo informações oferecidas pela Central:

A Ceasa-RJ tem o papel estratégico de centralizar e coordenar a distribuição de gêneros hortigranjeiros e também é responsável por contribuir com a política de segurança alimentar e nutricional de todo estado. Além dos serviços diretamente ligados à comercialização, baseia o Banco de Alimentos, o Mercado Livre do Produtor (Pavilhão 21) e um pavilhão dedicado exclusivamente ao pescado. (Ceasa, 2015)

¹⁶ A criação deste programa teve como instrumento de gestão a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), instituída durante a década de 1960.

Conforme as informações disponibilizadas no sítio eletrônico da Ceasa (2015), em 1977, como fruto do processo de reconhecimento do papel de destaque desse município na produção agrícola foi criado do Mercado Produtor da Região Serrana. A criação desse espaço institucional de comercialização de produtos agrícolas favoreceu o abastecimento dos centros urbanos principalmente pela oferta anual constante de hortaliças, pela absorção de grande parte do volume produzido pelos agricultores no estado.

Contudo, o sistema Ceasa-RJ pode ser compreendido, do ponto de vista de produtores, comerciantes e consumidores, como investimento estatal de fluidez e eficácia limitadas, segundo as descrições apresentadas por Seabra (2008: 79) Comparativamente aos investimentos que emergiram principalmente a partir da década de 1990 e que culminaram na organização do mercado em redes de supermercados, as atividades de produção, de transporte e de armazenamento eram então centralizadas em um empreendimento.

O autor, analisando contrastivamente as redes de comercialização organizadas em sistemas de supermercados relativamente ao modelo de comercialização valorizado pelo Estado, apontou para precariedade dos serviços prestados pelas centrais, principalmente em relação aos investimentos realizados na construção de sistemas de transporte possibilitadores da distribuição de gêneros agrícolas. As redes de supermercados estimularam o processo de transferência de hegemonia, compreendido enquanto concentração do poder de gestão do sistema de comercialização agrícola nas mãos de grandes empresários varejistas. Como afirmou, “as redes de supermercados são formas adaptadas ao momento contemporâneo além de hegemonizar a comercialização com posições variáveis de acordo com a necessidade dos fluxos.” (Seabra, 2008: 76)

Mais recentemente, cultivada por pequenos, médios e grandes proprietários, em áreas de terra próximas aos centros urbanos, a produção de hortaliças vem ganhando relevância inclusive nos programas governamentais (cf. Programa para cultivo de hortas em espaços urbanos, criado em 2004 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa).

Em 2010, o governo federal, a partir da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças, elaborou uma agenda de estratégias para os anos de 2010 a 2015.¹⁷ Por este plano de ação, pretende-se a sistematização e agrupamento de propostas para o setor de produção de hortaliças, segundo ações definidas em diversos eixos temáticos. Por esta Agenda,

¹⁷ A Agenda Estratégica foi elaborada em dezembro de 2009 durante a realização de reunião sob a coordenação da Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas (CGAC) do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

divulgada na página eletrônica do MAPA (2011), são valorizados aspectos práticos sobre a produção agrícola especializada: ações de assistência, difusão e extensão rural; organização da estrutura de fiscalização e controle de qualidade; elaboração de ações de incentivo ao consumo e organização do mercado nacional; criação de processos de certificação de qualidade; sistematização de informações em banco de dados visando à discussão de estratégias de organização da cadeia de comercialização; regulação das linhas de crédito específicas para micro, pequenos e médios produtores; além do mapeamento e discussão da estrutura tributária que incide sobre esta rede de produção.

A venda no atacado, modalidade valorizada pelos produtores, representava a comercialização em condições relativamente favoráveis, especialmente porque, em muitos casos, os agricultores desempenhavam os papéis de negociantes da própria produção. Como restringia o regulamento, esses mercados eram espaços destinados aos produtores, individuais ou organizados em associações. Aos empresários da produção agrícola não era facultado o acesso.

Tais investimentos se coadunam à demanda crescente de consumo de hortaliças, expressos no desejo de manutenção das condições de saúde e bem-estar pelos consumidores. (Musumesci, 1987; Schiavo, 1997) Os benefícios decorrentes do consumo de hortaliças para a manutenção da saúde do corpo são valorizados pela Política Nacional de Alimentação e Nutrição, elaborada pelo Ministério da Saúde. Segundo informações disponibilizadas por este programa governamental, recomendava-se o consumo diário mínimo de três porções de hortaliças e frutas, além de outros componentes.

O estímulo ao consumo de hortaliças no país, por exemplo, como parte dos programas governamentais de organização das centrais de abastecimento, produziu os efeitos esperados. Dados divulgados pela ABCSEM (2011), apontam para o lugar de destaque no que se refere à participação das hortaliças no gasto alimentar do brasileiro, o que correspondia a 22,2%, em 1987.

Quanto aos aspectos práticos do funcionamento das Ceasa no estado, no entanto, as condições de acesso aos pequenos produtores eram dificultadas. Um dos trabalhos pioneiros sobre as condições de funcionamento das Centrais de Abastecimento no estado chamou atenção quanto ao fato de que a produção de hortaliças correspondia ao setor da produção agrícola destinado prioritariamente ao setor de autossustentabilidade das famílias, como mencionou Becker (1966).

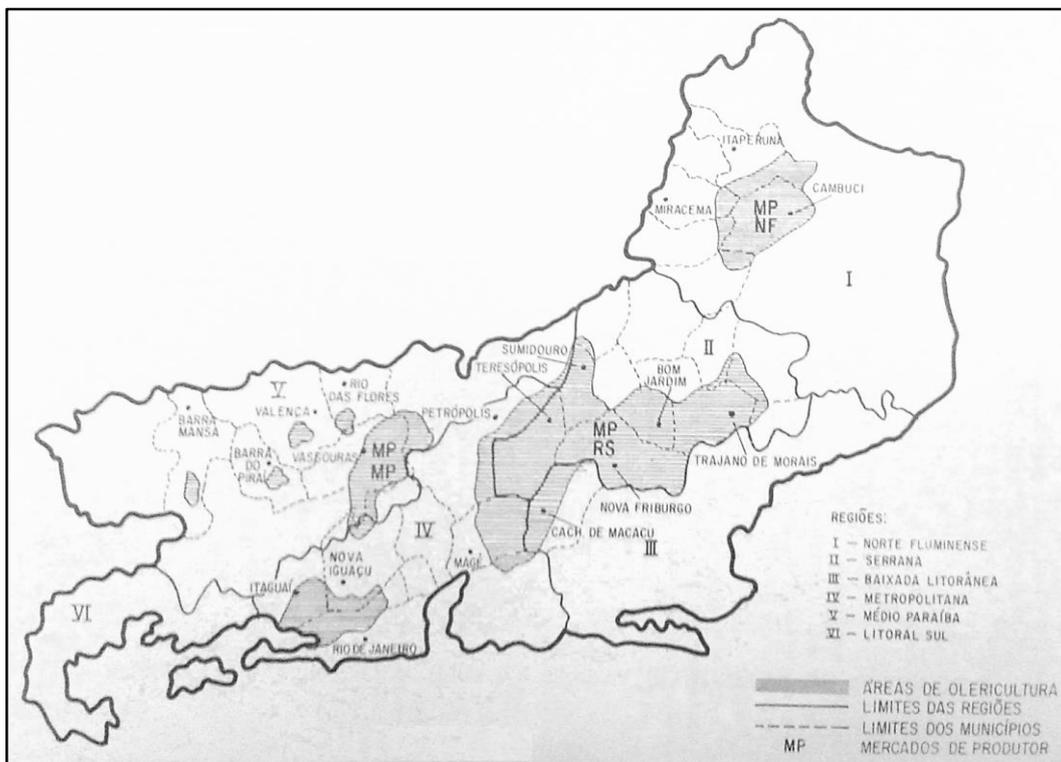
A valorização dos processos de produção com finalidade mercantil pela objetivação do atendimento às demandas de consumo nos centros urbanos provocou inúmeras alterações na organização dos fatores de produção pelas famílias de produtores, principalmente pela necessidade de afiliação às redes de intermediação da comercialização construídas no país durante as décadas de 1950 e 1960. Sobre esses processos, os trabalhos realizados por Becker (1966); Musumesci (1987) e Schiavo (1997) são igualmente esclarecedores.

Por tais investimentos, as autoras, ao considerarem os entraves à comercialização no setor de hortaliças, destacou processos de crescimento da população urbana e, conseqüentemente, de aumento da demanda por alimentos e de prestação de serviços públicos. Nesse contexto, a partir da oferta de rede de transporte, da criação de formas diferenciadas de comércio e do estabelecimento de um conjunto de ações político-governamentais no país, Becker (1996) demonstrou que há investimentos na disponibilização de infraestrutura favorável à especialização mercantil dos pequenos produtores, que intensificaram a participação em praças de mercado.

No caso de Musumesci (1987), a contribuição da autora aponta para as ações que, implementadas ainda na década de 1940, promoveram as condições da urbanização, associada ao favorecimento da construção de cinturões verdes (faixa de terra no entorno de áreas urbanas dedicadas a produção de hortaliças) ao redor das cidades mais propulsoras.

Concomitantemente ao processo de valorização alcançada pelos produtos agrícolas, reforçava-se a necessidade crescente de especialização da produção, nos contornos do centro consumidor do estado do Rio de Janeiro. A demanda por fluxo regular de oferta de produtos para o Rio de Janeiro produziu uma relativa organização das áreas rurais em faixas especializadas de produção. Esse aspecto da criação de zonas especializadas de produção no estado, conforme analisado por Musumesci (1987) pode ser melhor demonstrado no mapa a seguir apresentado. (Mapa 3)

Mapa 3 - Zonas especializadas de produção no estado do Rio de Janeiro (1984)



Fonte: DGER/SEAA, 1984. Citado por Musumesci (1987: 30).

O mapa, como apresentado, chama atenção para a criação desses espaços organizados de produção especializada. No caso dos pequenos produtores então especializados na horticultura, principalmente aqueles distanciados das estradas e demais vias de escoamento da produção, sem condições de enfrentarem, isolados, a concorrência produzida pelos grandes empresários do setor de abastecimento, transporte e comercialização da produção (redes de supermercados, sacolões e hortifrutis), organizaram-se em duas modalidades para fazer frente à condição de disputa desigual que lhes era imposta.

O padrão de organização espacial não foi uniformemente correspondido pelos produtores. Alguns deles, para fugir da dependência dos grandes intermediadores de alimentos, se associaram em redes de cooperativas e passaram a comercializar, em alguns casos, em varejões, e outros, como no caso das hortaliças, em mercearias ou supermercados, conforme valorizou Becker (1966) ao voltar sua atenção à compreensão das redes de comercialização e de abastecimento no estado do Rio de Janeiro nesse período.

Do ponto de vista da compreensão das redes de relações constitutivas dessa condição, pela valorização da problemática da comercialização, a contribuição de Rezende *et alii* (1993) é igualmente importante. Ao tomarem esta questão sob o prisma dos efeitos do

enfraquecimento da política de abastecimento dos centros urbanos, investiram na compreensão dos efeitos decorrentes da centralização dos circuitos de mercado de produtos agrícolas especialmente para os produtores de hortaliças.

Pautados em estudo de caso sobre produtores de Belo Horizonte, Rezende *et alii* (1993) sinalizaram que a constituição dessas redes de produtores abarcava investimentos diversos com o intuito de diminuir os níveis de mediação entre a cadeia de produção e a destinação final aos consumidores. Neste contexto, ao colocarem em destaque a questão do associativismo como problemática fundamental ao enfrentamento da crise de abastecimento pelo aumento da oferta de hortaliças e frutas às populações urbanas, atribuíram ao parceiro o papel fundamental no processo de comercialização de produtos agrícolas, demonstrando que o problema da intermediação da produção não foi solucionado com a criação das centrais de abastecimento.

Uma das formas de manutenção da condição de autonomia pelos produtores de hortaliças, como demonstraram, correspondeu à criação de feiras e demais canais diretos de produção, distribuição e venda da produção. A oferta desses espaços assegura, em alguns casos, a comercialização em melhores condições. A possibilidade de obtenção de rendimentos mais favoráveis está atrelada às redes autônomas, a partir das quais os produtores reduzem as perdas com transporte e armazenamento decorrentes da notável fragilidade dos produtos.

A valorização do associativismo como uma das soluções encontradas pelos produtores se afiliaram ao mercado de produtos agrícolas foi analisada por Neves (2000). Em estudo de caso realizado a partir de demanda dos produtores afiliados a União das Associações e Cooperativas Usuárias do Pavilhão 30 da Ceasa-RJ (UNACOOP), a autora se dedica a análise das condições de comercialização desses produtores.

Diante do acúmulo de investimentos em estudo de caso junto a agricultores associados em diversas associações no estado, Neves (2000) pode compreender a comercialização enquanto “ato totalizante na vida social do agricultor”. (Neves, 2000: 5) Ao considerar os diversos fatores intervenientes nos processos de tomada de decisão pelos produtores de hortaliças, sua análise é fundamental à compreensão de outros casos de produtores. No caso da produção de hortaliças, sistema produtivo que exige a intensificação da força de trabalho por parte do produtor, a organização em associações se constituía enquanto uma alternativa não apenas de centralização da comercialização, como também de dinamização dos processos de produtivos.

No caso por mim valorizado, as formas diferenciadas de organização das ações dos produtores pela incorporação às redes de mercado de produtos agrícolas colocam em evidência igualmente a necessidade de redução da força de trabalho pelo produtor, especialmente nos casos em que, sem poder contar com mão de obra familiar, são constrangidos ao acesso a trabalhadores externos.

Ao eleger como questão central de sua análise a construção do assentado como ator econômico, Neves (2008) valorizou como objeto de análise dados de pesquisa coligidos durante o final da década de 1990. Segundo a análise que apresentou, destacou as alternativas e constrangimentos que os assentados rurais enfrentam para corresponderem às demandas dos programas de assentamento rural. Neste contexto, evidenciou processos de rearticulação de projetos coletivos que possibilitaram aos assentados formas diferenciadas de constituição de si pela integração aos circuitos de mercado.

No caso por ela valorizado, a afiliação ao mercado pela valorização das redes coletivas de comercialização tem contribuído para a formação de um senso de igualdade de condições de constituição dos assentados. Segundo a autora, os riscos incontrolláveis decorrentes da adesão dos produtores ao mercado são considerados na medida em que não atingem a manutenção do patrimônio familiar. Como afirmou:

Os riscos não dizem respeito apenas às incertezas presentes no circuito das mercadorias, mas são também derivados da inexistência ou da precariedade de medidas de melhoria das condições de solo (áreas montanhosas de uso limitado, várzeas inundáveis), de estradas, de utilização de veículos para transporte das mercadorias e do controle estabilidade de espaços em praças de mercado. (Neves, 2008: 30)

Diante das possibilidades de manutenção na posição de produtor, as ações são orientadas pela minimização dos riscos, contidos pela prática de trabalho basicamente manual. (Neves, 2008) A reciprocidade negativa que tem caracterizado as relações entre produtores e agentes do mercado corresponde a imposição de padrões de utilização da força de trabalho pautada em princípios em que os ganhos ilegais e a desconfiança imperam. Valorizada como resposta emergia principalmente em ambientes hostis, o pessimismo se expressava a partir das condições relativamente desfavoráveis pela perda da autonomia.

Tais formas específicas de afiliação ao mercado corresponderam ao enfrentamento das dificuldades relativas pelos produtores a partir da interligação às redes de comércio. Criadas com o intuito de abastecer a população com alimentos saudáveis, pelas Ceasa pretendia-se articular a comercialização em mercados atacadistas, garantindo dessa forma

renda ao produtor rural, finalidade também reconhecida por Becker (1966) pelo investimento na compreensão dos circuitos de comercialização de produtos agrícolas.

Ainda no que tange à construção de estratégias valorizadas pelos produtores que têm orientado suas ações pela afiliação ao mercado agrícola, Souza *et alii* (1998) dedicaram atenção ao estudo de caso entre pequenos produtores de hortaliças em São Paulo. No caso por eles valorizado, a rede de comercialização secundária (redes de grandes comerciantes e centrais varejistas), instaurada a partir da implementação das centrais de abastecimento, contribuiu para o crescente distanciamento dos produtores em relação ao controle direto da comercialização da produção. Neste contexto, a valorização das necessidades de consumo pelos produtores tem possibilitado o atendimento a essas especificidades e assegurado a comercialização da produção em condições relativamente mais favoráveis.

Diferenciando-se dos produtores atacadistas junto a Ceasa e ao Mercado Municipal, os produtores de hortaliças aproximam-se de outros circuitos mercantis, principalmente aqueles que envolvem um número restrito de clientes em estreita relação com a preservação da qualidade do produto. No caso da comercialização de hortaliças processadas (produtos já pré-preparados para o consumo, lavados, cortados e embalados à vácuo, mais resistentes ao tempo e aos danos provocados pelo transporte em caixas até os centros consumidores), a possibilidade de obtenção de ganhos é relativamente maior, sobretudo pela priorização de relações mais estreitas entre produtor e consumidor. Em alguns casos, os produtos são fornecidos a redes associadas de supermercados, aumentando os rendimentos adquiridos com a comercialização. Em todos esses casos, a qualidade dos produtos ofertado aos consumidores é o fator diferencial e agregador de valor às mercadorias.

As abordagens que se dedicavam à análise de processos técnicos de produção e de circuitos de comercialização sinalizavam as elevadas condições de perecibilidade dos produtos agrícolas, bem como as dificuldades de transporte e deslocamento das áreas de produção até os centros de consumo. Os pesquisadores assim afiliados contribuíram para a compreensão de redes de concorrência que se constituíram pela intensificada inserção de agricultores ao mercado.

A análise situacional que proponho permitirá esboçar olhares caleidoscópicos compreensivos de campos sociais configurados por estratégias de ação colocadas em prática pelos próprios interlocutores, perspectiva analítica diferenciada que me impedirá de subtrair as interdependências com outros princípios de ordenação social. Gostaria, portanto, de chamar atenção para o fato de que a atribuição do vínculo como agricultor como privilegiada

forma produtiva, deixa de lado aspectos analíticos fundamentais que, do ponto de vista das relações sociais e da construção de projetos de reprodução social, não podem ser esquecidos.

Ora, ser agricultor em algum momento da vida, valendo-se da agregação ou incorporação de condições de possibilidades contextuais para elaboração de projetos de vida, tanto para si quanto para os filhos, não significa que outros projetos não possam ser elaborados. Não posso negar que muitos desses agentes sociais permaneceram um longo tempo se dedicando ao trabalho na terra. Como resultado desse investimento, elaboraram um sistema próprio de princípios norteadores de suas ações, caracterizadores de seu modo de vida como agricultores, mas não só.

Evocar a uniformização desses princípios e a aceitação passiva de um único projeto de vida, num contexto marcado pela fluidez de relações sociais, políticas e econômicas é negar-lhes a capacidade criativa. É diminuir-lhes, pela imposição de limites analíticos, a incapacidade de dar conta das múltiplas possibilidades de elaboração de projetos de reprodução social para si e para os filhos. Igualmente, é cair na reprodução de um discurso que, pela valorização da agricultura como único modelo possível de realização individual, tem ecoado a partir dos porta-vozes de diferenciadas políticas públicas e daqueles que têm se posicionado contrariamente à pequena produção agrícola.

A análise dos campos de ação coloca em evidência as situações históricas vivenciadas por eles. Os pequenos produtores de hortaliças em Vargem Grande estão imersos em contexto urbano de oferta de recursos e serviços e de capacidade atrativa, além da proximidade com a região metropolitana do Rio de Janeiro. Este aspecto não pode ser desconsiderado, sob pena de se perder de vista as múltiplas possibilidades de captação de recursos e de elaboração de projetos diferenciados de vinculação produtiva, não somente para os adultos, mas principalmente para os filhos na condição de jovens. Além disso, cabe mencionar o papel de destaque que a região de Teresópolis tem ocupado na oferta de um tipo de turismo sofisticado. Diante deste contexto multifacetado de oferta de recursos variados, valorizo perspectivas analíticas que, no campo acadêmico e também político, podem contribuir para reconhecer que os agricultores estão dotados de capacidade de objetivação diferenciada, considerando a avaliação imediata ou remota dos recursos disponibilizados para elaboração de projetos de reprodução social.

I.3.a Alguns aspectos da comercialização de hortaliças

Os efeitos decorrentes da influência governamental na organização das redes de comercialização da produção agrícola são diversos. A Ceasa-RJ, no contexto da América Latina, é responsável pela comercialização de 80% da produção de hortaliças do país, produzidas por agricultores que prioritariamente utilizam mão de obra familiar, conforme as informações divulgadas em sua página eletrônica. (Ceasa, 2015) Os dados a seguir apresentados destacam a evolução do volume de hortaliças nela comercializadas na última década. (Tabela 1)

Tabela 1 - Evolução do volume (tonelada) de hortaliças comercializadas na Ceasa-RJ (2004-2013)

Ano	Volume (ton)
2004	134.831,70
2005	126.750,70
2006	147.042,40
2007	140.692,30
2008	140.533,50
2009	147.037,90
2010	131.223,80
2011	125.564,80
2012	100.092,40
2013	126.432,80

Fonte: Dados elaborados pela autora.
SEINP/DITEC/DIRTEC/CEASA-RJ.

Os dados assim apresentados chamam atenção para a relativa oscilação da produção de hortaliças comercializadas na Ceasa-RJ ao longo dos anos de 2004 a 2013. Comparando esses dados com as informações divulgadas pela Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro, publicadas em relatório de inspeção de áreas atingidas pela chuva na região serrana, elaborado pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas, afiliado ao Ministério do Meio Ambiente (2011), pode-se notar a correspondência entre os efeitos das alterações climáticas abruptas no estado e a redução das colheitas de hortaliças.

O histórico de perdas e danos provocados pelas chuvas intensas na região serrana teve início no final da década de 1980 quando, em 1987 e em 1988, as enchentes e os deslizamentos de terra de encostas mataram milhares de pessoas (227 mil mortes e 2 mil desabrigados) em Petrópolis e Teresópolis. Em 2011, segundo dados da SBF (2011), no município de Teresópolis, por exemplo, os distritos de Bonsucesso e Vieira foram um dos

mais atingidos, com dezenas de casas destruídas e grandes prejuízos econômicos provocados pela destruição de áreas de lavoura. Os eventos catastróficos têm se repetido e incidido principalmente sobre as áreas de produção, devido aos inúmeros problemas com o desmatamento de encostas e de mata ciliar para corresponder às demandas de terra para o plantio.

Apesar dos altos índices de perdas provocadas nas áreas de produção, eles correspondem a uma parcela da capacidade produtiva da região. Ainda considerando como fonte dos dados a página eletrônica da Ceasa (2015), em 1990, a região serrana representava 11% do volume da produção de hortaliças no estado; em 2005, o volume comercializado caiu para 3%. Em 2006, a comercialização deixou de estar a cargo dos produtores e foi transferida a outros agentes sociais: 48,9% chegam ao mercado através de atravessadores e 24,5% são comercializadas pelos produtores organizados em associações junto a central de abastecimento do estado. Em 2013, a produção de hortaliças correspondia, aproximadamente, a 75,94% da produção agrícola comercializada. Neste mesmo ano, a maior produção comercializada na Ceasa-RJ advinha do estado de São Paulo (com 30.0387,7 toneladas); seguida pela procedente do estado de Minas Gerais, com 28.534 toneladas; enquanto do estado do Rio alcançavam-se 25.828 toneladas.

Cabe destacar que o município de Teresópolis tem permanecido como principal fornecedor de alface, com a oferta de 294,6 toneladas; ou seja, cerca de 95% do total da produção advinda da região serrana, considerando-se os dados levantados em 2013 pela Ceasa-RJ. Em dezembro deste mesmo ano, o município contribuiu com 87,65% do total da produção. Ainda neste mesmo período, destacou-se com a produção de couve-flor, pela oferta de 56,57% (242,1 toneladas) do total produzido pela região serrana.

As variações anuais na produtividade de hortaliças decorrentes da sazonalidade dos produtos, conforme também sinalizaram os interlocutores, são apresentadas no Quadro 1. Essas variações são mensalmente percebidas como reflexo das influências das estações do ano e demais fatores ambientais que interferem no desenvolvimento desses produtos, de acordo com o calendário agrícola divulgado pela Ceasa-RJ.

Quadro 1 - Ciclo produtivo das principais variedades de hortaliças cultivadas, estado do Rio de Janeiro, de 2003 a 2012

Produtos	Calendário anual											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Agrião	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Alface	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Chicória	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Couve	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Couve-flor	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Espinafre	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Repolho	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Fonte: CEASA, 2015.

Legenda: ■ Baixa oferta; ■ Oferta equilibrada; ■ Alta oferta.

Como se pode observar a partir dos dados apresentados no Quadro 1, os meses do verão correspondem, para a maioria das hortaliças, ao período de queda da produção. Nesses meses, a produtividade alcançada é comparativamente reduzida aos meses do inverno. Nesse período, o aumento do rendimento financeiro do produtor a partir da comercialização desses produtos decorre da capacidade de incorporação e acesso pelos produtores de adubos, instrumentos de irrigação e demais investimentos que assegurem a manutenção da produção das lavouras. Durante os meses de inverno, há um aumento da produtividade das hortaliças e o consequente aumento da oferta destes produtos no mercado. Com isso, os produtores enfrentam limites para a comercialização da produção em condições mais favoráveis. A produção do agrião e da alface equivale a variedades que, comparativamente às demais, apresentam pouca oscilação em relação à produtividade anual. Esses produtos têm sido valorizados pelos agricultores como alternativa aos períodos de maior escassez e dificuldades de obtenção de rendimentos pela relativa estabilidade na oferta desses produtos no mercado.

I.4 Inventariando o campo temático: quadros institucionais e categorias analíticas

A publicidade que teses e dissertações tem alcançado é decorrente de fontes de dados *on line* para sua disponibilização, principalmente em banco de dados mantido pela página eletrônica da Capes. (Neves *et alii*, 2013) Os conhecimentos produzidos por pesquisadores vinculados a instituições públicas e privadas no país, nos respectivos quadros de programas

de pós-graduação, têm viabilizado a produção de resenhas acadêmicas mediante a valorização de temáticas próprias.¹⁸

O modo como esses dados de pesquisas é divulgado não permitem, contudo, o aprofundamento de debates norteadores dessas produções. Além disso, ao adotar como fonte única de levantamento o Banco de Teses da Capes¹⁹, assumo o risco de não dar conta desse empreendimento relativamente ambicioso. Neves *et alii* (2013), ao investirem na produção de resenhas a partir de textos acadêmicos publicizados pela rede de internet, apresentou como um dos riscos desse tipo de investimento a parcialidade que a coleta de informações pode corresponder. A impossibilidade de acesso ao texto integral das produções identificadas impede que o autor da resenha possa, pela leitura e análise, reconhecer a diversidade de questões abordadas em teses e dissertações.

Em atenção a esses riscos e constrangimentos no acesso aos dados, elejo como temática reduzida inicialmente a palavras-chave nesse exercício, a produção de hortaliças, horticultores e categorias associadas (olericultura e olericultores). As categorias de buscas correspondem a termos recorrentes nos trabalhos acadêmicos sobre a pequena produção e foram utilizadas no plural no caso de “hortaliças” e “olerícolas” porque o universo de trabalhos alcançado é maior. A seleção desses temas não dá conta da amplitude que a produção agrícola pode abarcar, cujo escopo produziria um levantamento das produções acadêmicas mais preciso. No entanto, ao não restringir a análise pela utilização dessas categorias, poderia correr o risco de pulverizar os dados.

A Tabela 2, para efeitos de demonstração da amplitude dos dados por mim analiticamente desdobrados para além dessas temáticas, apresenta a distribuição de teses e dissertações produzidas por áreas de conhecimento a que pertencem os cursos de pós-graduação.

Tabela 2 - Teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação no Brasil (2010 a 2015)

Áreas do conhecimento	Número de trabalhos por categoria			
	Horticultura	Hortaliças	Olericultura	Olerícola
Administração	01	03	01	-
Agronomia	109	291	23	65

¹⁸ Para outras resenhas elaboradas a partir desta fonte de dados, ver Neves et alii (2013); Neves (2013b); Neves e Cruz (2013); Cruz e Santos (2013a) e Cruz e Santos (2013b).

¹⁹ Como tentativa de elaborar um levantamento da produção mais recente, realizei buscas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Contudo, a produção disponibilizada correspondeu apenas aos anos de 2011 e 2012.

Biologia	04	32	02	24
Geografia	-	-	-	01
Economia	-	04	-	-
Engenharia agrícola	24	96	02	36
Ensino	-	-	02	-
Serviço social	-	05	-	-
Sociologia	01	02	-	-
Química	-	-	-	01
Total	139	422	30	127
Total geral		718		

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir do levantamento realizado no Banco de Teses da Capes. Os trabalhos correspondentes às subáreas de conhecimento foram agrupados por afinidade segundo as áreas de conhecimento. Pesquisa atualizada até agosto de 2015.

Apesar dos limites impostos pela oferta de informações no Banco de Teses da Capes, é possível notar que a produção de hortaliças, horticultura, olericultura e olerícolas fazem referência a temas que tem chamado pouca atenção dos cientistas sociais. O quadro a seguir apresenta os investimentos afiliados a este campo disciplinar. (Quadro 2)

Quadro 2 - Programa de Pós-Graduação no Brasil, por categoria temática e produção anual de teses e dissertações (2015)

Ano	Categoria	Programa de Pós-Graduação
2011	Horticultura	Mestrado Acadêmico em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ)
2011	Hortaliças	Mestrado Acadêmico em Ciências Sociais (UFCG)
2012	Hortaliças	Mestrado Acadêmico em Sociologia e Antropologia (UFPA)

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir do levantamento realizado no Banco de Teses da Capes. Pesquisa atualizada até maio de 2015.

Em relação às áreas do conhecimento, a temática de hortaliças e horticultura recebeu maior atenção no campo da Agronomia, em seguida pelos alunos vinculados ao campo acadêmico da Engenharia agrícola e, em menor número, pela Biologia. O menor número de produção correspondeu às áreas de Geografia e Química. Os campos correspondentes às temáticas selecionadas dedicam menor atenção à olericultura, o que representa menos de 5% do investimento total de pesquisa. (Tabela 3)

Tabela 3 - Distribuição de dissertações e teses pelas universidades, centros e fundações a que pertencem os cursos de pós-graduação no Brasil

Instituição	Número de trabalhos por categoria			
	Horticultura	Hortaliças	Olericultura	Olerícolas
Centro Universitário				
Centro Universitário do Instituto Agrônômico	-	01	-	-
Fundação de Pesquisa				
Fundação Oswaldo Cruz	01	02	-	-
Fundação Universidade de Passo Fundo	03	01	-	22
Fundação Universidade de Pernambuco	-	01	-	01
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	-	01	-	-
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	-	01	-	01
Fundação Universidade Federal de Sergipe	-	03	-	-
Fundação Universidade Federal do Piauí	-	02	01	01
Fundação Universidade Federal do Tocantins	-	01	-	-
Instituto de Pesquisa				
Instituto Agrônômico	01	01	-	-
Instituto Biológico	-	01	-	-
Instituto Nacional de Pesquisa da Embrapa	-	05	-	-
Universidade Particular				
Pontifícia Universidade Católica	-	01	-	01
Universidade Anhanguera de São Paulo	-	01	-	-
Universidade Católica Dom Bosco	-	01	-	-
Universidade Federal				
Universidade de Brasília	01	17	-	02
Universidade de Caxias do Sul	-	01	-	-
Universidade de Santa Cruz do Sul	-	01	01	01
Universidade de São Paulo	02	17	-	15
Universidade Federal da Grande Dourados	-	18	-	-
Universidade Federal da Paraíba	-	25	-	-
Universidade Federal de Alagoas	-	02	-	-
Universidade Federal de Campina Grande	01	07	-	-
Universidade Federal de Goiás	-	04	-	-
Universidade Federal de Lavras	-	73	01	-
Universidade Federal de Mato Grosso	-	02	-	-
Universidade Federal de Minas Gerais	-	08	-	-
Universidade Federal de Pelotas	01	18	-	01
Universidade Federal de Pernambuco	04	09	-	01
Universidade Federal de Santa Catarina	-	02	-	-
Universidade Federal de Santa Maria	-	04	-	-
Universidade Federal de São Carlos	-	02	01	-
Universidade Federal de São Paulo	-	02	-	-
Universidade Federal de Uberlândia	-	31	-	-

Universidade Federal de Viçosa	-	15	-	-
Universidade Federal do Acre	-	02	01	-
Universidade Federal do Amazonas	-	04	-	-
Universidade Federal do Ceará	06	05	-	14
Universidade Federal do Espírito Santo	-	03	-	-
Universidade Federal do Espírito Santo	01	-	-	-
Universidade Federal do Maranhão	-	01	-	-
Universidade Federal do Pará	01	02	-	-
Universidade Federal do Paraná	-	-	03	01
Universidade Federal do Recôncavo Baiano	-	02	-	01
Universidade Federal do Rio de Janeiro	01	05	-	-
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	02	-	-	-
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01	-	-	-
Universidade Federal Fluminense	-	01	-	-
Universidade Federal Rural da Amazônia	01	-	-	-
Universidade Federal Rural de Pernambuco	03	-	02	13
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	03	09	03	07
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	-	18	-	-
Universidade Federal Tecnológica do Paraná	-	-	01	-
Universidade Estadual				
Universidade do Estado de Santa Catarina	-	07	-	-
Universidade do Estado do Amazonas	-	02	-	-
Universidade do Estado do Bahia	33	01	-	01
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	-	03	-	-
Universidade Estadual de Campinas	01	14	-	01
Universidade Estadual de Goiás	-	01	-	-
Universidade Estadual de Londrina	11	13	-	-
Universidade Estadual de Maringá	01	02	01	01
Universidade Estadual de Montes Claros	-	08	-	08
Universidade Estadual de Ponta Grossa	-	02	-	04
Universidade Estadual do Ceará	-	01	-	-
Universidade Paranaense	-	01	-	-
Universidade Regional				
Universidade do Extremo Sul Catarinense	-	01	-	-
Universidade do Vale do Itajaí	-	01	-	-
Universidade Estadual do Centro-Oeste	11	-	11	-
Universidade Estadual do Norte Fluminense	01	04	-	-
Universidade Estadual do Oeste do Pará	02	02	-	-
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	01	01	01	01
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	40	21	02	11
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	-	01	-	-
Total	28	65	13	22

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir do levantamento realizado no Banco de Teses da Capes. Pesquisa atualizada até agosto de 2015.

Em relação às buscas temáticas por universidades públicas e privadas no país, os maiores investimentos correspondem às hortaliças. O maior número de trabalhos acadêmicos foi produzido por grupos de pesquisa vinculados a Universidade Federal de Lavras, com mais da metade das pesquisas produzidos sobre as hortaliças. Em relação às pesquisas sobre horticultura, a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho apresentou 31% do total de trabalhos, em seguida pela Universidade do Estado do Bahia, com 25% e a Universidade Federal da Paraíba com quase 20% do escopo de pesquisas sobre hortaliças. O número de contribuições acadêmicas produzidas por universidades públicas supera as produções realizadas por pesquisadores afiliados a instituições particulares de ensino superior. Em termos de universidades federais, as temáticas hortaliças ou horticultura representam os maiores investimentos. Este mesmo padrão de valorização de temáticas também é seguido pelos grupos de pesquisa afiliados a instituições estaduais, regionais, centros e fundações.

A distribuição temporal dos trabalhos, considerando o período disponibilizado pelo banco de dados, permite vislumbrar o número de investimentos, por período de produção, para cada uma das temáticas. O ano adotado como referência corresponde ao da data de defesa da dissertação ou tese. (Tabela 4)

Tabela 4 - Distribuição temporal de defesas segundo ano de defesa e temática de pesquisa em programas de pós-graduação

Período da produção	Número de trabalhos por categoria			
	Horticultura	Hortaliças	Olericultura	Olerícolas
2011	76	192	16	61
2012	59	238	13	62
Total	135	430	29	123
Total geral	717			

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir do levantamento realizado no Banco de Teses da Capes. Pesquisa atualizada até agosto de 2015.

A despeito do recorte temporal viável, considerando a disponibilização de trabalhos apenas para os anos de 2011 e 2012, pode-se afirmar que ainda há, para cada ano, um predomínio de pesquisas realizadas sobre hortaliças e horticultura, com respectivamente 60% e 20% do número de teses e dissertações.

A categorização dos objetos de estudo nas dissertações e teses elaboradas segundo as categorias temáticas de busca permitiu a ampliação do universo valorizado pelos

pesquisadores. Em relação à horticultura, os autores se orientaram segundo os temas apresentados conforme a Tabela 5 a seguir.

Tabela 5 - Temas de dissertações e teses segundo a temática horticultura

Temas	Horticultura
Agricultura familiar	01
Agricultura orgânica	08
Agricultura urbana	01
Agronegócio	01
Agronomia e técnicas de cultivo	49
Hidroponia e produção em estufas	01
Manejo de solo e recursos naturais	24
Plantas medicinais	01
Saúde alimentar, valor nutritivo dos produtos agrícolas	02
Sustentabilidade e relações ambientais equilibradas	02
Tecnologia de alimentos e hibridização de variedades agrícolas	32
Toxicologia, efeitos de poluentes sobre sistemas produtivos	02
Trabalho (mulher), relações de gênero	01
Uso do solo, formas de manejo e técnicas de adubação	10
Total	135

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir do levantamento realizado no Banco de Teses da Capes. Pesquisa atualizada até agosto de 2015.

Valorizando a horticultura como objeto de reflexão, as temáticas decorrentes apontam para maiores investimentos no campo da agronomia, da tecnologia de cultivos e manejo de sistemas produtivos. O predomínio desses temas aponta para a finalidade dos investimentos realizados sobre a horticultura, objetivando o aumento da produtividade tanto por sistemas de manejo, quanto do aperfeiçoamento genético e técnicas de adubação e fertilização química. A horticultura enquanto objeto privilegiado de reflexão de processos de trabalho familiar, sua relação com a agricultura urbana e redes de comercialização, por exemplo, não receberam a atenção dos pesquisadores no período correspondente aos dados disponibilizados pela Capes.

Os temas referenciadores dos investimentos de autores que adotaram a categoria hortaliças são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 - Temas de dissertações e teses segundo a temática hortaliças

Temas	Hortaliças
Agricultura familiar	6
Agricultura orgânica	17
Agricultura urbana	2
Agronegócio	3
Agronomia e técnicas de cultivo	237
Assentamentos rurais	1
Condições de trabalho de produtores	1
Cooperativa de trabalhadores e produtores rurais	2
Etnociência: saber tradicional	1
Hidroponia e produção em estufas	7
Manejo de solo e recursos naturais	31
Mercado de produtos agrícola, condições de comercialização, processamento	10
Paisagismo, alteração da paisagem, recomposição florestal	1
Plantas medicinais	3
Sanitarismo, infraestrutura urbana	2
Saúde alimentar, valor nutritivo dos produtos agrícolas	39
Sustentabilidade e relações ambientais equilibradas	8
Tecnologia de alimentos e hibridização de variedades agrícolas	28
Toxicologia, efeitos de poluentes sobre sistemas produtivos	8
Trabalho (mulher), relações de gênero	1
Uso do solo, formas de manejo e técnicas de adubação	8
Total	430

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir do levantamento realizado no Banco de Teses da Capes. Pesquisa atualizada até agosto de 2015.

Em relação às temáticas que orientaram as produções sobre hortaliças é notório o predomínio pela agronomia e técnicas de cultivo, em seguida pelos investimentos realizados sobre saúde alimentar e tecnologia de alimentos e hibridização de variedades agrícolas. Comparativamente ao universo de temas valorizados nos estudos sobre horticultura, os que incidem sobre hortaliças eram equivalentes à incorporação de novos debates, principalmente sobre assentamentos rurais; cooperativismo de trabalhadores e produtores rurais; etnociência e saberes tradicionais; mercado de produtos agrícolas, condições de comercialização e processamento; paisagismo, alteração da paisagem, recomposição florestal; sanitário e oferta de infraestrutura urbana; e condições de trabalho de produtores. Relativamente aos investimentos assim orientados, a discussão sobre o mercado de hortaliças foi temática de 10 pesquisas.

O universo dos temas privilegiados pela realização da busca com a categoria chave olericultura é apresentado na Tabela 7.

Tabela 7 - Temas de dissertações e teses segundo a temática olericultura

Temas	Olericultura
Agricultura orgânica	02
Agronomia e técnicas de cultivo	21
Cooperativa de trabalhadores e produtores rurais	01
Educação no campo	01
Plantas medicinais	01
Sustentabilidade e relações ambientais equilibradas	01
Uso do solo, formas de manejo e técnicas de adubação	02
Total	29

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir do levantamento realizado no Banco de Teses da Capes. Pesquisa atualizada até agosto de 2015.

A contribuição do campo da agronomia para os estudos sobre a olericultura foi predominante frente às demais contribuições relativamente pontuais. O levantamento realizado sobre essa vertente da produção agrícola, comparativamente à categoria anteriormente valorizada, reduziu a diversificação de temas. No entanto, as pesquisas que valorizavam a olericultura como termo referenciador incluiu a temática da educação no campo.

Por fim, o universo de temas que orientaram as teses e dissertações sobre a temática olerícolas é indicado na tabela que segue. (Tabela 8)

Tabela 8 - Temas de dissertações e teses segundo a temática olerícolas

Temas	Olerícolas
Agronomia e técnicas de cultivo	100
Manejo de solo e recursos naturais	4
Quilombolas e populações tradicionais	1
Sustentabilidade e relações ambientais equilibradas	1
Tecnologia de alimentos e hibridização de variedades agrícolas	14
Toxicologia, efeitos de poluentes sobre sistemas produtivos	1
Uso do solo, formas de manejo e técnicas de adubação	2
Total	123

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir do levantamento realizado no Banco de Teses da Capes. Pesquisa atualizada até agosto de 2015.

Sobre a temática olerícolas foram predominantes os investimentos no campo da agronomia, com mais de 80% dos trabalhos elaborados conforme o período disponibilizado

pela Capes. Comparativamente às demais categorias base, houve a inclusão da temática quilombolas e o abandono de outras valorizadas, principalmente sobre as hortaliças (com 21 temas distintos), horticultura (14 temas) e olericultura (7 temas), respectivamente.

Quanto às classificações temáticas que adotei, ressalto que tentei respeitar as interseções e ambiguidades, já que não pude deixar de considerá-los. O abandono desses princípios de organização de teses e dissertações, talvez permitisse uma organização mais precisa dos dados, no entanto, mesmo reconhecendo as arbitrariedades desse processo, deixá-los de lado poderia pulverizá-los.

Cabe considerar que os trabalhos disponibilizados pelo Banco de Teses da Capes correspondem à iniciativa dos autores dos trabalhos vinculados aos programas de pós-graduação no país. Para fins analíticos, demonstram a relativa precariedade dos investimentos até então realizados no sentido da compreensão da produção hortícola e temáticas variantes no Brasil. Minha intenção aqui não era a de esgotar todas as contribuições a respeito da produção de hortaliças em suas múltiplas abordagens, mas valorizar os poucos investimentos produzidos, chamando atenção para a necessidade de atribuir maior atenção em nossas pesquisas sobre a produção de hortigranjeira, mesmo que tangencialmente incorporados, principalmente pelas ciências sociais.

CAPÍTULO II - CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE DE AGRICULTORES

Diante do que fui levada a valorizar pelas condições de vida de agricultores, gostaria de chamar atenção para a importância da análise da relação de produção enquanto uma das possibilidades de constituição de vínculos sociais por esses agentes. Na tentativa de compreender os usos de termos que designam a multivariada de suas funções, deparei-me com uma diversidade de casos e situações em que os produtores me apresentavam. O leque de atividades que realizavam, tanto aquelas voltadas prioritariamente ao abastecimento da unidade familiar quanto aquelas que possibilitavam maiores rendimentos, evidenciava a dinamicidade das práticas sociais.

II.1 Constituição do grupo de interconhecimento: os *agricultores* e os *de fora*

Para compreender os significados que os usos dos termos *agricultores* e *de fora* ou *estranhos*, foi preciso ultrapassar os limites que a própria condição de realização de trabalho de campo oferece. Passei a adotar o uso desses termos nos seguintes sentidos: como *agricultores* reconheço agentes sociais que em condições relativamente favoráveis de acesso à terra investiram na valorização deste recurso como fonte de produção de riquezas, mesmo que esse investimento não tenha se prolongado no tempo. O termo *de fora*, frequentemente utilizado pelos *agricultores*, viabilizou a compreensão de princípios estruturantes das ações e de constituição daquele conjunto de agentes sociais com as especificidades requeridas. Equivalia a agentes que tiveram acesso a terra por compra em decorrência de processos de fragmentação e de formas de vida distanciadas da terra como fonte de riquezas.

Assim, a compreensão das relações pelo sistema de posições e diferenciações internas parecia apontar para a distinção entre agricultores de longa fixação residencial em Vargem Grande: aqueles que vieram de fora; os que se mantiveram na atividade agrícola; os que a tomaram como uma das fontes de constituição de rendimento; ou os que a abandonaram. O universo social dos *estranhos* ou *de fora*, tal como reconhecido pelos interlocutores, compreende um grupo de pessoas que, como refletiu Geertz (2008), não

compartilham dos mesmos princípios de afiliação fundamentais para a agregação e constituição de comunidade de agricultores de Vargem Grande.

Para estruturar o exercício de demonstração do que pude compreender como princípios norteadores das ações desses agentes, elaborei dois modelos analíticos. O primeiro deles estaria orientado pela análise do modo de vida diferenciado pelo uso desses termos de sentidos locais.²⁰ Nessas condições, poderia relacionar o modo de vida de agricultores com outras formas distanciadas desse modelo. A análise assim conduzida colocaria em evidência, mesmo considerando as especificidades dos agentes, os benefícios adquiridos e as limitações à manutenção dessa posição pela valorização das condições de produção agrícola.

No entanto, ao me orientar por esta perspectiva, me aproximaria do que os interlocutores recusaram como forma de autoreconhecimento, como mencionei no texto introdutório pelas tentativas de aproximação com os agricultores de Vargem Grande. A imposição de questões relacionadas às condições de plantio poderia evidenciar processos produtivos e relações familiares ou ainda possibilitaria a compreensão dos efeitos provocados pela interferência do mercado sobre a estrutura organizacional desse universo social. Mas, ao enfatizar o processo de produção, deixaria de lado relações sociais para além daquelas constituídas com os meios de produção e com o mercado. Como pude perceber pelas entrevistas, inúmeras são as redes de relações que os *agricultores* estabeleceram para corresponder a projetos diversos que objetivavam para si e também para filhos, investimentos esses que só pude ter acesso porque adotei outra perspectiva frente aos produtores.

A estruturação do exercício de demonstração pautado na análise de *agricultores* e os *de fora* restringir-me-ia ao entendimento de aspectos produtivos, substancializando de certo modo o sistema de posições local. Sobre análises assim estabelecidas, Norbert Elias (2000), ao refletir sobre relações de poder numa zona industrial situada em pequena comunidade da Inglaterra, chama atenção para o fato de que o sistema de posição, longe de ser definido pelo aspecto econômico, manifestava uma diversidade de práticas sociais. Como demonstrou, a esse sistema correspondia processos sociais de exclusão e de discriminação de agentes constituídos em posições consideradas como desfavoráveis.

²⁰ O reconhecimento de formas de ação e de produção de conhecimento foram valorizados por Geertz (2013) como questões fundamentais ao estudo de processos sociais em espaços locais que correspondem a fenômenos cotidianos por ele identificados como senso comum.

Caso elege-se como central a análise contrastiva dessas categorias poderia produzir interpretações que não corresponderiam ao entendimento manifestado pelos interlocutores, como advertiu Geertz (2013: 11) ao refletir sobre o modo como produzimos nossas análises no campo das ciências sociais. Diante disso, os agentes sociais *de fora*, tal como mencionaram os *agricultores*, sinalizavam para processos sociais de apropriação daquele espaço mediante a valorização de princípios diferenciados de orientação das ações e de apropriação de recursos, principalmente a terra.

Distanciando-me do modelo de pensamento pautado na contraposição de categorias ou no foco nas diferenças que este sistema de posição firmado entre *agricultores* e os *de fora* pode corresponder, reitero a importância da contribuição de Elias (2000) para refletir sobre os fatores reconhecidos como marcadores da condição de igualdade, ou seja, de graus variados de coesão social viabilizadores da constituição do grupo de interconhecimento.

Outra possibilidade de análise dos dados, pela qual me oriento, valoriza as condições de vida de agentes sociais segundo a constituição de relações sociais diversas. A constituição da posição ocupada pelos agentes no momento de realização do trabalho de campo é situacional. A contingencialidade desse sistema de posições está relacionada à possibilidade de realização de diferentes práticas sociais. Assim, para desenvolver este exercício analítico, abandono o modelo analítico de categorias contrapostas para valorizar a capacidade criativa desses produtores na objetivação de práticas e produtos a elas incorporados, conforme valorizou Bourdieu (2011: 143) ao analisar os modos de apreensão de diferentes práticas sociais.

Valendo-me desta contribuição, passei a valorizar a capacidade individual do produtor em processar a experiência social e conceber formas de lidar com a vida. Considero que a capacidade criativa dos produtores corresponde a processos de elaboração e reelaboração de respostas quase sempre pautadas na valorização da condição de autonomia e da minimização dos efeitos adversos do mercado sobre as unidades de produção que gerem.

Por este mesmo prisma, outros cuidados foram igualmente interpostos, como é o caso da subordinação dos agricultores aos princípios do mercado. Recorrentemente, o reconhecimento da subordinação desses agentes a outros sistemas de poder tem produzido cristalizações empíricas que, longe de contribuir para a compreensão dos princípios norteadores das ações, terminam por imputar-lhes certa apassivação e limites para reorganização e avaliação de novos padrões e valores. (Van Der Ploeg, 2008)

Ao atentar-me para esses aspectos me aproximo das considerações que Neves (2007) apresentou acerca dos critérios de diferenciação de modos de organização de agricultores ao analisar a contribuição de autores em campos acadêmicos americanos e europeus. Como apontou, a classificação dos produtores correspondia a critérios de utilização da força de trabalho e aos modos de gestão da produção social, segundo investimentos políticos e quadros institucionais de processos de constituição de programas públicos ou de intervenção social.

Por este prisma, o universo social por mim valorizado para análise abarca agentes sociais que orientaram suas ações enquanto pertencentes à comunidade de horticultores. Alguns deles desfrutando da condição de proprietários de terra, outros como meeiros, mas também agentes relacionados ao desempenho de funções da comercialização e do transporte de produtos agrícolas. Sobretudo, priorizei o diálogo com agentes sociais relacionados às etapas de produção imediata, do transporte e da comercialização de produtos hortícolas. Mantive também relações com chefes de grupos familiares, respectivas esposas e, quando foi possível, os filhos. Portanto, mas não só agentes vinculados ao processo produtivo de hortaliças.

A faixa etária compreendida por esse universo de entrevistados corresponde a indivíduos entre 25 anos e 80 anos de idade, aproximadamente. A seleção do universo social de pesquisa foi orientada analiticamente pelas contribuições oferecidas por Geertz (2008). Como ressaltou, a etnografia representa uma forma de conhecimento no qual o trabalho de pesquisa pressupõe a constituição de relacionamentos entre pesquisador e informantes. Segundo o autor, o processo de seleção do universo social de pesquisa é definido pelo desafio necessariamente elaborado frente à possibilidade de compreendermos “nossas próprias construções sobre as construções de outros”. (Geertz, 2008: 7)

O pequeno grupo de moradores compartilha, em sua maioria, algum tipo de integração, seja pela atuação em estabelecimentos comerciais do bairro ou por formas diferenciadas de relações de produção agrícola, ou ainda porque participaram, direta ou indiretamente, de um dos processos de fragmentação da terra.

Ao refletir sobre as práticas dos interlocutores enquanto componentes do grupo de interconhecimento, conforme considerado por Weber (2009) ao voltar sua atenção ao entendimento de práticas operárias em contextos sociais internos à fábrica e seu exterior mediante trabalho etnográfico junto aos moradores da cidade de Montbard, no nordeste da França. O modo como a autora operacionaliza tal conceito coloca em evidência um conjunto

de atores sociais que compartilham de processos sociais no qual ninguém escapa ao interconhecimento. (Weber, 2009: 35)

Ao me valer dessa contribuição, pude também refletir sobre aqueles casos de moradores que não apenas realizavam a atividade agrícola, como ainda aqueles que desempenhavam outras atividades possíveis, inclusive para projeção dos filhos. Em alguns casos, os produtores evidenciavam os constrangimentos no acesso a terra os quais alguns produtores pudessem investir na continuidade do trabalho que desenvolviam como agricultores. Esta forma de produção corresponde ao modelo espacial de organização da terra pautada na diversificação de formas possíveis de apropriação do solo em Vargem Grande, como será demonstrado posteriormente.

II.2 Trabalho agrícola como condição de reprodução social

Ao analisar as condições de constituição do produtor e as possibilidades de manutenção nesta posição evoco a importância de alargar o campo analítico para além das relações familiares e mercantis. A aceitação do dinamismo que marca essas relações pressupõe a compreensão do produtor integrado a quadros de instituições e de recursos disponíveis. Os processos de constituição da condição de produtor são regulados por princípios diversos e, em sendo assim, a valorização unicamente econômica das práticas desses produtores, como advertiu Bourdieu (2011: 171) ao analisar os princípios que regem a ação que o senso prático representa, faz com que sejam secundarizadas ou mesmo desaparecidas, inúmeras outras ações, coerentes ou não com as condições objetivas de sua realização.

A condição da posição de agricultores se manifesta sob uma variedade de possibilidades e contextos sociais e, enquanto categoria analítica, é historicamente construída em jogos de forças e segundo graus variáveis de produção para o mercado. Este modo de compreensão da posição de produtores foi valorizado por Godoy *et alii* (2009: 24) ao investir na sistematização de formas reconhecidas de campesinato por autores que contribuíram com estudos de caso publicados na coletânea História Social do Campesinato no Brasil, compilados sob a temática Diversidade do campesinato: expressões e categorias, no volume 1.

Para compreender as condições em que ocorre a produção desses agentes é fundamental reconhecer sua capacidade de enfrentamento de limites e de construção de alternativas de reprodução social ou mesmo de elaboração de novos projetos de vida frente a situações de dominação, desde que elas não sejam apenas pensadas pela dominância do capital ou pela fragilidade das condições de possibilidades de continuarem com o projeto que elaboraram enquanto agricultores.

De certo modo, o entendimento de que os agentes da produção estão constrangidos ao desempenho desta única função faz ressaltar a visão unicista em relação a formas de gestão produtiva orientadas a partir de outros princípios e valores sociais que se manifestam tanto na alocação de recursos, quanto no recrutamento da mão de obra da família e demais práticas orientadoras dos processos de gestão da herança e de socialização de filhos, além daquelas que permitirão a construção de diferenciados projetos de reprodução social, como chamaram atenção Godoy *et alii* (2009: 23).

Além disso, Neves (1985, 1995) pelos investimentos realizados no sentido da compreensão do processo de diferenciação socioeconômica de agricultores, tem se referenciado a suposições assumidas como pressupostos teóricos, conjecturas tanto de ordem política quanto ideológica que terminam por reificar a noção, abrindo mão de seus desdobramentos no sentido da elaboração de relações para além deste contexto, concretizando conceitos e processos. Segundo mencionou a autora:

Sugiro que as unidades de produção sejam pensadas muito mais como expressões de posições ocupadas pelos agricultores, como valorização de determinadas posições ou alternativas dos produtores; e sejam relativizadas no que tange à compreensão enquanto estruturas produtivas definidas. (Neves, 1995: 35)

A necessidade de relativização das unidades de produção permite evidenciar que não é o *agricultor* em si mas as condições de possibilidade de manutenção desses agentes sociais nesta posição que devem ser levadas em conta nas análises. Tal como advogado, somente uma análise situacional permitirá trazer a riqueza de experiências e de relações que os estudos sobre a agricultura devem expressar.

Na situação empírica por mim valorizada, as condições de constituição de produtores e demais agentes sociais por mim incorporados para refletir sobre o objeto analítico correspondem a princípios diferenciados de apropriação de recursos e de elaboração de projetos de reprodução social. A delimitação desses campos de ação expressos em atributos sociais permitiu evidenciar formas diferenciadas de percursos de vida de produtores,

mediante possibilidades de acesso e incorporação de recursos diversos para elaboração de projetos de reprodução social.

Para compreender a construção de campos de ação pelos agricultores, quando do intercâmbio em trabalho de campo, é preciso analisar, contrastivamente, as situações históricas que eles delinearão como constitutivas das condições de socialização no percurso de trabalhadores agrícolas em Vargem Grande. O processo de socialização que narravam correspondia a diferentes posições que galgaram pela afiliação ao grupo familiar. Portanto, alguns se identificavam como pais, outros como filhos ou como netos. Por esta aproximação, proponho uma perspectiva totalizante (cf. Mauss, 2003) de reflexão sobre agentes sociais, inclusive os agricultores.

O delineamento da perspectiva processual paulatinamente ia sendo esboçada em conformidade às narrativas dos agentes sociais, chamando minha atenção para a necessidade de uma abordagem teórica que desse conta dessas múltiplas temporalidades.

O reconhecimento das condições situacionais e fluidas em que os agricultores se constituíram implica na valorização de diversas formas de conversão e adequação de processos sociais. Igualmente, não posso pensá-los unicamente sob o prisma da mudança porque, ao abordá-los desta forma, poderia reafirmar descontinuidades ou processos lineares de transformação. Diante dessas considerações, passei a reconhecer que a condição de produtor corresponde à possibilidade de acesso a base de recursos e aos modos como esses recursos são incorporados ao processo de trabalho.

As condições situacionais de elaboração de projetos que priorizo permitem não apenas revelar a capacidade de agenciamento dos sujeitos, como também possibilitam colocar em evidência as temporalidades diversas que orientam a compreensão desses campos de ação pela apropriação de recursos limitados. Tanto que, em outros casos, podem ainda abarcar situações de relativo insucesso, porque os fins alcançados não produziram os efeitos esperados pelos interlocutores.

Assim, a análise pautada no reconhecimento da condição da posição de produtor permite ainda evidenciar processos de tomada de decisão em função de probabilidades objetivas segundo as condições potenciais de seus parceiros e também dos limites que lhes são impostos. Assim, o processo produtivo pode corresponder, nesta perspectiva, a práticas diferentes ou também ter como complementar recursos diferentes e até mesmo opostos.

II.3 Variedade de vínculos produtivos

A valorização da autonomia relativa enquanto busca pela liberdade na gestão de projetos de reprodução social e na constituição de vínculos de trabalho coloca em evidência a condição dos produtores enquanto agentes de processos produtivos. Os projetos assim elaborados, como advogo, estão fundamentados na variedade de vínculos produtivos como forma de obtenção de recursos complementares ou mesmo prioritários. Em muitos casos, como sinalizaram os interlocutores, esses recursos são destinados ao abastecimento da unidade de consumo ou ainda à manutenção do modo de reprodução a partir do trabalho com a terra.

Para realização deste investimento analítico, considero as diferentes estratégias valorizadas por produtores em situações em que a realização da atividade agrícola é uma das possibilidades priorizadas para assegurar os interesses do grupo familiar. Por tal posicionamento, valorizo investimentos internos à própria unidade de produção, como também aqueles decorrentes de processos externos a este universo de relações. O reconhecimento dessa variedade de vínculos produtivos permite compreender as práticas sociais contrastivamente aos processos de diluição ou fragmentação da condição de agricultor, tal como abordei no capítulo anterior.

Se o reconhecimento do trabalho agrícola tem sido marcado em algumas análises pelas interconexões econômicas pautadas no reconhecimento da agricultura enquanto atividade enraizada no jogo entre o equilíbrio e o desequilíbrio dessas relações, tal como ressaltou Van der Ploeg (2008: 18) ao estudar os agricultores em contextos de valorização de indústrias agroalimentares, reconheço a necessidade de pensar as outras práticas realizadas pelos produtores.

Ao pensar as outras práticas que se constituíram em contextos diferenciados de oferta de recursos (materiais e/ou simbólicos, públicos e/ou privados) destaco a diversificação de vínculos pelos produtores de Vargem Grande. O reconhecimento de modos de integração diferenciados, para além do trabalho que realizam com a terra, permitirá ainda que práticas de trabalho que se realizam e se constituem fora do tempo dedicado ao plantio sejam igualmente consideradas. Pensar os agricultores também pela capacidade de realização de outras tarefas permite, inclusive, compreender aqueles casos em que produtores se encontravam dedicados à realização de tarefas laborativas e profissionais (caseiros,

motoristas, jardineiros e etc) e também àquelas relacionadas a investimentos escolares no âmbito do ensino superior (professores, fisioterapeutas, enfermeiros, etc).

Assim, se o produtor se mantém ocupado, mesmo tendo finalizado as atividades exigidas pelo trabalho diário nas lavouras, ou ainda se a manutenção do vínculo oscila segundo a sazonalidade dos cultivos, ou mesmo em relação à possibilidade de obtenção de maiores rendimentos e de redução de prejuízos, é porque a posição que ocupam enquanto agricultores não corresponde a manifestação uníssona de sua potencialidade enquanto agente social.

II.4 Campo de ação como princípio metodológico

A operacionalização desse quadro de relações nas condições em que pude perceber, não apenas pela consideração do que me foi apresentado pelos informantes-chave de pesquisa, mas pelo que também foi compartilhado pelos demais interlocutores, só se tornou possível pela valorização do conceito de campo de ação, elaborado por Oliveira Filho (1988: 13), ao investir na compreensão dos princípios objetivantes das ações dos Ticuna em situação de tutela pela instituição de assistência e proteção a este grupo indígena. Mantendo diálogo com o autor, passo a investir no estudo de processos sociais que geram e modificam os modelos produtivos valorizados por aqueles agricultores, ao assumirem como relevantes a possibilidade de atendimento às demandas individuais. Por esta contribuição, o campo não pode ser compreendido a partir de fronteiras delimitadas de atuação dos agricultores.

Oliveira Filho (1988: 24), a partir de estudo de caso, constrói o objeto de estudo a partir da noção de contato social, compreendendo a ação social enquanto ação política intencional dos atores históricos. Para dar conta da abordagem das unidades de ação política, ele enfatiza o exercício da demonstração mediante interpretação de dados. Por tal exercício, considera como entraves à pesquisa a naturalização e as discontinuidades das análises que, por vezes, operam pela polaridade entre abordagens internas e externas.

À medida que ia conhecendo e tomando consciência daquela situação de pesquisa, pelas narrativas que ouvia, passei a valorizar um outro ponto de vista: os produtores iam paulatinamente construindo alternativas, reorganizando modelos de reprodução, conforme as possibilidades de incorporação de fatores diversos. Para compreender os processos de

elaboração de estratégias de reprodução social pelos agricultores, passei a considerar fatores organizacionais da vida social desses agricultores enquanto ponto nodal da minha pesquisa.

Por campo de ação, longe estou de pressupor uma totalidade ou unidades de análise morfológicas, mas fluxos de investimentos na constituição de alianças, contraposições e rearticulação de estratégias orientadoras de práticas diferenciadas de agricultores. Para dar conta dessa análise, considero as contingências e as interdependências, formalmente institucionalizadas ou não, acasos e investimentos externos inesperados que esses agricultores souberam reordenar segundo objetivos próprios.

O processo de aproximação com os informantes viabilizou a compreensão dos princípios estruturantes daquele conjunto de agricultores, permitiu o abandono de algumas pré-noções e o rompimento com certas visões sobre o outro que impediam a compreensão do processo de mudança social que estava em jogo nesta situação de pesquisa.

Atenta às questões que emergiram no decorrer da pesquisa, valendo-me também dos investimentos no sentido da complementação de informações pelo levantamento da produção bibliográfica e junto às instituições de elaboração de dados estatísticos, passei a valorizar e a trilhar outros caminhos de reflexão sobre as possibilidades de estudo do saber prático.

Para refletir sobre os modos de construção de diferenciados campos de ação pelos agricultores considero a qualificação dos agentes sociais segundo as diversas etapas do ciclo do grupo doméstico. Pude assim trazer à tona as formas de investimentos possíveis e alternativas valoradas para elaboração de projetos para os filhos. Para compreender essa forma de constituição individual dos descendentes, incorporo conceito analítico de grupo doméstico elaborado por Meyer Fortes (1974: 12), como apresentado anteriormente. Por esta noção, procuro dar conta das condições em que os indivíduos constituíram interconexões. Refletir a partir destas unidades de análise pressupõe perspectiva diacrônica de análise das relações sociais, priorizando os deslocamentos temporais na organização da estrutura doméstica, expressos inclusive em possíveis rituais que enfatizam as passagens pelas fases do ciclo de vida, como o nascimento de filhos, o casamento²¹ e a partilha do patrimônio.

Por tal delimitação, considere os interlocutores como integrantes de um conjunto intergeracional, marcado ou não por laços de consanguinidade, que compartilham princípios

²¹ Para fins dessa análise, adoto definição elaborada por Sarti (1996: 48). Segundo a autora, o casamento é o projeto inicial a partir do qual se constitui a família. Também é considerado alternativa viabilizadora de projetos de melhoria das condições de vida, projetos esses dotados de representações distintas entre homens e mulheres.

de organização e de divisão social de trabalho familiar, de acordo com mudanças no ciclo de vida, conforme apresentado por Galeski (1972: 14) O grupo doméstico, enquanto mecanismo institucionalmente reconhecido de reprodução social e biológica, é definido não apenas a partir das relações internas, mas também daquelas que respondem a interferências de campo externo, como advertiu Fortes (2011: 2).

Os interlocutores comentavam, no presente, processos que não se limitavam ao momento de realização da entrevista, mas construíam reflexões considerando, em alguns casos, os saberes transmitidos pelas narrativas que ouviam dos pais; em outros, pelas experiências que tiveram, na infância, na condição de ajudantes do trabalho nas lavouras; ou ainda aqueles que, socialmente integrados em outras redes, passaram a se dedicar ao trabalho agrícola por períodos intermitentes.

As reflexões sobre o período de tempo qualificado pela abundância, pelo tipo de alimentação e de maneiras com que exprimiram sociabilidades e trocas intervicinais, condições asseguradoras da autonomia do produtor vis a vis às imposições de circulação mercantil dos produtos, pude perceber alguns dos princípios constitutivos dos diferenciados campos de ação construídos por esses agricultores.

Feita essa ressalva, a noção de campo de ação enquanto princípio metodológico permitirá compreender o conjunto de redes de interações delimitadas pelos próprios interlocutores, segundo as condições de incorporação e de valorização para operacionalizar projetos e estratégias de ação para si e também para os filhos, tal como proposto por Oliveira Filho (1988: 13). Principalmente porque considero que o fim da “carreira” como agricultores que os interlocutores anunciavam não pode servir como norte da análise acadêmica, tal como proponho realizar.

O investimento dos agricultores em Vargem Grande na produção de hortaliças é uma das alternativas possíveis de reprodução social. Por esse prisma, a temática do estudo do saber não se perde de vista, mas não se restringe àquela do estudo da produção material em si. Incide sobre condições de constituição na posição de agricultor que a partir dela e por ela pode construir estratégias outras para além do trabalho agrícola. Sem perder de vista a questão inicialmente por mim proposta, este é um estudo sobre a construção e transmissão de conhecimento que abarca processos outros, por vezes impensáveis pelo pesquisador, tal como inicialmente assumi. Adotando perspectiva mais ampla, reflito sobre práticas socioculturais constitutivas do saber desses agentes sociais para definir e redefinir condições de inserção social.

II.4.a Princípios de afiliação de produtores em Vargem Grande

A compreensão de diversos campos de ação só foi possível porque estive sempre atenta, durante as entrevistas e conversas informais, a mudanças nos diferentes princípios que orientavam as afiliações, segundo contextos diferenciados a partir dos quais eles se posicionavam para ação prática. (Oliveira Filho, 1988: 13) A análise de cada um desses contextos está pautada na contraposição ao tempo presente, momento de realização da pesquisa. Por tal posicionamento, pude perceber que esses campos são constituídos por investimentos diversos. Em cada situação, a complementariedade de projeções é avaliada, redefinida, deslocada, em consonância com alternativas percebidas e reordenadas, segundo possibilidade de controle de recursos e constituição de si como agente social e econômico.

A cada contexto de elaboração de distinções era possível compreender a referência a um conjunto de relações e de processos correspondentes à entrada e/ou saída de outros agentes sociais; alguns deles fundamentais à constituição de meios coletivos de reprodução do segmento social, marcando a fluidez das relações constitutivas da condição desses produtores.

Pela atenção a tais investimentos avaliativos de processos de mudança ou deslocamento social, projetei três campos de ação distintos: a) um deles corresponde à situação histórica de predomínio referencial de relações familiares e vicinais, de proclamação da autossustentabilidade como orientadora de racionalidades sociais que prescrevem restrições e limites decorrentes do quadro de instituições disponíveis. Este campo de ação foi diferenciado dos demais pela valorização de relações personalizadas que agregavam diversos agentes e definiam afiliações institucionais. Também corresponde à construção de metas de reprodução social elaboradas pelo reconhecimento das referências hegemônicas pautadas em instituições de parentesco e religiosas. Tais potencialidades se coadunavam à prática agrícola que priorizava projetos de reprodução como agricultores, tangencialmente mercantis; b) O outro campo de ação foi demarcado pela constituição de alternativas diferenciadas, muitas delas incorporadas, não de modo uniforme, mas variado, segundo capacidades avaliativas e de elaboração de projetos. Este campo de ação se constrói e se expande pela interconexão de relações econômicas entre unidades especializadas de produção, pela provisão de padrões de laços transversais entre produtores e agentes integrados a quadros institucionais emergidos em outros espaços sociais; c) Por fim, o último

campo que projetei revela princípios em que ser agricultor corresponde a restrições, mas também relativamente uma escolha pela ampliação da oferta de recursos materiais e públicos e diversificação de ocupações de trabalho.

A compreensão caleidoscópica desse universo de ações estará orientada pelos seguintes princípios de afiliação, que também conformam quadros de relações: unidade familiar de pertencimento, condições de produção agrícola e amplitude das relações de comercialização, demanda e oferta de instituições públicas, alternativas migratórias, condições de possibilidade para acesso diferenciado a recursos definidos como básicos a projeção da vida social. Esses princípios organizadores da ação que priorizo como eixos analíticos permitem compreender os diferentes fatores que regulam e também constroem a vida social na comunidade de produtores.

Os princípios analíticos foram apreendidos como eixos temáticos, tais como me propuseram os interlocutores da pesquisa. Na prática, eles se referem às condições de incorporação e de valorização de recursos para operacionalização de projetos e estratégias de ação, geralmente tomando em conta o casal de agricultores em reprodução basicamente orientada para a constituição dos filhos como agentes econômicos relativamente autônomos.

Para dar conta deste exercício, anoro-me, como eixo estruturante da análise, na trajetória social da família Silva. Tendo em vista que se fixou na região de Vargem Grande entre o final do século XIX e início do século XX, desse entrosamento, os familiares puderam acumular conhecimentos e experiências em diversas situações históricas. A esse agregado de casos que o grupo familiar expressa, incorporo outros que, ao se referirem aos mesmos processos, não tanto para confirmá-los, mas por diferenciada vivência num mesmo contexto, permitem a reconstrução de processos e constituições de fluxos e redes sociais explicitados no momento de realização da pesquisa.

Como demonstrei anteriormente, para auxiliar no entendimento dos campos diferenciados de ação social, valho-me de contribuições de autores que adotaram *démarche* próxima, mas também dados censitários oficiais e demais dados estatísticos e de fontes históricas. Essas contribuições, todavia, serão incorporadas na medida em que permitirão acompanhar a construção de quadros de possibilidades de ações inerentes ou não à constituição dos agricultores.

CAPÍTULO III - APROPRIAÇÃO DA TERRA E ATIVIDADE AGRÍCOLA COMO CONDIÇÕES DE VIDA

Antes de dar início à demonstração das condições de vida dos agentes sociais de Vargem Grande, gostaria de tecer algumas reflexões acerca do modo como construí a análise deste campo de ação, tendo já anteriormente apresentado algumas considerações. Elegi para este universo social algumas redes de relações entre as quais os agentes orientaram suas ações pela valorização de princípios familiares e parentais, mercantis e de oferta de recursos e de quadro institucional.

No âmbito das relações pautadas em referências da ordem familiar, analiso formas de utilização da mão de obra, segundo o grau de desenvolvimento dos membros. O grau de maturidade (Fortes, 1974: 14) alcançado interfere no modo de utilização da força de trabalho, principalmente dos pais. Os princípios de gestão das unidades de produção direcionavam a elaboração de metas para os demais membros familiares, particularmente para os filhos e, além disso, confluíam para a manutenção da autonomia familiar e dos processos produtivos.

Ainda em relação aos produtores que valorizaram relações familiares e de parentesco, destaco formas de acesso a terra pelos produtores, priorizando processos de concessão de pedaço de terra por *fazendeiros* a seus *colonos* e demais trabalhadores afiliados ao trabalho agrícola. Para além dessas relações contratuais que se estabeleceram neste contexto, incorporo à análise outras situações não previstas de acesso a terra em Vargem Grande. Chamo ainda atenção para os processos de composição das novas unidades familiares que, em muitos casos, se constituíam a partir de recursos próprios do novo líder mediante a antecipação da herança pelos pais.

Ao considerar as redes constituídas pelos produtores pela afiliação aos princípios de organização do mercado de produtos agrícolas, valorizo a oferta de mão de obra local para vinculação ao trabalho nas lavouras, mormente aquelas dedicadas aos circuitos de mercado de produtos agrícolas. É importante destacar, no âmbito dessas relações, que as redes constituídas pelo mercado desses produtos possibilitavam aos produtores a abertura do espaço social de relações. Por tais afiliações, pelo alargamento dessas redes, novos saberes e recursos puderam ser incorporados ao patrimônio desses produtores. O acesso a novos recursos viabilizou, em alguns casos, a diferenciação entre os trabalhadores agrícolas. Essas posições, por vezes, correspondiam ao desempenho de funções em momentos intercalados

de produção e comercialização segundo os ciclos produtivos; e, em outros, cabiam a trabalhadores reconhecidos pelo desempenho de papéis específicos: *produtor e freteiro*.

Além da constituição de novas posições pela relativa diversificação dos nichos de trabalho produtivo pela abertura para o mercado de produtos agrícolas, o sistema de posições dos agricultores foi colocado em questão. A valorização de outros padrões de produção emergiu para atendimento às demandas de consumo pelo mercado em ascensão em cidades vizinhas a Teresópolis.

A despeito do quadro de relações firmadas com instituições (públicas ou privadas), advogo a necessidade de refletir sobre a relação entre os agentes sociais e as restrições relativas na oferta de recursos. Neste cenário, a terra constituía-se enquanto fator prioritariamente valorizado para elaboração de projetos de reprodução social e de reconhecimento de modo de vida, tal como expressos pela relação entre *casas de rico* e *casas de pobre*. O sistema de posições que caracterizava esse campo também se constituía pela possibilidade de acesso ao crédito financeiro, obtido junto a instituições credoras ou pelas redes de confiança constituídas pelos produtores.

Ao atentar-me para os princípios de orientação das ações dos interlocutores de pesquisa, mediante reconhecimento da condição do sistema de posições que ocupavam, pude perceber os projetos que priorizavam para si. Diversos casos de produtores sinalizaram para as dificuldades relativas de acesso ao saber escolarizado. A secundarização da escola pelos produtores colocava em destaque não apenas um período marcado pelo predomínio de atividades agrícolas, como os limites no acesso a esse recurso, tendo em vista o reduzido quadro de instituições escolares presentes.

Para além desses setores da atividade, as redes de relações assim estabelecidas ultrapassam os limites de sua definição. Para demonstrar esses processos de interseção entre esses campos de atuação desses agentes, evidencio relações de solidariedade mútuas e camaradagem. As relações de troca, como identifiquei, perpassam esses limites teóricos e podem ser compreendidas pelas inúmeras situações de intercâmbio de alimentos, de favores para suprimento de mão de obra, bem como de facilitações no acesso ao crédito e outros benefícios sociais.

Ao me manter atenta às condições de possibilidades que os agricultores de Vargem Grande expressaram para colocação em prática de projetos de reprodução social, segundo os princípios de afiliação destacados para compreensão deste campo de ação, pude perceber processos diferenciados de constituição de si, pautados na idealização do trabalho

independente e autônomo. Este primeiro campo de ação, como pretendo demonstrar, está marcado pela hegemonia de relações personalizadas entre eles, segundo valores, sentidos e capacidade relativa de acesso a recursos, todos interdependentes das possibilidades de construção de redes de inter-relações. Os fluxos de relações que integram o espaço social delimitado por essas afiliações (Hannerz, 1997: 15)²² se coadunam a aspectos contingenciais e fluidos deste universo social, como aponte, referenciados pela defesa da autonomia familiar na gestão de processos produtivos, pela valorização das relações de parentesco e vicinais e pela abertura relativa para o mercado de produtos agrícolas.

III.1 Grupos familiares e atributos sociais

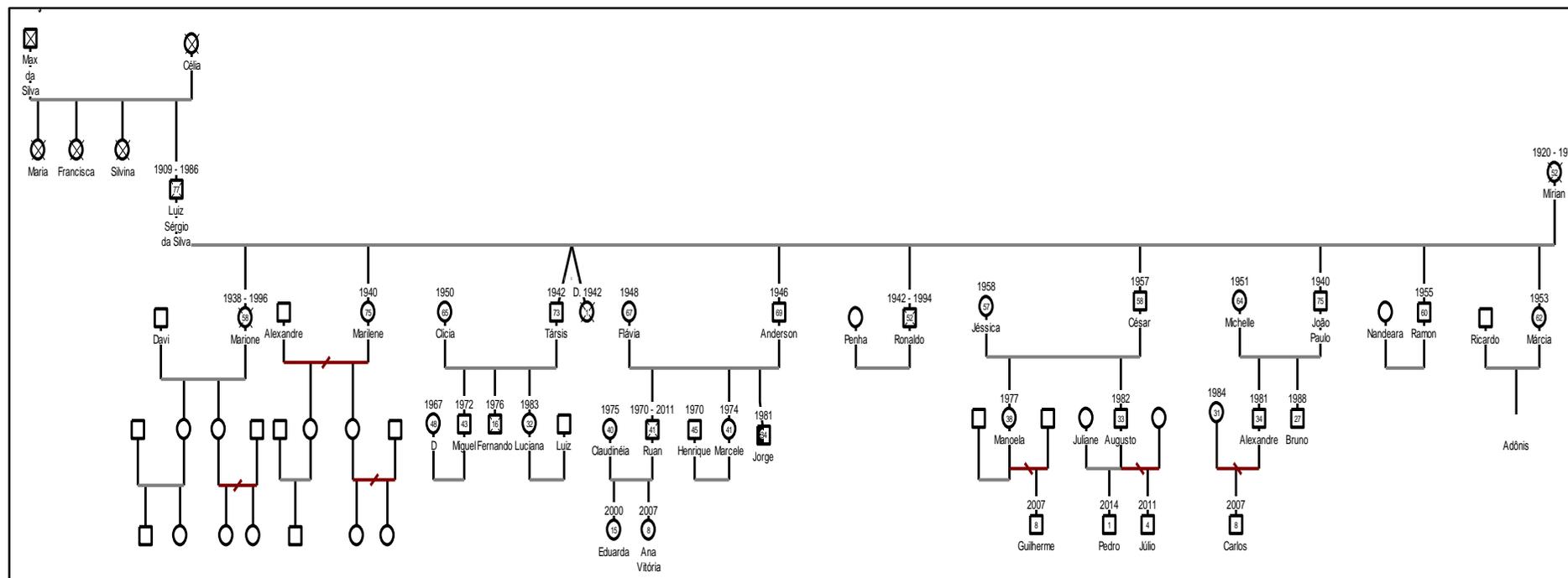
Os grupos familiares eleitos para demonstração das redes de relações destacadas apresentam trajetórias sociais correspondentes a casos de agricultores que se socializaram desde tenra idade no trabalho com a terra, posição a partir da qual também puderam construir alternativas complementares para se constituírem enquanto agricultores.

Como âncora analítica para compreender os princípios que orientaram as ações dos produtores entrevistados e que integram este primeiro campo de ação, elejo o caso de Seu Társis. Situado na terceira linha de descendência que os membros identificaram para a família Silva, nasceu em 1942 (contando com 72 anos quando da realização da entrevista). É um dos dez filhos de Seu Luiz Sérgio, familiar referenciado como da segunda descendência. Seu Luiz Sérgio (1909-1986) era o único filho homem, caçula, de uma unidade composta por três irmãs (Maria, Silvina e Francisca). Seu Max da Silva é referência comum aos demais irmãos de Seu Társis, valorizado como representante da origem do grupo de descendência familiar, assim demarcada porque corresponde à chegada do avô em Vargem Grande. A figura adiante apresentada permite visualizar a composição por descendência dos membros desta família e a identificação dos interlocutores. (Figura 2)²³

²² Por fluxo, adoto definição do autor, que corresponde a “uma série infinita de deslocamentos no tempo, às vezes alterando também o espaço, entre formas externas acessíveis aos sentidos, interpretações e, então, formas externas novamente; uma sequência ininterrupta carregada de incertezas.” (Hannerz, 1997: 15)

²³ Para chegar à elaboração das figuras sobre a composição geracional das famílias contei com a colaboração fundamental dos interlocutores de pesquisa. A idade apresentada em cada uma delas considera o momento de elaboração dos gráficos pela utilização da ferramenta GenoPro, em 2015.

Figura 2 - Composição geracional dos membros da família Silva



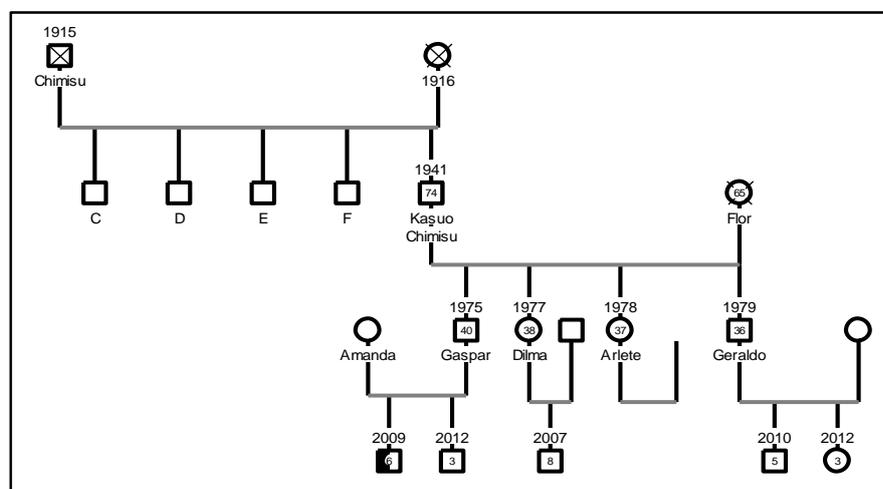
Fonte: Dados elaborados pela autora.

Seu Tárzis da Silva chamou atenção que a narrativa elaborada com a participação imediata dele próprio, tendo ouvido as histórias que o pai lhe contava sobre as experiências de vida, pode acumular conhecimento e pela capacidade comunicativa e prazer em falar do passado, pode elaborar uma versão da história para me apresentar.

Para realização deste exercício de compreensão dos princípios norteadores das condições de constituição na posição de agricultor, acompanho as redes de relações pela valorização de interlocutores que se autorreferenciaram como pertencentes ao universo social assim apreendido. Por tal modelo analítico, considero igualmente representantes de outros grupos familiares, em exercício demonstrativo de vínculos de redes sociais do que eles apresentam como comunidade de interconhecimento. Seu Tárzis, ele mesmo relativiza a versão pública da narrativa que irá apresentar: *na minha cabeça, as histórias vão se juntando. O meu pai me contava. O meu pai contava aquilo que o meu avô, o pai dele contou para ele. Então a história é assim.*

Seu Kasuo Chimisu, nascido em 1941, um dos cinco filhos da unidade familiar (Figura 3), com 72 anos quando da realização da entrevista, é agricultor aposentado. Chegou à região de Vargem Grande ainda na infância, acompanhando os pais, imigrantes japoneses. Seu Chimisu, pai do entrevistado, membro da primeira geração familiar por eles tomada por referência, chegou a região por volta do início da década de 1930. É igualmente reconhecido pelos demais entrevistados como alguém que, não compartilhando de uma mesma origem, integrou-se posteriormente à comunidade de pela incorporação dos princípios de constituição valorizados pelos demais produtores do bairro.

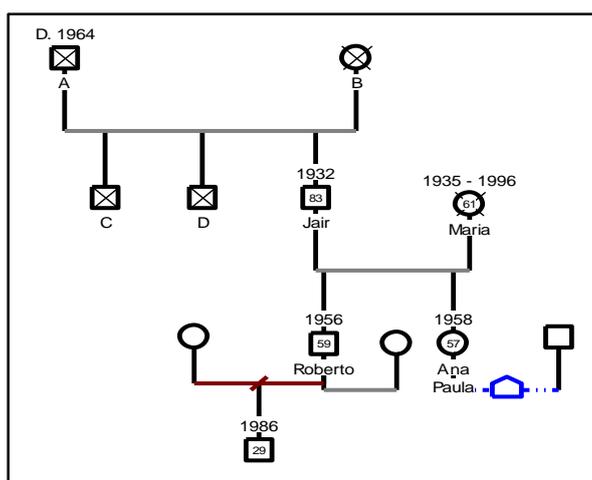
Figura 3 - Composição geracional dos membros da família Chimisu



Fonte: Dados elaborados pela autora.

Outro entrevistado por mim incorporado por demonstrar a construção da valorada origem comum na localização espacial é Seu Jair Magalhães (nascido em 1932), *freteiro* aposentado, contando com 82 anos no momento de realização da entrevista. Filho de agricultor, como se autoidentificou, foi *nascido e criado* em Vargem Grande; é o caçula dos três filhos da unidade familiar. (Figura 4)

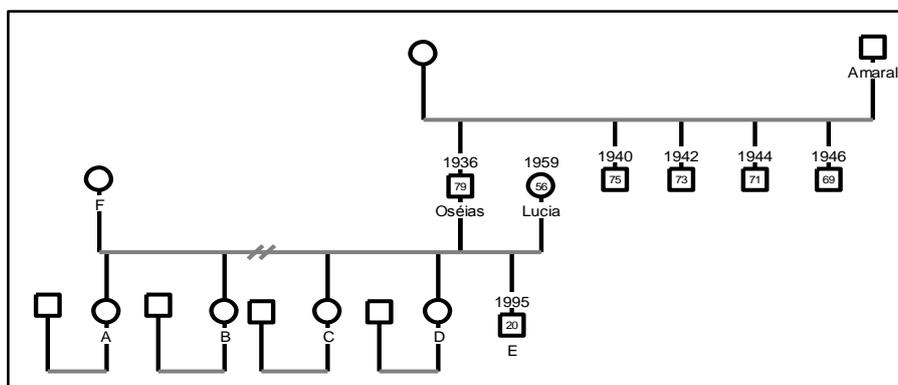
Figura 4 - Composição geracional dos membros da família Magalhães



Fonte: Dados elaborados pela autora.

Além desses casos, incorporo à análise o grupo familiar de Seu Oséias Amaral, nascido em 1936 (78 anos no momento de realização da entrevista), que, com seus pais e um tio, chegou à região no início da adolescência. Filho de produtor agrícola, Seu Oséias é um dos cinco filhos de Seu Amaral e até hoje, mesmo pela conquista da aposentadoria na posição de produtor, mantém-se no exercício da função. (Figura 5)

Figura 5 - Composição geracional dos membros da família Amaral



Fonte: Dados elaborados pela autora.

Os limites definidores das práticas sociais dos agricultores e seus familiares exprimem campos de ação, em sendo unicamente analíticos, permitem a compreensão dos processos sociais a que se integram os agentes sociais, isto é, constituem-nos e são também por eles constituídos.

III.2 Princípios de afiliação familiar

Para compreender os princípios norteadores das redes de relações que os interlocutores sinalizaram, valorizo a família enquanto conceito analítico correspondente às relações de produção e de consumo, mas também enquanto unidades reprodutoras da força de trabalho.

A partir da análise das relações familiares valorizadas pelos interlocutores, é possível chegar à compreensão de um dos princípios constitutivos da comunidade de agricultores, no contexto em que eles os representam como formador da origem e percurso comuns. Um desses princípios, como sinalizei anteriormente, orienta as ações desses produtores em relação às formas de utilização da mão de obra familiar e às condições de acesso a terra.

III.2.a Formas de utilização de mão de obra

Para compreender as formas de organização social dos produtores, chamo atenção para o crescimento e desenvolvimento físico dos indivíduos incorporados à unidade familiar de produção. De acordo com a noção apresentada por Fortes (1974: 16), tanto o capital humano quanto o social são considerados recursos vitais a serem mantidos, de tal modo que o processo de reprodução social seja assegurado. As condições de reprodução de produtores, pensadas sob este prisma, abarcam não somente mecanismos institucionais, como normas sociais apropriadas e valorizadas como veículos de transmissão de capital social de uma geração a outra.

A gestão de cada uma das unidades de produção, no período que os entrevistados sinalizaram como aproximadamente ao final do século XIX, correspondia à autoridade do

pai, a quem cabia o direcionamento e a elaboração de metas para os demais membros familiares. A conquista da autonomia pela capacidade de sustento da unidade familiar dependia da habilidade do pai em constituir vínculo como *colono* em terras de *fazendeiros*. Os produtos destinados à cadeia de processamento para beneficiamento de gêneros agrícolas, sob liderança do proprietário da terra, eram movidos principalmente com a utilização de mão de obra familiar e com tração animal, em sistemas caracterizados pelo pousio de curta duração.

Alguns entrevistados diante do conhecimento elaborado por narrativas que ouviram dos pais, ao refletirem sobre as condições de constituição na posição de produtor agrícola, convergiam na afirmação de que os *colonos* tinham acesso a um pedaço de terra da *fazenda* e nela plantavam com utilização de mão de obra familiar.

A possibilidade de incrementar a produção de gêneros alimentícios, também utilizados na alimentação da família do *fazendeiro*, dependia do ciclo de desenvolvimento físico dos indivíduos. A capacidade de consumo das unidades familiares se diferenciava entre elas segundo o número de membros em faixa etária que pudesse compor a equipe de trabalhadores.

Esses princípios de organização social para reprodução social da unidade de produção familiar são por mim demonstrados a partir do caso de Seu Tárzis da Silva que, apresentando-se como *motorista*, posição por ele percebida como diferenciada em relação ao avô (Seu Max da Silva), apontou que, quando da chegada dele, os quatro filhos ainda eram pequenos (Maria, Francisca, Silvia e Seu Luiz Sérgio).

O trabalho nas *lavouras de marmelo* (sistema produtivo mercantil predominante na região) era tocado por Seu Max com *ajuda* da esposa, Dona Célia. Esse modelo de gestão se manteve até que o filho caçula (Seu Luiz Sérgio), pai do entrevistado, alcançasse maturidade suficiente para *acompanhar o pai no trabalho na lavoura de subsistência*, já que o trabalho nas lavouras de marmelo era parte do acordo da relação de *colonato* estabelecida entre Seu Max da Silva e o *fazendeiro*, Seu Ernesto de Menezes. As três filhas mais velhas, que integravam a segunda geração familiar, ajudavam a mãe nos afazeres domésticos.

Tendo alcançado a adolescência, Seu Luiz Sérgio passa então a se ocupar, juntamente com a mãe, do cultivo de subsistência, o que possibilita ao pai se constituir em outra posição pela relação de *colonato*. De agente da produção do marmelo constitui vínculo também como *motorista* do *fazendeiro*.

Seu Anderson da Silva, produtor aposentado, 68 anos, integrado ao mesmo grupo familiar que Seu Tárzis, por descendência e transmissão de patrimônio de conhecimento e cultural, pela socialização desde a infância no trabalho com a terra, considerou que o regime de *colonato* se caracterizava pela consolidação da subordinação do agente da produção ao proprietário da terra. Este modo de percepção da relação que o entrevistado me apresentou, por capacidade avaliativa por gerações, é igualmente reforçada pelo irmão, Seu Tárzis.

Seu César, ao analisar as condições de constituição na posição de *produtor*, o entrevistado considera que as três irmãs de Seu Luiz Sérgio (tias do entrevistado), ainda quando o Seu Max era vivo, constituíram vínculo matrimonial com filhos de proprietários de terra em outros bairros de Teresópolis. Pelo novo vínculo, passaram a usufruir da herança antecipada pelo casamento que os maridos receberam. Com a saída das irmãs, Seu Luiz Sérgio (pai do entrevistado) assume a condição provisória de gestor da terra que receberam do colono para *plantio da subsistência*.

No caso do grupo familiar que o *freiteiro* Seu Jair Magalhães integrava, para refletir sobre os princípios de organização social dos produtores segundo possibilidades de incrementar a produção de gêneros alimentícios mediante capacidade física dos indivíduos, destaco outras possibilidades de gestão de mão de obra familiar naquele contexto. Quando o avô de Seu Jair constituiu vínculo como *colono*, o pai e os irmãos já eram crescidos. Pelo grau de maturidade alcançado por um dos filhos, o pai do entrevistado pode antecipar sua vinculação como *freiteiro*, transportando marmelo.

Ao consultar dados do Departamento Estadual de Estatística, para compreender a abrangência do universo social e as possibilidades de oferta de mão de obra para trabalho nas lavouras no período aproximado ao que os interlocutores mencionaram (início da década de 1950), deparei-me com os seguintes dados: a população residente em Teresópolis era de aproximadamente 34.400 pessoas, distribuídas de modo relativamente proporcional entre homens (17.269) e mulheres (17.127), conforme a distribuição apresentada na Tabela 9.

Tabela 9 - Distribuição da população residente em Teresópolis (RJ), 1956

Sexo	Área urbana	Área suburbana	Área rural
Homens	6.354	815	2.551
Mulheres	660	822	2.464

Fonte: EMB, 1956.

Em meados da década de 1950, mantendo-se a fonte dos dados, o município de Teresópolis apresentava uma população de 38.421 habitantes em 1955, o que aponta para um processo de crescimento de cerca de 4.000 habitantes, comparativamente aos dados referentes ao início da década. (EMB, 1959)

A população, em 1955, estava distribuída nas seguintes categorias: domicílios urbanos (7.014), domicílios rurais (5.015) e domicílios suburbanos (1.637). Entre os domicílios urbanos havia um predomínio da população de homens sobre a de mulheres: 90% e 10%, respectivamente. A população residente foi considerada pela distribuição entre quadro rural e quadro suburbano, subdivisão que aponta para uma equivalência entre as proporções de homens e mulheres. (EMB, 1959)

Frente a esse quadro, pode-se ainda vislumbrar, por exemplo, a equivalência entre o número de homens e mulheres, principalmente no que se considerou como áreas rurais. Essa distribuição populacional do município impunha aos agricultores, na condição de gestores das unidades de produção, maior esforço no atendimento às necessidades das unidades de consumo, já que o número de trabalhadores não excedia ao de consumidores.

Wolf (1976: 16), ao direcionar sua atenção à análise das formas familiares de exploração, valoriza a multiplicidade de estratégias compreendidas por este modelo de gestão. Como sinalizou, as ações dos agricultores são orientadas conforme o grau de integração com o mercado, com a unidade de consumo e modo de vida e representação de si. A forma de utilização de mão de obra pelos grupos familiares não correspondeu ao modo de produção adotado.

Outra contribuição que considerou os fatores externos que interferem na intensidade do cultivo e das formas organizativas de agricultores foi realizada por Chayanov (1981). O autor, em estudo sobre a organização da estrutura familiar, reconheceu que o tamanho da família trabalhadora é expresso na relação entre extensão de terra agricultável e o número de membros ativos e, nessa perspectiva, pode ser compreendida como um dos fatores sociais decisivos na unidade familiar.

Valendo-me dessas contribuições para compreender as condições de constituição na posição de agricultores, valorizo as formas de acesso a terra pelos produtores de Vargem Grande.

III.2.b Condições de acesso a terra

O acesso aos fatores de produção em condições adequadas à exploração é fator igualmente fundamental à organização da unidade familiar, segundo advertiu Chayanov (1981). Em Vargem Grande, as condições de acesso a terra estavam relacionadas à demarcação de espaços ocupados pelo *mato* (tipos de vegetação conhecidas pelo abandono ou não utilização produtiva).

A versão apresentada por Seu João Paulo da Silva, avaliando as condições de manutenção da posição de *produtor*, chama atenção para os princípios de apropriação pela afiliação às redes familiares. Segundo a versão que me apresentou, durante a década de 1970, aproximadamente, recebeu do pai pedaço de terra para construção da casa em atendimento à demanda para construção de nova unidade familiar. Os recursos utilizados na construção da casa foram *juntados tostão a tostão* que ganhava pelo trabalho nas lavouras próprias. Segundo ele, o pai havia cedido um pedaço de terra a cada filho para que pudessem trabalhar *por conta própria*. O trabalho nas lavouras próprias não dispensava os filhos do trabalho nas lavouras sob gestão do pai, em jornadas que seguiam por duas a três semanas consecutivas. Após este período, os filhos estariam autorizados a cuidar dos próprios *canteiros*.

Reconhecendo-se como alguém que *sempre teve cabeça*, Seu João Paulo soube acumular recursos suficientes à construção da casa e dos acabamentos. O processo de obtenção de rendimento a partir do trabalho realizado nas lavouras de *caixarias* era lento porque *naquele tempo era um negócio meio preso*.

As redes de relações familiares não asseguravam o acesso a terra em condições relativamente favoráveis ao atendimento de demandas das novas unidades familiares que se constituíam mediante casamento dos filhos. Nesses casos, o pai ajudava cedendo um pedaço de terra para o filho trabalhar. No caso das mulheres, o trabalho doméstico que realizavam não possibilitava o acesso a rendimento. Nessas situações, era o marido quem assumiria as despesas para a construção da casa e manutenção da unidade familiar, condição também reconhecida por autores que se dedicaram à análise de formas de organização social e processos de transmissão material entre produtores, como foram os trabalhos realizados por Woortmann e Woortmann (1997) e por Moura (1978), junto a agricultores de Sergipe e de Minas Gerais, respectivamente.

O casamento, nesse contexto, permitia a criação de um mecanismo de ruptura parcial no grupo doméstico de origem. Essa ruptura relativa pode ser compreendida pela redistribuição no controle sobre recursos, principalmente a terra para implementação da casa e da lavoura. Nesses casos, para viabilizar a constituição da nova unidade familiar, o pai antecipava a herança ao filho. A construção da nova casa, mesmo dentro dos limites territoriais sob propriedade e gestão do pai, demarcava o processo de constituição do novo grupo familiar. Essa fase correspondia, inclusive, à definição do lugar do filho no sistema de autoridade familiar.

No entanto, se a construção da casa é dependente de situações de transmissão da terra do pai ao filho, do reconhecimento do papel do filho como líder e de sua autoridade para gestão da nova unidade que se constituía, não estão atrelados a este domínio exclusivamente. A nova unidade deverá se estabelecer no universo social dos produtores de Vargem Grande.

Considerando o conjunto de relações internas à unidade familiar em processo de constituição, o lugar dos novos membros é definido pelos valores expressos na sociabilidade desses agentes, como é o caso das relações constituídas no próprio núcleo familiar (no atendimento, por exemplo, às demandas de consumo) e com os parentes do núcleo consanguíneo. Essas relações de parentesco, externas a este universo de relações familiares, são decisivas para a dinâmica dos processos de herança.²⁴

As relações constituídas no âmbito do universo familiar expressas pelas situações de antecipação da herança correspondem ao sistema de obrigações que se estabelecem de modo distinto em cada grupo familiar. Essas redes de obrigações permitem a compreensão de vínculos e permitem o entendimento dos processos de constituição de identidade, considerando o sistema de posição familiar.

Por tais mecanismos de acertos, se a casa é gerida sob autoridade do filho recém-casado, a área de lavoura reafirma a manutenção dos laços de dependência pelo compartilhamento da área comum de lavoura. Os casos por mim analisados permitem colocar em evidência processos de interferência na constituição da autonomia dos filhos mediante vínculo de casamento. Esses casos anunciam o que considero como situação de emancipação parcial dos recém-casados.

²⁴ Moura (1978: 52), em estudo de caso com agricultores de Minas Gerais sobre as relações de parentesco e herança da terra, valorizou os ajustes produzidos quando a terra se encontra sob ameaça de fragmentação. Segundo mencionou, a antecipação do acesso a terra permite assegurar a autonomia da nova unidade sem colocar em risco a reprodução do modo de vida como produtor.

Contribuição que permite sintetizar as dificuldades relativas inerentes aos processos em jogo pelo casamento dos filhos foi realizada por Heredia (1979). O trecho que destaco sintetiza as reflexões da autora acerca deste momento de constrangimento pelas limitações no acesso a terra pelo produtor:

Algumas unidades familiares, quando um dos seus membros casa, vêm-se obrigadas a dar um pedaço de terra da parcela familiar, para que os noivos construam sua casa, muito embora continue sendo evitada a concessão, ao mesmo tempo, de uma parcela da terra na qual se estabeleça um novo roçado. Isso se deve ao reduzido tamanho da parcela de terra, razão pela qual sua fragmentação a tornaria improdutiva. O filho a quem se dá lugar para fazer sua casa deverá trabalhar fora da propriedade paterna. (Heredia, 1979: 146)

As semelhanças das condições de acesso a terra, relativamente àquelas apontadas pelos interlocutores dessa pesquisa, permite refletir sobre as dificuldades na manutenção da posição de produtores, especialmente pelos filhos. Esses casos apontam os limites impostos aos fatores de produção como problemática recorrente na manutenção da condição de produtores.

Considerando os proprietários de terra identificados como *fazendeiros* pelos entrevistados, alguns adjetivos a eles atribuídos apontam para o *status* alcançado pelos proprietários de terra: *a terra era do fazendeiro, proprietário forte, rico*. Esse sistema de classificação era compartilhado pelos demais *produtores* entrevistados que construíram percursos de vida a partir deste sistema de relações, para além das relações familiares que constituíam a família Silva, como foram os casos de Seu Jair Magalhães e de Seu Oséias Amaral.

As formas de utilização das terras em Teresópolis e a vislumbração do cenário de possibilidades de distribuição aos filhos de pedaço de terra podem ser analisados em diálogo com os dados estatísticos que incorporo a seguir. (Tabela 10)

Tabela 10 - População residente e localização domiciliar, Teresópolis (RJ), 1950

Região	Total	Urbano		Suburbano		Rural	
		M	F	M	F	M	F
Teresópolis	34.396	6.431	6.740	815	822	10.023	9.565
Centro	19.566	6.354	6.660	815	822	2.551	2.464
Nhunguaçu	11.032	53	55	-	-	5.642	5.282
Paquequer Pequeno	3.698	24	24	-	-	1.830	1.819

Fonte: Dados elaborados pela autora. IBGE, 1950.

Em 1950, a população do município era de 34.396 habitantes, distribuída entre situações domiciliares: urbana, suburbana e rural, conforme dados do IBGE (1956). O predomínio da concentração da propriedade rural relativamente a outras formas de acesso aos fatores de produção em Teresópolis é notável. Neste período, considerando-se os processos de constituição de vínculos produtivos, 5.543 produtores haviam se afiliado ao desempenho de funções agrícolas; 1.319 a funções relacionadas à indústria de transformação e 452 à indústria de extrativismo; 720 ao comércio de mercadorias e 95 ao comércio de imóveis e valores. Em relação ao setor de transporte, 534 pessoas se ocupavam da realização deste serviço. (IBGE, 1956)

Considerando o equilíbrio entre o número de homens e mulheres residentes nas áreas rurais, com a saída dos homens pelo casamento, os chefes dos grupos familiares de origem eram constrangidos pelos limites impostos à fragmentação excessiva das áreas de terra. No caso das mulheres, a saída pelo vínculo matrimonial minimizava as pressões sobre este recurso, já que aos maridos cabia a oferta da terra para construção da casa.²⁵

O cenário vislumbrado para a década seguinte (1960) é sintetizado na tabela a seguir. (Tabela 11).

Tabela 11 - Formas de utilização da terra no município de Teresópolis (RJ), 1960

Teresópolis	Formas de utilização da terra (ha)					
	Próprias	Arrendadas	Ocupadas	Próprias e arrendadas	Próprias e ocupadas	Arrendadas e ocupadas
Hectares	23.325	12.100	32	714	0	0
N. estab.	693	1.611	5	4	0	0

Fonte: Dados elaborados pela autora. IBGE, 1960. N. estab. = número de estabelecimentos.

De acordo com os dados apresentados pelo IBGE (1960), em Teresópolis haviam formas diferenciadas de utilização da terra neste período. Como se pode notar pela análise dos dados estatísticos em diálogo com o que sinalizaram os entrevistados, o acesso a terra se constituía enquanto um fator limitante real à reprodução social das famílias de produtores, em especial àquelas unidades em que o grau de maturidade alcançado pelos filhos correspondia à juventude.

No caso dos proprietários de terra, as regras de transmissão da terra correspondem a transações de antecipação do direito de uso da terra pelos pais aos filhos. Considerando que o acesso a este recurso em Vargem Grande é predominantemente assegurado por relações

²⁵ Os processos de antecipação da herança para casamento, diferenciados entre homens e mulheres, também foram identificados por Moura (1978: 48).

de arrendamento, diversos produtores, na condição de *arrendatários*, apontaram para outros arranjos possíveis. Nesses casos, sem poder contar com a garantia da parcela de terra pela herança, os filhos investiam na construção de vínculos laborativos fora da unidade familiar de origem. Ou, ainda, passaram a se dedicar ao trabalho em lavouras próprias, situação em que podiam acumular algum rendimento para aquisição, no futuro, de pedaço de terra.²⁶

Além disso, nesse contexto de constituição da origem dessa comunidade de agricultores, o valor atribuído a terra era decorrente da apropriação dela e da atividade agrícola como condições de vida. O valor da terra estava vinculado à capacidade de realização de sistemas produtivos, mas também pela oferta de água e de condições adequadas de solo necessárias à implementação dessas atividades.

Chamam atenção nos dados estatísticos apresentados a seguir, a atividade predominante em Teresópolis, aspecto que reforça a produção agrícola descrita pelos entrevistados para este período. O predomínio de áreas agrícolas em 18.208 hectares e de lavouras de hortaliças em 16.483 hectares, conforme dados do IBGE (1960), permite melhor compreender o campo que me apresentavam. A tabela que incorporo ao texto permite uma comparação dos dados apresentados para o município com aqueles correspondentes à utilização das terras no estado do Rio de Janeiro. (Tabela 12)

Tabela 12 - Atividades agrícolas segundo área apropriada (hectare), Teresópolis, estado do Rio de Janeiro (1960)

Zonas	Atividade predominante	
	Agricultura	Horticultura
Estado do Rio de Janeiro	1.606.697	39.248
Teresópolis	18.208	16.483

Fonte: Fonte: Dados elaborados pela autora. IBGE, 1960.

Valendo-me de dados publicados pela BEM (1959), a produção agrícola destacava-se, em 1959, pela produção de tomate (10.000t), couve-flor (10.975t), cenoura (15.200t), repolho (4.000t) e alface (3.500t). Ao longo dos anos, houve uma mudança na valorização de alguns produtos agrícolas e a desvalorização de outros.

Sobre o processo de encaminhamento da produção de gêneros alimentícios que integrava ao autoconsumo familiar, de Teresópolis para o Rio de Janeiro, valho-me das informações apresentadas por Geiger (1962). O geógrafo, em estudo sobre as relações entre

²⁶ Contribuição que considero importante à análise de casos de arranjos elaborados por agricultores não proprietários de terra para atendimento à demanda por esse recurso pelos filhos em situação de casamento foi realizada por Heredia (1979: 140).

o distrito de Teresópolis e o Rio de Janeiro, considerou que, em meados da década de 1910, esta cidade era um centro absorvedor da produção agrícola proveniente da Região Serrana. Neste período que analisou, seguiam para os mercados do Rio de Janeiro, arroz, açúcar, banha, batatas, café, cebolas, farinha de mandioca, feijão, milho, carnes, toucinho e charques e manteiga. O autor afirma que em 1921, existiam na cidade 13.800 estabelecimentos destinados à venda de mercadorias. Além desses estabelecimentos formais, haviam 6.600 dedicados ao comércio ambulante e também 3.700 outros relacionados à prestação de serviços.

As áreas de terra eram utilizadas, conforme os dados estatísticos apresentados pelo Censo Agrícola de 1960 (IBGE), para o desenvolvimento de lavouras e também de pastagens naturais. Em Teresópolis, 140 hectares de terra estavam destinados ao plantio de lavouras permanentes, enquanto que o predomínio era de terras utilizadas para o plantio de lavouras temporárias, correspondendo a 10.800 hectares. A pecuária, atividade pouco mencionada pelos interlocutores da pesquisa, ocupava 11.258 hectares de terra. Este índice pode sugerir sua localização em outros bairros do município, aspecto não descrito pelo documento consultado. Em relação ao tamanho das áreas cultivadas (em hectares), as unidades de produção alcançavam de dois a menos de cinco hectares (1.481 propriedades) e de um a menos de dois hectares (414 propriedades).

III.3 Mercado de produtos agrícolas: redes de comercialização de *caixarias*

Seu Max da Silva, membro da primeira geração do grupo familiar em destaque, recebeu a atribuição de cuidar da plantação de marmelo do *fazendeiro* Seu Ernesto de Menezes. Segundo apontou o entrevistado, Seu Tárzis da Silva, o marmelo era o sistema produtivo que predominava em Vargem Grande e toda produção da fazenda (abrangia uma área com mais de 200 mil hectares, incluindo os morros da Mulher de Pedra e a cachoeira) era transportada em *tropas* de burro (meio de locomoção que seguia em conjunto pelas trilhas abertas na mata para transporte de mercadorias), até o espaço de beneficiamento da produção. Neste período, a produção do marmelo, sob orientação do *fazendeiro*, tinha sua *venda* antecipada em alguns casos antes mesmo da *colheita* da plantação, como afirmou: *a fruta era vendida ainda no pé, sem saber o que iria dar*; em outros casos, ponderou, os

marmelos seguiam em *tropas* até os centros de comercialização da produção localizados em Magé.

As *tropas* de burro, meio de transporte valorizado pelos produtores residentes em regiões de serra, era elemento indispensável nesse contexto. Ele não só imprimiu as marcas da paisagem, justificando a existência de trilhas na mata, como também favorecia o escoamento da produção, além da prestação de serviço de transporte, aos proprietários que podiam contar com pequenas *tropas*.

Essas relações assimétricas firmadas entre produtores e compradores podem ser compreendidas pela garantia de compra da produção aos produtores ou ainda pelo adiantamento de mercadorias para o abastecimento da unidade de consumo e, por outro lado, a transferência aos clientes dos produtos agrícolas. Essa relação de crédito não apenas possibilita o monopólio das compras como também retribui os favores pelo devedor.

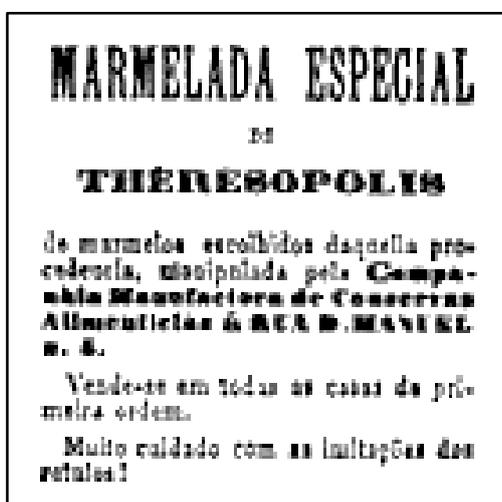
Sobre o sistema produtivo do marmelo, Seu Luiz Sérgio, sob orientação do proprietário, continuou com o cuidado das lavouras que eram destinadas às indústrias de processamento para produção de marmelada. Seguia de Teresópolis até Magé *em carretinhas presas ao lombo de burro*. Pelas condições ambientais favoráveis, principalmente *as águas da região que se juntavam todas, enchendo e formando uma grande barragem, eram canalizadas para a fábrica*. Na fábrica, a marmelada que saía da fazenda em estado bruto em grandes embalagens era refinada, enlatada e transportada para o Rio de Janeiro.

Esta vertente da rede de relações tecidas entre agentes da produção e proprietários de terra, mesmo que restritas a um universo espacial delimitado ao que hoje se considera como bairro de Vargem Grande, também era canal de abertura de constituição de novos vínculos, de acesso a recursos e de possibilidades de interconexão da unidade familiar com o universo exterior.

Como tentativa para compreender as relações de produção e de comercialização do marmelo em Teresópolis, investi no levantamento de dados relacionados a este ciclo produtivo. No início da década de 1900, foi fundada a primeira fábrica de processamento do marmelo e produção de marmelada e doces em compotas no município de Teresópolis, conhecida até o momento de realização desta pesquisa como fábrica Colombo, de propriedade, à época, do Sr. Lebrão. As características naturais favoráveis ao plantio do produto e ao processamento pelas manufaturas parecem ter favorecido o desenvolvimento das lavouras na região e especialmente em Vargem Grande.

Em consulta a periódicos de circulação no estado do Rio de Janeiro, no período que corresponde ao final do século XIX e se estende até a primeira década do século XX, para compreender a importância atribuída ao cultivo do marmelo que os interlocutores me apresentavam, localizei diversos anúncios sobre a produção de doces de marmelo (marmelada) em estado de processamento em compotas. Uma das chamadas públicas mais antigas a que pude ter acesso pela consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital do Brasil²⁷, data de 1895. Na sessão reservada aos anúncios de domingo, destacou-se a produção de marmelada em Teresópolis. (Figura 6)

Figura 6 - Anúncio sobre o beneficiamento do marmelo, Teresópolis (RJ), 1985



Fonte: Jornal do Brasil, Anúncios, domingo, 24 de fevereiro de 1985, página 15.

Em periódico de circulação restrita à região serrana do estado do Rio de Janeiro, um anúncio apresenta algumas variedades de doces derivados do processamento do marmelo em Petrópolis, município vizinho ao de Teresópolis, ainda no final do século XIX. (Figura 7)

²⁷ Em consulta ao site da Hemeroteca Digital (<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>) foram encontradas as seguintes referências sobre o cultivo do marmelo e o seu processamento por unidades de processamento: Jornal do Brasil – sexta feira, 18 de abril de 1902, página 05 e terça feira, 7 de abril de 1908, página 11; Correio da Manhã – sábado, 11 de agosto de 1903, página 5 e sábado, 13 de agosto de 1908, página 5.

Figura 7 - Anúncio sobre comercialização de doces produzidos com o marmelo em Petrópolis (RJ), 1899

<h1>Doces</h1>	
Vendem-se na avenida Ypiranga n. 17 :	
Marmelada branca, em latas, a.....	1\$500
Marmelada encarnada, a ..	1\$500
Pecegada em latas, a.....	1\$500
Gelée de marmelo e pecego, a.	2\$000
Doces seccos em forminha, kilo.....	6\$000
NÃO TEM VENDEDOR NA RUA	

Fonte: Gazeta de Petrópolis, quinta feira, 26 de janeiro de 1899, página 4.

O historiador Vieira (1938), citado por Babo Sedlacek (2012), considerou que o início da atividade produtiva na região se deu em grandes fazendas sob gestão familiar, como foi o caso da fazenda Ermitage (atualmente bairro de Teresópolis), reconhecida pelos pomares de marmelo, mas também pela roda d'água movida pelos córregos encachoeirados da região.

O predomínio de lavouras de marmelo em Teresópolis, principalmente na localidade de Vargem Grande, pelo que mencionaram os entrevistados, aproximou os produtores dos efeitos adversos da monocultura, sobretudo no que tange ao risco de disseminação de doenças. Como considerou Seu Társis da Silva: *enfraqueceu a produção, a fábrica foi fracassando e aí acabou o marmelo. Enfraqueceu a produção, aí enfraqueceu tudo!*

Pelas redes de afiliações aos circuitos do mercado de produtos agrícolas, alguns entrevistados sinalizaram processos de diferenciação de vínculos produtivos valorizados pelos agricultores naquele contexto. Considerando que a compreensão desse campo de ação correspondeu, como já mencionei anteriormente, aos acúmulos de versões que ouviam de membros familiares de gerações anteriores, invisto na demonstração dos fatores intervenientes nesse processo.

III.3.a Processos de diferenciação do sistema de posições

O sistema de posições constituído pelos agentes em tela pode ser compreendido a partir da incorporação diferenciada desses circuitos pela linha férrea, principalmente porque era restrito à produção agrícola, mas porque viabilizava também aos agricultores o acesso a outros canais de conhecimento e de possibilidades de saída e constituição de outros vínculos produtivos que não mais aqueles restritos à produção agrícola. Pela afiliação aos circuitos do comércio, os agricultores podiam elaborar outras alternativas de inserção produtiva pela ampliação do universo de conhecimento.

Durante a década de 1940 aproximadamente, o declínio das lavouras de marmelo deu origem a processos de subdivisão das *fazendas* por venda de pedaços de terra aos trabalhadores que ali haviam se firmado como agentes da produção.

A respeito deste contexto marcado por princípios de afiliação ao mercado de produtos agrícolas em que o entrevistado reconhece como pertencente ao tempo do avô e ao da transição do papel de gestor da unidade de produção pela transferência ao pai, após o falecimento de Seu Max da Silva, Seu César, produtor aposentado, (entrevistado que corresponde também à terceira geração familiar de Seu Max), 57 anos, relativiza a mudança de posição conquistada pelo pai.

A possibilidade de se constituir como motorista, encarregado por levar a produção do marmelo até o centro de beneficiamento da produção, viabilizou a constituição de outras redes de relações, para além daquelas firmadas com o proprietário da terra.

Refletindo sobre a rede de relações constituídas entre agentes da produção, *fazendeiros* e agentes da comercialização, Seu César da Silva apontou, que, com o término das lavouras de marmelo na região, o conjunto de relações instituintes deste sistema de produção foi colocado em xeque. O enfraquecimento do sistema refletiu no processo de fragmentação das grandes *fazendas*. Como resultado desse processo, parte delas foi vendida a Seu Antônio Limões. Essa transação permitiu ao Seu Max a constituição de um novo vínculo: *arrendatário* de terra. Sobre esta condição de inserção laborativa do avô, reflete:

Meu pai continuou na mesma terra que o pai dele nasceu, que o meu avô era colono. Só que passou a plantar por conta própria. Na época, alguém que tinha um caminhão que levava para o Rio de Janeiro. Aí, falava arrendamento. Ele alugou, ele pagava “x” por ano. Para o mesmo

proprietário que antes ele produzia e ele levava para esse proprietário lá em Magé. (Seu Társis, entrevistado em julho de 2013)

A posse do caminhão pelo produtor era fator fundamental ao desempenho do papel de comerciante, mantendo-se, nesses casos, a autonomia em relação as oscilações do mercado atacadista. Com a chegada do caminhão foi possível, em algumas situações, o enfrentamento da condição de isolamento em que muitos produtores situados na região serrana se encontravam. Do mesmo modo, a comercialização em armazéns, considerando formas varejistas de venda desses produtos, contribuiu igualmente para romper com um tipo de economia direcionada exclusivamente pelo mercado atacadista.

Para compreender a objetivação de formas de apropriação e gestão de recursos, incorporo a versão de outro entrevistado que não se integra ao quadro familiar por mim adotado por referência. Seu Oséias Amaral, refletindo sobre as condições de constituição na posição de produtor, afirma contrastivamente que aqueles produtores que investiram na produção variada das lavouras, com o declínio das lavouras de marmelo, puderam comercializar as sobras nas *barraquinhas* e *armazéns*, casas de comércio nas quais os produtores levavam as *caixarias*. Como avaliou, *naquela época era coisa mais fácil. Inhame, cenoura, batata.*

A adesão dos produtores nesses espaços de comercialização de produtos agrícolas se orienta pelo desejo de construção social em trajetória ascendente, considerando que o controle deste processo é sugestivo do sistema de posições entre produtores. Para demonstrar as condições em que o avô do entrevistado pode se constituir em posição relativamente favorável no acesso a recursos, valorizo a versão apresentada por Seu Társis.

Pelo que mencionou, os circuitos das *trocas* de produtos, correspondiam a *trilhas* traçadas nas matas que conduziam os *tropeiros* até os espaços de realização das *trocas* mercantis. Esses traçados permitiam que a produção agrícola de Vargem Grande chegasse até o centro de Magé, onde, pela proximidade com a estação ferroviária, convergiam produtores de diversas regiões vizinhas, como Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Friburgo; todos igualmente interessados e atraídos pela oferta de produtos.

Neste período, as relações eram orientadas pela maior ou menor vinculação do agricultor ao mercado. A ampliação do sistema de relações, no caso daqueles que se constituíam na posição de agentes do transporte, era possibilitado o acesso a produtos não-agrícolas, como era o caso das roupas, calçados e utensílios de uso doméstico. Como

exemplificou Seu Tárzis: *levando a produção pelo mato, depois de seis dias chegava lá, trocava por bacalhau, chapéu, roupa, coisas que não tinham aqui* (em Vargem Grande).

A existência dessas trilhas por onde seguiam os *tropeiros* foi igualmente valorizada por Bernardes (1962) ao analisar as condições de realização da agricultura por produtores residentes na região serrana da cidade do Rio de Janeiro. Segundo considerou o geógrafo, desde o início da década de 1930,

As tropas ainda vinham em grandes caminhadas até a cidade. Saindo como de costume, os nossos tropeiros à noite de seus ranchos, com sua tropa, ora a cavalo ora a pé, vão como formigas em correição, pelas estradas do Pica-pau, das Furnas, dos Três Rios, do Rio Grande, de Guaratiba, até a Tijuca, Andaraí. (Bernardes, 1962: 207)

Os caminhos percorridos pelos *tropeiros* confluíam nos locais de existência desses espaços abertos para comercialização varejista, tal como os bairros do Méier, Madureira, Copacabana. Dados disponibilizados pela Federação do Comércio Varejista apresentados por Azevedo (1962) chamam atenção para o número relativamente elevado de estabelecimentos destinados ao comércio de gêneros alimentícios (25%) do total de estabelecimentos na capital estadual.

As condições de acesso a recursos pelos produtores pela afiliação aos circuitos de mercado de produtos agrícolas também os distinguiam perante aos demais moradores de Vargem Grande: *para o rico não existia roupa remendada. Quando aquela roupa ficava velha, ele jogava fora! O pobre remendava a roupa de outra cor, como se fosse uma colcha de retalhos, tamanho o número de remendos para reaproveitá-las*, refletiu Seu Tárzis.

O acesso a recursos para além daqueles produzidos pelo trabalho que realizavam nas lavouras demarcava posições pelo modo como os agentes da comercialização se vestiam. A imagem do *boa pinta*, sujeito reconhecido pela vestimenta e uso de acessórios incomuns em Vargem Grande, correspondia ao produtor integrado às redes de relações ampliadas pelo comércio.

Considerando agente social integrado a outro grupo familiar de origem, Seu Jair, ao falar sobre as condições de acesso aos fatores de produção, afirmou que o pai, privado de acesso a terra para se constituir como produtor agrícola, investiu na realização de serviço de *frete*. Por esta forma de vinculação produtiva, o pai do entrevistado realizava o transporte da produção agrícola de produtores de Vargem Grande até Magé, município onde seria comercializada.

Reconheceu Seu Jair que este era um serviço raro à época e que tinha muita procura. Refletiu o entrevistado: *Toda vida tinha mercadoria. Quando não era uma coisa, era outra. Se não tinha uma ervilha, tinha um inhame. Quando não tinha um inhame, tinha uma cenoura ou qualquer coisa assim. Mas sempre tinha!* Pelo frete, o pai do entrevistado cobrava uma *cota* sobre a carga individual transportada, assegurando o acesso aos produtos do gênero alimentício. Além disso, pela relação que estabelecia com os produtores de Vargem Grande, como afirmou Seu Jair, *meu pai não tinha responsabilidade nenhuma com a mercadoria, já que se responsabilizava apenas pelo transporte. Junto com ele, ia o produtor.*

Como a produção destinada à comercialização era relativamente restrita, principalmente pela priorização do atendimento às necessidades de abastecimento dos membros da família, a possibilidade de compra de produtos agrícolas pelo *freteiro* para revenda aos compradores interessados em Magé era um constrangimento a ser enfrentado. O entrevistado afirmou que o pai, como alternativa para superar o limite ao acesso a produtos agrícolas para revenda, *apanhava a mercadoria lá em cima na Mulher de Pedra. Ia apanhando um volume de um, três volumes de outro e com isso, quanto mais levava, mais fazia o frete.*

Para além dos recursos financeiros e de crédito reivindicados pela comunidade de agricultores que se afiliaram segundo os princípios de mercado de produtos agrícolas, o serviço de *frete*, alternativa encontrada pelo pai do entrevistado, permite relativa redução na jornada de trabalho também pelo transporte das cargas até os barracões de comercialização, oferece ainda menores despesas com aquisição de mercadoria. Como reconheceram outros entrevistados, o serviço de frete era viável porque, frente ao reduzido número de unidades familiares que investiam na produção para comercialização, segundo os ciclos sazonais produtivos, a despesa do produtor era unicamente pelo transporte e, em contrapartida, relativamente ao pequeno estoque que produziam, o sistema demandado era o de troca de mercadorias enquanto valor de uso.

Contribuição fundamental à compreensão do quadro institucional que regia as unidades de produção no estado do Rio de Janeiro mediante estudo de caso com produtores de laranja em município do Rio de Janeiro, foi realizado por O'Dwyer (1977). Ao analisar as condições de comercialização da laranja e as estratégias utilizadas pelos agricultores para se inserirem no mercado e assegurarem o domínio na gestão dos recursos que eram por eles

produzidos, chamou atenção para os processos de constituição de produtores que comercializavam em barracas, feiras e mercados ao longo das estradas daquele município.

Incorporando outras fontes de dados para compreensão das condições de diferenciação de produtores de Vargem Grande pela afiliação aos circuitos mercantis de produtos agrícolas, valorizo a contribuição de Galvão (1962). Segundo apontou, o processo de comercialização da produção de laranja em Teresópolis se organizou rapidamente, pois os próprios citricultores criaram firmas exportadoras, visando não só controlar a produção, mas também o mercado desses produtos. Tendo em vista que os barracões atacadistas monopolizavam totalmente a exportação forçando os produtores a entregar-lhes sua produção a preços mais baixos.

III.3.b Teresópolis como centro de interseção de relações comerciais

As redes de relações constituídas pelos agricultores pela vinculação ao comércio de produtos agrícolas, compreendidas pela atenção aos princípios de afiliação constitutivos da comunidade de agricultores, não corresponderam apenas à possibilidade de acesso a outros recursos agrícolas. Considerando o que me apresentaram os entrevistados, a ampliação do universo social pela emancipação de Teresópolis é um dos processos que orientou a ação dos agricultores durante este período. As narrativas por eles elaboradas apontam para a formação de Teresópolis como um ponto de interseção, de trajetórias que se tocam em pontos diversos.

A constituição do município e sua valorização como polo de atração e de constituição de relações comerciais pode ser demonstrado pela versão apresentada por Seu Társis. Pelas lembranças que pode acumular de Seu Max da Silva, ele afirmou que Teresópolis à época era um dos distritos de Magé e de lá partia outro trem para a *Raiz da Serra* (Guapimirim). Seu Anderson refletiu ainda que, no caso da laranja, a comercialização não estava restrita a um único comprador, já que *eram diversas fábricas e todos sabiam que na região tinha muita laranja*. Também eram comuns as compras realizadas diretamente nas *chácaras* (unidades territoriais correspondentes à fragmentação das áreas de terra que integravam as grandes fazendas durante a produção do marmelo).

O processo de emancipação do município é apresentado por ele e valorizado pelos demais entrevistados como fator interveniente na comunidade de origem comum. Seu Társis apresentou-me a seguinte versão:

Isso aqui era o oitavo distrito de Magé. Antes disso daqui era tudo mato, na ocasião. E Petrópolis, já era Dom Pedro I. Hoje a gente fala Dom Pedro que mandava na cidade de Petrópolis. Ele tinha uma filha, que até na prefeitura de hoje tem uma estátua dela, que se chamava Teresa Cristina. Ela vinha passear à cavalo por esses matos aqui (em Teresópolis) e passou a conhecer a região. Ela veio por trilha, que era tudo mato. Era uma longa viagem. E aí, quando ela conheceu aqui, ela pensou em formar um distrito próprio. Então, logo que chegou a documentação para emancipar e tirar de Magé, qual o nome que iria colocar aqui? Então, como ela se chamava Teresa Cristina, colocou o nome de Teresópolis! (Seu Társis, entrevistado em julho de 2013)

Por este trecho de entrevista em destaque e pela atenção aos fatores norteadores das ações dos agricultores para demonstração das redes de relações que integram este campo de ação, algumas demarcações orientaram suas ações neste período. Por exemplo, a nomeação da cidade em homenagem à presença constante da família real e mais especificamente de Teresa Cristina (o que posteriormente direcionou uma série de políticas públicas para o município) e o clima ameno e relevo montanhoso que se assemelhavam ao clima europeu, estimulador das visitas constantes ao município e fonte de atrativo comercial.

O processo de emancipação do distrito de Teresópolis permite localizar no tempo o processo de interpretação que um dos entrevistados sinalizou: *como é que Teresópolis começou há cerca de 200 anos*. Os registros oficiais do município e os agentes sociais da pesquisa fazem referência à homenagem prestada a Teresa Cristina, como apontam: *Tere = Teresa e pólis = cidade*. Por tal homenagem foi erguida uma estátua na praça central no município. Lamego (1950) igualmente mencionou, em relação à origem do município de Teresópolis, que o nome foi uma homenagem a Imperatriz Dona Teresa Cristina. Até então, o lugar de difícil acesso, conhecido como freguesia de Santo Antônio do Paquequer, criada em 25 de outubro de 1855, e estava subordinada a Magé.

Neste contexto, tal como descrito pelo autor para a região Serrana do estado, Teresópolis chamava atenção pela “beleza suprema entre os cenários serranos fluminenses” desde o início do século XIX. Como apontou o autor, “o local da cidade e suas redondezas jamais tiveram um desenvolvimento cultural pela extensiva exploração do solo, pois também ali as elevadas altitudes eram impróprias aos cafezais.” (Lamego, 1950: 210)

Sobre o processo de emancipação de Teresópolis, Babo Sedlacek (2012) apontou que a oferta dessas estradas e sua posição estratégica, inclusive, fizeram com que a categorização da cidade fosse oficializada em 1890 pelo então governador do Estado Francisco Portella. Entretanto, Babo Sedlacek (2012) chama atenção para a existência anterior deste nome e para o fato de que a homenagem se deu na cidade que deveria ser a capital estadual.

Babo Sedlacek (2012), no período correspondente entre os anos de 1890 e 1895, apontou que, concomitantemente à emancipação de Teresópolis, o Governo Provisório realiza uma concessão para ferrovia para Domingos Moitinho, em 1890, a chamada Companhia Estrada de Ferro Therezopolis - EFT²⁸. Ainda durante este governo, houve igualmente outras concessões para a ligação, por via férrea, entre Niterói e Teresópolis, município então cogitado como futura capital do estado. Conforme os dados apresentados pelo autor, o primeiro trecho da EFT foi inaugurado 16 anos depois (em 1896). Por este trecho, o porto de Piedade e a Raiz da Serra (hoje Guapimirim) foram interligadas. Ao final da década de 1910, a EFT é transferida à administração da Fazenda Federal pela Estrada de Ferro Central do Brasil - EFCB. Sobre este aspecto, comenta o autor:

Em primeiro lugar, chama a atenção a menção de Portella como sendo aquele que batizou a cidade, em homenagem à imperatriz desterrada. Nada seria mais curioso que isso, caso se desse em pleno Governo Provisório uma homenagem tão inusitada justamente naquela que deveria ser a capital estadual. Embora não seja possível determinar a origem do nome, certamente este veio após a criação de Petrópolis, tendo alguma relação com a origem daquela colônia. Vimos que já era corrente na documentação oficial desde a década de 1850, como referência à povoação na freguesia de Santo Antonio de Paquequer, e fica claro que foram os costumes que a batizaram assim. O fato de Francisco Portella ter criado o município de Therezopolis, constituído pelas freguesias de Santo Antonio de Therezopolis, tendo a sede na povoação e futura cidade de Therezopolis, oficializando o nome que era usual, só vem a demonstrar que não se pretendia nenhum radicalismo para simbolizar o fim do Império, e que o regime republicano herdou muito do seu antecessor. (Babo Sedlacek, 2012: 57)

O município era servido pela Estrada de Ferro Teresópolis, um dos ramais da Estrada de Ferro Central do Brasil, que ligava a cidade de Teresópolis a Magé. De acordo com o historiador, Teresópolis mantinha comunicação prioritária com as regiões portuárias para escoamento das cargas a partir dos trajetos traçados pelas estradas Ferro Carril de Therezopolis (ECT) - 1873 (antes chamada Estrada de Magé a Sapucaia - 1860) e EFT e

²⁸ Companhia Estrada de Ferro Therezopolis, registro nº 876, livro nº 37, da Junta Comercial, de 17 de julho de 1890.

também pela estrada direta Rio-Teresópolis e pela atual Rodovia Santos-Dummont – BR-116 (antes denominada de BR-4 Rio-Bahia).

Essas estradas estavam a cargo de companhias concessionárias que realizavam cobranças pelos direitos de uso de portagem, já desde início do século XIX. Entretanto, as estradas tornaram-se vias relativamente facilitadas ao acesso por animais de carga, mas ainda intransitável por carros ou outros tipos de veículos, sendo constante o fluxo de *tropas*.

A relevância da EFT neste período equivalia ao papel desempenhado na organização e manutenção dos circuitos mercantis municipal, e principalmente na tentativa de fazer de Teresópolis uma capital nacional. A oferta de redes de transporte de Teresópolis a Magé e de Magé ao Rio de Janeiro correspondia aos circuitos da produção para atendimento da cidade do Rio de Janeiro em processo de expansão.

Segundo os dados apresentados por Lamego (1950), para demonstrar a extensão deste universo de relações, a população da cidade de Teresópolis, durante o início do processo de emancipação, correspondia a 10.049 pessoas e, decorridos aproximadamente 50 anos deste processo, a população municipal era de 29.799. (Lamego: 1950: 227)

Complementando a compreensão desse universo social pela incorporação de dados estatísticos elaborados pelo Censo realizado pelo IBGE em 1956, o município de Teresópolis correspondia a 34.396 habitantes, distribuídos entre situações domiciliares: urbana, suburbana e rural, conforme a seguir apresento. (Tabela 13)

Tabela 13 - População residente e localização domiciliar, Teresópolis (RJ), 1956

Região	Total	Urbano		Suburbano		Rural	
		M	F	M	F	M	F
Teresópolis	34.396	6.431	6.740	815	822	10.023	9.565
Centro	19.566	6.354	6.660	815	822	2.551	2.464
Nhunguaçu	11.032	53	55	-	-	5.642	5.282
Paquequer Pequeno	3.698	24	24	-	-	1.830	1.819

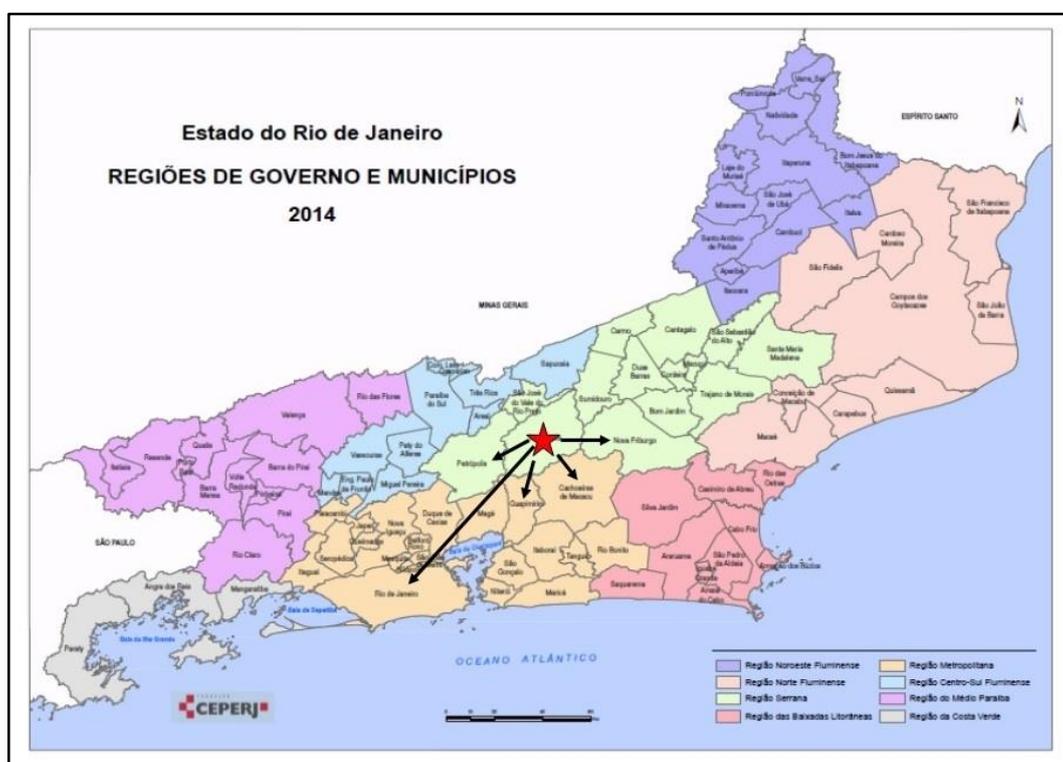
Fonte: Dados elaborados pela autora. IBGE, 1956.

Pela análise desses dados é possível vislumbrar o predomínio da concentração da propriedade rural frente a outras formas de acesso aos fatores de produção em Teresópolis. Neste período, em relação à constituição de vínculos produtivos, o cenário era de 5.543 produtores que haviam constituído vínculo produtivo em funções agrícolas, 1.319 voltados ao desempenho de funções relacionadas à indústria de transformação e 452 à indústria de extrativismo, 720 ao comércio de mercadorias e 95 ao comércio de imóveis e valores. Em

relação ao setor de transporte, 534 pessoas se ocupavam da prestação deste serviço. (IBGE, 1956)

Elaborando aproximações compreensivas entre informações obtidas por interlocução com entrevistas e dados sobre a história do município, como venho incorporando, podemos perceber o fluxo mercadorias entre Vargem Grande e o Rio de Janeiro. O mapa a seguir ilustra os circuitos da troca postos em prática aproximadamente no decorrer do período de 1905 a 1940. (Mapa 4)

Mapa 4 - Rotas de circulação da produção agrícola, estado do Rio de Janeiro, de 1905 a 1940



Fonte: Ceperj, 2014. Dados elaborados pela autora.

Pela leitura do mapa é possível compreender que a abertura das fronteiras espaciais seguia a valorização da reprodução social pela apropriação da terra e incorporação de recursos igualmente disponíveis em atendimento às necessidades de abastecimento de centros de aglomeração populacional.

Em consulta a jornais de circulação estadual, no período que equivalente à década de 1950, a busca por *sócios* para aquisição de caminhos que assegurassem o investimento na rede de comercialização de produtos agrícolas era recorrente. Um dos anúncios apresenta a rede a partir da qual circulavam a produção: Rio-Teresópolis-Petrópolis-Rio. (Figura 8)

Figura 8 - Anúncio para constituição de sociedade como agente do transporte, Teresópolis (RJ), 1950

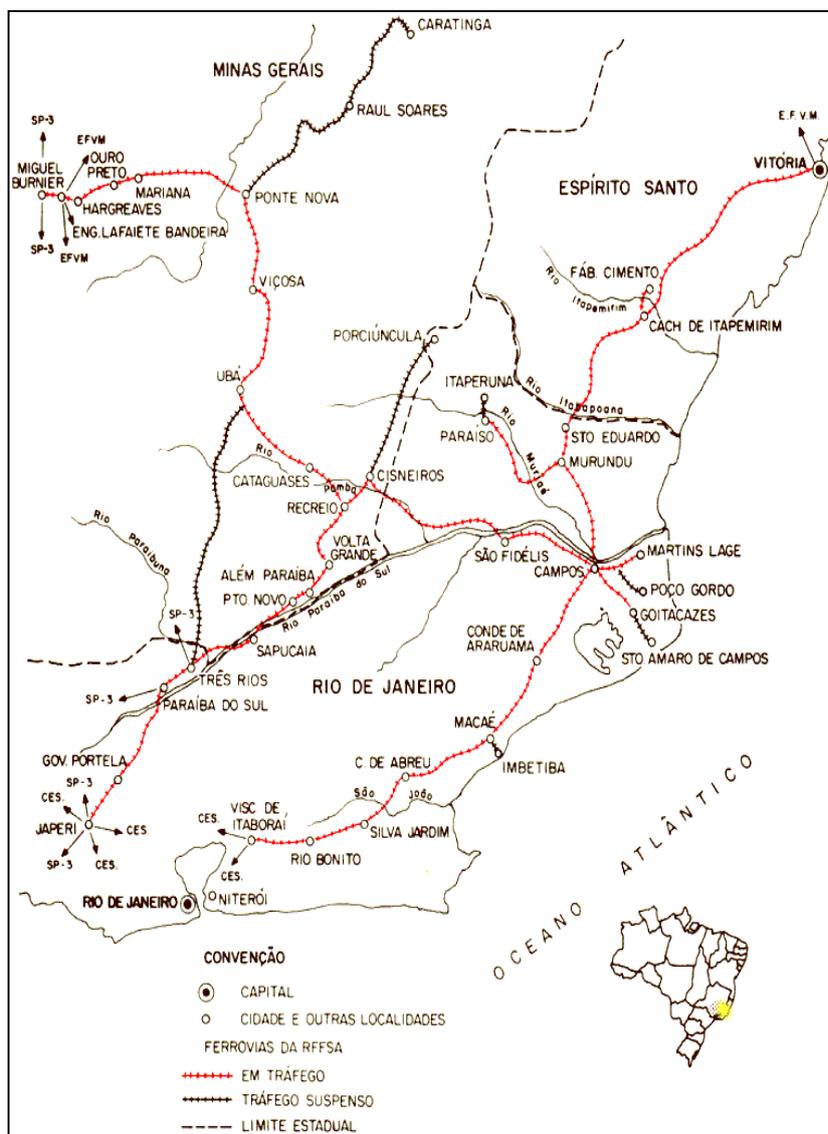


Fonte: Jornal do Brasil, domingo, 01 de janeiro de 1950, página 12.

Em levantamento realizado por Galvão (1962), a autora sinaliza o trunfo do caminhão sobre o transporte por *tropas* em lombo de burro, ainda no começo da década de 1930. Os tropeiros, saindo à noite de seus ranchos, ora a cavalo, ora a pé, seguiam pelas estradas em grandes caminhadas até a cidade. Como afirmou, o tipo de transporte ligado às condições topográficas assume papel de particular importância na compreensão de alguns contrastes da ocupação humana no Rio de Janeiro.

Dados divulgados no sítio eletrônico da Rede Ferroviária Federal – RFFSA, apontaram para a existência da Estrada de Ferro Leopoldina, que passava pelo município de Nova Friburgo, principalmente durante as décadas de 1920 e 1940. Esta via possibilitou não apenas a comercialização da produção agrícola como serviu de carga de passageiros, especialmente aqueles engajados pela vida acadêmica no Colégio Anchieta. Os passageiros também eram atraídos pela valorização da região serrana como local de veraneio. Os períodos de férias de verão e finais de semana eram os mais movimentados em direção à Teresópolis. Desde este contexto, o município propiciou o crescimento do turismo residencial e sazonal. (Mapa 5)

Mapa 5 - Rede Ferroviária Federal SR-8 (1940)



Fonte: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1984rffsa03xCampos>.

Os caminhos sinalizados em vermelho no mapa (Mapa 5) se coadunam, em alguns casos, como refletiu Seu Tárzis da Silva e seus irmãos, aos relatos de *viagantes*, tais como tive acesso na página eletrônica *on line* da RFFSA. No início da década de 1940, os trens, prioritariamente destinados ao transporte de cargas, seguiam de Cachoeiras de Macacu para Nova Friburgo.

Campos (2015), em artigo comemorativo sobre os 150 anos da EFCB (1858-2008), sinaliza que a ferrovia inicialmente foi denominada Estrada de Ferro D. Pedro II – EFDPII - (inaugurada em 1858). Na época de sua construção, a Imperial Companhia de Navegação a vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis (conhecida como Estrada de Ferro de Mauá) estavam

em atividade. Esta última fora inaugurada em 1854 e correspondia a 14,5 km de linhas férreas. A EFDPII partia da corte imperial e, por seu traçado estratégico, atendia à corte e às três principais províncias e posteriormente aos três estados mais ricos da federação, como identificou.

O quadro (Quadro 3) a seguir apresentado resume o processo de constituição da rede ferroviária, conforme elaborado por Campos (2015):

Quadro 3 - Síntese do processo de constituição da Estrada de Ferro D. Pedro II (1858-1941)

Período	Características
1858-1865	Constituída em 1855, a Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II construiu a Estrada de Ferro D. Pedro II (EFDPII), inaugurando-a em 1858. Até 1865, manteve-se como uma empresa privada.
1865-1889	Em 1865, a EFDPII foi encampada pelo Governo Imperial. Suas linhas que se iniciavam no município neutro do Rio de Janeiro, chegaram a Minas Gerais, em 1869.
1889-1941	Com a República, em 1889, a IFDPII passou a chamar-se Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB). Na última década do século XIX, a EFCB teve importante papel na construção da capital mineira.

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir de Campos, 2015.

A consulta aos dados da EMB (1959) aponta que a cidade de Teresópolis estava ligada à rede rodoviária estadual pela rodovia federal de Itaipava, com cerca de aproximadamente 34km. Por esta via, de Teresópolis era possível chegar também a Três Rios e Petrópolis, de onde partia a estrada para a Capital Federal (Rio de Janeiro). Teresópolis também se comunicava com Nova Friburgo, interligado por um sistema rodoviário para a Capital. Segundo esses dados, Teresópolis tinha 208km de estradas de rodagem: 12 federais, 78 estaduais e 118 municipais. Por estas rodovias, as vias de ligação de Teresópolis com a capital correspondiam às redes de comunicação com outros municípios.

Além disso, Geiger (1962), ao analisar as condições de produção agrícola durante a década de 1960, já havia sinalizado os efeitos possíveis da expansão urbana nas áreas dedicadas ao cultivo de hortaliças e a emergência da região serrana como um polo de oferta crescente desses produtos.

Neste contexto, a cidade do Rio de Janeiro desempenhava também o papel de centro exportador de mercadorias para outros estados, como São Paulo e Minas Gerais. Conforme os dados levantados pelo autor, gêneros alimentícios e bebidas correspondiam a 13%; produtos de manufaturas correspondiam a 42% da exportação; 19% eram produtos

farmacêuticos e químicos; e 18% estavam relacionados a máquinas e veículos. (Geiger, 1962)

Na cidade do Rio de Janeiro foram criadas redes de *mercados* controladas por grandes grupos comerciais que, pela disponibilidade de frotas de caminhões, iam até as áreas produtoras e, a baixo preço, aumentavam os lucros e monopolizavam a comercialização. A valorização alcançada pelos gêneros alimentícios produzidos nessas *zonas rurais* gerava uma demanda de consumo na região metropolitana e exigia um fluxo regular de produtos agrícolas. A contribuição de (Becker, 1966) para compreensão desses circuitos de mercado de produtos agrícolas é fundamental, especialmente pela valorização das redes de relações constituídas entre produtores e as centrais de abastecimento criadas no Rio de Janeiro durante esse período.

Segundo a autora, o mercado do Rio de Janeiro recebia produtos alimentícios de diversas áreas produtivas do estado e também do país. O alargamento da área a ser abastecida pelos pequenos produtores, principalmente o mercado do Rio, representa um foco de convergência da produção agrícola. Tal capacidade atrativa pode estar relacionada tanto com processos decorrentes do crescimento populacional como aqueles provocados pela presença da região portuária.

Pelo que pude compreender, o sistema de diferenciação interno constituído pela valorização das redes de afiliação ao mercado produziu campos diferenciados de ações desses agricultores. A análise dos dados estatísticos obtidos pelo levantamento nos arquivos da escola municipal permite compreender os deslocamentos apresentados pelas narrativas dos entrevistados.

Os dados por mim coligidos na EMSMS durante a realização de trabalho de campo apontam que, no caso das mulheres, os deslocamentos foram mais recorrentes a partir de meados da década de 1970, especialmente para outras localidades do Rio de Janeiro (Caxias, São Gonçalo, Niterói, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Magé, com 1 caso cada), de Minas Gerais (Além Paraíba, com dois casos de migração), do Ceará (Juazeiro, Fortaleza e Paraíba, com 1 caso cada) e do Espírito Santo (um caso). Também tem ocorrência de um caso de família vindo do Japão, grupo familiar a quem pude estabelecer contato por situação de entrevista.

III.3.c Deslocamentos e redes de relações

A interpretação deste campo de ação de agricultores referenciados por afiliação familiar, de parentesco e de vizinhança pode ser compreendida ainda pelos modos diferenciados de vinculação ao mercado de produtos agrícolas, principalmente pelo concomitante processo de construção de vias para escoamento da produção. Os entrevistados da família Silva chamaram atenção para a construção de estradas concomitantemente ao processo de emancipação do município de Teresópolis.

A possibilidade de deslocamento de agentes da produção e do transporte de produtos para o centro de beneficiamento do marmelo e de consumo de *caixarias* viabilizava o acesso a outras redes de relações, conhecimento de modos de vida e elaboração de saberes. O tempo necessário ao distanciamento da unidade familiar até esses centros de absorção e de troca de mercadorias demandava aproximadamente uma semana, conforme relato dos entrevistados. Ausentar-se por muitos dias era facultado àqueles chefes familiares que podiam transferir temporariamente a gestão da unidade de consumo familiar, como nos casos dos grupos domésticos das famílias Silva e Magalhães.

As redes de comercialização alargaram as fronteiras espaciais em relação ao que constituía o território correspondente a Vargem Grande. A centralidade do município de Magé neste processo se fundamentava no conhecimento daquela localidade como uma área de absorção comparativamente ao que podiam encontrar em Vargem Grande. Era um centro econômico, principalmente pela existência da linha férrea ligando Magé a cidade do Rio de Janeiro.

Essas redes de relações pela afiliação ao comércio de produtos agrícolas correspondem ao alargamento das fronteiras espaciais e de possibilidade de constituição de relações de *troca*. Pelas vias públicas valorizadas para o escoamento da produção agrícola até Magé, o transporte pela *mata*, a produção de marmelo e, posteriormente, de laranja, era adquirida por compradores da *Baixada*, representantes das unidades de beneficiamento para produção de doces e fábricas de bebidas. Magé constituía-se como um centro aglutinador da produção agrícola, espaço de convergência das ações de agentes orientados segundo princípios de afiliação ao mercado agrícola. Tal afiliação correspondia igualmente à ampliação do campo de ação desses agricultores.

Segundo fontes por mim consultadas para compreender os limites territoriais, palco das ações que os interlocutores identificaram, este caminho conhecido como *estrada direta* (de March) foi aberto por volta de 1826 e ligava o Alto da Boa Vista (atualmente bairro do Soberbo) à cidade de Magé, onde passavam os trilhos que ligavam esta cidade até o Porto de Piedade, na cidade do Rio de Janeiro. (Cunha, 1959)

Retomando o diálogo com os interlocutores para compreender os circuitos a partir dos quais os agricultores em Vargem Grande podiam se vincular, Seu Anderson da Silva comentou que os *trens de passeio* vinham de Niterói para Friburgo e, no final da década de 1940, com o término da construção do eixo de ligação entre Magé e Visconde de Itaboraí, já seguiam também ao Rio de Janeiro.²⁹

Neste período, os trens correspondiam a *máquinas da serra*, movidas à vapor, trocadas a cada estação para abastecimento. Os vagões estavam limitados a quatro carrocerias pesadas que *iam arrebatando os ouvidos dos passageiros com a tiragem violenta que exigia uma rampa de 3% em procissão até a boca do mato* (Cachoeiras de Macacu). *A violência na tiragem do trem ensurdecia os passageiros, tanto que viajavam de janelas fechadas.* Essa orientação era seguida à risca sob pena de serem queimados com as brasas de carvão. Além disso, devido à alta umidade relativa do ar na região, frequentemente as locomotivas pararam para refazer o fogo.

Seu Társis da Silva, elaborando uma narrativa para me apresentar, no que correspondeu ao entendimento dos princípios orientadores das práticas dos agricultores de Vargem Grande, destacou formas diferenciadas de incorporação desses recursos, tal como apresentou como constitutivo de sua própria trajetória como agricultor. Segundo ele, tendo alcançado a juventude (aproximadamente no início da década de 1950), saiu de Vargem Grande e foi para o Rio de Janeiro, abrigoando-se na casa de uma das irmãs que, pelo casamento, passou a residir nesta cidade. A possibilidade de constituição em outra posição pela incorporação de outros recursos e frente à facilidade relativa de deslocamento com a chegada das estradas, permitiu ao entrevistado constituir-se como trabalhador da construção civil. Enquanto se manteve nesta posição, as idas e vindas eram semanais pois, como ponderou, *agarrado com a família, sentia saudade de casa.* O retorno era semanal e, *mesmo trabalhando durante a semana na obra, no dia de domingo, vinha para a casa (em Vargem*

²⁹ A valorização de Teresópolis, tal como descrito pelos interlocutores, como espaço priorizado às visitas, foi igualmente apontado por Lamego (1950).

Grande) e cortava a lenha para sua mãe. Não obtendo o êxito esperado pela constituição de vínculo nesta posição, retornou a Vargem Grande e se dedicou ao trabalho que realizava em lavoura própria, num pedaço de terra que o pai lhe havia cedido anteriormente.

Pela versão que me apresentou, mencionou que alguns membros do grupo familiar passaram a fixar residência no Rio de Janeiro: Marione da Silva, filha mais velha de Seu Luiz Sérgio, na posição de irmã do entrevistado, pelo casamento, passou a residir em Nova Iguaçu, acompanhando o esposo, trabalhador de indústrias de bebidas.

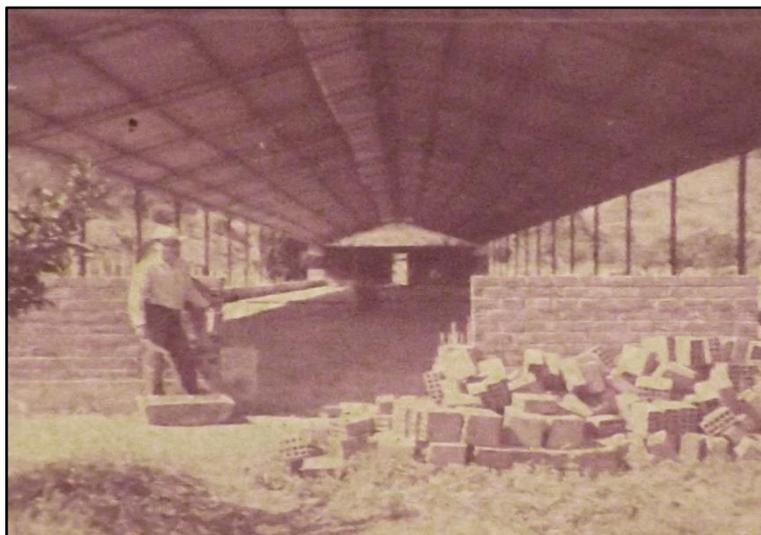
Marilene, a segunda filha de Seu Luiz Sérgio, reconhecida também pelos demais irmãos como de saúde precária, *sempre adoecida*, teve sua criação orientada pelo irmão de Dona Mírian, mãe do entrevistado, Seu Osvaldo. Residindo em Petrópolis com o tio materno, a irmã pode dar continuidade aos estudos e, em constituindo vínculo matrimonial com um visitante recorrente nesta cidade, passou a residir na cidade de origem do esposo, Rio de Janeiro. A projeção da filha para residir com um familiar materno não foi bem aceita pelo pai e, como narraram os entrevistados, *o velho não concordava com isso de jeito nenhum*. Dizia ele que *ela fugiu da enxada*. Os entrevistados mencionaram que o esposo era trabalhador da mineração e recorrentemente passava por Petrópolis para descansar e chegar ao Rio de Janeiro.

Ronaldo, quinto filho na descendência da família Silva, também se valeu da residência da irmã mais velha e passou a morar no Rio, aos dezoito anos de idade (década de 1960, aproximadamente). A saída foi estimulada após disputa com outros irmãos pela melhor localização do pedaço de terra que o pai cedia como facilitação para constituírem-se como agricultores autônomos. Ainda jovem, vinculou-se ao exército e *seguiu carreira* até meado da década de 1990, quando falece.

Seu César da Silva contou que, após a saída do irmão, ele *abandona a lavoura que estava fraquinha* e se vincula como trabalhador na granja, sob chefia do irmão mais velho, Seu Társis. (Figura 9) Como refletiu o entrevistado, o trabalho que realizava com o pai era apenas o da *lavoura*. Para trabalhar na granja, teve que investir no aprendizado de outros saberes pela socialização junto aos trabalhadores mais antigos. Afirmou ele: *Quando eu cheguei na granja, eu não sabia nada. Eu fui aprendendo com a convivência. Eu cheguei lá e não sabia nada. Mas ainda fiquei uns 2 anos só, mas depois eu voltei para a lavoura. Voltei para a lavoura!* O retorno à condição de agricultor, contudo, seguiu o trabalho nas lavouras próprias em parceria com o irmão Társis. Após anos de trabalho como agricultor,

Seu César conquista a aposentadoria e passa a exercer a função de pastor de igreja evangélica protestante.

Figura 9 - Construção da granja, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), década de 1970



Fotografia cedida por produtor local.

Outro membro do grupo familiar que investiu na construção de redes de relações para se constituir em outra posição que não a de produtor, foi Seu Ramon. Segundo a versão que apresentaram, *brigado de foice* com o irmão Ronaldo, aos 14 anos, foi morar na casa da irmã Marione, recém instalada no Rio de Janeiro. Como afirmou Seu César, o irmão jamais voltou a Vargem Grande. Constituiu vínculo como policial militar e reside em Duque de Caxias atualmente com a esposa.

A filha mais nova de Seu Luiz Sérgio também investiu na constituição de outras redes de relacionamento e saiu de Vargem Grande após o falecimento dos pais, aproximadamente durante a década de 1980. A saída de Márcia inicialmente foi para ser orientada pela irmã Marione, em Nova Iguaçu. Já *moça feita* voltou para Vargem Grande e morou com o irmão Tárzis até que, constituindo vínculo pelo casamento, passou a morar em Rio das Ostras. Como contou Seu César, Márcia ficou ajudando o irmão no cuidado da casa e durante este período conheceu seu esposo, trabalhador do setor de transporte rodoviário em Teresópolis. Atualmente, contou o entrevistado, a irmã passou a residir em Macaé, pois o marido vinculou-se como empregado à empresa de transporte nesse município.

Seu Anderson da Silva, com quem pude ampliar o contato, também se reconhece como alguém que teve condições de se afiliar às redes estabelecidas pela comercialização da produção agrícola e se constituiu em outra posição fora de Vargem Grande. Como mencionou, objetivando maiores rendimentos com a lavoura, geriu, durante a década de 1970 aproximadamente, uma *pedra* na Ceasa, em Irajá. Neste período, com uma *caminhonetezinha, levava a própria mercadoria*. Mas ponderou que só pode se valer desta alternativa porque tinha o *comprador certo e não mexia com a lavoura aqui*. À época, contava com o trabalho da mulher, Dona Flávia, e também com a ajuda de filhos e de dois trabalhadores à diária. Como mencionou, *eu descia de madrugada para o Rio e, quando chegava lá no mercado, demorava para vender. Quando chegava em casa, eu já estava pensando aqui na lavoura para cuidar*. A impossibilidade de, sozinho, tocar lavoura e gerir a comercialização até a central de abastecimento foi condição por ele destacada: *tem que ser uma coisa ou outra*.

Para facilitar o entendimento da diversificação das redes de afiliação que orientaram as ações dos membros do grupo familiar referenciador desta análise, apresento o quadro a seguir (Quadro 4).

Quadro 4 - Redes de afiliação dos membros da família Silva, Vargem Grande, Teresópolis (RJ)

Membros	Escolhas de local de residência (origem = Vargem Grande)			
Marione	Nova Iguaçu			
Marilene	Petrópolis	Rio de Janeiro		
Társis	Nova Iguaçu	Vargem Grande		
Ronaldo	Nova Iguaçu			
Ramon	Duque de Caxias			
Márcia	Duque de Caxias	Vargem Grande	Rio das Ostras	Macaé

Fonte: Dados elaborados pela autora.

A elaboração deste quadro valoriza Vargem Grande como situação social pertinente para adoção da noção de campo de ação para refletir sobre o agenciamento dos membros das famílias ali residentes. Considerando os membros desse grupo familiar, três deles, com quem aprofundei contato por situação de entrevista, permaneceram em Vargem Grande, como são os casos de Seu Anderson, Seu César e Seu João Paulo. No caso de Seu Társis, ele saiu e retornou a Vargem Grande, mantendo-se na região até hoje.

Ainda valorizando os princípios de orientação das ações dos agricultores em Vargem Grande pelo que apresentaram os interlocutores, valorizo o percurso do grupo familiar Chimisu. Como mencionou o entrevistado, para exemplificar o caso do irmão caçula de Seu

Kasuo Chimisu que retornou ao Rio de Janeiro (município de fixação do grupo familiar anteriormente à chegada em Vargem Grande), o avô, migrante japonês, tendo inicialmente chegado em São Paulo, posteriormente, passou a trabalhar em áreas de cultivo no Rio de Janeiro, juntamente com outros familiares. Quando se mudou para Teresópolis, chegando na localidade de Vargem Grande, onde constituiu família conjugal, nem todos o acompanharam. Após alguns anos de trabalho dedicado às lavouras na condição de *arrendatário* sob cuidado dos filhos, conquista a autonomia da comercialização da produção.

A inserção nessas redes por Seu Kasuo Chimisu viabilizou a constituição de projeto de reprodução para o filho caçula na cidade do Rio. Como afirmou Seu Chimisu, o irmão foi recebido pelos familiares e deu continuidade aos estudos. Inicialmente constituiu-se como técnico e, posteriormente, pelo trabalho, galgou o ensino superior, formando-se como agrônomo.

Para compreender as redes de deslocamentos que os interlocutores sinalizavam quando da realização de entrevistas, investi na busca de dados de outras fontes. Nesse caso, o historiador Monbeig (1958) citado por Quaresma (2008), mencionou o fluxo migratório de japoneses em direção ao Brasil, desde o final da década de 1910. Como afirmou, o país recebeu aproximadamente 200 mil japoneses durante o período de 1930 a 1937, principalmente nos estados de São Paulo e do Paraná, dedicando-se às atividades produtivas, como foi o caso da horticultura, do cultivo do chá e do algodão. Sobre o processo de ocupação das terras brasileiras pelos japoneses, afirmou:

Os brasileiros mantêm, em relação a esse grupo, uma reserva explicável pela forma de sua imigração: fortemente cantonados, os japoneses instalaram-se em terras loteadas por sociedades nipônicas, financiados por bancos próprios e submetidos a um estreito controle por parte dos cônsules de seu país de origem. A assimilação desses imigrantes, apesar de lenta, está progredindo. Não se pode mais dizer que existe no Brasil um grande problema japonês”. (Monbeig, 1958: 54)

Em análise sobre a formação da cidade do Rio de Janeiro, Geiger (1962) chamou atenção para o papel relevante que os imigrantes desempenharam no desenvolvimento principalmente de lavouras no estado, desde o início do século XIX. Considerando o período de constituição das colônias agrícolas nacionais, Galvão (1962) coloca em destaque o sucesso das lavouras de tomate a cargo dos japoneses. Organizados em cooperativas, esses imigrantes podiam contar não apenas com o financiamento da produção, como também tinham asseguradas as redes de venda de produtos e de assistência técnica aos colonos.

Ao estarem organizados em redes de cooperativas, os 15% de produtores japoneses residentes na região de Santa Cruz (que ocupava durante a década de 1930 um dos núcleos agrícolas nacionais), mantinham-se nessas terras, a despeito do processo de especulação imobiliária e fragmentação das terras em decorrência da falta de assistência técnica e econômica ao núcleo por parte do Estado, segundo informações prestadas pela autora.

Em levantamento estatístico, Quaresma (2008) apresenta os seguintes dados em relação à distribuição das colônias japonesas no estado. Esses dados correspondem ao levantamento realizado junto a SEEDUC e, portanto, correspondem aos imigrantes que passaram pela escola durante meados da década de 1970. O processo de imigração de japoneses no estado concentrou-se na instalação desses migrantes nas áreas rurais, privilegiando a realização de atividades agrícolas, como se pode observar pela maior concentração nas áreas da baixada fluminense (Duque de Caxias, Itaguaí e Nova Iguaçu). (Quaresma, 2008) (Tabela 14)

Tabela 14 - Distribuição das colônias japonesas no estado do Rio de Janeiro (1975)

Municípios agrupados	Total de japoneses/colônias
Angra dos Reis	31
Barra do Piraí	125
Barra Mansa	78
Cabo Frio	05
Campos	08
Duque de Caxias	125
Itaperuna	03
Macaé	12
Niterói	157
Nova Friburgo	95
Nova Iguaçu	295
Petrópolis	35
Rio Bonito	267
Teresópolis	75
Três Rios	34
Total	1.345

Fonte: Quaresma (2008). Adaptado pela autora.

Pelos dados apresentados é possível identificar regiões valorizadas pelos migrantes japoneses. Segundo os dados, os migrantes chegaram antes nos municípios da Baixada Fluminense e posteriormente foram se deslocando para outras regiões. Além dos dados apresentados pelo autor, o Censo realizado pelo IBGE, em 1920, confirma a presença de japoneses a partir dessa década no país.

Em relação à vocação de Teresópolis como polo de atração de visitantes ainda na década de 1890, tal como os interlocutores apontavam em situações de entrevista, valho-me

de informações também consideradas pelos autores que apresentaram a passagem de Domingos Moitinho, então responsável pela empreitada, como frequentador de Teresópolis e como proprietário de chalé para repouso no município desde 1892. O historiador também afirma que o município de Teresópolis à época recebeu o presidente Prudente de Moraes como hóspede. (Vieira, 1934 *op cit.* Babo Sedlacek, 2012)

A incorporação de outras fontes de dados para dar conta da compreensão deste campo de ação chama atenção para a valorização da região Serrana como polo atrativo, como apontou Lamego (1950), destaque:

Ao ser transposta a serra do Mar, entrava um caminho na grande fazenda de um inglês, o Dr. March, com magníficas plantações de frutas europeias e hortaliças que suprem a capital, estância para a criação de cavalos e mulas e culturas de milho, feijão e batatas. Nessa propriedade construíram-se várias casas de campo que são ocupadas pelas famílias inglesas do Rio nos meses quentes. Também o proprietário dá pensão em sua residência e raro acontece que o lugar esteja sem visitantes. (Lamego, 1950: 211)

A valorização da beleza natural de Teresópolis era artifício utilizado pelos representantes do governo do Estado para promover a “colonização do lugarejo”. No entanto, isolada entre as montanhas, manteve-se escassamente povoada. Segundo as informações coligidas por Lamego (1950), em 1872 a freguesia era povoada por 3.257 habitantes e este número foi reduzido em 1890. Cabe ainda mencionar que neste mesmo ano em que a população de Teresópolis foi reduzida, em 21 de janeiro foi decretada como capital do estado do Rio de Janeiro, fato que não se consumou devido às dificuldades de acesso e de comunicação com o centro urbano estadual.

A presença de instituições públicas e privadas é outro aspecto fundamental à compreensão dos quadros de alternativas e que interferem no processo de construção de projetos de mobilidade pelos produtores.

Em 1959, existiam no município sete estabelecimentos de comercialização de produtos por atacado e 221 por varejo. As movimentações financeiras e creditícias estavam restritas a quatro agências bancárias, sendo uma delas da Caixa Econômica Federal. Em relação às instituições de ensino, dos 60 estabelecimentos existentes, 21 deles correspondiam a administração estadual, 36 de administração municipal e três particulares, dedicados ao ensino pré-primário. O curso ginasial, comercial, normal, profissional e artístico (música e pintura) somavam sete estabelecimentos. Por tal oferta, em 1950, dos 28.622 habitantes com

mais de 5 anos (o que corresponde a 61% da população do município) eram alfabetizados. Deste total, a maioria era de homens. (EMB, 1959)

III.4 Quadros institucionais locais

O universo de interlocutores por mim valorizado para realização da demonstração da rede de relações que compõem o campo de ação explicitou situações contextuais referenciadoras das condições de acesso a recursos pela ampliação no quadro de instituições locais. As possibilidades diferenciadas de integração às redes de relações para apropriação de recursos eram correspondentes a um espaço de ação relativamente restrito pelos limites que esses agentes encontravam para alargarem as fronteiras constitutivas pelo conjunto de relações do espaço reconhecido como Vargem Grande.

As relações orientadas segundo esses princípios evidenciam processos de constituição de si enquanto agentes sociais diferenciados segundo a oferta de recursos materiais e de bens prioritariamente destinados ao consumo doméstico. Além disso, o acesso a recursos financeiros para investimento nos projetos familiares que elaboram permitiu a constituição do produtor em posição diferenciada relativamente aos demais agentes do bairro.

Ainda para refletir sobre os princípios norteadores das ações dos interlocutores que se afiliaram a este campo, incorporo a secundarização dos projetos de reprodução mediante apropriação do saber escolarizado.

III.4.a Casas de rico e casas de pobre

As condições de habitação podem ser consideradas uma resposta ao relevo no qual as casas se encontram edificadas, mas também à situação econômica vigente. A análise do sistema de relações de produção pelo que sinalizaram os participantes da pesquisa, os produtores familiares, valendo-se das possibilidades de constituição de vínculos como agentes do transporte da produção de marmelo, conseguiam construir relações que

paulatinamente favoreceram a obtenção e o acúmulo de rendimento pela *troca* monetarizada de produtos excedentes destinados prioritariamente ao autoconsumo.

Seu Tárzis da Silva ao refletir sobre as condições de acesso a recursos segundo o quadro de instituições correspondentes ao *tempo do avô*, recorte temporal fundamental à compreensão e diálogo com demais fontes de dados que me apropriou para entendimento das práticas sociais desses agentes (corresponde aproximadamente ao início da década de 1900) apontou as condições de ampliação no acesso a recursos pelos agricultores.

Segundo ele, a possibilidade de incorporação de recursos para além daqueles produzidos a partir da terra como fonte de subsistência, correspondeu aos investimentos que acompanharam as redes de circulação da produção. No entanto, esta forma de avaliação das condições relativas de acesso a recursos é avaliada negativamente. A perspectiva contraposta de construção de versões sobre a constituição social como agricultores coloca em evidência um período marcado pelo *sacrifício*, pelas *dificuldades* e pela *pobreza*. Como chegou a afirmar: *não tenho saudade daquela época não. Era uma época de muito sacrifício!*

O entrevistado, valorizando as dificuldades em que ele e irmãos viviam, sinalizou que a possibilidade diferenciada de incorporação de recursos para construção das casas estava vinculada a capacidade do produtor em se constituir em posições relativamente mais favoráveis. Por tal diferenciação no acesso a recursos, os agricultores afiliavam-se a partir das *casas de pobre*, geralmente construídas pelos proprietários de terra ou ainda nos casos de *arrendatários*, construídas com recursos próprios; e *casas de rico*, de propriedade de *fazendeiros* de Vargem Grande.

Pela versão apresentada, mencionou que as casas eram feitas com *pranchas de zinco*, *de folhas confeccionadas com latas de querosene*, *latas de óleo*. *As latas eram cortadas, abertas e retirava-se a tampa! Ela ficava deste tamanho e pregava aquela folha assim em cima dos caibros e ia pregando. Ia pregando uma folha ali e uma pegando na outra. E assim cobria a casa. Contrastivamente, as casas de rico tinham telha*. Reconhece ainda outras diferenciações em relação aos utensílios e acabamentos da *casa de rico* como *casa de assoalho*. *Ela ficava altinha do chão, e tudo era de madeira*; material que, diferentemente das *casas de pobre*, feitas de zinco, dificultava que o frio penetrasse o interior. Também era utilizado o *fogão a lenha* que, além de servir para produzir alimentos, também era usado para aquecer a casa. Além disso, esse sistema de aquecimento era utilizado para produção de água quente durante os banhos, mediante rede de *serpentinhas* (encanamentos que conduziam água para aquecimento da área externa da casa e, passando pelo interior do fogão,

permitia o aquecimento da água que era armazenada em caixas específicas e utilizadas durante o banho).

A construção das casas com paredes de caixotes, cobertura de zinco ou sapé sinalizavam formas de habitação predominantes nesse período para moradores em condições de instabilidade e precarização no acesso a recursos materiais e econômicos. As moradias assim elaboradas, eram pequenas e leves, contudo bastante adequadas à turfa ou solo pouco espesso que, principalmente nas regiões de serra, são ocupadas por pequenos produtores agrícolas.

Seu Anderson da Silva (irmão mais novo de Seu Tárzis) considerou, ao se lembrar da infância e socialização no trabalho na lavoura, as dificuldades relativas no acesso a recursos materiais que marcavam fases do ciclo de vida dos membros da família. O acesso limitado aos recursos monetários restringia a compra de roupas infantis, até porque em fase de crescimento, perdiam muito rapidamente, sendo a maior parte transferida de irmão para irmão. Os mais velhos, incorporados como mão de obra nas unidades de produção, aqueciam-se, durante o inverno, com o *bafo* (corrente aquecida de ar produzida pelos animais) que emergia da terra após o boi se levantar.

As dificuldades relativas estão relacionadas ao atendimento às demandas por recursos no ambiente doméstico, como fogões, aquecimento, luz elétrica, como também peças do vestuário, principalmente de filhos. A *bricolage* que as mulheres realizavam nas roupas das crianças e o cuidado no armazenamento das peças de roupas utilizadas pelos filhos mais velhos para que pudessem ser aproveitadas pelos filhos recém-chegados foram destacados por Seu Tárzis.

Pelo que mencionaram os entrevistados, a valorização da casa como espaço de consumo especificamente alimentício, também pode ser compreendida pelas relações de consumo de bens e utensílios domésticos. Por tais relações diferenciadas no acesso a recursos e às condições de atendimento às exigências de consumo individuais e coletivos sua análise possibilita a compreensão do sistema de posições desse grupo.

Em consulta ao Censo Agrícola de 1960, para tentar compreender o que representava a diferenciação em relação ao acesso à energia e à produção de energia própria, pude perceber que, segundo os dados estatísticos, do total de 26 estabelecimentos, apenas 18 em todo o município podiam produzir sua própria energia; por outro lado, 6 estabelecimentos desfrutavam de energia elétrica adquirida de outras unidades produtoras. (IBGE, 1960)

A compreensão das dificuldades para apropriação de recursos correspondia à constituição de um sistema de diferenciação pela valorização da posição do *agricultor* ou do *fazendeiro*. Além disso, a análise dos limites que se impunham aos agricultores só pode ser considerada mediante reconhecimento de que se constituem numa condição relativamente favorável de acesso a recursos materiais. Mas ainda porque muitos dos interlocutores se reconhecem em posição valorizada pelo acompanhamento, ao longo dos anos, dos processos de evolução de recursos tecnológicos. Contrastivamente ao *tempo do pai*, a vida marcada pelo *sossego, pela maior tranquilidade*, pela possibilidade de abastecimento da família sem a dependência do *dinheiro*, colocava em evidência outros princípios orientadores das ações desses agricultores.

Outro entrevistado que se reconheceu como alguém capaz de avaliar as dificuldades no acesso a recursos materiais porque integrado a este universo pelos princípios de afiliação familiares é Seu Jair Magalhães. Filho de *tropeiro*, o entrevistado apontou que o pai, mesmo tendo recebido a terra pela relação de trabalho constituída com o *fazendeiro* na condição de *arrendatário*, não facilitou o acesso a recursos complementares ao atendimento das necessidades dos filhos. O entrevistado afirma que, quando os filhos casavam, nenhum bem era herdado e a instalação da nova unidade familiar seguia às expensas do próprio filho.

III.4.b Condições de acesso ao crédito

Outro princípio orientador da prática de agricultores de Vargem Grande corresponde ao modo como podiam, neste contexto, ter acesso a crédito financeiro. Os constrangimentos relativos para constituição dos agricultores em outra posição eram diversos, não apenas pela distância a qual se encontravam do centro de Teresópolis como pela dependência relativa dos processos de produção de rendimento a partir da valorização da terra como recurso produtivo. Frente a esses limites, o crédito estaria disponível pelas redes de relações constituídas por laços de camaradagem e de compadrio.

Para compreender este jogo de relações para obtenção de crédito, tal como os interlocutores apresentaram, valorizo o caso narrado por Seu Tárzis da Silva. A versão da história que ele me contou é iniciada pela valorização da posição de Seu Luiz Sérgio, pai do entrevistado, e o reconhecimento como um *homem de palavra*. Constituído na posição de

arrendatário, Seu Luiz Sérgio recebeu prioridade para compra de pedaço de terra da fazenda que trabalhava desde o tempo do avô. Contou o entrevistado, o pai, tendo investido na constituição do vínculo como *tropeiro*, ampliou o universo de relações. Por esta abertura, tornou-se amigo de um comerciante de Friburgo que, como mencionou, *mantinha todo dinheiro guardado em casa no baú*. Quando da oferta para compra do terreno, Seu Luiz Sérgio então vai até este amigo e consegue a quantia de 5 contos de réis como forma de sinal pago ao proprietário para que lhe assegurasse a oferta a ele. Como garantia firmada pelo reconhecimento dívida ao amigo comerciante que lhe garantiu o crédito financeiro, Seu Luiz Sérgio deixa um *fiapinho do bigode* que o fiador *enrolava e guardava*. O símbolo do reconhecimento do valor do *homem de palavra era o bigode, já que naquela época não tinha negócio em banco*.

A afirmação da moral do homem e os efeitos produzidos no âmbito das relações constituídas naquele espaço social, como sinalizou o entrevistado, possibilitavam o acesso a recursos indisponíveis em outros contextos. No entanto, no discurso desses agricultores, a produção de si como homem de palavra, reforçava a imagem de sujeito distinto e, portanto, capaz de desfrutar dos benefícios diante do quadro de limites ao acesso a recursos.

O universo relativamente restrito de oferta de crédito não era disponível aos agricultores que, impossibilitados de oferecerem bens como garantia da hipoteca, investiam na constituição de redes interpessoais de crédito. Assim, mais que um mecanismo financeiro, o crédito pode ser compreendido pelas interdependências estabelecidas entre *produtores* e credores. Essas redes de relações, tal como também reconheceu Neves (1981: 65) em trabalho de pesquisa entre lavradores de cana do norte do estado do Rio de Janeiro. Ao analisar condições de acesso a crédito por esses trabalhadores do sistema canavieiro, demonstrou as condições de assimetria nas condições de acesso a recursos materiais possibilitadores das formas de ampliação da posição, tal como sinalizaram os produtores de Vargem Grande.

Seu César da Silva comenta sobre o reconhecimento do pai como um agricultor que podia se valer das relações de confiança com os credores do bairro. Considerou ele: *meu pai não admitia erro. As coisas com ele tinham que ser certas*. Exemplifica o entrevistado uma situação em que o pai, pelo crédito obtido junto aos fornecedores de Vargem Grande, tinha acesso aos insumos fundamentais à realização das lavouras. Mencionou o entrevistado: *se ele falasse com você: - Vou te pagar no dia 1º, você podia ter certeza que no dia 25 ele estava com o dinheiro na mão para te pagar. Agora você também não cobrasse ele antes da*

hora não, que você ia ver quem ele era! A valorização da manutenção da palavra não permitia outros acertos, sob risco de perda do crédito, desonra e inviabilidade daquela relação de confiança.

Seguindo essas pistas sobre a possibilidade de obtenção de crédito em Teresópolis, dados da EMB que correspondem àqueles divulgados pelo Censo Demográfico de 1940, apontam para o seguinte cenário: uma agência da Caixa Econômica Federal (com cerca de 4.600 aplicações em poupança); instituições de crédito bancário: uma agência da Casa Bancária Regadas Comércio e Indústria LTDA., uma agência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e uma do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais. Essas instituições creditícias, em 1957, tinham 8.831 contas de caixa em moeda corrente à época, 5.126 contas com empréstimo e 213 hipotecas. (EMB, 1959)

III.4.c Saber escolarizado e condições de reprodução social

O predomínio da terra como recurso valorizado para constituição do sistema de posições dos agentes sociais coloca em evidência os limites relativos para elaboração de projetos de reprodução social mediante incorporação de outros recursos. Refletindo sobre o lugar atribuído ao domínio do conhecimento escolarizado e a pressuposta decorrência em constituírem condições mais favoráveis de inserção produtiva, os interlocutores sinalizaram questões por mim retomadas para compreensão do sistema de posições dos agricultores em Vargem Grande.

A análise assim orientada não corresponde ao reconhecimento a instrução escolar como atributo imprescindível para certos agentes sociais. Como pretendo demonstrar, o acesso ao saber escolarizado se relaciona às formas como os produtores construíram itinerários de vida, bem como ao sistema de representações que orienta as afiliações ao sistema escolar.

Vale à pena mencionar que para o período tomado por referência, a escola, tal como presença institucional obrigatória, como se reconhece hoje, correspondia à existência de uma professora que, também vinculada ao cultivo da terra como recurso prioritário, nos períodos correspondentes ao de menor demanda de trabalho na unidade familiar de produção,

alfabetizava os filhos de agricultores e lhes ensinava as quatro operações fundamentais da matemática.

Orientando-me por este princípio de afiliação para compreender o processo de construção social de produtores, chamou-me atenção as relações de dependência entre as formas de utilização de mão de obra familiar pelos produtores e as condições de acesso à escola pelos filhos. As atividades que os interlocutores realizavam na lavoura, caracterizadas como condição de *ajuda* ao pai, precarizavam a frequência à escola, geralmente limitada aos períodos de atividade agrícola menos intensiva. Nesta situação, *não tinha como ir para escola de dia e, quando chegava de noite, meu pai mandava para a casa de uma professora (ou mesmo), a filha do compadre fulano para ensinar*. Como ressaltou Seu Tárzis da Silva, o acesso à escola era limitado a alguns dias durante a semana, dos *cinco dias de aula, se a gente fosse duas vezes, era muito. Antes de ir, tinha que trabalhar*.

O irmão imediatamente mais novo do entrevistado, Seu Anderson, reconheceu as mesmas dificuldades de acesso à escola. Mencionou que ele e o irmão *iam estudar depois da lavoura* e, apesar de o horário das aulas ser à tarde, o período da manhã era reservado à realização de atividades laborativas na lavoura, eles *estudavam pouco*. Como mencionaram os entrevistados afiliados ao mesmo grupo familiar, as aulas eram realizadas em *residência de professora particular localizada perto da Mulher de Pedra*. Dada a distância em relação à casa, saíram dessa escola e se afiliaram ao ensino noturno oferecido por escola particular. Nestas condições, manteve-se na condição de aluno até o 5º ano do ensino fundamental, posição em que pode receber conhecimentos em condições relativamente mais favoráveis do que àqueles transmitidos na época dos filhos.

Como pode avaliar o entrevistado pela capacidade de se contrapor às facilidades relativas de acesso a recursos diversos, considerou que até hoje dispensa os instrumentos modernos para realização do cálculo: *nem computador, nem calculadora, não preciso de nada* para realizar as contas necessárias à comercialização da produção que atualmente investe. *Multiplicar, dividir, somar, qualquer tipo de conta eu sei de cabeça*.

Os itinerários de vida desses agricultores foram construídos mediante a valorização e priorização da capacidade de realização de trabalho nas lavouras, sob gestão familiar. O domínio do saber escolarizado e letrado não correspondia ao atendimento das exigências para constituição do filho como produtor.

Outro interlocutor que se reconheceu como referência em relação aos irmãos, ao comentar a constituição como produtor, foi Seu Oséias. O entrevistado se reconhece numa

condição de orgulho frente aos irmãos, por não querer saber da escola e por ter *ficado fazendo horário até vir embora*. Por tal valorização do conhecimento prático aprendido com os pais, ajudando na lavoura, estudou até o 3º ano do ensino fundamental em uma escola do bairro. O que aprendeu em relação ao saber escolarizado – *não foi muito* -, afirma, mas o que aprendeu segue com ele até hoje.

Contrastivamente, o caso de Seu Jair permite entender o relativo atendimento aos projetos dos filhos pelos pais quanto ao desejo ou não em frequentar a escola. Pela narrativa que apresentou, ao refletir sobre as condições de constituição na posição de *freteiro*, diferentemente do que os irmãos da família Silva entrevistados consideraram, afirmou que *ficava à vontade para seguir as atividades escolares*. Ponderou que estudou até concluir o ensino primário (atual ensino fundamental) porque *na época, não tinha incentivo para continuar*. Afirmou ainda que ele e seus irmãos estudaram até os 12 anos de idade, situação que avalia, por comparação às condições de acesso à escola de seus netos, como *muito atrasada*.

As concepções preconceituosas sobre o analfabetismo, bem como sobre aqueles que não corresponderam aos padrões estabelecidos para reconhecimento como portadores da condição de alfabetização plena, têm sido traduzidas em indicadores sociais que, juntamente com a distribuição de renda e a incidência da pobreza consolidaram a condição condenada do analfabetismo.

Os limites identificados pelos entrevistados podem ser demonstrados pelos casos de desconfiança que expressaram. Nesses casos, reconhecem que a sabedoria está na experiência adquirida pelos trabalhadores que lidavam cotidianamente com a terra. O distanciamento entre o saber escolar e o saber prático, contudo, não correspondia ao desrespeito ao conhecimento escolar. Mas sinalizavam para a realização de uma prática educativa desde então distanciada das condições sociais e culturais dos alunos. Longe de considerar os casos costumeiros de manifestação de tipos ideais e caricaturais, valorizo trajetórias de produtores mediante a compreensão dos fatores intervenientes na construção de percursos sociais como produtores.

Ao afirmarem que a sabedoria é construída pela experiência de vida e tempo dedicado ao trabalho nas lavouras, os *produtores* sinalizavam para o processo de autovalorização defensiva, ou seja, situações de embates sociais onde se torna necessário a afirmação da identidade. Nesses casos, alguns os agricultores que se reconhecem como portadores do

saber escolar se afirmam pela negação das ausências e precarizações no acesso a escola por outros moradores.

Para além do levantamento de dados realizados na escola municipal para traçar um perfil dos moradores do bairro de Vargem Grande, os pequenos produtores que integrei para estudo do objeto analítico apontam para algumas das dificuldades inerentes ao contexto no qual a dinâmica de produção de subsistência foi paulatinamente se intensificando e mesmo se reordenando, contrapondo-se à demanda de uma produção em escala comercial.

Valorizando como eixo temático as possibilidades diferenciadas de afiliação à escola para chegar à compreensão das redes de relações que constituem o campo de ação dos agricultores, muitos deles afirmaram que o acesso à escola, aproximadamente entre 1940 e 1950, correspondia a um investimento que poucas famílias realizavam e quase sempre privilegiando um dos filhos, geralmente o caçula.

Segundo os dados obtidos por levantamento nos arquivos da EMSMS, entre 1960 a de 1970, os alunos frequentavam a escola principalmente durante a alfabetização, abandonando-a logo nas séries iniciais do ensino fundamental. No caso das alunas, estas chegavam mais cedo à escola e também se vinculavam por mais tempo, chegando a concluir o ensino fundamental. A partir da década de 1980, a idade³⁰ de ingresso na escola e o tempo de permanência neste nível de escolarização parecem se equilibrar para os alunos e alunas. (Tabela 15 e 16)

Tabela 15 - Idade de ingresso dos homens na EMSMS, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 1960 a 1980

Ano de nascimento	Idade de ingresso na escola			
	2 a 4	5 a 7	8 a 10	11 a 19
1960-1965		5	1	1
1966-1970	1	11	5	7
1971-1975		12	8	2
1976-1980		17	1	

Fonte: Dados elaborados pela autora.

³⁰ O recorte por idade cronológica corresponde ao que Foucault (2000) atribuiu como sendo tarefa do estado moderno na criação de categorias classificatórias e de hierarquização orientadas para regulação do corpo social.

Tabela 16 - Idade de ingresso das mulheres na EMSMS, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 1960 a 1980

Ano de nascimento	Idade de ingresso na escola				
	2 a 4	5 a 7	8 a 10	11 a 18	Sem inf.
1954		1			
1960-1965		4	8	10	2
1966-1970		12	18	9	
1971-1975		21	16	7	
1976-1980	1	22	1		

Fonte: Dados elaborados pela autora.

A diferença no tempo de permanência dos alunos, relativamente às alunas, que apareceu pela análise dos dados estatísticos também foi reconhecida por alguns dos interlocutores que, ao refletirem sobre o tempo de sua infância e das condições de constituição na posição de agricultor, trazem à tona os princípios norteadores das escolhas que os pais faziam para corresponder às exigências de mão de obra familiar na lavoura. Como apontaram, a frequência às aulas era secundarizada pela necessidade de *ajuda* ao pai na lavoura, principalmente durante os períodos de colheita.

Os critérios de qualificação do uso do tempo e do espaço estão articulados ao desempenho de atividades, segundo relações de gênero entretidas nas unidades familiares. No entanto, sem querer reforçar o estereótipo ou a formação de imagens idealizadas deste universo de predomínio dos homens, valorizo as interdependências entre as atividades realizadas pelas mulheres e pelos homens neste universo social.

No caso das redes de relações constituídas pelos agricultores afiliados ao grupo familiar Kasuo, Seu Kasuo, filho mais velho desta unidade de produção, seguiu o projeto elaborado pelo pai, o que correspondeu à constituição como especialista da produção de tomate em Vargem Grande. Pela necessidade de atendimento à demanda por mão de obra para trabalho na lavoura sob gestão do pai, Seu Kasuo apontou que estudou até concluir o que, à época, correspondia ao ensino primário. No entanto, como já mencionado anteriormente no texto, seu irmão caçula, valendo-se das redes de relações constituídas pelo pai pela vinculação ao comércio de produtos agrícolas e daquelas decorrentes do percurso realizado mediante a migração, pode estudar em escolas no Rio de Janeiro e atualmente constitui-se como agrônomo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), no Pará.

Para compreensão das redes constituídas a partir das condições diferenciadas de vinculação à escola ou ao que correspondia ao saber escolarizado como reconhecido pela comunidade de agricultores em Vargem Grande, valho-me de dados qualitativos divulgados pela EMB (1956).

Os dados assim publicados corresponderam a pesquisas realizadas para elaboração do censo de 1940. Ao me valer dessas informações, posso vislumbrar o seguinte quadro de oferta de instituições dedicadas ao ensino no município de Teresópolis: no que tange à oferta de instituições de ensino primário, haviam 60 estabelecimentos; destes, 21 de administração estadual, 36 de administração municipal e 3 particulares. O curso ginásial (atual ensino fundamental) era oferecido em 2 estabelecimentos; o curso normal (atual ensino médio) oferecido em apenas um deles. Por tais ofertas, em 1950, das 28.622 pessoas com mais de 5 anos, apenas 7.027 homes e 5.597 mulheres sabiam ler e escrever em todo o município. (EMB, 1959)

A oferta restrita de instituições escolares limitava a elaboração de projetos de constituição de vínculos laborativos a partir da valorização desse recurso. Seu Tárzis da Silva chamou atenção para os fatores que influenciavam a constituição deste universo de agricultores alfabetizados, no período que correspondeu ao início da década de 1950. Ele afirmou que em Vargem Grande, *praticamente ninguém aqui tinha estudo. A gente não tinha nada, a gente não aprendia uma profissão para se interessar a ir para a cidade. Ficava todo mundo agarrado aqui na terra, só sabia fazer isso. Era mexer com a terra.*

III.5 Mecanismos de manutenção de laços sociais: as trocas

Sobre as formas de organização social pela valorização de redes de afiliação, os interlocutores chamam atenção para as relações de *ajuda* coletiva, os *mutirões*, compostos por conjunto de produtores agregados por relações de vizinhança, organizados voluntariamente para trabalhar nos períodos de picos da produção agrícola, especialmente momentos de colheita. O processo de convocação dos trabalhadores era baseado no pedido de ajuda a familiares e também a vizinhos e era assegurado pelas relações de solidariedade frente às dificuldades de obtenção de mão de obra.

A respeito da organização do *mutirão* para atendimento à demanda crescente de mão de obra nesses períodos, o entrevistado traz à tona uma dessas situações em que a família se valeu da ajuda dos vizinhos para a colheita e processamento do milho. Após a colheita, que se estendia por praticamente um dia inteiro, as espigas eram amontoadas no *celeiro*, parte externa da casa destinada ao armazenamento dos produtos alimentícios. Finalizado este processo, havia um período de descanso, marcado pelo horário da janta, momento a partir do qual cada *ajudante* seguia para suas casas. O retorno à noite para a casa do produtor assegurava que as espigas seriam descascadas e preparadas para terem os grãos moídos pelo moinho. Parte do milho processado era então ofertado como presente aos ajudantes, principalmente nas visitas domingueiras realizadas entre as famílias.

A constituição desses agrupamentos de trabalhadores para atendimento às necessidades de mão de obra pela intensificação do uso da força de trabalho em picos agrícolas equivalia, por vezes, a novas formas de articulação de relações de parentesco, vizinhança e compadrio, como analisado por Neves (1981: 140). Ao investir na compreensão de formas de organização das unidades de cooperação do trabalho familiar por produtores e lavradores de cana, a constituição dessas equipes representava a aglutinação de grupos domésticos em situações emergenciais provocadas pelo enfraquecimento dos membros da unidade familiar de produção, conforme também reconheceram os agricultores de Vargem Grande ao mencionarem suas versões sobre as situações de organização de *mutirões*.

Os *mutirões* organizados pelos produtores podem ser compreendidos enquanto mecanismo de manutenção social e de controle de recursos escassos em benefício de interesses comuns. Do mesmo modo, as *casas cheias no dia de domingo* chamavam atenção para a residência como um espaço valorizado para reprodução das relações de solidariedade, de comunicação e de transmissão de versões orais.³¹

Seu Társis também apontou que essas visitas asseguravam a continuidade dos laços de solidariedade pela reciprocidade de realização de trocas de produtos. Como afirmou, era comum a divisão entre vizinhos e familiares de um pedaço de carne de porco, de carneiro e outros animais que um produtor podia dispor no terreno que o *fazendeiro* lhe cedia sob regime de *colonato*. A circulação desses produtos através dessas redes formava uma comunidade de iguais pelos arranjos elaborados para enfrentamento de limites impostos à

³¹ A valorização das casas como espaços de agregação e de manutenção de redes de solidariedade se assemelha ao que Heredia (1979: 77) considerou ao analisar a unidade familiar. Como considerou, a divisão espacial da casa representava a centralidade da família como unidade de produção e consumo.

apropriação da terra e da possibilidade de realização da atividade agrícola como asseguradora da subsistência da família.

Uma das alternativas possíveis para atendimento da demanda de mão de obra para trabalho na lavoura que se colocava aos produtores, principalmente durante os períodos de *pico da produção*, dado o aumento da demanda de utilização de mão de obra e o risco de perda da produção, foi valorizada por um dos membros da família Silva. Seu Tárzis mencionou que as relações de amizade e de camaradagem entre os vizinhos eram fundamentais nestes períodos, mormente nas *trocas* de produtos que não eram produzidos pela unidade familiar. A complementação do cardápio alimentar era assegurada a partir dessas relações num período caracterizado pelo predomínio da atividade agrícola.

A oferta do milho processado aos trabalhadores incorporados como mão de obra ao trabalho nas unidades de produção nesses períodos de aumento de demanda de força de trabalho funcionava como mecanismo político de troca. Esses mecanismos de manutenção de redes de relações sociais também correspondiam às situações de visitas, festas de bairro e demais casos de transferências de benesses entre os produtores.

Essas relações de *troca* beneficiavam todos os integrantes da rede social e a opção pela não integração a esse princípio de organização pela valorização das relações de solidariedade vicinais inviabilizavam a colheita do produtor em momentos posteriores pela não complementariedade da demanda mão de obra familiar.

Naquele período em que o acesso a terra era uma concessão do *fazendeiro*, o espaço destinado ao plantio não era suficiente para abarcar uma variedade de produtos necessários ao suprimento das demandas de consumo da família. Neste contexto, poder se valer dos princípios de afiliação a redes de solidariedade assegurava, pela agregação, a constituição de uma comunidade de trabalhadores.

A relação de *trocas* de produtos era orientada pelo valor de uso dos bens, já que a circulação de produtos agrícolas, quando realizada pelos produtores em condição de subordinação ao *colono* ou ao *fazendeiro*, não era intermediada pelo dinheiro. Essas trocas não monetarizadas alimentavam os mecanismos de redistribuição prioritariamente de alimentos voltados ao abastecimento das unidades familiares. A oferta desses produtores por uma família permitia o prolongamento ao grupo familiar recebedor do acesso aos produtos relativamente escassos. Como considerou Seu Tárzis, relativamente a este período, este era

um *tempo de fartura*, marcado pela alta produtividade e variedade de produtos agrícolas cultivados e pelo beneficiamento do queijo, expressão da oferta de leite excedente.³²

Neves (1981), ao se dedicar à análise das redes de trocas e dos efeitos que esse sistema de relações pode produzir, ressaltou que “as trocas atendem muito mais a uma função simbólica (dom-contra-dom) do que propriamente econômica, já que cada uma dessas doações complementa apenas algumas refeições das unidades que as recebem”. (Neves, 1981: 112)

Valendo-me das reflexões da autora, destaco os sentidos que a *mesa farta* produz entre os produtores, principalmente aqueles integrados aos sistemas de reciprocidade, já que, como reconheceram, *para dar é preciso ter fartura em casa*. O que está em jogo nesta ética da abundância, portanto, não é, tão somente, o acúmulo financeiro ou posse de bens materiais, mas os prazeres cotidianos correspondentes a estilos de sociabilidade, mesmo que a disponibilidade seja escassa em alguns períodos.

Essa condição de *fartura* em que viviam as famílias, pela valorização dos princípios de troca de produtos agrícolas, era princípio compartilhado pela maioria dos produtores. E foi recorrentemente enfatizado pelos interlocutores que, mediante exercício de reflexão proposto para construção de versões interpretativas da vida, colocaram em evidência a disponibilidade de produtos agrícolas enquanto valor de uso, prioritariamente alimentar.

A experiência de mudança na orientação do uso dos fatores de produção foi vivida pela segunda geração da Família Silva que, dando continuidade ao trabalho que Seu Max realizava na fazenda, Seu Luiz Sérgio recebeu por transferência a liderança no cargo de gestor da unidade de produção do novo proprietário. Como afirmou, *o pai foi criado aqui dentro, junto com o pai dele*. Pelo vínculo de longa data estabelecido com o proprietário, o Seu Luiz Sérgio recebeu posteriormente preferência para comprar uma parte da fazenda que Seu Antônio Limões colocou à venda, como tentativa de superar a crise gerada a partir do declínio das lavouras de marmelo.

Refletindo sobre as condições de acesso a terra, Seu Tárzis da Silva investe na sistematização de uma versão sobre o processo de compra da fazenda pelo pai. A relação de compra da terra por Seu Luiz Sérgio, como valorizou o entrevistado, foi mediada pela relação de fidelidade e de confiança construída pelo avô e transferida do pai para o novo proprietário.

³² Para uma análise mais detalhada dos circuitos restritos de trocas de presentes e os mecanismos de reprodução simbólica da autosuficiência da unidade familiar, ver Neves (1981: 112).

O momento de venda da terra por Seu Ernesto de Menezes a Antônio Limões, imigrante italiano, grande proprietário de terra em Teresópolis, não produziu maiores consequências para os membros da Família Silva. Pelo contrário, o pai, Seu Luiz Sérgio, foi privilegiado no processo de oferta da terra para compra porque há tempos vinha mantendo vínculo como trabalhador arrendatário naquela *fazenda*.

As restrições para apropriação da terra na condição de *colono* e de constituição de vínculo como trabalhador agrícola podem ser compreendidas a partir da situação de disputa que um dos entrevistados me apresentou. Um caso exemplar sobre as dificuldades de constituição de vínculo produtivo como *colono* pode ser compreendido a partir do assassinato cometido por Seu Oséias Amaral, 79 anos. O caso, de conhecimento público pelos moradores de Vargem Grande, pautou-se na criação de uma emboscada para eliminar o recém-chegado da ocupação definitiva da suposta vaga de *colono* na fazenda de Jayme Moreira Ribeiro. O *fazendeiro* com quem o avô havia constituído vínculo como *colono*, com o falecimento do trabalhador, não dá continuidade à esperada condição de *colono* ao filho mais velho, pai do entrevistado.

Movidos pela mágoa criada pelo rompimento da relação de fidelidade entre o *fazendeiro* e a memória do *colono* (avô do entrevistado), o pai e o tio do entrevistado passam a vigiar os horários de saída do trabalhador nordestino recém constituído na posição de *colono*. Aguardando em espreita por sua chegada ao final da tarde, dispendo de um facão e um revólver, abateram o recém-chegado com um tiro certo que o derrubou na entrada da *fazenda* e, em seguida, o abateram com golpes de faca. O feito resultou em morte do trabalhador concorrente e de sua esposa grávida. Desmoralizado pela aceitação da culpa pelo assassinato e assustado com tamanha proporção que a decisão pela escolha do migrante para ocupação do cargo de *colono* gerou, o *fazendeiro* comete suicídio alguns meses depois e a fazenda ficou sob responsabilidade dos herdeiros.

As situações de troca, nessa perspectiva, permitem compreender as redes de afiliações que os interlocutores sinalizaram. Por essas redes de relações, a dívida se expressa enquanto mecanismo de produção de laços matrimoniais, religiosos, econômicos e sociabilidades. Os casos em que os produtores dão e recebem presentes possibilitam ainda observar os espaços valorizados para a retribuição pessoal desses benefícios. As trocas entre os produtores tendem a reforçar os padrões do contrato social consentido.

CAPÍTULO IV - INTERCONEXÕES ECONÔMICAS E PRODUÇÃO ESPECIALIZADA DE HORTALIÇAS

Para compreender os princípios que orientam as ações dos agricultores em Vargem Grande, valorizando fluxo de investimentos na constituição de redes sociais, algumas basicamente econômicas, destaco para estratégias distintas ou contrastivas ao campo de ação correspondente ao predomínio de relações familiares e vicinais, tal como valorizei no Capítulo III. Esse segundo campo de ação está demarcado pela incorporação variada de outras alternativas especialmente incorporadas pela expansão do mercado especializado de hortaliças. Constituído por padrões referenciadores de laços transversais entre agricultores e agentes da comercialização, esse campo se constrói e por vezes se maximiza segundo capacidades avaliativas e da elaboração parcimoniosa de projetos pelos agricultores em diferenciado sistema de posições.

O destaque dos agentes sociais em relação à demonstração da presença de outros quadros institucionais nesse contexto permite trazer à tona investimentos avaliativos de processos de mudança ou de deslocamento social. Pela adoção da perspectiva processual para compreender o campo de ação de agricultores, pude pensá-los não apenas como agentes da produção, reduzidos à capacidade de utilizar a terra como fonte de produção de subsistência e de excedentes.

Neste capítulo, destaco a apropriação da terra enquanto uma das fontes de produção de recursos, isto é, como uma das possibilidades de constituição de recursos para elaboração de projetos de reprodução social dos grupos domésticos em contexto de relativo desenvolvimento de outros setores produtivos, de oferta de instituições e de recursos públicos, os agricultores podem deles se valer para se constituírem em outras posições. Cada um dos associados vínculos produtivos coloca em relevo a autonomia dos agentes, tanto na elaboração de formas diferenciadas de vinculação produtiva mediante constituição de redes relativamente aproximadas de comercialização, quanto aquelas prioritariamente polarizadas, decorrentes das desigualdades de condições em que realizam a venda de produtos agrícolas.

Por tal investimento, espero me afastar de algumas abordagens recorrentes valorativas dos efeitos provocados pelo mercado sob as formas de gestão dos meios de produção por pequenos produtores, tendo em vista que quase sempre estão pautadas na defesa da condição de autonomia ou de subordinação dos agricultores, como reconheceram

os autores Van der Ploeg (2008) e Wanderley (2013). Contudo, ao evocar a autonomia com que os agricultores gerem os processos produtivos, não me afilio àqueles que, posicionando-se contrariamente, reconhecem que a autonomia é facultada aos agricultores que se mantiveram afastados das redes de comercialização de produtos agrícolas. A autonomia desses agentes, como pretendo demonstrar, está relacionada à capacidade de elaboração de projetos para si, segundo as condições de possibilidades de recursos diversos, como chamei atenção inicialmente.

Ao pensá-los como expressões de posições ocupadas mediante a valorização de determinadas posições ou alternativas, espero relativizar a condição de centralidade que as unidades de produção têm adquirido nas abordagens sobre a pequena produção. Assim, considerando a relativa abertura que a aproximação com o mercado de produtos agrícolas produziu, pela possibilidade de constituição de novos vínculos interpessoais, pela ampliação do quadro de instituições como parte das ações governamentais para facilitação do escoamento da produção e abastecimento dos centros urbanos, pela alteração do valor atribuído a terra, os agricultores puderam se valer dessas alternativas e se constituírem em outras posições.

Muitos dos investimentos públicos que se realizaram no início da década de 1970, corresponderam às necessidades de atendimento às demandas de consumo da capital do Rio de Janeiro, como demonstraram os investimentos realizados por Becker (1966); Galvão (1962) e Geiger (1962) incorporados ao debate. Principalmente serviços de infraestrutura, com pavimentação de estradas e serviços de iluminação, além da tentativa de centralização dos canais de recebimento de produtos agrícolas expressa pela criação das Ceasa. Não apenas o quadro de instituições relacionadas ao comércio foi ampliado. Escolas, bancos, mercados diversos e outras fontes de acesso a recursos materiais se constituíram nesse cenário.

Além da ampliação no acesso a recursos pelos produtores em decorrência desses investimentos, a progressiva alteração do valor atribuído a terra e sua decorrente constituição enquanto mercadoria conduziram a processos de fragmentação e de conversão de áreas de produção em espaços de consumo de serviços ambientais. Esse processo foi vivenciado pelos produtores de Vargem Grande, que passaram a conviver com empreendimentos hoteleiros, conjuntos residenciais de veraneio e demais serviços voltados ao atendimento de um mercado relativamente sofisticado de consumo de turismo residencial e contribuíram para a construção de outras visões aí propostas. Pela atenção às versões formuladas, pude

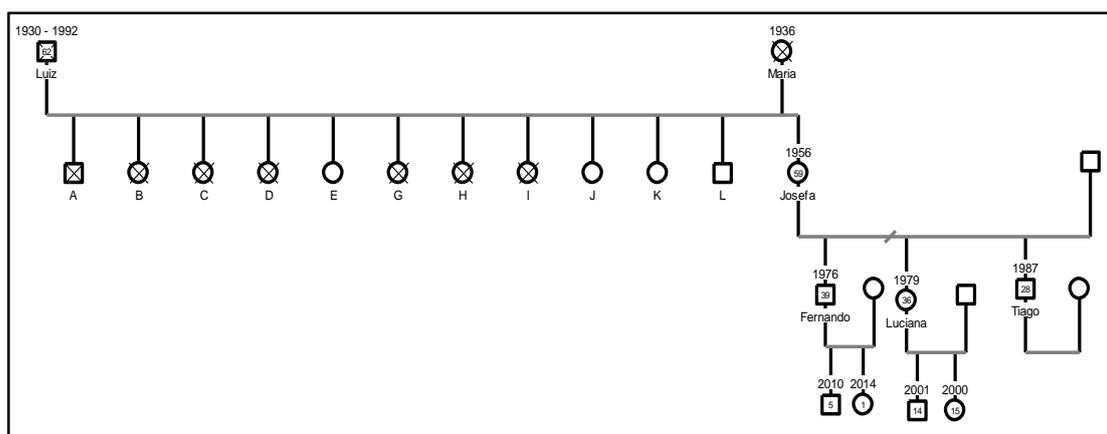
compreender os processos de construção do espaço e sua inter-relação com as mudanças que incidiram sobre os fatores de produção.

IV.1 Universo social de agricultores

Para o exercício de demonstração da rede de relações que constituem esse campo de ação apreendi o universo social de agricultores pela orientação de ações de vinculação ao mercado de produtos agrícolas. As referências temporais por eles apresentadas permitiram contrastar com as condições sociais em que se encontravam e pude também incorporar dados estatísticos, fontes históricas e literatura específica.

Além dos entrevistados que integram a rede de relações familiares do grupo de descendência da família Silva (conforme Figura 2)³³, acompanho casos de produtores que se autorreferenciaram como pertencentes à origem comum, tal como é o caso de Dona Josefa Mendes, 58 anos, que afirmou ser *nascida e criada* em Vargem Grande. Como filha mais velha, reconheceu que *ajudava a mãe em casa e trabalhava na lavoura com o pai*. Atualmente, é produtora e sozinha administra a lavoura e quatro trabalhadores que paga a meia. A composição geracional dos membros da família Mendes é apresentada na Figura 10.

Figura 10 - Composição geracional dos membros da família Mendes



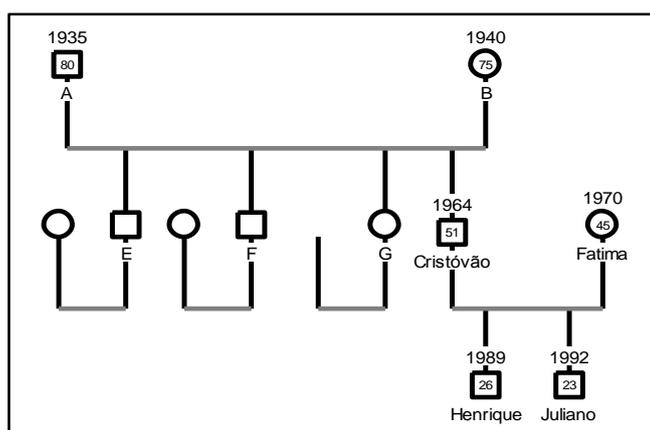
Fonte: Dados elaborados pela autora.

³³ Apresentada no Capítulo III.

Dona Josefa afirmou que os pais vieram de famílias com muitos filhos: o pai teve 11 irmãos e a mãe 13 e este modelo foi por eles seguido: tem onze irmãos: 9 mulheres e 3 homens. Afirmou que *todos sempre trabalharam na lavoura* e quando o pai faleceu, ela e os irmãos dividiram a terra e cada um permaneceu *no próprio pedaço de plantar*. Com o casamento, aproximadamente em 1975, ela e o marido acumularam rendimento que foi utilizado na compra de mais um pedaço de terra, ao final da década de 1980, ampliado em 1992 em herança de mais um pedaço, após o falecimento do pai. Posteriormente adquiriu mais um pedaço de terra na região do entorno do que havia recebido por herança. Separada do espaço há 24 anos, único casamento, teve três filhos e nenhum deles deu continuidade ao trabalho com a terra.

Pertencente a outro grupo familiar, incorpore a esse exercício a versão que Seu Cristóvão Gomes me apresentou. Ele, 50 anos, é floricultor, e se reconhece como alguém que *começou ainda criança ajudando aos pais na lavoura*. O trabalho, nesse período, era realizado à meia pelo pai. Pelo que mencionou, aproximadamente há 40 anos, o pai, pelo rendimento que pode acumular com o trabalho agrícola desenvolvido em terreno alugado, conseguiu comprar um pedaço de terra à prestação. Quando criança, ele e os irmãos *trabalhavam direto na roça e estudavam*, razão pela qual só concluiu o ensino fundamental: *não estudei mais porque não quis*. A composição familiar e descendência da família Gomes é apresentado na Figura 11.

Figura 11 - Composição geracional dos membros da família Gomes



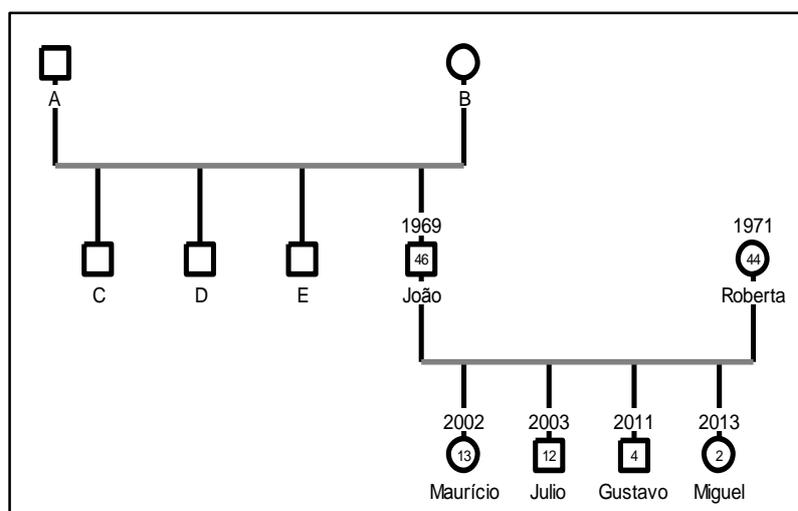
Fonte: Dados elaborados pela autora.

Pelo vínculo matrimonial com Dona F., 45 anos, o casal teve dois filhos, ambos casados e cada um com um filho pequeno. O trabalho na lavoura também recebeu ajuda dos

filhos até 2009, quando o mais velho saiu para procurar emprego com carteira assinada, pois *já era casado, tinha família para sustentar*. O mais novo, após ir *morar com o pai, teve mais facilidade para estudar*, abandonando o trabalho na lavoura.

Outro entrevistado por mim valorizado por participar da construção dessa origem comum é Seu João dos Santos, 45 anos, produtor. A família Santos, pelo que o entrevistado reconheceu como referência, é pequena. (Figura 12)

Figura 12 - Composição geracional dos membros da família Santos



Fonte: Dados elaborados pela autora.

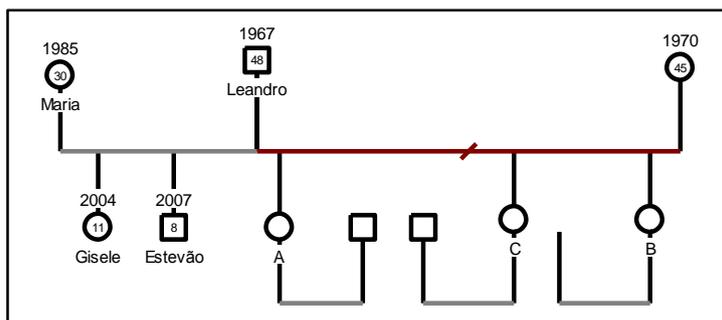
Apresentando-me como alguém que desde pequeno trabalhou na lavoura, o entrevistado afirmou que *a vida toda trabalhou como agricultor*. Tem dois irmãos mais novos que *estão endividados com lavoura, porque eles plantaram e não conseguiram colher*. Valorizando-se como alguém que soube superar os limites no acesso a recursos materiais para se constituir na posição de produtor especializado, afirmou que as dificuldades que os irmãos estão enfrentando se devem à timidez na procura de mercadorias, cuja solução seria ir pessoalmente levar a produção para a Ceasa.

Também filiado a este campo pela valorização dos mesmos princípios que os agricultores reconheceram como orientadores de suas ações, Seu Leandro Ferreira, 47 anos, produtor, começou a trabalhar com 8 anos, ajudando aos pais na lavoura de legumes que seu pai tinha próximo a Mulher de Pedra. Para ele, *é o gosto pelo trabalho na roça e pelo lugar que faz com que ele continue trabalhando*.

Em 2002, com a poupança que obteve a partir do trabalho na lavoura, comprou uma parte do terreno que um dos herdeiros da família Silva se desfez. Avaliou, *a terra como é*

boa, a água aqui é boa também, praticamente nascente e afirmou que o seu pai não tinha terra para lavoura, arrendava uma terra, uma *área de muito morro e que não dá para produzir não*. Neste mesmo ano, constitui novamente vínculo matrimonial com Dona Maia, 30 anos, do lar. (Figura 13)

Figura 13 - Composição geracional dos membros da família Ferreira

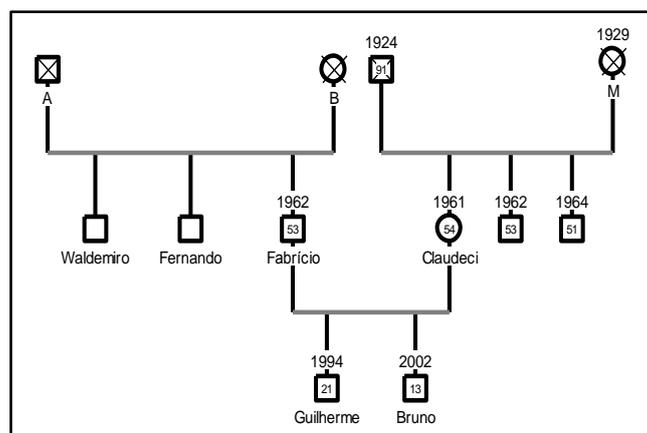


Fonte: Dados elaborados pela autora.

Pelo primeiro casamento, teve 3 filhas mulheres, todas casadas. Duas delas moram fora de Teresópolis. Outra mora no terreno próprio de Seu Leandro. Seu genro trabalha como empregado no Le Canton. Pelo segundo casamento, teve um casal de filhos: a menina, de 11 anos, está no 6º ano do ensino fundamental; o menino, 8 anos, está no 2º ano do ensino fundamental. Nenhum deles ajuda na lavoura. Como avalia, os filhos precisam estudar pois *até para trabalhar de gari, tem que estudar! Não tem jeito!* Reivindica o respeito aos projetos que os filhos elaboraram para si.

Por fim, o caso de Seu Fabrício Campos, 52 anos, produtor. Chegou em Vargem Grande ainda criança, mediante compra de um pedaço de terra pelo pai. Integrado a um grupo familiar *pequeno*, como reconheceu, apenas ele e um irmão mais novo, ambos foram socializados na lavoura. O irmão mais velho foi levado pelo pai até à oficina de um carpinteiro para que lhe ensinasse o ofício. A figura a seguir permite visualizar a composição por descendência do grupo familiar Campos. (Figura 14)

Figura 14 - Composição geracional dos membros da família Campos



Fonte: Dados elaborados pela autora.

Em 1990, aproximadamente, Seu Fabrício e Dona Claudéci se casam e, por essa união, passam a trabalhar na lavoura em um pedaço da terra que receberam do pai dela e ali também construíram a casa que residem. Com o casamento, o casal teve dois filhos. O mais velho, 21 anos, terminou o ensino médio e faz curso profissionalizante em gestão empresarial. O mais novo, de 13, ainda é estudante do ensino fundamental. Nenhum de seus filhos ajudou na lavoura.

Considerando prioritariamente as versões elaboradas por este conjunto de entrevistados, dedico-me ao exercício de demonstração dos campos de ação ao orientar-me pelos princípios orientadores das redes de afiliações que os produtores constituíram ao se incorporarem ao mercado de hortaliças e a ampliação do quadro de instituições do bairro. Esses investimentos foram elaborados em correspondência às demandas geradas pelo consumo alimentar de centros urbanos, mas também pela implementação de serviços de atendimento aos padrões sofisticados de consumo de recursos naturais e de modos de vida afastados das grandes cidades.

IV.2 Formas de uso e apropriação da terra

Aceitando o aspecto contingencial em que produtores têm acesso a recursos materiais, pude me guiar por uma abordagem que reconhece os fatores intervenientes no processo de constituição social que elaboram para si e também para filhos. Pelo que pude perceber pelas inúmeras conversas com produtores e demais moradores, faz-se importante

destacar as condições de acesso aos fatores de produção e formas de acesso a crédito financeiro para investimentos diversos.

Ao dar atenção às condições de acesso a terra segundo as versões elaboradas pelos interlocutores dessa pesquisa, fui levada a refletir sobre os sistemas de valores que orientaram as ações de sujeitos diversos na apropriação da terra, e inclusive convergindo na produção de novas formas de vinculação. Como pude perceber, de um modelo predominantemente afinado ao valor de uso, sobre a terra foram atribuídos valores mercantis decorrentes não apenas da possibilidade de produção de recursos agrícolas para atendimento às demandas do mercado, como pela adesão a um estilo de vida em que o bem-estar, atribuído àquelas das situações urbanas, correspondeu a um processo banalizado pela atribuição de predomínio do turismo residencial.

Diante das possibilidades de apropriação da terra pelos produtores, as ações desses agentes, por vezes se referenciavam a terra como fonte de produção de recursos e de produção de excedentes; por outro, era valorizada como recursos monetário e comercializada para atendimento às demandas financeiras frente a valorização de outros vínculos produtivos pelos filhos.

Tomo como caso exemplar o processo de transmissão hereditária da terra pelos membros do grupo da Família Silva. O processo de antecipação da herança da terra por Seu Luiz Sérgio aos filhos é aspecto por eles considerado fundamental para que os filhos conquistassem a posição de produtores autônomos. Esse arranjo elaborado para facilitar a posse da terra pelos filhos correspondeu a normas relativamente comuns dentre os produtores de Vargem Grande. Para os herdeiros Seu Luiz Sérgio, por exemplo, a prioridade no recebimento da terra se vinculava à manifestação pelo *gosto pela lavoura* e ao desejo que, frente à avaliação do pai, representava uma alternativa viável de constituir-se na posição de produtor autônomo.

Analisando contrastivamente as condições em que o pai se manteve na posição de *arrendatário* nas terras do *fazendeiro*, Seu Társis da Silva revela alguns dos princípios que norteavam a antecipação da transferência de área de terra do pai para o filho. Em meados da década de 1950, recebeu do pai um pedaço de terra e investiu na lavoura de nabo. Por tal investimento, *bem sucedido* como considerou, pode acumular recurso e adquirir meio de transporte utilizado no deslocamento de produtos agrícolas de Vargem Grande para regiões vizinhas.

Concomitantemente ao trabalho que realizava nas próprias lavouras, os filhos de Seu Luiz Sérgio permaneciam ajudando os pais naquelas sob sua gestão. Nesse período, o trabalho familiar viabilizava a continuidade de lavouras diversificadas, em atendimento às demandas de consumo familiar, além de áreas para criação de alguns animais como fonte de carne e leite.

A melhor produtividade da lavoura ancorava-se no *ritmo* de trabalho que desde a infância os filhos realizavam. No caso de famílias numerosas, com filhos em diferentes estágios de desenvolvimento, o pai podia dispor áreas mais amplas para os mais velhos, condição assegurada até que o filho mais novo alcançasse o grau de maturidade reconhecido também para assumir a gestão do lote a ele atribuído.

Sobre esses arranjos familiares, Seu Anderson, também herdeiro de Seu Luiz Sérgio, esclareceu que, anteriormente à realização da partilha por herança, seu irmão mais velho (Seu Társis) havia saído para *trabalhar fora*, propiciando a César o acesso a um pedaço pequeno de terra para plantio, processo sucessivo posteriormente à saída de outro irmão. Nessa condição, pode obter melhor rendimento, em decorrência do aumento do volume da produção comercializada.

Seu César, quando jovem, passou a trabalhar em lavoura *por conta própria*, mas sob parceria com um de seus irmãos mais velho (Seu Anderson). Pelo trabalho em parceria, o entrevistado passou a se dedicar à lavoura de hortaliças e, valendo-se das redes de comercialização constituídas pelo irmão, acumulou recursos fundamentais à construção da casa em atendimento ao projeto de constituição de vínculo matrimonial. Por esses arranjos, subdividiam-se as unidades familiares de produção e reproduzia-se um modo de vida organizado a partir do acesso à terra como fundamental fator de produção.

Após o falecimento do pai, os herdeiros deram início ao processo de partilha legal da terra. A área foi dividida em 9 partes, descontando-se aquela referente à reserva do manancial (cachoeira da Mulher de Pedra). Com a finalização do procedimento legal, o tributo deixou de ser o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e passou a Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

O processo de subdivisão do Sítio Santo Antônio não correspondeu, entretanto, a partilha, quantitativamente igualitária, tendo sido considerado os diversos graus de produtividade e adequação a produção agrícola. O sistema de classificação da terra, nesse caso, se coaduna à possibilidade de sua exploração: *quem pegou o terreno inferior ficou com um pouquinho a mais para cobrir a diferença*. Os herdeiros que ficaram *com uma areazinha*

menor um pouco, como é o caso dos terrenos de região de *baixada*, receberam *um terreno mais bonito*. (Quadro 5)

Quadro 5 - Distribuição dos lotes e proprietários pelo processo de desmembramento da área de terra da família Silva, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), em 1996

Lote	Nome do proprietário	Área (m ²)
1	Anderson da Silva	13.816.00
2	Társis da Silva	6.721.00
3	César da Silva	8.643.00
4	João Paulo da Silva	16.840.00
5	Marilene da Silva	5.775.00
6	Franca Batista	3.512.00
7	Franca Batista	4.833.00
8	Ronaldo da Silva	7.900.00
9	Márcia da Silva	5.852.00
10	Társis da Silva	3.710.00

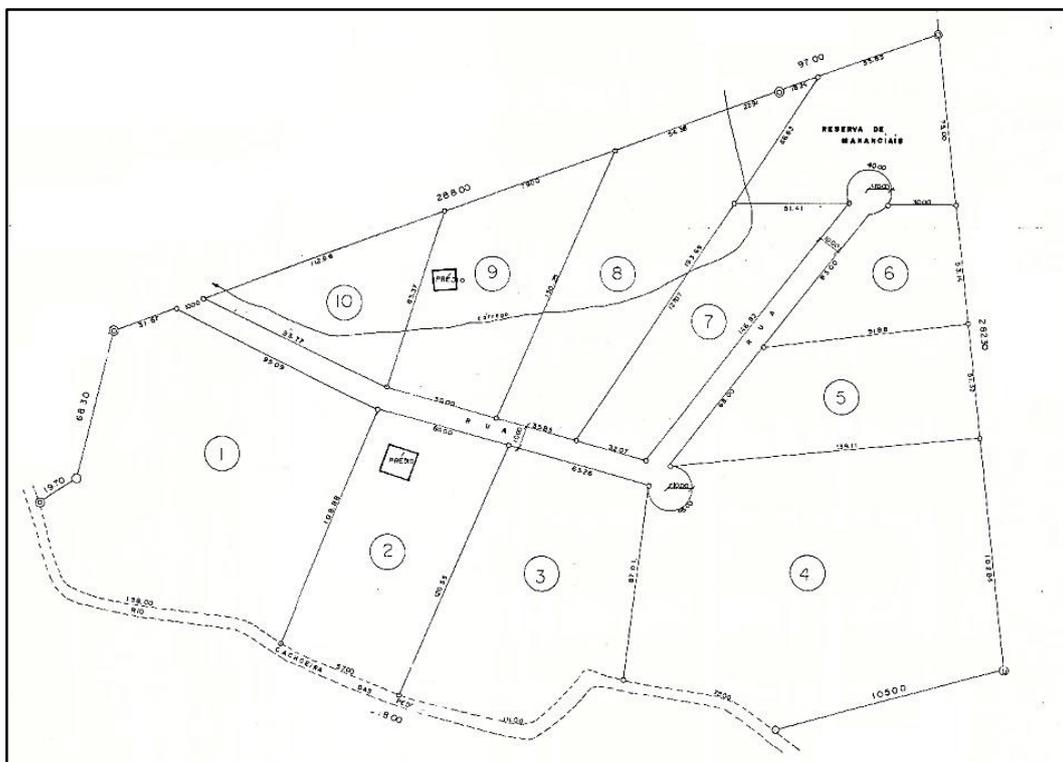
Fonte: Dados elaborados pela autora a partir de consulta a planta para desmembramento correspondente ao processo número 7.835/94.

A incorporação desses dados à análise só foi possível pela apresentação da “Planta para desmembramento de uma área de terras situada em Vargem Grande”³⁴ por um dos herdeiros. A planta, elaborada para objetivação do processo de divisão dos lotes, em novembro de 1996, assinala a fragmentação inerente à transmissão hereditária da terra, abarcando, após a partilha, 10 áreas³⁵. Esse processo pode ser também melhor visualizado no mapa a seguir. (Mapa 6)

³⁴ Processo registrado na Divisão de Edificações da Prefeitura Municipal de Teresópolis.

³⁵ A área atribuída às ruas foi de 3.810m² e de reserva de mananciais de 5.588.00m², considerando um total de 87.000.00m².

Mapa 6 - Fragmentação da propriedade de terra de Seu Luiz Sérgio da Silva, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 1996



Fonte: Adaptado pela autora a partir da Planta para desmembramento de área de terras situada em Vargem Grande, julho de 2013.

O acesso a terra por herança, contudo, não era a única alternativa aos produtores. Concomitantemente, o processo de aquisição de terras por compra crescia na região. Por tal possibilidade de acesso a terra, seu valor progrediu em escala exponencial. Seu Tárzis, ao refletir contrastivamente ao tempo atual de elaboração de projeto de vida como produtor, afirmou que muitos de seus irmãos venderam pedaço de terra a outros moradores. Alguns deles deram continuidade ao uso da terra como fonte de rendimento, outros, investiram na construção de vilas de casas para locação, mas também houve casos de utilização da terra apenas como moradia fixa ou de vilegiatura.

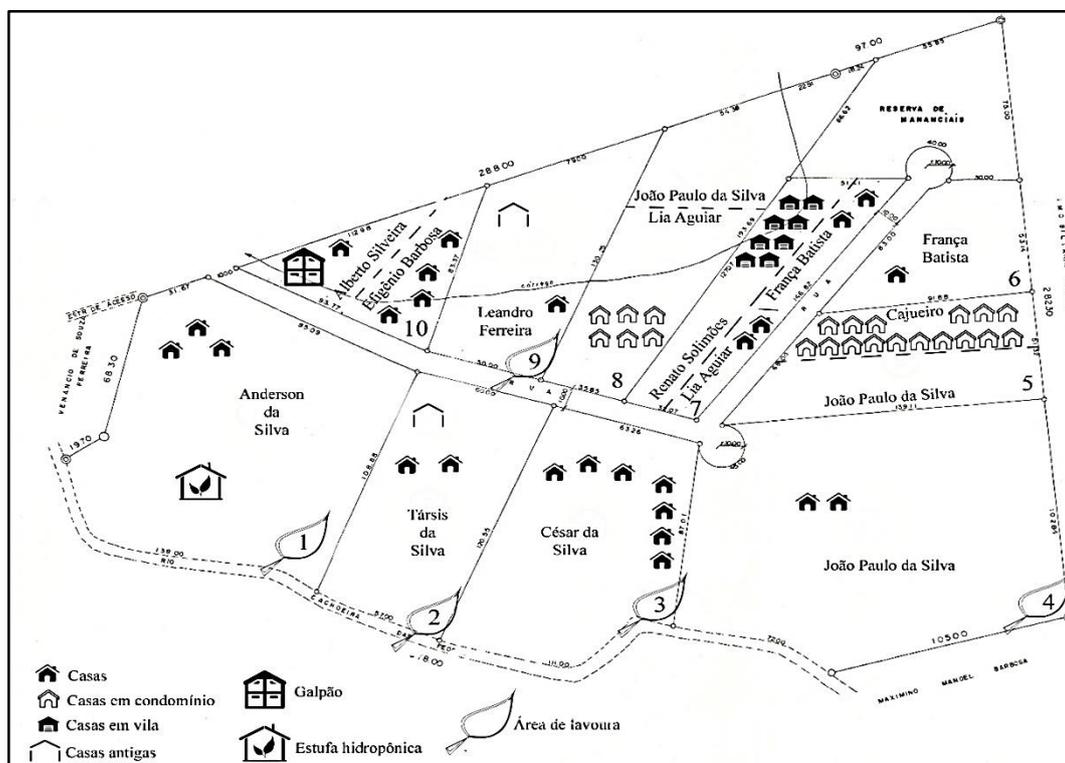
O processo de transferência dos lotes pelos herdeiros foi realizado da seguinte forma: o lote 5, de Dona Marilene, foi vendido em duas porções de 50% após a partilha para o irmão João Paulo e outra para o Cajueiro. Atualmente esta área foi vendida e uma construtora edifica um condomínio com 16 casas. Destas, Cajueiro recebeu uma como pagamento pela venda da terra. O lote 6 foi vendido por Seu Luiz Sérgio anteriormente à partilha a Dona Lia Aguiar, que posteriormente vendeu para Dona Franca Batista. Neste lote atualmente existe apenas uma casa construída, onde reside um dos filhos de Dona Franca. O lote 7, que por

direito pertencia a Seu Ramón, foi vendido antes da partilha: uma parte para Seu Renato Solimões (75%), que construiu uma vila com 8 casas para locação, e outra parte para Dona Lia (25%), que construiu duas casas, uma delas para aluguel. Quando da elaboração da planta, Dona Lia havia vendido parte do terreno para Dona Franca, mantendo-se como proprietária da casa onde reside até então. Seu Ronaldo, que, por direito, receberia o lote 8, vendeu antes mesmo da partilha, 25% para o irmão João Paulo e 75% para Dona Lia, que construiu 6 casas, em uma delas reside seu filho e esposa. O lote 9, após a partilha, foi vendido por Dona Márcia a Seu Leandro Ferreira, que reformou a casa construída por Seu Luiz Sérgio e posteriormente ergueu mais uma casa. O lote 10, anteriormente à divisão da terra, foi vendido por Dona Marione aos irmãos Seu Anderson (50%) e a Seu Társis (50%). Este vendeu para Dona Neusa alguns anos depois, que posteriormente vendeu para Seu Efigênio Barbosa, que também investiu na construção de 4 casas para venda. A metade da área de Seu Anderson foi vendida para o pai de Dona Bruna, esposa de Seu Alberto Silveira, que construiu uma casa e um galpão.

Para compreensão desse processo de fragmentação da área do Sítio Santo Antônio, em decorrência de arranjos familiares e de compra por outros moradores, as situações de entrevistas com os membros da Família Silva não foram suficientes. Conteí, para tanto, com caminhadas no bairro em companhia dos informantes-chave e com aceitação da proposta de elaboração de croquis. Frente aos inúmeros rearranjos, seria difícil compreender a transferência dos lotes e elaborar esboço do que seria hoje o espaço do grupo de produtores. Também não teria entendido as pressões e os engajamentos que os produtores em Vargem Grande vem vivenciando para se manterem nessa condição. A apresentação correspondente aos investimentos que realizei na tentativa de unir os dados levantados durante a realização de trabalho de campo encontram-se no mapa a seguir. (Mapa 7)³⁶

³⁶ Este mapa foi elaborado a partir da ferramenta Photoshop CS5 por Michelle H.B. dos Santos, a quem agradeço enormemente a colaboração.

Mapa 7 - Fragmentação da planta de desmembramento, em 2015, Vargem Grande, Teresópolis (RJ)



Fonte: Dados elaborados pela autora.

Como tento demonstrar pelo mapa a continuidade do processo de transferência da propriedade da terra, dos quatro herdeiros que permaneceram na terra, apenas um deles (Seu João Paulo) não comercializou a terra que recebeu pela herança e por compra de parte dos irmãos. Seu Társis vendeu o pedaço de terra que comprou de Iolanda; Seu César doou uma parte para os trabalhadores construírem casas como indenização pelos anos de trabalho na lavoura e Seu Anderson vendeu uma parte que adquiriu de Dona Marione. As figuras a seguir (Figuras 15 e 16) permitem a visualização da utilização do espaço em Vargem Grande quando da realização do trabalho de campo, em julho de 2014.

Figura 15 - Vista parcial aérea do Sítio Santo Antônio, lotes de 1 a 5, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 2014



Foto de Priscila Tavares dos Santos. Julho de 2014. Em destaque ao fundo para o resort Le Canton. Lado correspondente aos lotes 1 a 5.

Figura 16 - Vista parcial aérea do Sítio Santo Antônio, lotes de 6 a 10, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 2014



Foto de Priscila Tavares dos Santos. Julho de 2014. Lado correspondente aos lotes 6 a 10.

Os efeitos decorrentes da alteração do valor atribuído a terra em Vargem Grande podem ainda ser mensurados pelos dados quantitativos relacionados às formas de aproveitamento da terra. Gostaria de chamar atenção, no entanto, que este não foi o único fator preponderante. No que correspondeu aproximadamente ao início da década de 1950,

eram constantes os anúncios sobre a oferta de casas para aluguel em temporadas durante o inverno ou comercialização de terrenos de altitude para construção de residências.³⁷

A valorização de Teresópolis como um espaço de oferta de um tipo de turismo sofisticado, inclusive residencial, como igualmente apontaram os interlocutores, também apareceu nos anúncios sobre modalidade esportiva restrita aos municípios da região serrana, tal como a oferta de campos de *golf* a jogadores vinculados a *alta classe social* (médicos, advogados, engenheiros e demais profissionais de nível superior de ensino). Segundo os dados divulgados por jornais de circulação no estado do Rio de Janeiro, eram recorrentes os convites e propagandas sobre espaços de visitas turísticas e períodos de férias no município. (Figura 17)

Figura 17 - Anúncio para aluguel de casas de veraneio, Teresópolis (RJ), 1950



Fonte: Jornal do Brasil, domingo, 01 de janeiro de 1950, página 09.

Além disso, o município foi selecionado como espaço de concentração da seleção brasileira de futebol, como divulgou notícia publicada no Jornal do Brasil, Segundo Caderno, em 01 de março de 1959. De acordo com as informações prestadas pelo jornal, a disputa entre as cidades candidatas a hospedar os jogadores da seleção, nas vésperas de realização do Campeonato Sul-Americano de Futebol em Buenos Aires, Argentina, se estabeleceu entre as cidades de São Lourenço, Caxambu, Poços de Caldas, Volta Redonda, Brasília e Teresópolis (primeira a lançar candidatura). Como anunciou a matéria assinada por Célio de Barros “A novela da concentração”, a escolha por Teresópolis correspondeu ao “clima agradável, condições de boa altitude, no meio de florestas, com dias e noites bem agradáveis,

³⁷ Jornal do Brasil, domingo, 01 de janeiro de 1950, página 9;

dispondo ainda de fartos recursos, dada a sua proximidade com a cidade” (Jornal do Brasil, 01 de março de 1959, página 01) (Figura 18). Chama-se assim a atenção para a prestação de serviços ambientais e de consumo de áreas de lazer valorizadas como *rurais*, em ascensão nesse período na região serrana do estado do Rio de Janeiro.

Figura 18 - Anúncio sobre modalidade esportiva, Teresópolis (RJ), 1959



Fonte: Jornal do Brasil, domingo, 11 de janeiro de 1959, página 05.

Assim, o aumento do valor da terra funcionou como um desestímulo aos produtores para a renovação dos investimentos nas lavouras. Nestes casos, são recorrentes os produtores que venderam e vendem suas unidades de produção para conversão em sítios ou locais de residência ou de veraneio. No caso da região serrana, essa aproximação com regiões urbanas desempenhou um duplo papel: funciona como zonas ampliadoras do consumo e de valorização da produção e, por outro lado, e responde ao efeito centrífugo crescente sobre áreas agrícolas. Esse efeito também foi identificado por Musumesci (1987: 42) ao analisar as condições de produção de agricultores especializados em hortaliças em municípios próximos ao centro urbano do Rio de Janeiro.

Em estudo recente sobre o papel do turismo residencial no estado do Rio de Janeiro, mediante análise das estratégias de produção familiar para assegurar as condições de reprodução social, Marafon (2003: 11) identificou que o município de Teresópolis corresponde a uma área não apenas marcada pela produção de hortigranjeiros, mas também representa uma área de turismo devido à presença de hotéis-fazenda, pousadas, resorts, valorizadas pela associação ambiental de unidades produtivas a aspectos de vilegiatura preservada na região.

A produção do desejo de consumo de serviços ambientais *rurais* nesse período também influenciou a dinâmica de outros municípios da região serrana, como valorizada nos

estudos realizados por Schiavo (1997) e Carneiro (1998). Sobre os diferentes usos a que a terra pode corresponder, Schiavo (1997: 57), mediante realização de pesquisa na região de Nova Friburgo, valorizou formas de consumo do lugar por migrantes provenientes de áreas urbanizadas do estado, em busca de qualidade de vida e propostas de consumo de alimento sem agrotóxico. Em muitos casos, a produção sem agrotóxico não correspondia ao modelo adotado pelos agricultores em tela, que foram então convertidos a esse estilo de cultivo por ações recorrentes de representantes dos movimentos de conscientização dos lavradores, como mencionou Schiavo (1997: 25).

Maria José Carneiro apontou alguns fenômenos que contribuíram para a produção de meios alternativos de vida no campo. Esses fenômenos estariam relacionados à busca por formas de lazer e também ao consumo de um modo de vida afastado da agitação e da poluição das grandes cidades, legitimado pela divulgação do pensamento ecológico, principalmente a partir da década de 1990.

Estas situações empíricas são similares à que encontrei no estudo de caso junto aos produtores de Vargem Grande. Muitos deles sofreram os efeitos da valorização mercantil da terra diante do consumo de turismo sofisticado. A construção do Le Canton³⁸, por exemplo, atraiu a mão de obra local, principalmente a de jovens, para o desempenho de funções diversas. A atração, principalmente para os mais jovens, na constituição de vínculo ocupacional junto ao hotel, é explicada pelos interlocutores pela realização de serviços mais fáceis, relativamente ao trabalho nas lavouras, e pela possibilidade de aposentadoria e outros benefícios adquiridos com a assinatura da carteira de trabalho: 13º salário, férias e jornada reduzida de trabalho. Tais benefícios são avaliados contrastivamente àqueles alcançados com o trabalho nas lavouras familiares.

O reconhecimento da terra pelo valor mercantil é expresso no trecho de entrevista com Seu Leandro, produtor do bairro: *hoje não tem mais muita gente querendo trabalhar na terra não. Todo mundo quer trabalhar num lugar mais fácil*. O reconhecimento, principalmente pelos mais jovens, das facilidades de exercício do trabalho afastado das lavouras correspondeu, nesse caso, à abertura do universo social imediato.

³⁸ Segundo informações apresentadas no sítio eletrônico do hotel, construído com arquitetura suíça, ele corresponde a um complexo de recursos para lazer: piscina, restaurante, academia de ginástica, saunas, bares com música, queijaria, fazenda com exposição de animais, quadras de esportes, dentre outros recursos. Além disso, as acomodações luxuosas são voltadas ao atendimento de um público seletivo, que tem procurado a região em busca de atrações e serviços de lazer diferenciados daqueles encontrados em outros centros urbanos.

As mudanças na organização do espaço provocadas pela utilização da terra como recurso prioritariamente de residência são aspectos que contrastivamente os interlocutores chamaram atenção por lembranças das vivências quando iniciaram as atividades nas lavouras de hortaliças. Mencionou o produtor que *a roça de Vargem Grande de uns 30 anos para cá, deve ter diminuído uns 70%. Tinha muita roça aqui. Esse condomínio aí embaixo era tudo roça. O Hotel Le Canton era roça.* De acordo com a versão elaborada, o produtor, impossibilitado de enfrentar os limites impostos pela falta de mão de obra, pela saída dos filhos para constituição de outros vínculos produtivos, vendeu as terras para o proprietário do hotel Le Canton. (Figura 19)

Figura 19 - Parte das construções do Resort Le Canton, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 2013



Foto de Priscila Tavares dos Santos, julho de 2013.

Diante desse quadro de mercantilização do valor da terra, os produtores passaram a avaliar as vantagens e as desvantagens relativas de manutenção na condição de produtores. Nos casos de avaliação negativa, pela consideração das dificuldades enfrentadas para atendimento às demandas de consumo do grupo doméstico, muitos deles venderam as terras e constituíram vínculos produtivos como trabalhadores assalariados em hotéis, condomínios e demais instituições de prestação de serviços ao turista ou veranistas.

A alteração do uso da terra correspondeu a uma série de investimentos pela valorização da terra não apenas como fonte produtora de recursos, mas como espaço de residência afastado dos grandes centros. Os interlocutores mencionaram para a presença

constante de construtoras na região que, ao adquirirem terras de alguns produtores, investiram na construção de condomínios e casas para locação a turistas. (Figura 20)

Figura 20 - Construções em condomínio destinadas aos moradores em vilegiatura, Vargem Grande, Teresópolis (RJ)



Foto de Priscila Tavares dos Santos, junho de 2014.

Concomitantemente a essa mudança no valor atribuído a terra, aqueles que permaneceram na condição de produtores, se dedicaram ao plantio especializado de hortaliças, pelo conhecimento das redes de infraestrutura criadas para viabilizar o escoamento da produção agrícola até às centrais de abastecimento.

IV.3 Plantio especializado de hortaliças

Em continuidade ao exercício reflexivo sobre as possibilidades de usos da terra em Vargem Grande, ainda segundo versões que me apresentaram, alguns produtores atribuíram lugar de destaque às lavouras de hortaliças implementadas na região, em correspondência às demandas geradas pela afiliação ao mercado para abastecimento de centros urbanos. A produção de *folhagens* é até hoje, relativamente ao momento de realização do trabalho de campo, considerada pelos produtores do bairro e demais entrevistados como o *forte da*

região. A figura a seguir representa o início do processo de produção de hortaliças na região. (Figura 21)

Figura 21 - Início do processo de plantio especializado de hortaliças, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), década de 1980



Fotografia cedida por produtor local.

Essa especialização vem ocorrendo desde meados da década de 1970, momento a partir do qual muitos agricultores passaram a elas dedicar³⁹.

Pelo diálogo com os entrevistados, pude compreender, a contraproposta das lavouras de *caixarias*; e a elevada demanda de utilização de mão de obra para cuidar das lavouras de *molharia* (alface, brócolis, espinafre, coentro, agrião). O trabalho na lavoura *não tem hora para chegar e nem para sair*. Exige dos produtores investimento diário não apenas no cuidado das variedades, como durante a colheita. As atividades na lavoura independem do ciclo noite/dia, inverno/verão, sol/chuva, já que o ritmo segue a produtividade alcançada. Como afirmou um dos produtores entrevistados: *não tem hora para pegar, não tem hora para parar, não tem folga nem aos domingos. Se tiver mercadoria, tem que colher*.

No caso de Seu Tárzis da Silva, refletindo sobre as condições de utilização de mão de obra, comparativamente ao tempo em que ele e os irmãos se dedicavam às lavouras de

³⁹ No período considerado, a região serrana (em especial o município de Teresópolis) ocupou lugar de destaque na produção de hortaliças. Como apontou Musumesci (1987: 28), o município se destacou pela produção mais diversificada no ramo de hortaliças, sendo reconhecido como o grande fornecedor desses produtos a Ceasa-RJ.

laranja, ele reconheceu que o trabalho coletivo assegurou ao pai recursos financeiros para a compra da terra.

De acordo com o ciclo de desenvolvimento desse grupo doméstico, os pais podiam se lançar na constituição de outras redes, inclusive aquelas para comercialização de produtos agrícolas. A continuidade na realização do trabalho na lavoura pelos filhos *jovens*, quando da chegada da *velhice* dos pais, orientava a organização do sistema de posições dessa unidade familiar. No caso dos membros da família Silva por mim entrevistados, por exemplo, com a aproximação da *velhice* do pai, Seu Tárzis e os irmãos passaram a cuidar da lavoura e paulatinamente constituíram-se como produtores autônomos.

No caso das unidades produtivas em que os filhos ainda não haviam alcançado o grau de maturidade necessário ao autônomo desempenho das funções agrícolas, o trabalho nas lavouras era realizado com a ajuda de trabalhadores externos, mediante a incorporação de três ou quatro empregados, como foi o caso de Seu Anderson. Como narrou, sem condições de trabalhar sozinho na lavoura e sair para comercializar, a presença do trabalhador possibilitava a saída para constituição de redes de relações de comercialização que, nesse contexto, integravam o agrupamento de agricultores em Vargem Grande aqui analisados.

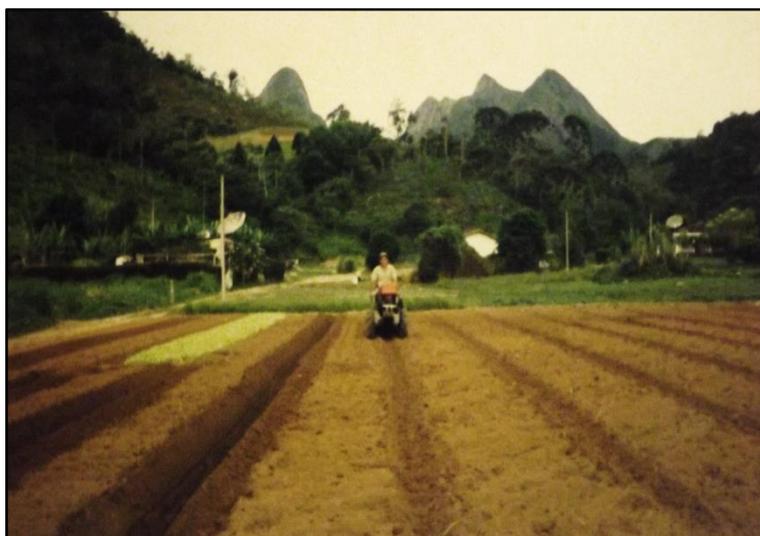
A incorporação de trabalhador externo foi alternativa que o produtor recém-casado pode se valer para assegurar o atendimento das necessidades da nova unidade que constituiu. Segundo refletiu Seu César, estabeleceu vínculo de parceria com trabalhador agrícola à meia. Pelo prolongamento desta relação de parceria, o que ele afirmou como sendo de mais de uma década, passou a oferecer residência para o trabalhador. A oferta da casa para o trabalhador fixo era relativamente avaliada como favorável, considerando-se os ganhos com o aumento da produção das lavouras. O sucesso relativo dessa relação de parceria é expresso pelo produtor pela compra do caminhão com recursos alcançados pelo trabalho realizado nas lavouras.

Atualmente, sem poder contar com a mão de obra de trabalhador externo e também familiar, já contando com aposentadoria, arrendou as terras. O arrendamento assegura que a terra continue cumprindo a função que valoriza: *as lavouras estão cheias, as terras estão ocupadas, só que não são minhas! Está tudo arrendado! É um dinheirinho que ajuda a gente nas despesas*. Sobre esse processo de arrendamento das terras da unidade familiar, a esposa do produtor reconheceu que essa foi alternativa encontrada frente à impossibilidade de gerir o trabalho na lavoura com dois empregados, após o adoecimento de Seu César.

Diante do que sinalizaram os entrevistados, a substituição das lavouras de *caixarias* pelas *folhagens* não apenas impôs um novo padrão de divisão de trabalho e de utilização da mão de obra, como limitou o acesso a produtos que compunham a dieta alimentar da família. Refletindo sobre essa mudança no padrão de orientação da produção e em conformidade com análise de Musumesci (1987), valorizo o fato de que a especialização agrícola provocada pela imposição de padrões mercantis de produção, em correspondência a um mercado cada vez mais crescente por produtos da dieta saudável, além de maior elasticidade entre dispêndio-renda de despesa alimentar, tudo isso exigiu dos produtores o atendimento de outras demandas.

O plantio especializado de hortaliças impõe aos produtores uma demanda intensiva de utilização de mão de obra que, considerando o grau de desenvolvimento dos grupos domésticos, faz com que muitos produtores se lancem na diversificação de contratos com trabalhadores externos. A adoção do modelo de cultivo das hortaliças correspondeu ainda a alteração da capacidade de atendimento das necessidades de consumo da unidade familiar, principalmente pelo direcionamento atribuído aos produtos. Em alguns casos, os produtores, diante das condições de acesso a instrumentos de trabalho, diminuam a intensidade de utilização de mão de obra familiar. (Figura 22)

Figura 22 - Preparação de canteiros para plantio de hortaliças, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), década de 1980



Fotografia cedida por produtor local.

A adoção de lavouras de *hortaliças* inviabilizava projetos de reprodução pautados exclusivamente no trabalho do produtor solitário, gerando, principalmente nos grupos domésticos que não podiam contar com mão de obra de filhos, uma demanda por incorporação de trabalhadores externos. Sobre essa necessidade relativamente imperiosa de mão de obra, em decorrência do trabalho intensivo que esse sistema produtivo exigia, o caso de Dona Josefa é exemplar.

Gerindo sozinha a lavoura há cerca de 20 anos, período iniciado após o rompimento do vínculo estabelecido pelo casamento, firmou vínculo com quatro trabalhadores, condição que reconhece como privilegiada frente aos demais casos de agricultores proprietários de terra que estão com as lavouras paradas pela impossibilidade de contratação de trabalhadores.

As dificuldades de obtenção de mão de obra externa são expressas não apenas pela valorização de outros projetos de reprodução pelos produtores de Vargem Grande, como pelo descompasso entre o horário de chegada dos trabalhadores e o horário idealizado para iniciar a colheita. Segundo afirmou, o horário idealizado para começar o trabalho nas lavouras é anterior às sete horas da manhã, horário a partir do qual os trabalhadores externos assumem como horário de início das atividades diárias. Questionou: *se o caminhão chega para recolher as mercadorias às 7 horas, como o trabalhador vai chegar neste horário?* (Figura 23)

Figura 23 - Colheita de hortaliças e preparação para comercialização via atravessador, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), década de 1980



Fotografia cedida por produtor local.

Mesmo contando com ajuda de trabalhadores externos, os produtores são constrangidos a adotar outro tipo de relação de parceria para atendimento às exigências da rede de comercialização atacadista de hortaliças. Em alguns casos, a solução provisória que os produtores assim afiliados me apresentaram convergem para o pagamento de *diaristas*. Essa forma de contratação de mão de obra permite que o produtor combine previamente o horário de chegada do trabalhador na lavoura. Mas não assegura que, finalizada a jornada diária, o *diarista* acompanhe até o final das atividades de colheita. Em alguns casos, o *diarista* pode permanecer, por relação de camaradagem e por desejo indiretamente demonstrado de retomar o contrato, trabalhando na colheita até que toda produção seja recolhida e preparada para o *atravessador*. Em algumas unidades de produção, o vínculo com o trabalhador à diária era prolongado inclusive nos finais de semana.

Outras relações visando à incorporação de mão de obra para trabalho nas lavouras foram igualmente mencionadas pelos produtores. As relações de parceria à meia, no entanto, foram reconhecidas como preteridas, sobretudo os casos de pequenos produtores. Com os baixos preços alcançados no mercado, a divisão dos rendimentos obtidos com a comercialização das lavouras de hortaliças era avaliada como desvantajosa, relativamente as outras formas de obtenção de mão de obra externa.

Um dos efeitos diversos desse processo de vinculação dos produtores ao mercado é a recomposição das áreas de produção, como aquela que observei durante o trabalho de campo. Esse processo também reflete no sistema de trabalho, principalmente pela alteração das condições de acesso a terra, como é o caso de arrendatários e meeiros.

Também considerando o caso de produtor que, se autoavaliando *sem condições de pagar as despesas com trabalhador*, passou a se dedicar às lavouras de hortaliças que demandam menores investimentos em mão de obra, tal como é o caso do coentro, da alface, da salsa e dos brócolis. Seu Fabrício, na condição de produtor arrendatário, afirmou que na maior parte das lavouras que investiu está na porção de terra correspondente ao arrendamento (de melhor qualidade) e o rendimento assim alcançado permite *pagar as despesas, mas não sobra muito*. O rendimento extra é obtido pela condição de autonomia em que pode realizar a comercialização do que produz nas lavouras. A possibilidade de transportar a produção de outros agricultores, além daquela que produz, é assegurada pela constituição de *freguês certo*, ou seja, de redes de comercialização próprias com demanda de consumo com baixa ou pouca oscilação.

Em relação ao que os interlocutores da pesquisa mencionam sobre a possibilidade de realização de dupla jornada ou de acumulação nas funções de produtor e de agente da comercialização da produção, Musumesci (1987) chamou atenção para um aspecto fundamental à compreensão dos limites impostos pelo tipo de lavoura desenvolvido nas unidades de produção e que funcionam como absorvedores de mão de obra, ao invés de liberador de força de trabalho. O caso da produção de hortaliças, mesmo se valendo de métodos poupadores de terra, como a utilização de sementes e mudas melhoradas, emprego de adubos e fertilizantes, dentre outros, não reduzem a quantidade de trabalho por unidade de superfície cultivada. (Musumesci, 1987: 106)

Seu João, refletindo as condições de constituição na posição de produtor especializado de hortaliças, permitiu compreender as alterações que a valorização desse sistema provocou nos modos de organização das unidades de produção. O entrevistado, reconhecendo-se como alguém que se criou na lavoura, apontou que as dificuldades relativas para se manter como produtor acompanham a trajetória do pai e dos irmãos que, com dificuldades para realizar a comercialização da produção agrícola até a Ceasa, acumularam perdas constantes nas lavouras. De acordo com o que afirmou, o pai tentou algumas vezes se afiliar às redes de comercialização, mas a necessidade de *descer todo dia com mercadoria* não pode ser correspondida porque não tinha recursos para investir no pagamento de trabalhador. Além disso, apontou, sem poder dispor de veículo para realizar o transporte da produção até o Rio de Janeiro, dependia de *favores* dos *atravessadores*, o que fazia a despesa aumentar. A valorização da *colocação direta da mercadoria na central de abastecimento* como projeto idealizado de reprodução fez com que o pai estimulasse os filhos a constituírem outros vínculos produtivos.

Outro entrevistado que também refletiu sobre as dificuldades relativas de atendimento às necessidades impostas pelo mercado de hortaliças foi Seu Fabrício. Segundo ele, os constrangimentos são maiores no caso dos produtores que constituíram vínculos como arrendatários de terra, já que os baixos preços alcançados pelos produtos na comercialização impõem a esses produtores um rendimento que *quase não dá para pagar as despesas*. Nessas situações de baixos rendimentos, muitos produtores são forçados a constituir dívidas pela obtenção de crédito com lojas de insumos agrícolas, principalmente para aquisição de sementes, adubos e fertilizantes.

Para melhor compreender a valorização da produção de hortaliças como modelo de sistema produtivo, incorporo dados estatísticos disponibilizados pelo Censo Agropecuário

do IBGE (1970). Considerando-se as formas diferenciadas de acesso a terra em Teresópolis, a Tabela 17 apresenta os dados relacionados aos produtores situados nesse município e na região serrana do estado do Rio.

Tabela 17 - Condição e distribuição da terra pelo produtor Teresópolis (RJ), 1970

Unidade territorial	Condição do produtor (hectares)			
	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
Teresópolis	22.290	2.245	2.833	2.854
Região Serrana	58.808	9.637	11.265	10.644

Fonte: Dados elaborados pela autora. IBGE, 1970.

Por esses dados é possível compreender os processos que afetaram diretamente as relações de produção: aumento do número de proprietários de terra e de constituição de parcerias. De acordo com essa fonte, o número de lavouras temporárias (5.503 hectares) se destacava frente às lavouras permanentes (898 hectares). (IBGE, 1970) Nesse período, a possibilidade de acesso a terra por compra aumentou. De meados da década de 1950 ao final da década de 1970, a utilização da terra em sua maior parte articulava-se ao cultivo de produtos da chamada lavoura temporária, como é o caso do tomate, da batata, do feijão, da mandioca, do milho, do alho e do amendoim. Os dados do IBGE (1975 e 1977) indicam que havia uma relativa predominância do cultivo desses produtos em comparação àqueles produzidos pelas lavouras permanentes: do total das terras utilizadas no município de Teresópolis, em 1970, 454.897 hectares correspondiam à lavoura temporária, enquanto que 174.647 ha estavam dedicados à lavoura permanente.

Considerando-se essa mesma forma de organização dos dados para a década de 1980, apresento o número de produtores conforme as condições de acesso a terra. (Tabela 18):

Tabela 18 - Condição de acesso a terra (hectare), Teresópolis (RJ), 1980

Ocupadas	Próprias e arrendadas	Próprias e ocupadas	Próprias, arrendadas e ocupadas	Arrendadas e ocupadas
3.209	961	623	275	31

Fonte: Dados elaborados pela autora. IBGE, 1980.

As condições de acesso a terra pelos agricultores abarcava casos de proprietários (27.752 hectares), arrendatários (2.489 hectares), parceiros (1.395 hectares) e 3.216 hectares ocupantes de terra. Do total de estabelecimentos, 3.755 hectares eram dedicados à prática da agricultura, sendo 10.405 hectares com cultivos de hortaliças e 998 hectares com criação de

aves. Neste mesmo período, as áreas dos estabelecimentos compreendiam a lotes de 50 a menos de 100 hectares (com 5.915 hectares), 5.023 correspondendo a unidades de 20 a menos de 50 hectares. Entretanto, as áreas de lavoura predominantes correspondiam a lotes de 2 a menos de 5 hectares de terra (499 estabelecimentos).

Como tentativa de entendimento do processo de transição da produção de *caixarias* para o predomínio das *hortaliças*, aproprio-me novamente de dados estatísticos. Ao cruzar os dados por períodos de cinco anos cada, pude observar o processo de reordenamento dos sistemas produtivos. O crescimento da área de terra no município destinada à implementação de lavouras temporárias é demonstrativo deste período onde há um declínio da produção das *caixarias* e o aumento da produção de *hortaliças*. O crescimento da área de terra no município destinada à implementação de lavouras temporárias é demonstrativo deste período onde há um declínio da produção de *caixarias* e o aumento da produção de *hortaliças*. (Tabela 19)

Tabela 19 - Utilização da terra, Teresópolis (RJ), 1975, 1980, 1985

Utilização das terras (ha)	Hectares de terras usadas por ano		
	1975	1980	1985
Área total (ha)	3 446 175	3 181 387	3 264 150
Lavoura permanente	166 081	145 115	153 974
Lavoura temporária	451 164	456 298	470 725

Fonte: IBGE, 1975, 1980 e 1985.

Comparativamente às lavouras de ciclo permanente, que exigem grandes extensões de terra, a produção de hortaliças pode ser realizada em pedaços relativamente pequenos de terra, mas, por outro lado, requer o cuidado diário dos canteiros, o que demanda por parte do produtor um maior investimento em relação à utilização da mão de obra. No caso das lavouras em Teresópolis, valorizo igualmente os dados do Censo Agropecuário divulgados pelo IBGE para os anos de 1975 e 1977 (Tabela 20), para compreender o processo de modificação dos padrões de produção no município.

Tabela 20 - Área (hectare) e produtos cultivados (tonelada), Teresópolis (RJ), 1975 e 1977

culturas	produtos	1975		1977	
		área colhida (ha)	quantidade (T)	área colhida (ha)	quantidade (T)
temporárias	alho	60	70	70	70
	amendoim	8	8	8	8

	batata doce	20	140	22	145
	batata inglesa	240	427	320	389
	feijão	160	113	135	95
	mandioca	18	252	15	180
	milho	170	306	150	235
	tomate	170	7600	120	4000
	banana	4	8	10	4
	caqui	1	140	1	240
	coco	1	120		
	figo			2	336
permanentes	laranja	3	272	3	192
	pera	3	270	3	270
	pêssego	3	270	3	288
	tangerina	3	288	3	280
	uva	2	24	2	23

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (1975, 1977). Dados elaborados pela autora.

A quantidade de frutas produzidas foi relativamente maior aos demais produtos, o que também correspondeu ao aumento da área de terra utilizada no plantio desse sistema produtivo. No caso de legumes, grãos e tubérculos produzidos, houve uma queda na quantidade colhida. No entanto, no caso das áreas dedicadas ao plantio dos dois primeiros, houve uma redução no número de propriedades de terra, o que não aconteceu em relação às áreas voltadas ao plantio de tubérculos. Considerando a produção de laranja, como igualmente destacaram os entrevistados, o número de propriedades de terra dedicadas ao plantio foi mantido. Contudo, houve redução na quantidade de itens produzidos. Esses dados podem indicar a incidência de pragas e doenças nas lavouras de laranja que os interlocutores mencionaram quando da realização do trabalho de campo. O processo de queda da produção pela redução da área de terra das lavouras pode ser observado para produtos como feijão, milho, tomate. Um dos produtos que recebeu maior investimento em relação à área de plantio e que possibilitou maior quantidade de produtos colhidos correspondeu ao plantio de batata doce. No caso do plantio de batata inglesa e banana, o aumento das áreas destinadas ao plantio não correspondeu a quantidade de itens produzidos. Nos demais sistemas produtivos, houve manutenção das áreas de terra utilizadas no plantio e a oferta desses produtos, como foi o caso do caqui, da pera, da tangerina, do pêsssego e da uva, demonstrando variações relativamente pequenas na produção entre os anos.

Incorporando à análise a contribuição de autores que se dedicaram a refletir sobre os processos intervenientes na atribuição de valor a terra, em decorrência de aproximação ao

mercado, considero o modo de organização das atividades produtivas enquanto aspecto fundamental à compreensão das condições de manutenção na condição de produtor, em conformidade à posse e ao uso dos fatores de produção.

Como sinalizaram os autores, principalmente aqueles que investiram no estudo de unidades de produção de hortaliças (Carneiro, 1998; Musumesci, 1987 e Schiavo, 1999), essas lavouras caracterizam-se pelo ciclo curto de produção, com colheitas frequentes ao longo do ano, com possibilidade de realização de plantios sucessivos para alguns casos ou plantio sucessivo de vários produtos distintos.

Assim, diante das informações que valorizei para compreender as redes de relações constitutivas deste campo de ação pelos produtores em Teresópolis, valorizo a intensificação dos processos de transformação da estrutura produtiva, principalmente durante o final da década de 1970. Também objeto de análise de Gregório Filho (2006: 16), afirmou o autor que muitos desses processos corresponderam ao estreitamento das práticas de produção aos princípios de orientação do mercado agrícola.

IV.4 Diversificação de vínculos produtivos

Destaco a seguir investimentos dos produtores na diversificação de vínculos produtivos conforme a ampliação do campo de ação. Diante desse quadro teórico, isto é, sem pensar o exercício do papel de produtor como condição única de constituição de projeto de reprodução social, reitero que a abertura do universo social de produtores pela afiliação ao mercado possibilitou a apropriação e valorização de outros recursos para constituição de vínculos de trabalho.

Valorizando a questão da conversão de áreas de produção agrícola em espaços de consumo de serviços de turismo, exalta-se o modo como ocorre o uso do espaço. O que pretendo demonstrar é o jogo de assistência desequilibrada entre pequena produção mercantil e valorização do espaço para construção civil. Como pude perceber no decorrer do trabalho de campo, o abandono da condição de produtor é temporário e relativamente pontual. A forma de produção agrícola entre muros facultada aos produtores de hortaliças, as possibilidades de realização de lavouras em pequenos espaços, em face da elevada precibilidade dos produtos é relativamente compensada pela proximidade de consumidores.

Além disso, a valorização da terra para outros usos que não aqueles relacionados à implementação de sistemas produtivos propiciava a ampliação do quadro institucional e de prestação de serviços, aspectos reconhecidos como demarcadores da contraposição absoluta entre rural e urbano. Nesse viés, a alegada modernidade se manifestava pela presença de condomínios, hotéis e algumas instituições de prestação de serviços públicos (escolas, infraestrutura sanitária, iluminação pública, postos de saúde).

O modelo espacial de organização da terra não pode ser pensado a partir da naturalização de projetos de vida pautados na apropriação de recursos naturais. Os produtores em pauta, mediante afiliação intensificada ao mercado de produtos agrícolas, apropriaram recursos antes não disponíveis, optando por se constituir por outros vínculos produtivos. A diversificação de formas de vinculação produtiva, principalmente aquelas relacionadas às avaliações das vantagens e desvantagens relativas à constituição do vínculo de trabalho assalariado, é uma possibilidade objetiva.

IV.4.a Condições de manutenção na posição de trabalhador agrícola

Ao considerar casos de produtores que elaboravam projetos para si pautados na valorização do modo de vida orientado pela posse dos meios de produção, pude chegar ao entendimento dos fatores por eles identificados para reprodução desse modo de vida. Muitos deles, aceitando minha provocação de refletir contrastivamente às condições de manutenção na posição de agricultor, investiram na elaboração de narrativas do percurso social.

Considerando os percursos dos membros da família Silva, que orientaram suas ações pela afiliação ao mercado varejista de produtos agrícolas, Seu João Paulo, que *sempre se manteve na terra* e cultivou lavouras de *miudezas*, mencionou que, mesmo já aposentado, encaminha a produção para o atravessador, só recebendo após a comercialização, e na semana seguinte. No caso do coentro, especialidade diferenciadora comparativamente aos demais produtores que investiram na produção de *hortaliças*, como alface, brócolis, rúcula, espinafre, o plantio de coentro demanda menores investimentos em força de trabalho e insumos. (Figura 24)

Figura 24 - Sistema produtivo de variedades de hortaliças para comercialização, Vargem Grande, Teresópolis (RJ)



Foto de Priscila Tavares dos Santos. Junho de 2013.

O pagamento realizado aos sábados imediatamente após a entrega da produção ao *atravessador*, exprime um tipo de contrato de crédito e de fidelidade entre produtores e intermediários. O produtor, ao aguardar o pagamento, tem a certeza de que, na semana seguinte, a nova colheita será comercializada. No caso dos intermediários, o crédito de uma semana permite o atendimento das despesas com o transporte e o repasse ao produtor a partir do cálculo do lucro alcançado pela comercialização das mercadorias. Nesse caso, o pagamento posterior, permite ao *atravessador* assegurar o rendimento constante, a despeito das oscilações que o sistema de preço das *hortaliças* apresenta.

Muitos deles apontaram para as dificuldades relativas à afiliação às redes do mercado atacadista de *hortaliças*. Para driblar esses contratempos, os produtores desenvolveram o *jogo de cintura* fundamental às negociações com os intermediários, de modo que possam contar com algum rendimento. O sistema de saberes elaborado pelas experiências adquiridas com essas redes mercantis também se expressa no direcionamento das atividades das lavouras. Sobre esse aspecto, afirmou o produtor:

Mas para trabalhar na roça, a pessoa tem que saber mexer, porque se o cara não conhece nada, aí não consegue nada também. O cara não sabe plantar. O cara vê bonitinho assim, mas tem que dosar, plantar, xaxar, capinar. Se você largar no mato, não dá nada. Se não dosar, não dá nada. Isso aí dá um trabalho danado. Quem vê assim... A gente acha que é fácil porque a gente sabe. Mas se chega uma pessoa que não conhece nada de lavoura, não faz nada. Um filho de agricultor que nunca tocou

nisso aí, também não vai aprender. (Seu João, entrevistado em junho de 2014)

A possibilidade de comercialização via *atravessador* impõe ao produtor relativo reordenamento na utilização dos instrumentos de trabalho pela necessidade de oferta regular de produtos específicos. O *forte* da produção de cada produtor corresponde assim à encomenda prévia pelo mediador ou ao acerto de *cotas* a serem comercializadas. O monopólio da compra gera uma relação de dependência que não só restringe a possibilidade de comercialização pelo produtor, como inviabiliza o aumento da produção pela garantia de compra. Os *atravessadores* firmam uma relação de crédito com os produtores que não apenas irá contribuir para o estabelecimento dessa relação desigual, como irá permitir ao produtor a garantia da reprodução física e social de sua unidade. O acesso ao crédito mediante relação de parceria entre *atravessadores* e *produtores* foi igualmente demonstrada por Neves (1981) ao considerar as formas de endividamento antecipado e a poupança de recursos básicos à reprodução do processo produtivo. (Neves, 1981: 85)

Considerando outro caso de produtora que se vinculou ao mercado atacadistas pelo vínculo com *atravessadores*, apresento as condições de constituição nessa posição por Dona Josefa. Pelo que afirmou, a comercialização em atacado foi favorecida pela apropriação do sistema de conhecimento adquiridos por um dos filhos que constituiu vínculo como técnico agrícola. A experiência que o filho adquiriu também pelo trabalho nas lavouras de hortaliças do patrão, proprietário de loja de insumos agrícolas em Vargem Grande, também tem favorecido o relativo sucesso de suas lavouras. Ao contar com a ajuda do filho, encontra-se em melhores condições de compra desses produtos, já que, em sendo mulher e separada, *as portas se mantêm fechadas* para ela. Ao ser orientada por um *técnico* na seleção das sementes, o investimento que realiza corresponde aos menores riscos de perdas pela inadequação das variedades ao tipo de solo que dispõe. Ao se valer do conhecimento do filho e de sua rede de contatos, a produtora se reconhece e também é assim reconhecida como alguém que vem desempenhando um bom trabalho.

A comercialização mediada não permite o acerto prévio do preço das mercadorias, principalmente porque a *cota* de produtos direcionada aos produtores não é fixa, mas variável conforme a demanda dos centros de consumo. A inexistência de planejamentos que orientem a produção e a circulação de informação mais atualizadas sobre os produtos cultivados, sua distribuição geográfica, a quantidade produzida e as estimativas sobre a colheita tem contribuído para a instabilidade de preços das hortaliças no mercado.

Na tentativa de fugir da instabilidade de preços impostos aos produtores afiliados ao mercado atacadista, sob intermediação dos *atravessadores*, alguns produtores se lançaram na constituição de relações diferenciadas com agentes do transporte. Esses vínculos têm permitido que a produção agrícola seja direcionada *aonde está pagando melhor um pouquinho*. Como mencionou um dos entrevistados: *se vejo que não vale à pena, vou na Ceasa vender. Eu tenho a nota tudo certinho*.

Nos casos em que o produtor não dispõe de veículo para transporte das próprias mercadorias, outras estratégias se constituíram, como foi o caso de Dona Josefa. A produtora, pelo vínculo estabelecido por um dos filhos como trabalhador da rede de mercado de hortifruti do bairro, pode canalizar parte de sua produção para esse comprador.

A manutenção de relativa autonomia do produtor no processo de comercialização é fundamental para a reprodução desse modo de vida. No caso dos agentes da produção que também se lançaram na comercialização das próprias mercadorias, os riscos decorrentes da sobra da produção por ultrapassar a *cota* estabelecida pelo *atravessador* são reduzidos. Nesses casos, os produtores conseguem diminuir os riscos de perdas de recursos e de tempo de trabalho dedicado às lavouras. Em Vargem Grande, os produtores que puderam se afiliar ao mercado priorizando a constituição de redes personalizadas pela manutenção de clientela encontram-se em condições relativamente favoráveis de obtenção de rendimentos. No entanto, para que a autonomia da comercialização da produção seja alcançada, também é fundamental que os produtores disponham de veículos para transporte da produção, recurso que pode ser obtido mediante compra ou por relações de parceria com outros produtores da rede de afeto.

Considerando o caso de produtor que valorizou a diversificação das redes de comercialização para reduzir os efeitos da oscilação dos preços no mercado atacadistas, Seu Fabrício mencionou a estratégia por ele adotada para superar as dificuldades relativas para se manter na posição de produtor e comerciante. Como afirmou, quando o rendimento alcançado pela comercialização na Ceasa não cobria as despesas que tinha com combustível, passagem, pedágios e alimentação, passou a se vincular às redes locais e, principalmente nos momentos de picos de produção, direciona uma parte dos produtos para um *atravessador* que entrega diretamente na central estadual. Nesse caso, apesar do preço pago ser menor, não investe maiores recursos pela realização do serviço de transporte da própria produção.

A complexidade desse sistema mercantil pode ser explicada ainda a partir da distância das áreas de produção e centros de consumo, o que passou a exigir maior

ajustamento das condições cada vez mais extremas marcadas pelo aspecto cíclico das lavouras concentrando produção em períodos curtos para atender demanda contínua e diária por produtos variados e de qualidade. As distâncias entre esses espaços impunham aos agentes da produção constrangimentos provocados pela precariedade de recursos para custearem o transporte e assim aumentarem a possibilidade de, sem a mediação das relações de comercialização, obterem maiores rendimentos.

Para fugir do sistema de concorrência constituído pelo número de produtores dedicados ao plantio de *hortaliças*, alguns deles investiram em práticas diferenciadas de encaminhamento da produção. Uma das estratégias valorizadas é a venda varejista em *feiras*. Esses espaços de venda direta aos consumidores possibilitam que o preço da alface, por exemplo, seja comercializado por maior valor. As feiras, enquanto forma valorizada de comercialização a varejo de hortaliças, foram identificadas por Galvão (1962), ao analisar as condições de abastecimento do mercado do Rio a partir da organização das centrais de abastecimento no estado do Rio de Janeiro.

A comercialização em feiras exige dos produtores o domínio do transporte que, nesses casos, passa ser valorizado enquanto instrumento de libertação para aqueles produtores que podiam dispor de caminhonetes ou caminhões. Aqueles que não contavam com tal recurso, por vezes estabeleciam arranjos e parcerias com proprietários do bairro, para que o transporte até essas regiões viabilizasse o controle do circuito em condições relativamente mais favoráveis, comparativamente àquelas impostas pelo vínculo com o *atravessador*. Em alguns casos, considerando a proximidade das redes de comercialização estabelecidas, o transporte das mercadorias era realizado em carroças puxadas por animal. Nesses casos, os limites impostos correspondiam à capacidade física do animal em transportar a carga, fator limitativo do ganho pelo produtor.

Se os constrangimentos impostos pelos baixos preços alcançados pela comercialização de hortaliças estimulavam os produtores a diversificarem as redes de escoamento da produção, em outros, o atendimento de um mercado consumidor restrito era valorizado como estratégia relativamente mais vantajosa para obtenção de rendimentos. A variação do sistema de preços em curtos espaços de tempo coloca em evidência estratégias de apropriação de excedentes praticadas pelos comerciantes atacadistas.

Em análise sobre os mecanismos de acumulação dos agentes da comercialização e da ampliação do consumo, Neves (1981: 131) demonstra que essas relações assimétricas são intercambiáveis e correspondem a mecanismo fundamental de manutenção do equilíbrio das

relações num sistema de posições diferenciadas, como é o caso daquelas estabelecidas entre produtores e compradores.

Dona Josefa, para reduzir os efeitos das perdas nas lavouras constituiu vínculo com dois *atravessadores* diferentes. Como mencionou, cada um deles corresponde a um calendário semanal de transporte de mercadorias. O *atravessador* do caminhão amarelo corresponde ao atendimento de demandas semanais, com pagamento preterido em 60 dias, realizado em cheque; o outro, de caminhão vermelho, realiza visitas aos finais de semana, pagando a entrevistada após a comercialização da produção, em período de 15 a 30 dias.

Outra alternativa encontrada pelos produtores como tentativa para fugir dos efeitos da oscilação dos preços alcançados pelos produtos agrícolas no Ceasa é a comercialização de parte da produção com proprietários de mercado, mercearia e sacolão no Rio de Janeiro, isto é, para comerciantes do sistema varejista instalados em bairros próximos a central estadual no Rio de Janeiro. Essas redes viabilizam a comercialização da produção quase que em sua totalidade e possibilita aos produtores a relativa maximização dos ganhos pela proximidade dessas redes com a central. Como mencionaram os produtores, considerando que a despesa com o transporte será reduzida, a venda em condição de autonomia assegura maiores rendimentos, considerando que recorrentemente são os *atravessadores que ficam com os lucros*.

Seu Fabrício, produtor que se lançou nessa rede de comercialização, advertiu que não basta ter *boa vontade* para transportar a mercadoria, já que a constituição dessas redes exige capacidade de organização e conhecimento prévio das demandas do mercado. Reconhecido como alguém que acumulou experiência nesta posição, o entrevistado é valorizado como um produtor que ultrapassou as dificuldades de comercialização impostas pela distância de Vargem Grande em relação aos espaços de consumo, principalmente em relação ao Rio de Janeiro. Por tal capacidade de constituição de redes de afiliação ao mercado, ele se afastou dos riscos do *calote* que se interpõem aos produtores, tipo de golpe que eles insistentemente destacaram e apontaram como um dos principais motivos pelos quais muitos colegas estão investindo em outros vínculos laborativos. Essa dupla possibilidade de inserção ao mercado de produtos agrícolas tem facilitado aos produtores o atendimento às necessidades de consumo familiar.

O risco de perdas de lavouras é aspecto que os interlocutores reconheceram como inerente ao plantio de hortaliças e tem sido apontado como um dos fatores intervenientes na elaboração de projetos de reprodução social como produtores. O rápido ciclo produtivo e a

impossibilidade de, alcançando o período de desenvolvimento do produto, aguardarem a próxima vinda do comprador à unidade de produção ou até que o preço alcançado pelas mercadorias sejam melhores, muitos produtores são constantemente constrangidos a gerirem as unidades familiares com recursos escassos.

Os ciclos sazonais de produção também intervêm no desequilíbrio do sistema de preços de *hortaliças*. Nos meses do verão, com o tempo mais quente, a produtividade é maior, mas as despesas com adubo e irrigação aumentam. Por outro lado, durante os meses do inverno, a produção é menor porque as *mercadorias demoram mais a sair*, mas os gastos com adubação e irrigação são menores. Segundo mencionaram, nos meses correspondentes ao verão as dificuldades enfrentadas pelas famílias de produtores são maiores. Nesses períodos, com recorrentes chuvas intensas, as *folhas apodrecem, estragam muito e a colheita é reduzida*. As situações de perdas são maiores para algumas variedades, como é o caso da salsa e do coentro: *ocês planta, pensa que vai colher e não colhe nada. O coentro no verão quase não se colhe. Ele pinta todinho. Fica sapecado. Aquele que sobra, vocês pode arriscar a ter um lucro, quando nasce*, identificou um produtor. O crescimento alcançado pelas sementes, ao serem lançadas em solo aquecido pelo sol, é relativamente mais rápido. Mas as folhas novas são *queimadas* e a planta morre logo. Com a redução da capacidade de colheita, a oferta de folhagens é reduzida, o que favorece aos produtores relativamente mais experientes, que conseguem gerir os riscos pela adoção de cuidados especiais. Mencionou Seu Fabrício o modo como gere o uso do espaço produtivo para reduzir os efeitos provocados pelo clima.

Segundo ele, a lavoura de alface, variedade que demanda maior investimento de recursos (reconhecida também pelos demais interlocutores como uma *lavoura cara*), é orientada para trechos do terreno que oferecem menores riscos de perda. Às parcelas de terra menos protegidas e, portanto, sujeitas a ampliar os riscos às lavouras, o entrevistado se dedica as *mais baratas*, como é o caso do plantio de rúcula e brócolis. Ambas as variedades, resistentes à chuva e de sementes com menor custo, relativamente aos preços alcançados pelas mudas de alface, nesses períodos de chuvas intensas asseguraram a colheita ao produtor. Outra alternativa a esses trechos que oferecem riscos de perdas em situações de chuvas fortes, é o plantio de coentro. De investimento barato e de ciclo produtivo relativamente curto, assegura ao produtor um rendimento semanal. Avaliando a opção pelo espinafre, variedade a que o pai do entrevistado se dedicou, Seu Fabrício mencionou que, em períodos de chuva constantes, a lavoura de espinafre impõe maiores riscos de perdas.

No caso de Seu Cristóvão, a produção de alface hidropônica, como reconheceu, possibilitou a entrada em redes de consumo mais sofisticadas, relativamente ao universo de consumidores encontrados nos mercados atacadistas no Rio de Janeiro, além de reduzir os efeitos do clima sobre as lavouras. No caso desse produtor, pelas redes de relações firmadas pelo acompanhamento do pai em algumas dessas idas ao Rio de Janeiro, tomou conhecimento do que ele considerou a *novidade* na produção de folhas. O plantio em estufas hidropônicas, empreendimento valorizado no mercado do Rio pela produção orgânica, foi realizado em parceria com um dos irmãos. No entanto, pela avaliação das condições de manutenção nessa posição de produtor especializado, reconheceu que as condições de produção de mudas em canteiros na terra impõem maiores investimentos financeiros para recomposição das *estufas*. A produção de mudas nessas condições, por outro lado, é considerada como a que impõe menor exigência de demanda de força de trabalho.

O processo de produção foi por ele descrito: a *muda hidropônica* é produzida inicialmente em *berçários* (canos de pvc mais finos onde as sementes são colocadas e mantidas até que sejam produzidas as mudas) e posteriormente são transferidas para canos maiores (*estufa*), contendo pouca quantidade de terra (apenas na raiz). A fase do berçário vai permitir que a muda se desenvolva com maior força (período que dura aproximadamente de 17 a 18 dias) e, após esse período, a muda vai para a *estufa* e a partir daí já pode ser utilizada nas lavouras.

A facilidade relativa de utilização das mudas de *estufa* pelos produtores está relacionada à menor utilização de mão de obra exigida para o preparo das mudas diretamente no solo e também pela oferta de menor risco de perda pela impossibilidade de enfrentamento de intempéries, como é o caso das chuvas fortes no verão e das geadas no inverno. Após a colheita, apresentando o canteiro condições adequadas para o plantio, o produtor pode adquirir as mudas e plantar imediatamente. Entretanto, esta alternativa não era viável aos pequenos produtores que, utilizando quase que integralmente a área de terra disponível, não dispunham de espaço suficiente à implementação de *canteiros* de preparação de mudas de reposição. Nesses casos, as *mudas hidropônicas*, ao serem plantadas diretamente no solo, reduziriam a demanda por terra. Esse modo de orientação dos sistemas produtivos corresponde a um modelo relativamente recente de produção e paulatinamente passou a corresponder a variedades como alface, rúcula, alho poró e espinafre.

No entanto, a adoção deste modo de produzir como agricultor *hidropônico* perdurou por alguns anos, já que a demanda de recursos constantes, como adubos, água, mão de obra

para acompanhamento das mudas, acessórios para separação das mudas (bandejas) (Figura 25) e o mecanismo de crédito criado para viabilizar o acesso dos produtores de Vargem Grande às mudas hidropônicas exigiram grandes investimentos e maior capital de giro para pudessem atender ao prazo para o pagamento solicitado pelos compradores. Sem contar com tais recursos financeiros, a estufa foi abandonada.

Figura 25 - Bandejas utilizadas para separação das mudas de hortaliças, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 2014



Foto de Priscila Tavares dos Santos. Julho de 2014.

Como um *jogador*, o entrevistado assim se reconhece. O *jogo*, nesse caso, correspondeu ao modo como orientou os sistemas produtivos, deixando de lado a produção *hidropônica* e passando a valorizar a comercialização de mudas de plantas frutíferas. Como considerou, este é uma especialização diferenciadora, já que não se apresenta em grande quantidade na região de Vargem Grande, condição que não pode ser atribuída aos produtores que comercializam mudas de hortaliças hidropônicas. Ao encontrar seu lugar no *jogo*, pela constituição da condição de *floricultor*, afirmou: *em qualquer negócio a concorrência é grande*. A comercialização de mudas frutíferas à varejo que realiza, em contraposição ao modo atacadista de produção de mudas de *hortaliças*, *não tem muito segredo*, já que produz mudas de plantas ornamentais e frutíferas compradas de produtores do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais e revende para condomínios, haras, hotéis em Vargem Grande e bairros adjacentes.

Também se constituindo em condição de produtor especializado, Seu João mencionou as condições em que pode se afiliar ao mercado consumidor de *hortaliças processadas* na Barra da Tijuca. Pelo transporte em parceria, as despesas com óleo, combustível e pedágio são divididas e, além disso, a divisão das despesas e do processo de entrega mantém assegurado que o preço da comercialização seja acertado antes mesmo da entrega.

Segundo a versão apresentada por Seu Leandro, produtor que também se constitui na posição de produtor de hortaliças, a embalagem a vácuo que acompanha e distingue as hortaliças processadas confere maior resistência ao produto e, considerando os benefícios ao produtor, permite a redução das perdas pela não comercialização das hortaliças *in natura*. A comercialização segue por redes locais de supermercados e em atendimento a rede volante de consumidores veranistas.

Além dos investimentos no sentido da ocupação de nichos relativamente especializados de produção de hortaliças, como a produção orgânica e processada, alguns produtores investiram na diversificação das lavouras. Segundo esses entrevistados, a diversificação da produção correspondeu ao enfrentamento de dificuldades impostas pela oscilação de preços dos produtos agrícolas no mercado. O produtor que *tem de tudo um pouquinho*, como muitos deles mencionaram, consegue driblar os efeitos diversos de imposição de perdas. O processo de constituição desses agentes em sistemas de produção diversificados se coaduna ao que Carneiro (1998) chamou atenção ao analisar casos de pequenos produtores em Nova Friburgo em situação de subordinação ao mercado capitalista. Como afirmou, a condição de subordinação não tem como resultado um único processo de transformação, pois:

Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores. (Carneiro, 1998: 01)

De acordo com a versão apresentada por produtora que investiu na diversificação do plantio de hortaliças, *se uma mercadoria está barata, a outra dá mais um pouquinho. Uma puxa a outra*. Assim, esclareceu Dona Josefa: quando a produção de uma variedade aumenta, o preço alcançado no mercado é reduzido. Se nesses momentos de aumento de oferta de uma variedade, o produtor dispõe de outros produtos, durante a comercialização,

as mercadorias oferecidas em menor quantidade, alcançam maiores preços, equilibrando as despesas para o produtor.

Diante dos constrangimentos a serem geridos pelos produtores de Vargem Grande para se manterem na posição, a variedade de produtos agrícolas lhes permite o posicionamento relativamente favorável no mercado, já que os prejuízos decorrentes de uma variedade podem ser compensados pelos ganhos obtidos com outra.

Ainda em relação às formas de vinculação produtivas valorizadas pelos entrevistados pela aproximação com o mercado de produtos agrícolas, destaco a condição de agentes do transporte. O serviço de *frete* correspondia à constituição de vínculos personalizados com produtores do bairro que, não podendo contar com transporte próprio para escoarem a produção, além de recusa de se submeterem às imposições do mercado atacadista estabelecido pelo vínculo com o *atravessador*, investiam na constituição de parcerias com outros produtores. A prestação desse serviço se constituía enquanto alternativa relativamente vantajosa aos pequenos produtores. A comercialização via *freteiros* sinalizava uma forma de objetivação de maiores rendimentos pelos produtores.

Seu João, por exemplo, afiliou-se como *meeiro* em terra de proprietário em Vargem Grande e, por esta condição, não apenas pode investir na produção de hortaliças como no transporte, serviço atribuído ao filho no âmbito da Ceasa. A possibilidade de divisão de tarefas com o proprietário, constituindo vínculo como produtor, é alternativa que Seu João incorporou e, nesta condição, se mantém há mais de três décadas. Mencionou o entrevistado que nesta propriedade, *o filho do dono não quis saber de lavoura* e ele, portanto, planta, coloca trabalhador e realiza o acompanhamento do processo de trabalho.

Seguindo as orientações e as dicas do pai para se manter na condição de agricultor, Seu João afirma que, diferentemente de seus irmãos, pode desfrutar da mesma condição do pai. Segundo avaliou, os irmãos estão em dificuldades de constituição de redes para comercialização da produção porque, segundo ele, ficaram muito tempo afastados da lavoura. O entrevistado afirmou que, quando jovens, o pai *incentivou* os irmãos mais velhos na constituição de outros vínculos. Apenas ele se manteve na lavoura. Atualmente, avaliou, os dois irmãos que retornaram à Vargem Grande e se dedicaram à lavoura, enfrentam diversos constrangimentos para se manterem na posição de agricultores. Como mencionou Seu João, ambos estão endividados no banco porque *plantaram e não conseguiram colher* e porque *não tiveram quem comprasse a mercadoria*.

O quadro de dificuldades apresentado pelos produtores aponta para a comercialização como uma grande ferida que os produtores não conseguem estancar o sangramento. Essa veia aberta, em alguns casos, inviabiliza que as necessidades de consumo familiar sejam atendidas. Nesses casos, o abandono temporário do vínculo como produtor é facultado frente às possibilidades de incorporação de outros recursos e de constituição de novos projetos de reprodução social. Por vezes, desempenhando funções relacionadas às atividades agrícolas, como é o caso daqueles que cumpriram papéis como jardineiros, caseiros e cuidadores de animais, se mantiveram atrelados aos princípios de organização do chamado *mundo rural*. No entanto, como pude perceber, esses vínculos não são fixos e alguns produtores terminam retornando às suas atividades como agricultor, seja porque são proprietários ou porque a terra estava acessível por parcerias. As possibilidades de desempenho desses múltiplos papéis colocam em destaque a criatividade desses agentes locais na produção de estratégias de reprodução social.

IV.4.b Trabalho assalariado: vantagens e desvantagens relativas

Considerando a diversificação contextual de vínculos produtivos pelos moradores de Vargem Grande, valorizo as trajetórias de membros da Família Silva que, destacando as vantagens relativas da condição de trabalhador assalariado, se afiliaram ao trabalho na granja. A associação entre cultivo das hortaliças e granjas é aspecto também valorizado por outros autores que se dedicaram ao estudo desse modelo de produção especializado. (Musumesci, 1987; Schiavo, 1997) Segundo as autoras, é recorrente a interligação entre práticas de avicultura e de fruticultura, como é o caso das *granjas* e das *chácaras*.

Seu Társis afirmou que o trabalho na condição autônoma era recorrentemente constituído por rede de relações que viabilizavam a incorporação de outros recursos que não a terra como fonte de rendimento. Como mencionou, a valorização de outros recursos para constituição do rendimento nesse contexto estava orientada pela possibilidade de recebimento de benefícios trabalhistas pela vinculação como trabalhador assalariado nas *granjas*.

O trabalho realizado enquanto se manteve na condição de trabalhador *fichado* na granja, possibilitou o recebimento de salário fixo ao final do mês. Por tal vantagem, se

reconheceu como um beneficiado, já que pelo trabalho que realizava como *administrador* da granja recebia um *bom salário* e outros benefícios, aspecto igualmente valorizado por seu irmão César. O desejo de estabelecer vínculo como trabalhador assalariado era comum, contudo, não era possível a todos, já que *não tinha serviço para todo mundo*. Os benefícios que pode desfrutar pela constituição do vínculo como trabalhador da granja ao longo de onze anos de prestação de serviço, como mencionou Seu Tárzis, são diversos, principalmente a abertura para outros sistemas de relações. A possibilidade de utilização de veículos da empresa permitia ao entrevistado expandir o espaço de circulação, mas também o reconhecimento como alguém *bem sucedido*, por se apresentar *sempre bem arrumado e com um carro diferente*. A ampliação do campo de ação viabilizou ainda o acúmulo de conhecimento não apenas sobre a criação de aves, mas também de assuntos relacionados ao banco e à administração de dinheiro do *patrão*, aprendizados não atribuídos aos agricultores.

Pelo saber acumulado ao longo desse percurso social, Seu Tárzis investiu na construção de uma granja própria, empreendimento que ele avalia como de muita luta. O entrevistado afirmou que os constrangimentos para acesso a recursos eram diversos, mas pode se valer da ajuda do proprietário da granja onde trabalhou como empregado. Como mencionou, por esta relação, tinha acesso aos pintinhos e também a remédios, recursos que não conseguiria sem essa mediação. Afirmou ele: *os pintinhos vinham por intermédio deles, o caminhão que eu ia buscar frango no Rio era deles, a ração era deles. Eu saí da granja com carta branca*. As redes para comercialização dos frangos eram locais: *eu comprei um carro e saía de casa em casa vendendo franco*. A comercialização à varejo que priorizou correspondeu ao reconhecimento de demandas de consumo, principalmente em decorrência da fragmentação das propriedades pelos processos de venda de terra aos donos de rede hoteleira e criadores de cavalo.

No caso das granjas, por exemplo, havia um notável vínculo econômico entre esses dois sistemas, principalmente a partir do fornecimento de adubos. A articulação dessas atividades, como também destacou Musumesci (1987: 13), pode ser explicada pelos vínculos comerciais mantidos diante da necessidade de adubação dos solos destinados à produção de hortaliças mediante utilização de esterco de galinhas.

Avaliando contrastivamente as condições de constituição na posição de agricultor, Seu César afirmou que, com as dificuldades relativas decorrentes dos baixos preços obtidos na comercialização dos produtos agrícolas, *faltava liberdade* para os agricultores se constituírem em outra posição. No entanto, o entrevistado afirmou que, tendo alcançado a

juventude, se lançava na constituição de vínculos produtivos pela valorização de benefícios trabalhistas. A juventude, nesses casos, era responsável pela diversificação das estratégias de reprodução, particularmente pela capacidade energética e da criatividade com que se lançavam mediante a ampliação do quadro de oferta de novos recursos.

Outrossim, em decorrência dos processos que incidiram sobre a organização do espaço em Vargem Grande, principalmente aqueles relacionados à apropriação mercantil da terra, inúmeros empreendimentos comerciais da rede de hotelaria e de prestação de serviços ao turista se instalaram na região. Esses empreendimentos alargaram o universo social dos agricultores que, impossibilitados quanto ao enfrentamento dos limites impostos à manutenção da condição de produtores, passaram a reconhecer as vantagens de afiliação como trabalhadores assalariados. As demandas por trabalhadores criadas para atendimento do turismo colocaram em evidência a autonomia dos pais na diversificação de projetos almejados de reprodução econômica dos filhos. A constituição dessas redes de relações gera e modifica as formas sociais que em trabalho de campo pude encontrar.

Inúmeros foram os casos de agricultores que elaboraram projetos de reprodução social e econômica para filhos pela valorização de formas de vinculação produtiva que assegurassem alguns direitos trabalhistas. O reconhecimento coletivamente compartilhado pelos agricultores dos *benefícios* adquiridos pelos filhos mediante a afiliação a outros setores produtivos permite chegar às condições diferenciadas de elaboração de projetos pelos pais.

A carteira assinada, diferentemente das relações de parceria firmadas entre proprietários e trabalhadores, como é o caso dos arrendatários e meeiros, viabilizou a constituição do produtor em condições relativamente mais favoráveis, comparativamente àquelas vivenciadas pelo trabalho na terra. Sobre processos de constituição de tipos de trabalhadores e seus sistemas de relações, O'Dwyer (1977: 53) demonstrou casos de trabalhadores em que o trabalho realizado por conta própria foi priorizado pelos produtores frente a emergência de vínculos estabelecidos pela assinatura da carteira de trabalho.

Seu César da Silva, mediante exercício de avaliação relativa à constituição na posição de trabalhador assalariado, afirmou que o trabalho na roça era muito cansativo. *Era um trabalho para um dia inteiro!*, situação avaliada contrastivamente à de trabalhador assalariado, cuja jornada diária era realizada entre as oito horas às cinco da tarde, independentemente do término do *serviço*. Por exemplo, se a demanda para o cuidado na lavoura exigisse do produtor a colheita de mais um canteiro ou a pulverização de remédio na lavoura, após o horário de trabalho estabelecido, deveria ser realizado. Como trabalhador

assalariado, contrastivamente, a demanda de trabalho não era o determinante na intensidade da utilização da mão de obra.

Dona Jéssica, tendo abandonado o vínculo como produtora para se afiliar a setores produtivos na condição de trabalhadora assalariada, mencionou em que condições pode desempenhar a função de *merendeira* escolar. O trabalho como *merendeira diarista*, condição possível pela não obtenção da pontuação necessária no concurso que prestou, foi temporário. Sem acesso à transporte e carteira assinada, os rendimentos obtidos eram poucos. Posteriormente, constituiu vínculo como *diarista* no condomínio Golfinho, condição que manteve por aproximadamente sete anos. Concomitantemente, trabalhou como faxineira e na produção de salgados que comercializava em lojas e sob encomendas. Atualmente, Dona Jéssica recebe benefício de aposentadoria, se dedica ao cuidado de netos e atividades domésticas.

No caso de Dona Zenilda, tendo constituído vínculo empregatício quando se ocupou como *diarista* em casa de famílias em outros bairros de Teresópolis, reconheceu que, durante esse período, podia contar com carteira assinada e benefícios trabalhistas: férias, 13º salário, transporte e alimentação oferecida pelo *patrão*. Nessa condição, os rendimentos adquiridos ampliaram o acesso a recursos como eletrodomésticos e bens materiais desejados pelos filhos, além de ter contribuído, na condição de autônoma, para o INSS.

Cabe destacar que o papel econômico desempenhado pelas mulheres em Vargem Grande corresponde às alternativas de inserção no mercado de trabalho assalariado e, por tal inserção, tem acesso a rendimento próprio a partir do desempenho de algumas atividades exercidas concomitantemente no ambiente familiar, como é o caso do trabalho como faxineiras, diaristas e domésticas.

O caso do grupo familiar de Seu Fabrício também investiu na diversificação de estratégias de reprodução social. O pai valorizou a constituição de vínculo no setor de construção civil, a mãe vinculou-se como *jardineira* e o irmão mais velho como carpinteiro. A valorização dessas redes foi alternativa que o pai do entrevistado pode se valer para, frente ao limite de reprodução da família imposto pelo reduzido pedaço de terra, por vezes complementado pelo arrendamento de outros trechos, assegurar condições relativamente favoráveis de subsistência. A conquista da aposentadoria pelo pai frente ao novo vínculo estabelecido, permitiu o investimento para que os filhos se constituíssem em outra posição. Como reconheceu, *meu pai queria ver os filhos trabalhando. Ele incentivava mesmo.* Lembrou ele:

Uma vez ele levou meu irmão com 12 anos para morar com uma pessoa lá fora. Meu pai contou que ficou até com pena de deixar ele lá pequenininho. Mas ele deixou meu irmão lá para ele ver e aprender fazer o ofício porque ele não queria que meu irmão tivesse a mesma vida que a dele. Como era negócio de máquina e não podia deixar a criança sozinha, essa pessoa se responsabilizou a ficar com meu irmão e a olhar ele trabalhar. Aqui comigo também foi assim. Aprendi tudo da lavoura com meu pai. (Seu Fabrício, entrevistado em junho de 2014)

Nesse caso, a elaboração de outros projetos de reprodução social exigiu a saída dos filhos da unidade familiar para se incorporarem às redes de relações de parentesco. A complexidade das formas de diferenciação dos trabalhadores em Vargem Grande, em situação de afiliação ao mercado, coloca em evidência significados pertinentes à inserção as redes de relações mediante incorporação do vínculo de assalariamento. Como tentei demonstrar, as possibilidades de constituição desses novos projetos de reprodução social estavam orientadas para o desempenho de funções domésticas, no caso das mulheres, e serviços relacionados ao trabalho agrícola, como jardineiros, caseiros, cuidadores de animais, no caso dos homens.

IV.5 Ampliação do quadro institucional e de acesso a recursos materiais

Pela valorização dos princípios norteadores das ações, dedico-me a análise das redes de relações pelos agricultores de Vargem Grande segundo as condições de possibilidade de incorporação de recursos contingenciais pela subordinação ao mercado de produtos agrícolas. A abertura relativa do campo de ação dos agentes sociais evidencia a incorporação contextual de instituições locais e a diversificação de vínculos de trabalho, como demonstrei anteriormente. Pelos princípios de afiliação que apresentaram é possível compreender a priorização, em alguns casos, da incorporação de outros recursos que não apenas a terra como fonte de reprodução.

Os entrevistados operam por suposta valorização em relação ao atual contexto, posto que eles também se encontram frente a múltiplas dificuldades para realização dos cultivos, do trabalho propriamente, sempre destacado pela penosidade, mas principalmente pelos riscos inerentes à composição do rendimento. Os agricultores se apresentavam como afiliados a quadros institucionais que davam suporte ou restringiam os projetos, revelando

assim o tecido do universo social a que se pensavam protagonistas. Quando por mim estimulados ao exercício reflexivo, elaboravam discursos sobre a situação contextual contraposta, delimitada como tempo em que viveram os pais e avós.

Pela versão apresentada por Dona Jéssica, o cartão de gratuidade de transporte concedido pela prefeitura de Teresópolis aos trabalhadores com dificuldades de locomoção possibilitou o deslocamento para além das fronteiras de Vargem Grande. O cartão foi benefício adquirido devido às dificuldades para se locomover em decorrência dos anos de trabalho dedicado às lavouras, pois as condições relativamente desfavoráveis de trabalho exigiram da produtora a intensificação da utilização da mão de obra. Os problemas desenvolvidos nas articulações impõem a entrevistada a convivência com dores diárias e, com tratamento médico insuficiente, afirmou sentir dores fortes principalmente nos períodos de inverno. Diante dessas limitações, o benefício do transporte gratuito viabilizava o deslocamento até o centro de Teresópolis não apenas para realização de tratamento médico, como também o acompanhamento do neto à escola.

Pelo exercício de avaliação das condições de acesso a recursos, Dona Josefa, produtora separada que gere sozinha as lavouras de hortaliças, reconheceu que as dificuldades relativas que enfrentou para se manter na posição de produtora estão relacionadas ao não reconhecimento das mulheres como capacitadas ao domínio de saberes sobre o processo produtivo. Como mencionou, o acesso ao crédito só foi possível pelas redes de relações anteriormente constituídas pelo pai. Destacou que em algumas situações, os produtos só eram comercializados pelo reconhecimento por parte do lojista como filha de Seu Luiz Mendes.

A valorização do crédito interpessoal corresponde à não integração a redes de endividamento pelo pagamento de juros e taxas bancárias. No entanto, é condição que possibilita ao produtor a acumulação de rendimento e constituição de poupança pelas *boas colheitas* realizadas. Pela poupança, os produtores tinham acesso a automóveis utilizados no transporte de hortaliças *por conta própria*.

As condições relativas de acesso ao crédito pelos produtores não atendem a demanda de recursos que precisam para enfrentar, em condições de igualdade, a concorrência pelas redes de comercialização da produção. Em alguns casos, o crédito fornecido pelo Pronaf impõe ao produtor o pagamento de juros altos e que, em muitos casos, inviabiliza a continuidade da atividade agrícola. Um dos produtores mencionou que a quantia de 20 mil reais destinada pelo Programa aos produtores *não ajuda em nada*, considerando que um

caminhão (recurso fundamental a autonomia da comercialização da produção agrícola pelos produtores de Vargem Grande) oferece um custo que ultrapassa os 100 mil reais. O endividamento pela aquisição de financiamento em quantia insuficiente para provocar a alteração no sistema de posição ocupado pelo produtor é reconhecido por ele como um *risco desnecessário*. Devido aos altos juros e à oscilação no sistema de preços dos produtos, os produtores são constrangidos e, em muitos casos, abandonam o compromisso firmado com o banco para pagamento das dívidas. *Com o nome sujo na praça, muitos agricultores não conseguem comprar nem as mudas para tocar as lavouras e desistem*, afirmou.

Gostaria ainda de chamar atenção para os princípios de afiliação que pude compreender pelas versões que os interlocutores mencionaram, ao refletirem sobre as condições de acesso à escola. No caso de Dona Josefa Mendes, como reconheceu, o acesso à escola foi limitado. Tendo estudado até o segundo ano do ensino fundamental, afirmou ter enfrentado dificuldades para frequentar a escola municipal de Vargem Grande porque ajudava aos pais no trabalho nas lavouras, reconhecido como uma prioridade. Avaliando contrastivamente as condições em que os filhos e netos puderam estudar, chama atenção para o apoio que dava para que, ao chegarem da escola, pudessem realizar as tarefas escolares. A entrevistada se reconhece como alguém que sabe valorizar o conhecimento que aprendeu na escola, mas que não teve incentivo para continuar. Quanto aos filhos, mesmo incentivando e apoiando, afirma que *não tem o gosto pelo estudo*, segundo ela, condição fundamental para se manter na escola. Fernando, filho mais velho, abandonou a escola e investiu no trabalho em lavoura própria; Luciana também não deu continuidade ao estudo e atualmente constituiu vínculo como empregada doméstica em casa de família em Teresópolis. Apenas o filho caçula, Tiago, tendo concluído o ensino médio, investiu em formação profissionalizante e atualmente, é aluno do curso de administração na Universidade Norte do Paraná (Unopar) em Teresópolis. A opção pela carreira não corresponde ao projeto que o filho desejou para si como engenheiro agrônomo. Mas frente às dificuldades relativas de obtenção de recursos financeiros para pagamento das elevadas prestações da mensalidade que o curso de engenharia exige, optou pela carreira de administrador. As parcelas são pagas por Tiago que, constituindo vínculo como técnico agrícola em loja de suprimentos do bairro, é beneficiado com salário mensal e carteira assinada. A trajetória percorrida pelo filho caçula é motivo de orgulho para Dona Josefa que, na posição de produtora, conseguiu formar um dos filhos. Segundo ela, Tiago ajudava no

trabalho da lavoura até o horário do almoço e depois seguia para a escola. No período em que estava estudando, ela assumia o trabalho para o filho.

Recurso fundamental à mudança de posição dos interlocutores é o acesso a escola. Como mencionou um dos produtores, *para quem não estudou, é mais difícil conseguir um novo trabalho*. Em Vargem Grande, a oferta de escola pelo quadro municipal e estadual se mantém desde a década de 1950, aproximadamente. No entanto, a possibilidade de permanência dos filhos era relativamente secundarizada em decorrência das demandas de trabalho nas lavouras. Seu Fabrício e sua esposa, reconhecendo-se como produtores em idade a partir da qual a mudança de posição é inviabilizada, afirmam que *a lavoura é atividade dos mais antigos*. Contudo, reconhecem que, se tivessem estudado, agora, tendo alcançado a *velhice e não tendo forças para tocar sozinhos a lavoura*, poderiam se vincular como trabalhadores assalariados em hotéis e condomínios da região.

Considerando as condições de acesso a escola pelos membros da família Campos, pelo que mencionou Seu Fabrício, estas não foram muito diferentes. Ele e seus irmãos, sem poder contar com o incentivo dos pais, estudaram até o quinto ano do ensino fundamental. Waldomiro, irmão mais velho do entrevistado, concluiu o ensino médio à noite, após ter constituído vínculo matrimonial e já contando com os três filhos. O incentivo para a continuidade do projeto de escolarização recebeu da esposa, segundo apontou o entrevistado. Ela formou-se em direito logo após o casamento em faculdade particular em Teresópolis. As mensalidades foram pagas com recurso próprio, já que havia constituído vínculo como funcionária pública em uma das sedes do Ministério da Fazenda. Seu Fabrício Campos afirmou que a continuidade dos estudos que o irmão pode seguir correspondeu a necessidade de se constituir numa posição relativamente mais favorável em relação a esposa e filhos. *Um trabalhador da Cobal não poderia andar ao lado de uma advogada*, afirmou. Os filhos do casal, sobrinhos do entrevistado, após concluírem o ensino médio, investiram no ensino superior. Fernando, irmão do entrevistado, permanece na posição de produtor, trabalhando nas lavouras de hortaliças em pedaço de terra cedido pelo pai. Segundo apontou Seu Fabrício, o irmão *sempre trabalhou na terra*.

No caso de Dona Zenilda, sua esposa, tendo recebido incentivo dos pais, ela e os irmãos estudaram até o nono ano do ensino fundamental. No caso dos irmãos, ambos constituíram vínculo assalariado em instituições do bairro. O mais velho trabalha como auxiliar de pedreiro em uma construtora em Vargem Grande; o mais novo trabalha como jardineiro em hotéis e condomínios na região. Como afirmou a entrevistada, a projeção de

constituição em outra posição, relativamente ao trabalho nas lavouras, pelos irmãos correspondeu ao acompanhamento das dificuldades enfrentadas pelos pais e avós, que se constituíram como trabalhadores da lavoura. Segundo reconheceu, *o negócio é estudar para fazer outra função, porque lavoura está ficando cada vez mais difícil*. Os filhos do casal, incentivados pelos pais, lançaram-se na constituição de outras redes para vinculação produtiva. O mais velho, já contando com ensino médio completo, constituiu vínculo empregatício como vendedor em loja no Centro de Teresópolis; o mais novo, prossegue na escola municipal como aluno do sexto ano do ensino fundamental. Como reconheceu Dona Zenilda, *não queria forçar muito para que ele não ficasse cansado para ir para o colégio*.

O exercício comparativo que realizam contrastivamente ao tempo dos filhos chama atenção para os benefícios assegurados por projetos governamentais que viabilizam a frequência e a permanência dos filhos na escola. No caso da entrevistada, reconhece ela que ter estudado até o sétimo ano foi uma *mordomia* que recebeu dos pais; já Seu Fabrício afirmou que a distância das casas em relação à escola era um dos principais fatores que atuavam negativamente na permanência dos alunos. Nesse período, a escola era ofertada em horário noturno e as famílias não tinham condições de pagar o transporte. Os filhos seguiam muitas vezes à pé. Também eram recorrentes os casos de interrupção do vínculo com a escola pelas dificuldades com a alimentação.

Atualmente, diversos produtores identificaram os inúmeros benefícios que até o final do ensino médio o aluno recebe do governo para concluir esta etapa da formação escolar: auxílio transporte, uniforme escolar e tênis, livros. O acesso à internet também é facultado pelas salas de informática com computadores. A possibilidade de acesso a esses recursos não é garantia da permanência dos filhos na escola, advertiram os entrevistados. Nesses casos, é preciso que os pais *não deixem os filhos à toa*. Guilherme, filho mais velho do casal Seu Fabrício e Dona Zenilda, constituiu vínculo produtivo após a conclusão do ensino médio, como chamaram atenção, mas permanece cursando o ensino técnico de gestão empresarial. Frente ao alargamento das possibilidades de acesso a recursos diversos, mencionou o produtor: *a juventude já não quer mais a lavoura e mesmo que a lavoura acabe, eles têm que procurar o que é bom para eles*.

No caso de Seu Cristóvão Gomes, produtor integrado a outro grupo familiar, refletindo sobre as condições de constituição na posição de produtor, chamou atenção para as condições em que pode respeitar o desejo dos filhos. Pela avaliação contrastiva que realizou considerando o tempo em que pode estudar, o entrevistado afirmou que os filhos

estudaram com o incentivo principalmente da mãe. Além disso não demonstravam o *gosto* pelo serviço na lavoura. Diferentemente dos demais entrevistados, o produtor mencionou que *estudou pouco porque não quis continuar*. As condições de possibilidade de acesso à escola eram relativamente favoráveis pois, como reconheceu, recebeu incentivo dos pais. Afirmou que os irmãos mais velhos concluíram o ensino médio e ele estudou até o sexto ano porque *sempre desejou trabalhar e ter o próprio dinheiro* reconhecendo, entretanto, que para chegar a escola era necessária uma caminhada de mais de meia hora, já que não havia transporte disponível em Vargem Grande. Segundo ele, o pai, podendo contar com a ajuda de trabalhadores *meeiros* para realizar o trabalho na lavoura *não fazia questão que os filhos saíssem para estudar*.

Refletindo sobre as condições de constituição na posição de produtor, outro entrevistado mencionou a distância entre o saber escolarizado e o saber prático utilizado no manejo da terra e trabalho nas lavouras: *na escola não se ensinava nada para lavoura. O pessoal da lavoura saía para trabalhar como jardineiro ou para trabalhar de caseiro*, afirmou. Nesse período, a oferta de instituições que possibilitassem a afiliação desses trabalhadores era relativamente limitada. Por tal limite, a mudança de posição pela afiliação a essas redes locais não assegurava o acesso a recursos, como exemplificou o produtor aposentado.

Comparativamente às condições de acesso a recursos pelos filhos, os interlocutores sinalizaram que muitos jovens se encontram em posição privilegiada comparativamente aos pais, já que muitos produtores querem sair da lavoura hoje e não conseguem em decorrência das exigências do conhecimento escolarizado. As dificuldades relativas de afiliação a redes de relações para constituição de vínculos produtivos em melhores condições comparativamente aquelas da lavoura são maiores para os casos de jovens que abandonaram a escola. Como afirmou o entrevistado, *lavoura é serviço forçado, trabalha muito e ninguém mais quer. Só permanece mesmo que não tem outra alternativa, quem não estudou*.

O entrevistado apontou que o filho mais velho, Henrique, inicialmente investiu na produção de mudas de hortaliças em hidroponia. Devido ao acúmulo de perdas consecutivas, abandonou o projeto e constituiu vínculo como assalariado no hotel Le Canton por cerca de dois anos. Atualmente, comprou um carro e vinculou-se como prestador de serviços em empresa de transporte municipal. Por esta condição, *é terceirizado e não recebe os direitos trabalhistas porque não tem a carteira de trabalho assinada pelo patrão*, advertiu o entrevistado.

Por outro lado, adotando posicionamento relativamente contrastivo aos investimentos realizados pelos demais produtores para constituição de vínculos produtivos distanciados do trabalho que realizam nas lavouras, Seu João dos Santos afirmou que o estudo não assegura a constituição do trabalhador em condições relativamente mais favoráveis. Exemplificou o entrevistado com inúmeros casos de ex-produtores que se afiliaram a outras redes produtivas e que atualmente recebem um salário mínimo ou dois, recurso que avalia como insuficiente para assegurar a reprodução da família: *no meu caso, família grande, um salário não dá.*

No caso desse entrevistado, reconhecendo-se como *bem sucedido* na condição de produtor, mencionou que o trabalho na lavoura lhe permite atender às necessidades do grupo familiar em melhores condições relativamente a outras ocupações. Afirmou: *a lavoura é a melhor coisa a fazer em Vargem Grande.* Segundo ele, os baixos salários recebidos pelos familiares que constituíram outras redes de afiliação profissional, como o caso de uma prima, técnica em enfermagem, que recebe baixo salário pelo desempenho de uma jornada fixa de trabalho. Desqualificando outros projetos elaborados pela incorporação do saber escolarizado, o produtor aponta em que condições pode se reconhecer nessa condição: *tenho casa própria e tenho carro.*

No entanto, outro entrevistado chama atenção para o fato de que a permanência dos filhos na escola deixou de ser uma alternativa para ser uma obrigação. O conhecimento da obrigatoriedade do encaminhamento dos filhos para a constituição de vínculos escolares é regulamentado por instrumentos legais. Em alguns deles, como no caso do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao proibirem a realização de trabalho pelos filhos e punirem os pais que assim não procedem, não há outra alternativa senão a matrícula dos filhos na escola.

A interferência de ações públicas na organização da vida familiar, principalmente na gestão da mão de obra de filhos, constrange os produtores pela imposição de limites à contratação de trabalhadores assalariados. A perda da autonomia relativa dos pais, comparativamente ao tempo da infância, é condição que Seu Leandro reconheceu como orientadora dos projetos que os pais elaboram para os filhos. Assim, sem outra alternativa, afirma que incentiva os filhos a estudarem, mas o *gosto* pela escola não corresponde aos investimentos que realiza. Segundo ele, mesmo com as vantagens oferecidas pelo governo através dos programas de transporte, uniforme e merenda escolar, muitos abandonam a escola para se vincularem como trabalhadores em empresas do bairro logo após terminarem o ensino fundamental.

Outro recurso que tem influenciado no modo de organização da força de trabalho dos moradores de Vargem Grande é a conquista da aposentadoria pelos idosos. Considerando os casos de produtores mais velhos, muitos produtores chamaram atenção para a insuficiência dos recursos assim adquiridos para atendimento das necessidades familiares de consumo. Considerando o percurso familiar do grupo de Seu Fabrício, o pai aposentado, com o recebimento da aposentadoria, foi levando as lavouras de hortaliças até o limite da força física, com a ajuda da mãe. Tendo adquirido de residência própria, bem que, segundo ele, pelo pagamento de aluguel, consome a maior parte dos recursos financeiros das unidades familiares que conhece, as despesas são menores e, portanto, podem ser atendidas pela aposentadoria e pela lavoura menor que investiram.

No caso da Dona Josefa, a entrevistada reconhece que as dificuldades para se manter na condição de produtora correspondem a impossibilidade de, sozinha, *tocar as lavouras*. Pelo que apresentou Dona Josefa, o alargamento das possibilidades de constituição de vínculos produtivos pelos filhos pela incorporação e valorização de outros recursos como fonte de rendimento tem feito com que a mão de obra para trabalhar nas lavouras seja cada vez mais escassa.

CAPÍTULO V - INTERCONEXÕES INSTITUCIONAIS E DIVERSIFICAÇÃO DE VÍNCULOS DE TRABALHO

Por exercício de interpretação de processos sociais de constituição de redes de configuração de universos de ação entre os hortigranjeiros e seus familiares, valorizo formas diferenciadas com que incorporaram recursos institucionais para constituição de vínculos de trabalho. O exercício destaca as condições situacionais de elaboração de projetos de reprodução social familiar e da coletividade em jogo. Adotando a abordagem contextualizada das práticas produtivas desses agentes sociais, venho trazendo à tona sistema de posições que derivam de condições diferenciadas de acesso a recursos institucionais.

A adoção dessa perspectiva analítica, como venho insistindo, permite o entendimento das múltiplas dimensões da vida social, evidenciando que, dentre as diversas formas de constituição de vínculos produtivos valorizados pelos produtores, a agricultura não se apresenta como alternativa única e até mesmo prioritária de reprodução.

Ao valorizar as práticas de agricultores em sistema de posições sociais, alternativas diferenciadas de acesso a recursos institucionais, muitos dos quais disponibilizados a partir da expansão de universos sociais, espero demonstrar as opções adotadas por muitos deles para constituição como trabalhadores assalariados, nesse caso operando por interconexões de setores econômicos diversos e incorporação de recursos institucionais que deles exigem deslocamentos físicos e sociais.

Os princípios norteadores dessas formas de afiliação são em grande parte justificadas pela relativa autonomia dos jovens na elaboração de projetos produtivos. A capacidade projetiva desses agentes se fundamenta na dotação de alternativas de pertencimento ao sistema escolar (público e privado); ou ainda pela demanda gerada pelo aumento do número de empresas e do quadro de instituições públicas, comerciais e de prestação de serviços. A ampliação no quadro de oferta desses recursos tem estimulado a elaboração de princípios de interpretação da vida social segundo outras condições de projeção de destinos sociais e percursos socioprofissionais.

A capacidade projetiva de jovens na elaboração de estratégias diferenciadas de reprodução e os investimentos por eles realizados no sentido da ampliação do nível de instrução configuram o bairro de Vargem Grande como um centro de deslocamento de jovens que buscam ingressar em cursos oferecidos por instituições de ensino superior. As

possibilidades de ampliação do espaço social pelos jovens se coadunam assim à ampliação das redes de relações que eles estabelecem entre si, mas como também por negociação contrastivas com membros de outras gerações. Nessa perspectiva, os jovens são agentes fundamentais na colocação em prática de processo de reestruturação e de recomposição de percursos sociais em contextos de interconexões de quadros mais amplos de relações institucionais.

Em diversos casos pude compreender que os jovens se lançam em setores do mercado profissional e os vínculos então constituídos não se coadunam diretamente à conquista vínculos formais de assalariamento.

Diante dessas reflexões, destaco alguns dos atributos sociais propiciadores dos projetos de reprodução profissional pelos jovens de Vargem Grande.

V.1 Atributos sociais de jovens de Vargem Grande

As formas diferenciadas de ocupação em setores produtivos que emergiram no mercado de trabalho valorado pelos jovens são expressão do investimento na ampliação do nível de instrução. A compreensão desse princípio foi possível pela análise das narrativas que me apresentaram, como: *a lavoura é coisa do passado*; ou *antigamente não tinha incentivo para estudar*. Essas versões conduziram minha atenção para as situações contextuais de constituição e de valorização de novos vínculos produtivos. Ao ressaltarem o esforço com que o trabalho nas lavouras era realizado, indicavam outras formas de inserção produtiva que valorizavam para si.

O processo de valorização mercantil da terra, iniciado aproximadamente a partir da década de 1980, com a construção de instalações destinadas ao turismo (como abordado no capítulo anterior), favoreceu a criação de alternativas situacionais de afiliação produtiva. As mudanças identificadas pelos interlocutores eram evidenciadas recorrentemente, como, por exemplo: *antes, aqui era tudo lavoura. Isso aqui mudou muito. Agora tem hotel, condomínio, aqui tem tudo!*

Esse contexto de mudança na utilização do espaço é decorrente da proximidade de Vargem Grande com o centro de Teresópolis e com outras regiões metropolitanas, como Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Niterói, o que estimulou inúmeros processos de modificação

socioespacial no município. A confluência de investimentos diversos, tanto para atendimento às demandas de consumo de turistas e veranistas, quanto aquelas inerentes à oferta de infraestrutura e de prestação de serviços públicos, recorrentemente associados aos setores urbanos, contribuiu para a compreensão contextual dos princípios norteadores das ações de jovens que se afiliaram a essas redes de relações.

Para realizar este exercício analítico, destaco versões apresentadas por grupos familiares em ciclos diversos de desenvolvimento. No que tange aos membros do grupo familiar de Seu Max da Silva⁴⁰, família por mim adotada como norteadora da análise, em correspondência aos familiares da quarta geração, incorporo o caso de Miguel, 41 anos, filho mais velho de Seu Tárzis. Trabalhou na lavoura do pai desde a infância até aproximadamente o ano de 2013 quando, pela constituição de vínculo matrimonial, fixou residência na cidade de Teresópolis e se afastou do *trabalho na roça*. Afiliou-se como motorista de caminhão em loja de material de construção. Sua esposa, Daniele, viúva do casamento anterior, herdou casa nesta localidade e mantém vínculo como doméstica em residência familiar. O casal não possui filhos.

A outra filha do casal Seu Tárzis e Dona Clícia, Luciana, 32 anos, concluiu o ensino médio e atualmente trabalha como auxiliar de serviços gerais na escola municipal de Vargem Grande e, nos dias de folga, complementa o rendimento familiar mensal trabalhando como diarista em casa de moradores de condomínio residencial do bairro. Casada com Luiz, motorista, fixou residência em casa construída pelo pai mas em terreno próprio. O casal não possui filhos.

Ainda em relação aos descendentes da quarta geração da família Silva, considerando o grupo familiar de Seu Anderson, o filho mais velho, Ruan, tinha 41 anos quando faleceu em 2012. Segundo informou Seu Anderson e Dona Flávia, o filho trabalhava na lavoura com eles e, nos últimos anos, havia investido na construção de estufa de hidroponia. Casado, teve duas filhas: Larissa, de 15 anos, estudante do 9º ano do ensino fundamental; Mariana, de 8 anos, estudante do 3º ano do fundamental. Claudinéia, 40 anos, viúva, trabalha em casa de família como empregada doméstica. Atualmente reside em casa alugada em terreno próximo de Seu Anderson.

Outra filha do casal, Marcele, 41 anos, iniciou sua atividade produtiva na lavoura dos pais. Desde 2014, havia constituído vínculo como doméstica em casa de empresários no

⁴⁰ Ver Figura 2 apresentada no capítulo III.

Centro de Teresópolis. Seu esposo, Henrique, 45 anos, iniciou trabalhando como produtor com os pais e, posteriormente, com o sogro. Desde 2010 trabalha no Le Canton como auxiliar de serviços gerais. O casal reside em casa construída no terreno de Seu Anderson.

Em relação ao filho caçula do grupo familiar de Seu Anderson, Jorge, 34 anos, estudou até o 5º ano e, ainda jovem, ajudando o pai na comercialização da mercadoria, sofreu um acidente de caminhão, situação em que ficou cego de uma das vistas. A outra, também danificada pelo acidente, foi perdida devido à falta de tratamento adequado de saúde. Desde 2010, Jorge recebe benefício do governo como deficiente visual e se mantém na casa dos pais. Como iniciou sua infância ajudando os pais nas lavouras de *molharias*, a ajuda se concentra na preparação dos *molhos* de *folhas* para encaminhamento ao mercado. (Figura 26)

Figura 26 - Preparação das *molharias* de coentro para comercialização, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 2014



Foto de Priscila Tavares dos Santos. Junho de 2014.

Em relação aos descendentes de Seu César da Silva, a filha mais velha, Manoela, 37 anos, é enfermeira. Tendo rompido o vínculo matrimonial pelo qual teve um filho, Guilherme, 8 anos, constituiu vínculo de união estável com Pedro, 35 anos, operário da marmoraria. O novo casal reside na casa que o antigo casal construiu no terreno cedido por Seu César.

Augusto, filho caçula de Seu César e Dona Jéssica, 32 anos, motorista, pelo primeiro casamento teve um filho, Júlio, 4 anos. Mantém vínculo de união estável com Juliane, 29

anos, com quem teve um menino, Pedro, 1 ano de idade. A casa construída no terreno do pai permaneceu como espaço de residência da primeira esposa e o filho. Ele e Juliane residem em casa alugada próxima à residência dos pais.

Ainda no que corresponde aos membros da família Silva, Seu João Paulo, pelo vínculo matrimonial, teve dois filhos com Dona Michelle. O mais velho deles, Alexandre, 34 anos, estudou até o 7º ano do ensino fundamental. Iniciou a vida produtiva ajudando o pai, no trato com as lavouras, mas posteriormente constituiu vínculo empregatício como motorista de caminhão em empresa de comercialização de mercadorias para A Ceasa-RJ. Foi casado por 9 anos e, pelo casamento, teve um menino, Carlos, de 8 anos, estudante do terceiro ano do ensino fundamental.

O filho caçula de Seu João Paulo, Bruno, 27 anos, não demonstrando interesse pela lavoura, investiu na ampliação do nível de instrução ao se afiliar como aluno em universidade pública no Rio de Janeiro. É solteiro e atualmente reside nesta cidade.

Considerando os percursos sociais de jovens de outros grupos domésticos, apresento o caso da família Campos.⁴¹ O filho mais velho de Seu Fabrício e Dona Claudeci, Guilherme, 21 anos, é estudante do curso profissionalizante em gestão empresarial. O filho caçula, Bruno, 13 anos, é estudante do ensino fundamental. Nenhum de seus filhos se interessou pelo trabalho na lavoura de *hortaliças*. Ambos solteiros, residem com os pais em Vargem Grande.

Em relação aos jovens que integram o grupo familiar de Seu Cristóvão Gomes⁴², Henrique, filho mais velho, 25 anos, ajudou o pai com as lavouras de *hortaliças*, saindo para trabalhar em condição de maior autonomia na produção de mudas hidropônicas. Mais recentemente, constituiu vínculo produtivo como motorista de van em empresa de transporte de passageiros em Teresópolis.

O filho caçula do casal Seu Cristóvão e Dona Fátima, Juliano, 23 anos, mantém-se ajudando aos pais na floricultura. Também investiu numa loja de instalação de câmeras de segurança em Vargem Grande. O conhecimento foi adquirido pela continuidade dos investimentos no sentido da ampliação do nível de instrução, pela priorização de curso técnico em informática. Ambos os filhos são solteiros e residem com os pais.

⁴¹ Ver Figura 14 apresentada no capítulo IV.

⁴² Ver Figura 11 apresentada no capítulo IV.

No caso do grupo familiar Chimisu⁴³, dos quatro filhos de Seu Kasuo, Gaspar, 40 anos, casado, reside em casa construída no mesmo terreno do pai. Inicialmente, trabalhava na comercialização da produção das lavouras que ele e o pai tocavam em sistema de parceria com um dos irmãos de Seu Kasuo. No caso de Gaspar, o deslocamento até o Ceasa-RJ foi inviabilizado há cerca de 6 anos porque, tendo constituído família conjugal, teve um filho deficiente físico (cadeirante), o que passou a exigir sua presença constante em casa em atendimento às necessidades de cuidados de saúde do filho e para que a esposa, formada em pedagogia, também pudesse trabalhar como professora na escola primária da rede particular no Centro da cidade. O outro filho desse casal tem 2 anos de idade. Atualmente segue cuidando das lavouras do pai.

A filha mais velha, Dilma, 38 anos, professora do ensino fundamental pré-escolar, é casada e seu marido trabalha como jornalista. O casal teve dois filhos: um menino de 5 anos e uma menina de 3 anos. Ela e o esposo residem na casa em que a mãe, quando viva, morava com seu pai.

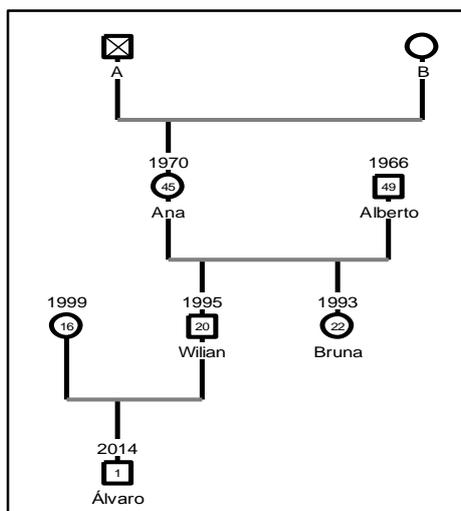
A outra filha de Seu Kasuo, Arlete, 37 anos, também casada, mora no terreno que o marido herdou dos pais em Venda Nova. Seguiu a formação da irmã mais velha e trabalha em escola da rede privada em Teresópolis. Seu esposo trabalha como jornalista em banca de jornal no centro de Teresópolis, adquirida em parceria com o cunhado de sua esposa. O casal tem um filho de 8 anos, estudante do segundo ano do ensino fundamental.

O filho mais novo, Geraldo, 35 anos, após terminar o ensino médio em Teresópolis, foi para a universidade pública no Rio de Janeiro onde, orientado pela escolha de um dos irmãos de Seu Kasuo, seu tio, e também por sua namorada, ingressou como aluno no curso superior de agronomia em universidade pública no Rio de Janeiro. Dando continuidade à formação profissional, veio a prestar concurso para a Embrapa e até hoje exerce a profissão como agrônomo. Reside no estado do Pará, onde casou e tem um casal de filhos: a mais velha com 5 anos, estudante do ensino pré-escolar e o caçula com 3. Sua esposa é advogada e trabalha em escritório de rede jurídica particular.

Também para compor esse campo analítico, incorporo os membros do grupo familiar do casal Seu Alberto Silveira, 49 anos, atravessador e Dona Ana, 45 anos, diarista, os quais são apresentados na figura a seguir. (Figura 27)

⁴³ Ver Figura 3 apresentada capítulo III.

Figura 27 - Composição geracional dos membros da família Silveira

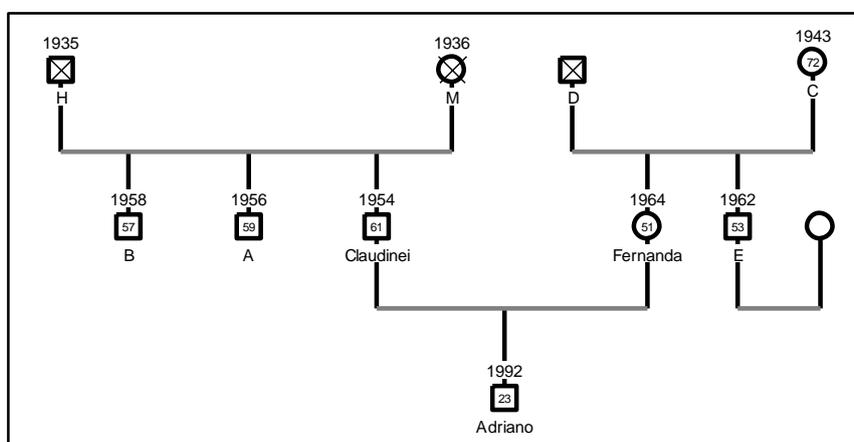


Fonte: Dados elaborados pela autora.

O casal teve dois filhos: Bruna, 22 anos, solteira, reside com os pais, é estudante do curso de fisioterapia em faculdade particular de Teresópolis; Wilian, 20 anos, trabalha com o pai no serviço de comercialização e recebe um salário mínimo por tal tarefa. Tendo constituído vínculo de união estável, sua companheira tem 16 anos, é estudante do ensino médio. O casal reside em Vargem Grande em casa própria, comprada pela esposa por financiamento, mediante recurso financeiro doado por seu pai, comerciante desse bairro. O jovem casal tem um filho recém-nascido, Álvaro.

A composição do grupo familiar de Seu Claudinei Vieira, 60 anos, produtor, estudou até a 3ª série, e Dona Fernanda, 51 anos, professora aposentada, é apresentado na Figura 28.

Figura 28 - Composição geracional dos membros da família Vieira



Fonte: Dados elaborados pela autora.

Seu Claudinei, atualmente se especializou na produção de mudas de hidroponia e na lavoura de hortelã. O único filho do casal, Adriano, 22 anos, é estudante do curso de educação física em faculdade privada em Teresópolis. Com a ajuda financeira que recebeu dos pais, Adriano investiu na construção de uma estufa e tem se dedicado à produção de mudas hidropônicas de hortaliças. O terreno utilizado na instalação da estufa foi obtido mediante pagamento de aluguel ao avô paterno.

Tendo apresentado esses atributos sociais constitutivos dos agentes sociais, eleitos porque orientaram suas ações por interconexões institucionais e diversificação de vínculos de trabalho, dedico-me, a seguir, à caracterização de algumas das possibilidades institucionais de afiliação de jovens como trabalhadores em Teresópolis e no bairro de Vargem Grande.

V.2 Caracterização das atividades produtivas de Vargem Grande

Para dar conta da análise das condições de diversificação de vínculos produtivos assumidos pelos interlocutores, considero necessária a caracterização das atividades econômicas em Vargem Grande, para assim distinguir as afiliações dos jovens ao mercado de trabalho e as ocupações que valorizam como projetos de reprodução social. Apresento então o quadro de alternativas de pertencimento ao mercado de trabalho assalariado na cidade de Teresópolis e no bairro de Vargem Grande. Contrastivamente às condições de acesso a recursos já demonstradas nos capítulos III e IV, neste destaco as formas diversificadas de reconhecimento de oportunidades, investimentos sociais que configuram o campo de ação aqui analisado.

A compreensão das alternativas de pertencimento ao sistema escolar em Vargem Grande só foi possível porque, frente à relativa ausência de dados qualitativos, vali-me de dados estatísticos, alguns deles disponibilizados pelo IBGE (2005) e outros divulgados por órgãos de sistematização de informações quantitativas.

De acordo com dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE (2010), no que tange à população residente em Teresópolis, há uma equivalência entre a proporção de homens e mulheres, considerando-se tanto o chamado quadro rural e quanto o quadro suburbano. No entanto, há uma notória inversão em relação à concentração da população

nos centros urbanos: 69.442 homens e 76.765 mulheres, em contraposição a uma menor presença nas chamadas áreas rurais: 8.833 homens e 8.706 mulheres, do total de 163.746 habitantes em 2010 (o que corresponde a 20,32% da população total na Região Serrana) (IBGE, 2010)

Dados de 2014 apontaram para uma população aproximada de 171.482 mil habitantes. Considerando-se a distribuição dos indivíduos por faixa etária, pode-se observar que a maioria está situada na faixa entre 30 e 49 anos (48.301 habitantes), também correspondente ao universo social economicamente ativo; e com mais de 50 anos (39.603 habitantes), faixa etária que abarca inclusive os trabalhadores aposentados ou alguns prestes a alcançar essa condição. A população é de mulheres alcança 85.471 e a de homens, 78.275 habitantes.

Levando em conta as condições de possibilidades de constituição de novos vínculos produtivos pelos jovens tendo em vista a valorização da formação escolarizada, incorporo os dados apresentados sobre o universo escolar. Quanto ao nível de ensino básico e fundamental, o número de instituições de ensino estava assim distribuído: 171 se dedicavam ao nível pré-escolar, 100 ao ensino fundamental e 15 ao ensino médio (cf. IBGE em 2005).

O número total de 37.351 matrículas estava assim distribuído quanto aos níveis de escolaridade: 27.400 no ensino fundamental; 7.130 no ensino médio; e 2.821 no ensino pré-escolar. O ensino superior abarcava 3.649 alunos matriculados. (Tabela 21)

Tabela 21 - Número de instituições de ensino público e privado por nível de escolaridade, Teresópolis (2005)

Sistema de ensino	Número de escolas por nível de escolaridade		
	Pré-escola	Fundamental	Médio
Público			
Municipal	34	73	0
Estadual	0	10	8
Privado	19	17	7
Total	53	100	15

Fonte: IBGE (2005). Dados elaborados pela autora.

A análise dos dados chama atenção para o predomínio de instituições públicas de ensino relativamente às escolas particulares. Considerando as especificidades no que tangem ao atendimento de demandas pela rede estadual e municipal, é possível notar a relevância do papel do Estado na oferta de escolas em Teresópolis. Ao município cabe a oferta de instituições de ensino pré-escolar. No entanto, algumas escolas de ensino fundamental são

mantidas pela Prefeitura. O sistema de ensino privado é predominantemente voltado ao ensino pré-escolar e fundamental.

A organização do sistema escolar é regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Segundo essa norma, cabe ao Estado “assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio”, (conforme art. 10, parágrafo VI). Ao município se atribui a responsabilidade de oferecer educação infantil e prioritariamente o ensino fundamental. (cf. art. 11, parágrafo V) A adequação da gestão do sistema educacional ao atendimento a esta norma jurídica está em fase de implementação até que as escolas sejam geridas conforme estabelecido na lei.

No ano de 2009, o quadro institucional de ensino era composto por 104 escolas de ensino fundamental, 69 de ensino pré-escolar e 14 de ensino médio, compondo um total de 187 instituições das redes pública e privada de ensino, conforme a Tabela 22.

Tabela 22 - Número de instituições de ensino público e privado por nível de escolaridade, Teresópolis (2009)

Sistema de ensino	Número de escolas por nível de escolaridade		
	Pré-escola	Fundamental	Médio
Público			
Municipal	40	72	0
Estadual	0	10	8
Privado	29	22	6
Total	69	104	14

Fonte: IBGE (2009). Dados elaborados pela autora.

Os dados apresentados permitem visualizar o papel desempenhado por cada sistema de ensino na manutenção do sistema escolar em Teresópolis. A oferta de escolas de nível médio é relativamente menor no município, sendo equilibrada sua oferta entre os sistemas estadual e privado de ensino. A predominância de instituições municipais, tanto em relação ao nível pré-escolar quanto fundamental, coloca em evidência formas de negociação entre o Estado e a Prefeitura na viabilização do acesso às redes de ensino no município.

A análise comparativa desses dados aponta para o aumento na oferta de instituições de ensino privadas para os níveis pré-escolar e fundamental e uma redução no número de unidades de ensino médio. O Estado manteve o número de escolas dedicadas ao atendimento das necessidades desse nível de escolarização.

Para compreender o universo social que se afiliou ao sistema escolar no município, incorporo dados do IBGE (2010). Do total de total de 163.746 pessoas residentes no

município, 47.345 delas frequentavam creche ou escola. A distribuição da população residente por faixa etária pode ser visualizada na tabela seguinte. (Tabela 23)

Tabela 23 - População residente por faixa etária, Teresópolis (2010)

Faixa etária	População residente
0 a 3 anos	2.204
4 a 6 anos	7.028
7 a 9 anos	7.272
10 a 14 anos	13.799
15 a 17 anos	9.248
18 a 19 anos	2.240
20 a 24 anos	3.406
25 a 29 anos	1.769
30 a 39 anos	1.896
40 a 49 anos	1.491
50 a 59 anos	685
60 ou mais	752
Total	47.345

Fonte: IBGE (2009). Dados organizados pela autora.

Aproximadamente 40.000 pessoas em idade escolar se mantêm integradas a uma dessas redes de ensino no município. O número de residentes que não frequentou a escola era de 15.178, equivalente a 32% da população de Teresópolis. Desse total, 7.434 em idade acima dos 30 anos. Segundo esses dados, parte dos alunos fora do período considerado adequado ao ensino regular (do ensino médio e fundamental) se afiliou ao curso noturno, pela oferta da modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA). No ensino fundamental, esse quantitativo correspondia a 1.421 pessoas; e, no ensino médio, 1.153. Comparativamente aos dados estatísticos apresentados para o ano de 2005, houve um acréscimo de aproximadamente 10.000 novas matrículas, o que chama atenção para o número crescente de moradores que investiram em ampliar o nível de escolarização.

Para compreender as condições em que homens e mulheres jovens podiam se integrar ao ensino escolar, dados do IBGE (2010) apontam que, a partir dos 10 anos de idade, do total de 33.046 pessoas que frequentavam a escola, 15.959 eram homens e 17.087 mulheres. Em relação ao quantitativo de moradores que não frequentavam a escola (108.900 moradores), 51.316 eram homens e 57.584 eram mulheres. Esses dados quantitativos apontam para um maior número de mulheres que permaneceram na escola após o ingresso relativamente tardio (após os 10 anos de idade). No caso dos homens, um quantitativo comparativamente menor não havia se afiliado às redes de ensino após os 10 anos de idade.

Em relação ao ano de 2012, mantendo-se a fonte de divulgação dos dados, o município de Teresópolis tinha 24.901 alunos matriculados em escolas das redes pública e privada. Do total de 6.835 alunos afiliados às escolas integrantes do sistema de ensino público estadual, quase 27% cursavam o ensino fundamental e aproximadamente 73% deles, o ensino médio. Considerando as escolas públicas que compunham o sistema municipal, 21.430 alunos tinham realizado matrículas para o ensino fundamental (90%, aproximadamente) e para o ensino pré-escolar (quase 10%). O ensino público federal está ausente no município. Em relação às 5.386 matrículas cadastradas pelo setor privado de ensino, a maior parte delas correspondeu ao ensino fundamental (66%), 21% ao ensino pré-escolar e a menor parte (13%) ao ensino médio.

Segundo dados disponibilizados pelo IBGE (2012), do total de unidades de ensino do município, 105 delas se dedicavam ao nível fundamental, 69 ao pré-escolar e apenas 16 ao nível médio. A distribuição do número de escolas por rede de ensino e nível de escolaridade são apresentados na tabela seguinte. (Tabela 24)

Tabela 24 - Número de instituições de ensino público e privado por nível de escolaridade, Teresópolis (2012)

Sistema de ensino	Número de escolas por nível de escolaridade		
	Pré-escola	Fundamental	Médio
Público			
Municipal	36	71	0
Estadual	0	8	8
Privado	33	26	8
Total	69	105	16

Fonte: IBGE (2012). Dados elaborados pela autora.

Considerando os dois últimos períodos de apresentação dos dados estatísticos do IBGE (2009 e 2012), é possível notar um pequeno aumento no número de escolas dedicadas ao ensino médio e fundamental e a manutenção dos quadros de atendimento ao nível pré-escolar. Em relação à distribuição das instituições segundo níveis de escolaridade, houve um aumento na oferta de escolas municipais em atendimento ao nível pré-escolar e uma redução no número de escolas de nível fundamental. Nesse último caso, também demonstrando o mesmo comportamento em relação ao ensino público estadual, o número de instituições particulares aumentou em todos os níveis de escolaridade.

Relativamente à oferta de instituições de ensino nos anos de 2005 e 2009, o ano de 2012 está marcado por um aumento no número total de unidades de ensino. No entanto, a

análise contrastiva dos dados indica uma redução de aproximadamente 22.000 matrículas entre os anos de 2010 e 2012. A oferta irregular desses dados quantitativos pelo IBGE inviabiliza sua compreensão transversal pela ausência de informações quanto à distribuição da população e número de matrículas por faixa etária.

No caso da rede de ensino superior, os limites no acesso às informações estatísticas impedem maior investimento analítico. Considerando o levantamento por mim realizado, o ensino superior estava restrito a uma instituição privada, Fundação Educacional Serra dos Órgãos (FESO).

A FESO apresenta a seguinte sistematização de informações sobre os cursos oferecidos. (Tabela 25)

Tabela 25 - Cursos oferecidos por ano de criação, FESO, Teresópolis (2015)

Cursos oferecidos	Ano de criação
Centro de Ciências da Saúde	
Medicina	1970
Enfermagem	2011
Farmácia	2012
Fisioterapia	2002
Medicina Veterinária	não regulamentado
Ciências Biológicas	não regulamentado
Odontologia	2008
Centro de Ciências Humanas e Sociais	
Administração	1975
Ciências Contábeis	1975
Direito	não regulamentado
Pedagogia	1998
Centro de Ciências e Tecnologia	
Ciência da Computação	2006
Engenharia Ambiental e Sanitária	não regulamentado
Engenharia Civil	não regulamentado
Engenharia de Produção	2013

Fonte: Dados elaborados pela autora. FESO (2015).

Em meados da década de 1960, a primeira unidade de ensino superior criada correspondeu à Faculdade de Medicina de Teresópolis e, posteriormente, “sensível às necessidades da comunidade de Teresópolis e dos municípios circunvizinhos na área do ensino superior”, foi oferecido o curso de ciências sociais, com a criação da Faculdade de Administração e de Ciências Contábeis, em 1975. (FESO, 2015: 2)

Em 1983, foi criada a Unidade Básica de Saúde como forma de capacitação e treinamento dos alunos do curso de Medicina e, posteriormente, Enfermagem, Odontologia e Fisioterapia. Nesse mesmo ano também foi criado o Centro Educacional Serra dos Órgãos,

dedicado ao atendimento de alunos do ensino básico (fundamental e médio) do município. A tabela a seguir apresenta a ampliação dos cursos oferecidos ao longo dos anos.

Considerando a diversidade de cursos de graduação por centros de pesquisa, esses cursos estão distribuídos em três *campi* situados no município de Teresópolis. Atualmente a FESO oferece também cursos de pós-graduação com especializações *Lato Sensu*. (Quadro 6)

Quadro 6 - Cursos de pós-graduação Lato Sensu por centro de pesquisa, FESO (2015)

Centros de pesquisa	Especializações
Centro de Ciências da Saúde	Cirurgia e traumatologia buco-maxilo-facial
	Enfermagem em emergência e alta complexidade (CTI)
	Fisioterapia cardiorrespiratória e terapia intensiva – da UTI ao ambulatório
	Implantodontia
	Ortodontia – Straight wire
	Terapia manual e biomecânica clínica
Centro de Ciências Humanas e Sociais	Gestão empresarial
	Gestão fiscal e planejamento tributário empresarial
Centro de Ciências e Tecnologia	Desenvolvimento de sistemas para web
	Perícia ambiental

Fonte: Dados elaborados pela autora. FESO (2015).

Sem dispor de dados mais recentes para compreender o universo de alunos que se afiliaram aos cursos oferecidos pela FESO, valho-me de dados do Censo do IBGE, segundo levantamento realizado no ano de 2010 em relação à população residente que mantinha vínculo com instituições de ensino superior. Nesse ano, haviam 5.038 alunos cursando a graduação, distribuídos em instituições públicas (788 alunos) e privadas (4.251). Quanto à oferta de cursos de pós-graduação, alguns alunos deram continuidade aos investimentos na ampliação do nível de conhecimento e 217 alunos alcançaram o título de especialistas *Lato Sensu*. No caso dos cursos de especialização *Stricto Sensu*: 93 haviam cursado o mestrado, e 60 alunos, o doutorado. Conforme os dados, 13.079 pessoas haviam concluído o ensino superior em Teresópolis.

Dada a proximidade de Teresópolis em relação a cidade do Rio de Janeiro, muitos jovens haviam firmado vínculo como alunos em instituições de ensino superior público e, em alguns casos, quando o desejo correspondia a outras áreas de formação profissional, relativamente às possibilidades de atendimento ao valor das mensalidades, em faculdades particulares nesta cidade e também em outros municípios.

Dando continuidade aos investimentos na caracterização das atividades produtivas em Teresópolis mediante a oferta de quadros institucionais, destaco os dados disponibilizados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A presença de estabelecimentos comerciais no município, por porte de atividade, para os anos de 2009 e 2010 podem ser visualizados na tabela a seguir. (Tabela 26)

Tabela 26 - Número de estabelecimentos e porte de atividade do setor comercial, Teresópolis (RJ), 2009 e 2010

Porte	Indústria		Comércio		Serviços		Agropecuária		Total	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Micro	596	623	2.045	2.095	2.939	2.993	112	118	5.692	5.829
Pequena	45	46	179	194	182	194	12	14	418	448
Média	5	7	10	10	11	15	2	2	28	34
Grande	1	2	4	4	16	13	1	1	22	20
Total	647	678	2.238	2.303	3.148	3.215	127	135	6.160	6.331

Fonte: Sebrae 2011.

No que tange ao setor de indústrias, destacam-se os estabelecimentos voltados à construção de edifícios, confecção de peças do vestuário e demais utensílios, fabricação de móveis de madeira e obras de engenharia civil. Em análise sobre os investimentos políticos realizados em Teresópolis, Fusco (2005) chamou atenção para a confluência de esforços para consolidação do município como um centro tecnológico, com a implantação de empresas de desenvolvimento de tecnologias de softwares e laboratórios de computação gráfica. O aumento dos investimentos públicos teve como culminância, em 2011, a partir do sistema de compensação financeira pela produção e exploração do petróleo e gás natural no Rio de Janeiro. (Sebrae, 2011)

Em relação ao setor de comércio, levando em conta essa mesma fonte de divulgação de dados, ganha destaque o comércio varejista de comercialização de artigos de vestuário, acessórios; de ferragens, madeiras e materiais de construção; de produtos de padaria e laticínios, e também minimercados, mercearias e armazéns. No que se refere ao setor de serviços, estes podem ser exemplificados pela oferta dos seguintes estabelecimentos: condomínios, restaurantes, atividades de cunho religioso, atividades ambulatoriais realizadas por médicos e dentistas, associações de classes.

Os setores da indústria e do comércio são destacados pelas atividades desenvolvidas pelo chamado micro setor, como é o caso de atividades industriais (construção de edifícios, de peças do vestuário, de móveis e de obras de engenharia civil); comerciais (comércio

varejista de artigos de vestuário e acessórios, de ferragens, madeira e materiais de construção, de produtos de padaria, laticínio, doces, de produtos alimentícios) e de prestação de serviços (condomínios prediais, restaurantes, estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas, de organização religiosas, de atenção ambulatorial). (Sebrae, 2011)

Para caracterizar a composição do quadro de prestação de serviços, valho-me ainda dos dados divulgados pela Sebrae (2011). Segundo essa fonte, em Teresópolis haviam 12 hospitais gerais e 184 postos de saúde para prestação de serviços aos moradores. Relativamente aos serviços de saúde, o número de estabelecimentos dedicados a esse setor, segundo dados divulgados pelo TCE-RJ (2010), são apresentados na Tabela 27.

Tabela 27 - Estabelecimentos por tipo de serviço de saúde, Teresópolis (RJ), 2010

Tipo de serviço de saúde	Número de estabelecimentos
Central de regulação de serviços de saúde	2
Centro de atenção psicossocial	1
Centro de saúde/unidade básica de saúde	20
Clínica especializada/ambulatório especializado	33
Consultório isolado	117
Farmácia com medicamento excepcional e programa Farmácia Popular	2
Hospital geral	3
Policlínica	3
Posto de saúde	8
Pronto-socorro especializado	1
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	13
Total	203

Fonte: Dados elaborados pela autora. TCE, 2011.

A diversificação dos serviços de saúde prestados, apresentados acima, evidencia recursos materiais e humanos disponíveis em Teresópolis. O predomínio de consultórios particulares, clínicas especializadas e centros de saúde chama atenção para o relativo direcionamento dos investimentos dos moradores na formação profissional nas áreas de atendimento básico de saúde.

Os serviços relacionados aos setores de turismo e cultura correspondiam a 55 hotéis e pousadas e 2 cinemas. A prestação de serviços financeiros era realizada em 18 agências bancárias. Serviços de comunicação eram distribuídos pelas 5 agências de correios.

Valendo-me ainda de dados quantitativos para caracterização das atividades profissionais, incorporo dados divulgados pelo TCE-RJ (2011) em documento correspondente aos estudos socioeconômicos dos municípios do estado do Rio de Janeiro. As informações assim referidas em relação ao quadro de pessoal de Teresópolis sinalizam

um aumento no número de funcionários do município, mediante pesquisa realizada durante os anos de 1999 e 2009, conforme a Tabela 28.

Tabela 28 - Evolução do número de funcionários do município de Teresópolis (RJ), 1999-2009

Ano	Número de funcionários
1999	2.612
2001	3.539
2002	3.539
2004	3.723
2005	3.856
2006	3.954
2008	4.096
2009	4.443
Total	29.762

Fonte: Dados elaborados pela autora. TCE, 2011.

De acordo com essas informações, ao longo desses anos houve um aumento do número de indivíduos que se afiliaram aos quadros do funcionalismo público. Nesse intervalo considerado, o número total de funcionários correspondeu a aproximadamente 18% da população total estimada do município, considerando o ano de 2010 (163.805 habitantes).

O aumento da oferta de instituições, como é o caso do sistema de transportes, serviço de saúde, escola, mercados diversificados e serviços públicos (água encanada, luz elétrica, asfalto), correspondeu ao processo de urbanização em Vargem Grande. Como parte desses investimentos em infraestrutura urbana, a cidade de Teresópolis está cercada por uma rede de rodovias, estaduais e federais, que facilitam a comunicação com os grandes centros no Estado do Rio de Janeiro. (Mapa 8) A oferta dessas redes possibilitou ainda a ampliação do campo de atuação dos municípios, conforme indicaram os dados coligidos durante trabalho de campo, principalmente em relação àqueles que investiram na ampliação do nível de formação mediante a afiliação ao ensino superior.⁴⁴

Em estudo recente sobre a composição sócio espacial dos municípios da Região Serrana, Fusco (2005) apontou que o município de Teresópolis tem sido reconhecido como uma das áreas tradicionalmente ocupadas pela atividade turística e agropecuária, atividades que estão intimamente ligadas à dinâmica da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo pela valorização do município durante o veraneio ou pelo turismo marcado pelo “consumo de

⁴⁴ No capítulo III e IV também chamei atenção para as alternativas que os produtores criaram pela oferta de sistemas de transporte ferroviário e rodoviário, em situações de expansão da afiliação aos princípios do mercado de produtos agrícolas.

Total	34	154	1	16	1	2	7	19	0	1	1	3
--------------	-----------	------------	----------	-----------	----------	----------	----------	-----------	----------	----------	----------	----------

Fonte: Dados elaborados pela autora. * Cf. classificação do IBGE (2015)

Considerando processos de deslocamentos internos ao município de Teresópolis, os dados estatísticos demonstram que grande parte dos alunos é originária de Vargem Grande. Além disso, para as mulheres, nota-se maior mobilidade entre bairros vizinhos, como é o caso de Albuquerque (situado a aproximadamente 10km de distância de Vargem Grande) que é considerado um bairro nobre pelos entrevistados, Frades (6 km) e também Boa Fé (14 km) e Fonte Santa (15 km), bairros considerados como periféricos à cidade.

A diversificação do quadro institucional no município também pode ser compreendida segundo o zoneamento do espaço, tal como definido pelo Plano Diretor. A legislação que institui o Plano Diretor municipal é datada de 20 de outubro de 2006 e tem como princípio o “desenvolvimento sustentável” de Teresópolis, chamando atenção para a vocação agrícola e para o turismo como principais domínios de inclusão socioeconômica da população.

A linha estratégica valorizada para desenvolvimento do setor industrial corresponde ao uso do espaço por macrozonas.⁴⁵ Esses espaços correspondem a núcleos distribuídos no território para promoção de sistemas de integração entre áreas direcionadas ao atendimento de objetivos diversos. Considerando os objetivos estabelecidos pelo documento para o bairro de Vargem Grande, destaco sua caracterização como espaço de oferta de serviços e equipamentos urbanos. Espaços pressupostamente privilegiados de atuação do poder público pelo reconhecimento e valorização de aspectos da vegetação, tanto do ponto de vista ambiental quanto paisagístico, nesse caso, valorizado como recurso explorável pelas atividades de turismo. As ações de ordenamento do uso do espaço também correspondem a estratégias de consolidação como polo de excelência em educação e tecnologia da informação e comunicação. Como tentativa de compreensão desses processos de urbanização e expansão do quadro institucional que incidiram sobre a região, vali-me de caminhadas locais acompanhadas por alguns moradores em diferentes percursos. O resultado desse investimento apresento no mapa a seguir. (Mapa 9).

⁴⁵ Segundo definido pelo Plano Diretor: Macrozonas urbanas têm por objetivo o estabelecimento de uma rede de núcleos urbanos, distribuída no território municipal, para promover a integração entre as áreas urbana e rural, criar novas centralidades, descentralizar a cidade de Teresópolis e oferecer condições adequadas de acesso aos serviços e equipamentos urbanos a todos os cidadãos. (Plano Diretor, art. 51, seção III)

Mapa 9 - Utilização do espaço em Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 2015



Fonte: Googlemaps, 2015. Dados elaborados pela autora. As estrelas em amarelo indicam a localização aproximada de representantes dos grupos familiares por mim entrevistados.

A caracterização das atividades produtivas permite aquilatar a pressão que o uso diversificado da terra para atendimento às atividades produtivas vem recebendo, principalmente na última década. O bairro de Vargem Grande integra a Macrozona Ambiental 5, formada pela área de proteção ambiental municipal da Vista do Soberbo, cujo símbolo é a Mulher de Pedra. (Figura 29)

Figura 29 - Mulher de Pedra, Vargem Grande, Teresópolis (RJ)

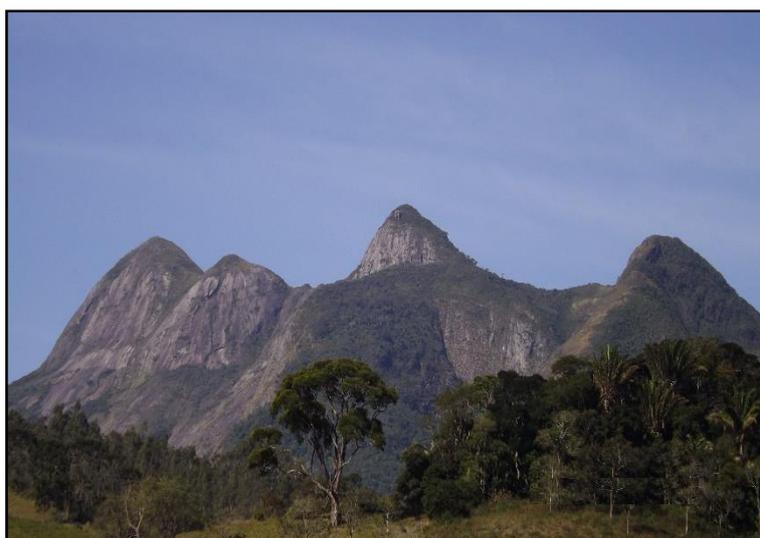


Foto de Priscila Tavares dos Santos. Junho de 2013.

Ainda como tentativa de caracterização das atividades produtivas de Vargem Grande, tão somente para a compreensão das condições de elaboração de projetos profissionais pelos jovens, incorpo dados por mim obtidos em levantamento realizado durante o período de trabalho de campo pela consulta às fichas de matrícula de alunos da EMSMS. Esses dados permitem uma visão geral dos vínculos valorizados pelos moradores para caracterizar a afiliação ao mercado de trabalho no bairro. Cabe mencionar que as informações contidas nas fichas de matrícula não correspondem aos termos dos enquadramentos profissionais oficiais. São preenchidas conforme o autorreconhecimento de pais e de responsáveis dos alunos. No entanto, sem me preocupar com as nomeações consagradas que norteiam a produção de levantamentos quantitativos por instituições de pesquisa, valorizo essas informações para caracterizar o campo de atuação dos trabalhadores e compreender os investimentos colocados em prática na construção de projetos econômicos e profissionais.

Os limites de abrangência desses dados correspondem a casos de moradores que puderam investir na escolarização dos filhos, mesmo que temporariamente. (Tabela 31)

Tabela 30 - Profissão declarada (homens e mulheres), distribuída segundo ano de nascimento na Escola Municipal Stella Moraes Simões, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), de 1996 a 2010

Profissão	Sexo	Ano de nascimento			Total
		1996-2000	2001-2005	2006-2010	
Aposentado(a)	M	1	1	0	2
	F	0	0	0	0
Do lar	M	0	0	0	0
	F	53	30	1	84
Funcionário público	M	2	1	0	3
	F	0	0	0	0
Serviços agrícolas	M	17	7	2	26
	F	5	3	1	9
Serviços comercial, empresarial e de gerenciamento	M	8	5	0	13
	F	5	3	0	8
Serviços de alimentação	M	4	2	0	6
	F	1	0	0	1
Serviços de apoio técnico, administrativo e comercial	M	17	2	0	19
	F	4	3	0	7
Serviços de cuidados pessoais, estética	M	1	0	0	1
	F	4	1	0	5
Serviços de diversões, lazer, entretenimento	M	4	3	2	9
	F	1	1	0	2
Serviços de guarda e vigilância	M	4	2	0	6
	F	0	0	0	0
Serviços de nível superior*	M	4	0	0	4
	F	5	1	0	6
Serviços de transporte	M	16	13	1	30
	F	0	0	0	0
Serviços domésticos de limpeza e organização	M	1	0	0	1
	F	40	14	0	54
Serviços relativos a limpeza e manutenção	M	63	17	1	81
	F	16	3	1	20
Serviços técnicos	M	17	2	0	19
	F	4	3	0	7
Ausência de informações	M	18	14	0	32
	F	14	9	1	24
Total		329	140	10	479

Fonte: Dados elaborados pela autora. EMSMS, 2014. *Correspondem a funções de magistério, advogado, enfermeiro, fisioterapeuta, arquiteto e agrônomo.

A valorização desses documentos pertencentes ao universo escolar, em parte por conhecimentos adquiridos por minha atuação como professora de escola de ensino público,

possibilitou, inclusive, a redimensão de outros aspectos, conforme apresentado em outros momentos neste texto.

A relativa diversificação de vínculos de trabalho se configura principalmente em decorrência de investimentos na ampliação do nível de escolaridade, inclusive da possibilidade de afiliação ao ensino superior (funções de magistério, advogado, enfermeiro, fisioterapeuta, arquiteto e agrônomo). As profissões por formação superior sinalizam maior investimento dos pais na formação escolar dos filhos, realizando a crença no reconhecimento das possibilidades de ampliação do campo de atuação pela mais longa formação escolarizada. Como os pais comentaram em entrevistas, ao investirem no aumento do nível de escolarização, objetivavam projetos de reprodução em condições que avaliam relativamente mais favoráveis de trabalho e de obtenção de salário.

Os dados do levantamento escolar também permitem compreender o diferenciado grau do investimento, entre homens e mulheres. O número por nível de escolaridade das mulheres é maior em relação ao nível alcançado pelos homens. Contudo, pode-se também notar uma grande desistência no aprofundamento da escolarização para os que se inseriram na escola no período de 1996 a 2000. Poucos homens ultrapassaram o ensino fundamental. em entrevistas justificavam pela prioridade da mão de obra dos filhos no trabalho da lavoura.

A partir de 2000, há uma abrupta queda no número de matrículas por alunos fora da idade, o que pode corresponder aos incentivos do governo para acabar com o desvio sériedade dos alunos. O fenômeno foi observado também para os homens que, como comentei, tendem a encerrar a escolarização pelo ensino fundamental.

De acordo com os dados considerados, o desempenho de funções relacionadas aos serviços agrícolas, comercial, empresarial e de gerenciamento, alimentação, apoio técnico, administrativo e comercial, cuidados pessoais, estética, diversões, lazer, entretenimento, nível superior, domésticos de limpeza e organização, limpeza e manutenção e técnicos vem sendo desempenhados por homens e mulheres. Em alguns casos, as profissões são majoritariamente relacionadas ao universo masculino, como é o caso de serviços agrícolas, comerciais, de alimentação, apoio técnico e administrativo, de diversão e lazer, bem como aqueles relacionados à limpeza e manutenção. Por outro lado, algumas profissões correspondem prioritariamente ao universo das mulheres: domésticas, prestadora de serviços de cuidados pessoais, de estética, além de uma grande proporção dedicada a realização de serviços domésticos de limpeza e organização.

A apresentação desses dados quantitativos como forma privilegiada de caracterização das atividades produtivas no município e em Vargem Grande não permite, contudo, compreender as redes de relações que os interlocutores construíram para favorecer a objetivação de vínculos de trabalho. Se eles trazem limites próprios de alternativas de afiliações ao mercado de trabalho, por outro lado, permite ultrapassar algumas barreiras apresentadas para alcançar tais objetivos, especialmente quando se leva em conta as condições situacionalmente reconhecidas como disponíveis aos entrevistados.

V.3 Condições de elaboração de projetos para filhos

A valorização da autonomia dos jovens é aspecto fundamental à compreensão do campo de ação construído pelas famílias de Vargem Grande, não apenas demonstra distintas estratégias pelas quais constituem o cenário social de vida, como também pela emergência de posições diferenciadas. A oferta crescente de instituições de prestação de serviços escolares, de saúde, de comércio e de serviços operava como atrativos para jovens. Recusando-se a se manterem na posição dos pais, referenciados por avaliação das dificuldades relativas com que estes lidavam cotidianamente, decidiram arriscar-se em vínculos de trabalho pela afiliação a outros setores produtivos.

Neste item valorizo então os projetos de construção de autonomia dos filhos na elaboração de si e na projeção de modos diferenciados de reprodução social. A possibilidade de os pais apoiarem estes projetos para os filhos se fundamenta na liberação maior ou menor de tempo fora do trabalho familiar, na capacidade de tolerância aos contratempos, na adoção de plantas mais poupadoras de mão de obra. Para analisar algumas das estratégias elaboradas pelos jovens para constituição de vínculos produtivos, considero fundamental compreender fatores situacionais intervenientes na construção de alternativas, especialmente as que valorizam a expansão de rendimento pelos jovens.

V.3.a Projetos de melhoria de condições de vida

Orientando-me por esses princípios, incorporo a este exercício analítico as interpretações dos produtores que sinalizaram formas de constituição de rede de relações institucionais, valorizando a diversificação de vínculos produtivos. O grupo de entrevistados com o qual dialoguei visando alcançar analiticamente esse campo de ação correspondeu àqueles que, na condição de filhos, encontravam-se na juventude quando da realização da entrevista. Em outros casos, pelos desencontros recorrentes devido aos compromissos com o trabalho distante da residência, a entrevista foi realizada com os pais.

O projeto de melhoria de condições de vida pelos jovens se contrapõe aos constrangimentos relativamente enfrentados pelos pais para se manterem na condição de produtores, conforme demonstrado nos capítulos anteriores (Capítulo III e IV). O que os jovens sinalizaram correspondeu às versões que ouviram dos pais e avós sobre um tempo de precariedade no acesso a recursos e limites para construção de alternativas de reprodução social. Esse universo apresentava-se demarcado por relações de parentesco e de solidariedade e por uma relação tênue com o mercado, correspondendo aproximadamente à geração dos avós. Em conformidade ao período aproximadamente definido como *tempo da infância* dos pais, avaliam que a relação com o mercado se ampliou, aumentando a circulação de dinheiro, para tanto implicando a expansão dos espaços de vida social, ações que contribuíram para ocorrência de processos de diferenciação interna entre os agentes sociais.

Comparativamente à projeção temporal em jogo, o *tempo dos jovens* é por eles caracterizado pela ocorrência de processos de urbanização e ampliação na oferta de instituições de prestação de serviços e de comércio. Avaliam então, também pela abertura do universo social de ação e de expansão de formas de ocupação profissionalizadas, em decorrência da ampliação de alternativas de pertencimento ao sistema escolar, especialmente se contrapostas ao nível de alfabetização (ou não) de avós e pais.

O conhecimento escolar é então valorizado pelos jovens como recurso possibilitador da construção de formas de reprodução social em condições relativamente mais favoráveis e vantajosas contrariamente pais e avós destacam as narrativas de interdição do acesso regular à escola. A ampliação do universo social e do quadro institucional expressa a correlação entre a oferta e a recíproca valorização pelos jovens, de formas relativamente bem-sucedidas de conquista de novos espaços profissionais. A projeção de si como sujeitos

profissionalmente independentes e economicamente estabilizados emerge na contraposição a formas de vida subordinadas ao mercado agrícola, à restrição na composição de recursos financeiros e aos limites para se reproduzirem na posição de produtores agrícolas.

A expansão da rede de ensino básico e superior no município de Teresópolis e as inúmeras afiliações a esse sistema produziram como efeito a redução do número de empregos oferecidos para o setor agrícola, mesmo que na variante mais atual enquanto meeiros, caseiros, jardineiros, abarcando também as trajetórias ocupacionais fundamentadas em cargos de carpinteiro e pedreiro.

Por essas avaliações comparativas, os jovens entrevistados sinalizaram princípios norteadores das ações ou os sentidos valorados na elaboração de projetos de vida profissional pautados na afiliação ao mercado de trabalho assalariado. O conjunto de diferenças sinalizadas por sistemas de categorias de percepção, de linguagem, de pensamento e de apreciação, cria rupturas com demais agentes, que só puderam ter acesso a saberes inerentes ao exercício prático de algum ofício ou pelo senso comum.

Diante dessa situação de ambiguidade, não posso atribuir ao saber escolarizado a produção do consenso na elaboração de projetos de reprodução social. No entanto, também não posso negar que a discussão do papel da escola não seja questão fundamental entre os jovens de Vargem Grande. O fato de os jovens não compartilharem dos mesmos princípios de projeção da vida social pela incorporação de saberes acadêmicos não exclui as situações de aproximação.

Como pude compreender, a elaboração de projetos de vida em melhores condições não se contrapõe aos projetos elaborados de si pela valorização do saber escolar, mas àqueles referentes ao tempo de pais e avós, em que o projeto de reprodução escolar era relativamente secundarizado.

Analisando as versões que me apresentaram quando estimulados a refletir sobre as condições em que elaboravam projetos para si e para os filhos, os pais acentuavam o respeito ao desejo dos filhos. Pude assim entender diversos outros fatores que interferem nas múltiplas dimensões da vida social desses agentes. Em alguns casos, as narrativas apresentadas atribuíam ou reforçavam o trabalho agrícola como vinculado à pobreza e à precariedade no acesso a recursos. Dentre as expressões de precariedade, muitos valorizavam contrastivamente os atuais padrões de consumo, caso de aparelhos eletrodomésticos, roupas e acessórios eletrônicos. Pude então compreender em que condições os jovens justificavam o abandono dos trabalhos que desenvolviam nas lavouras

de hortaliças com os pais, e se lançaram na diversificação de vínculos de trabalho. As situações contextuais são assim demonstrativas dos investimentos realizados pelos interlocutores na construção de projetos de melhorias de condições de vida. No entanto, sem querer dar conta da totalidade de trajetórias sociais, destaco os casos considerados *bem sucedidos* de elaboração de projetos para si pela afiliação ao sistema escolar, tanto que destacam o reconhecimento das oportunidades alcançadas pelo investimento no aumento do nível de escolarização. É o caso daqueles que investiram em carreiras profissionais como enfermagem, educação física, fisioterapia, agronomia, ciência da computação, ciências sociais, técnicos em informática e segurança; seguidas de outras profissões que exigiam menores investimentos escolares, como a profissão de motoristas de ônibus e caminhão, floricultor, vendedor, comerciante, lojista.

O caso de Augusto e Manoela, filhos de Seu César e Dona Jéssica, permite compreender as conquistas alcançadas como expressão do apoio moral e investimento financeiro que receberam dos pais. Manoela, filha mais velha do casal, é reconhecida pelos pais e assim também se apresenta como alguém que não tem o *gosto pelas atividades da lavoura*. Segundo afirmou, o interesse pelo estudo a acompanha desde a adolescência, momento sobre o qual atribui o início de suas atividades profissionais. Aos 13 anos de idade, contando com apoio dos pais como mediadores para alcançar acompanhamento profissional integrando-a como aprendiz em clínica de atendimento à saúde em Teresópolis. Iniciou realizando testes de glicose na Associação do Diabético. Nesse período, Manuela já havia concluído o ensino fundamental na escola municipal em Vargem Grande e tinha investido no ensino médio em escola da rede estadual. Com a conclusão do curso, aos 16 anos, recebeu dos pais incentivo financeiro para dar continuidade aos estudos, agora, pela rede particular, como aluna de curso profissionalizante na área de enfermagem (técnico e de auxiliar).

Concluindo o curso técnico como auxiliar de enfermagem, vinculou-se como trabalhadora assalariada, mediante a ocupação do cargo de técnica de enfermagem no Hospital São José. A possibilidade de integração a essa rede profissional correspondeu aos investimentos realizados no decorrer do período em que se manteve como aprendiz. O desejo de alcançar o nível profissional de enfermeira estimulou Manuela a ampliar a escolarização. Como sinalizou, nesse momento de sua trajetória, sem poder contar com a ajuda financeira dos pais, mas recebendo apoio moral necessário à continuidade desse *sonho*, Manuela continuou na condição de técnica por aproximadamente 13 anos. Em 2004, o projeto de ser titulada como enfermeira foi conciliado pela constituição de família conjugal e pelo desejo

de se tornar mãe. Pelo casamento, contando com a atribuição do marido para arcar sozinho com gestão dos recursos familiares, seu salário foi considerado complemento do rendimento familiar, podendo ser utilizado para construção de casa e aquisição de automóvel. Segundo ela, esse recurso era fundamental para o deslocamento do esposo até a marmoraria, situada em bairro afastado do centro de Teresópolis e de Vargem Grande. Durante os 5 anos de casamento, teve um filho, atualmente com 8 anos de idade, na ausência dos pais, sob cuidados dos avós maternos.

Manoela, sem poder contar com o apoio moral e financeiro do esposo, considerou sua capacidade financeira para assegurar a continuidade de seu projeto: rompe o vínculo matrimonial e se inscreve como aluna da faculdade particular de Teresópolis, no curso de graduação em enfermagem. Esse período é apresentado por ela e seus pais pelas múltiplas dificuldades enfrentadas e pela reafirmação do grande esforço, já que as mensalidades eram relativamente altas, não correspondentes ao seu salário como técnica de enfermagem, além do desempenho de exaustivas jornadas de trabalho, aceitas pelo objetivo de aumentar o salário. O apoio dos pais para o cuidado do filho foi fundamental, já que em Vargem Grande, nesse momento, era restrito o número de creches onde pudesse deixá-lo durante os períodos de trabalho e estudo noturno.

Após a conclusão do curso, como enfermeira, Manuela mantém o vínculo estabelecido com o hospital, agora também podendo contar com o incentivo dos gestores dessa rede, para se especializar em geriatria por vinculação à universidade pública, no Rio de Janeiro. A possibilidade de deslocamento social e profissional foi facilitada pela alteração da jornada de trabalho, reduzindo o número de plantões e a oferta de aulas aos sábados, quando também passou a contar com os cuidados pelo pai de seu filho. Como enfermeira, passou a assumir a chefia dos técnicos de enfermagem, cargo que também lhe atribuiu maior salário.

Atualmente, Manuela se reconhece como alguém de *garra* que, tendo *lutado muito na vida, venceu*. A condição de vencedora é expressão das dificuldades que enfrentou para se constituir na posição de enfermeira. A trajetória de ascensão social que a entrevistada lhe apresentou é valorizada como um projeto de sucesso não apenas pelos pais, produtores aposentados, mas também por demais familiares que, ao compartilharem dos mesmos princípios de ação, se mantiveram na condição de produtores.

O projeto qualificado como de sucesso, relativamente às dificuldades de acesso a recursos materiais enfrentadas pelos pais, pela capacidade de enfrentamento do *tempo de*

muita dificuldade em que viveram, é coletivamente elaborado a partir da valorização de outros recursos, não somente aqueles oferecidos pelo sistema escolar. Para compreender as condições em que o jovem entrevistado, filho caçula do grupo familiar de Seu César e Dona Jéssica, veio a se constituir profissionalmente como motorista. Analiso as condições constituintes ressaltadas.

Na condição de irmão da entrevistada acima, Augusto, até os 18 anos de idade, manteve-se ajudando aos pais no trabalho com a lavoura de hortaliças. Sem poder contar com salário ou algum benefício monetário que viabilizasse o atendimento das demandas de consumo para constituir uma nova unidade familiar que projetava para si, passou a investir na constituição de vínculos de trabalho assalariado. Como avaliou, com a carteira assinada, podia desfrutar da segurança de quem sabe *ao certo quanto vai ganhar no final do mês*. A instabilidade dos preços dos produtos agrícolas no mercado aumentava o sentimento de insegurança e de inquietação. Estimulado pela trajetória que a irmã mais velha galgava, pela afiliação ao mercado de trabalho assalariado, Augusto, tendo concluído o ensino médio, mas sem apresentar o desejo de continuidade no aumento do nível de instrução, assumiu a função de *entregador* em marmoraria, então recém-inaugurada em Vargem Grande. O proprietário da marmoraria, filho de um produtor que compunha a rede de relações de camaradagem de seu pai, beneficiou o rapaz com a vaga. O salário, mesmo baixo, segundo avaliou, era assegurado ao final do mês. Contudo não permitia o atendimento do desejo de aquisição de habilitação para dirigir caminhões. O projeto como motorista de caminhão, segundo ele, correspondia à possibilidade de, em condições de autonomia de entrega e negociação de preços das mercadorias agrícolas das lavouras do pai, ampliar as condições de consumo da unidade doméstica.

O trabalho na marmoraria, facilitado pela relação de camaradagem entre os pais de Augusto e do proprietário, viabilizou a conquista da carteira de motorista. De acordo com a versão apresentada, o proprietário assumiu as dívidas com a autoescola e parcelou o pagamento, mediante desconto de pequenas parcelas mensais do salário combinado. Com a carteira de motorista em mãos, o entrevistado passou a realizar as entregas de mercadorias da marmoraria. Por contar com direitos trabalhistas, condição que o manteve afiliado a essa posição, não tão desejada, durante 5 anos. Aos 23 anos, o entrevistado se afilia à rede de atravessadores do bairro para realização de entrega de produtos agrícolas no Ceasa. O trabalho realizado aproximadamente pelo mesmo período de tempo do vínculo anterior, já na condição de motorista de caminhão, não oferecia a segurança que o trabalhador

assalariado poderia desfrutar. As jornadas de trabalho noturnas e a distância das redes de abastecimento da empresa inviabilizavam a continuidade dos investimentos para a conquista da condição de motorista, dessa vez expressa pelo desejo de se tornar motorista de ônibus.

O período em que se manteve afiliado como motorista de caminhão foi suficiente para assegurar a obtenção da carteira de habilitação no nível D, já que a adquirida anteriormente, quando do vínculo como trabalhador na marmoraria, correspondia apenas ao transporte de cargas, habilitação concedida pelo nível C. Augusto mencionou ainda a preocupação durante o período em que se manteve como *motorista* de caminhão, já que não tinha carteira assinada e ganhava conforme os serviços realizados. Segundo ele, o rendimento mensal dependia do número de viagens que realizava até o Rio de Janeiro.

A possibilidade de rompimento desse vínculo e de se constituir na posição desejada como motorista de ônibus (transportando passageiros e não mais produtos agrícolas) surgiu através de uma indicação de um dos colegas que havia se afiliado à empresa de ônibus municipal. Na condição de trabalhador assalariado, desfrutava de benefícios trabalhistas, como 13º e férias, mas também cesta básica e plano de saúde. O ingresso nos quadros dessa empresa abriu o universo de ação pela ampliação dos contatos com outros motoristas de ônibus. Assim, permanecendo apenas por alguns anos nessa primeira empresa, passou a compor, como funcionário, o grupo de motoristas da empresa intermunicipal de transporte de passageiros. Nessa empresa, segundo avaliou, os benefícios eram maiores e a jornada de trabalho relativamente reduzida, já que tinha que realizar um menor número de viagens por dia em condições de trânsito menos intensas.

Segundo ele, enfrentou constrangimentos quanto ao tempo de habilitação para ingressar nessa nova rede, mesmo com a carta de recomendação adicionada ao curriculum que apresentou. Após aproximadamente 4 anos de trabalho, realizado sem registro em carteira de trabalho, Augusto é integrado como trabalhador assalariado nessa empresa. No entanto, o vínculo foi recentemente rompido. Segundo avaliou, as condições de trabalho de motoristas são desfavoráveis e provocadoras de situações de tensão diárias. Disfrutando de um dia de folga por semana, afirmou trabalhar cansado, o que o levou a se envolver em uma situação de colisão traseira com um veículo particular no Rio de Janeiro. O vínculo estabelecido há aproximadamente 5 anos, foi então rompido.

Atualmente, Augusto se integrou a outra empresa de transporte de passageiros, em menor escala, realizando serviços de frete de repórteres e membros de equipe televisiva dedicados à produção de notícias sobre as condições de hospedagem e demais assuntos

relacionados à Seleção Brasileira de Futebol. Nesse período, em Teresópolis, encontrava-se sediada a equipe de jogadores de futebol para preparação e treinamento para jogos da Copa do Mundo, em 2014.

O trabalho como motorista *freelance* que passou a desempenhar colocou em questão o projeto que havia elaborado como motorista. O período de experimentação do projeto de vida que elaborou permitiu a Anderson a avaliação das vantagens e desvantagens relativas a essa posição. Reconheceu que almeja ampliar o nível de escolarização investindo na carreira de agrônomo. Segundo ele, é um projeto de vida que tem apoio moral dos pais, já que idosos e aposentados, não têm condições físicas de se dedicarem ao trabalho nas lavouras. A propriedade de terra do pai, nesse caso, possibilitaria a permanência do filho em Vargem Grande e atenderia aos desejos também de seu pai em *ver a terra sempre verdinha, sempre produzindo*.

Aos 30 anos de idade, Augusto projeta para si a carreira como profissional de agronomia como projeto de ascensão social. Como pude perceber pela atenção às condições de constituição na posição de produtor pelo jovem entrevistado, os projetos profissionais não foram interrompidos com a constituição do vínculo matrimonial e pela chegada do filho. Pelo que me apresentou, sua esposa, doméstica, realizava trabalhos em residências localizadas nos condomínios de Vargem Grande. O filho pequeno, na ocasião, também ficava sob cuidado dos avós paternos. A residência construída no terreno cedido pelos pais de Augusto facilitou o atendimento das necessidades de cuidado do neto pela proximidade desses espaços. A união matrimonial foi rompida e recentemente Augusto mantém vínculo de união estável com Juliane, moradora em outro bairro de Teresópolis, em decorrência de antecipação da chegada do segundo filho.

A projeção de carreiras profissionais pela valorização dos benefícios adquiridos pelo desempenho da função de motorista é compartilhada por outros jovens de Vargem Grande. O caso de Alexandre, 34 anos, também é marcado pela afiliação aos quadros de empresa municipal de transporte de produtos agrícolas ao Ceasa-RJ. O reconhecimento da condição relativamente vantajosa desse vínculo de trabalho assalariado foi elaborado a partir do trabalho nas lavouras de hortaliças, realizado em parceria com o pai. A instabilidade dos ganhos adquiridos como produtor não correspondeu às necessidades de consumo da unidade familiar que constituiu. Sua esposa, 31 anos, também integrada como trabalhadora assalariada na condição de vendedora em loja de móveis em Vargem Grande, no entanto, colaborava na composição do rendimento doméstico. A chegada do filho inviabilizou a

permanência do vínculo de trabalho, já que não podia contar com a ajuda dos avós paternos, apesar da proximidade das residências.

A narrativa elaborada por Alexandre permitiu compreender outros fatores intervenientes na elaboração dos projetos pelos filhos, mesmos já reconhecidamente autônomos em decorrência da constituição de novas unidades familiares pela situação de casamento. Sua mãe, Dona Michelle, 64 anos, há alguns anos havia constituído vínculo como doméstica em casa de família em bairro próximo ao centro de Teresópolis. Pelo desempenho dessa função, ela permanecia durante a semana na residência do patrão, só retornando durante os finais de semana para a casa em Vargem Grande.

A saída de Dona Michelle para constituição do vínculo empregatício chamou atenção para o papel das mulheres na composição do rendimento doméstico e na facilitação das condições de elaboração de projetos pelos filhos mediante a ampliação do nível de instrução. Seu João Paulo, 75 anos, produtor aposentado, além do benefício da aposentadoria, contava com baixos rendimentos pela comercialização das lavouras de coentro. O filho mais novo do casal, irmão do jovem motorista apresentado anteriormente, projetou para si a carreira como cientista social. O projeto elaborado pelo filho exigia não apenas o apoio moral dos pais, o que reconhecem não ter falhado durante esses anos. As exigências de recursos financeiros para atendimento do desejo do filho, que *nunca gostou de lavoura* implicavam a maiores gastos financeiros.

Como forma de apoio ao desejo do filho caçula em ampliar o nível de instrução, Dona Michelle se oferece como trabalhadora doméstica em rede de contatos familiares. Sem carteira assinada, mas recebendo alguns benefícios do trabalho, pode aumentar os ganhos da unidade doméstica, permanecendo no trabalho durante a semana. O salário que recebe é transferido em sua maior parte para o filho para pagamento de despesas constituídas pela manutenção da condição de estudante em universidade pública no Rio de Janeiro.

Esse caso pode ser considerado exemplar porque permite evidenciar a importância do trabalho das mulheres como colaboradoras e ampliadoras do rendimento familiar. Como pude perceber, a saída dos jovens para outros municípios do Rio de Janeiro, além de Teresópolis, era possibilitada pela afiliação das mulheres ao universo de trabalho assalariado.

Para demonstrar que não há uma uniformidade na elaboração de projetos de melhoria de vida pautados na valorização do conhecimento escolarizado profissionalizante, incorporo à análise o caso de filho de meeiro que, projetando-se como produtor especializado em

mudas de hortaliças em estufa, relativizou o ensino escolar em favorecimento do saber prático. A inviabilidade de manutenção do projeto enquanto produtor pelos jovens expressa formas de socialização afastadas dessas redes escolarizadas de inserção social.

Seu Claudinei, 50 anos, produtor na condição de *meeiro*, ao falar sobre a trajetória do filho, o reconhece como um produtor relativamente experiente, porque pode acumular experiência no trabalho com as lavouras. Adriano, seu único filho, contou com investimentos financeiros oferecidos pelo tio, relação que mantinha há alguns anos pelo trabalho de parceria na comercialização dos produtos agrícolas. Por essa atividade, também acumulou rendimentos que foram utilizados na construção da estufa de hidroponia.

Ao acompanhar o tio na comercialização, estabeleceu redes de relações de fidelidade de compra de mudas com os produtores, não só de Vargem Grande como também de bairros vizinhos. Além disso, a ampliação do nível de conhecimento básico até o técnico, onde se qualificou como técnico em informática, investiu na elaboração de um canal de divulgação *on line* das mudas que produzia. Com a informatização do empreendimento, Adriano reduzia o tempo utilizado pelos produtores com o deslocamento até a estufa para aquisição das mudas. O contato telefônico também foi outro recurso incorporado pelo jovem produtor para reduzir os custos e o tempo de realização do pedido e entrega das mudas aos compradores. Aos 23 anos, Adriano já quitou a dívida da parte do financiamento adquirido para construção da estufa. Essa condição relativamente favorável de acesso a rendimentos pela condição de produtor não é uma situação recorrente dentre os produtores. Pelo contrário, Seu Claudeci reconheceu que o *filho teve muita sorte*, já que tendo iniciado as atividades durante o verão, poucos produtores conseguiam colher. Com a queda na oferta de produtos, os preços subiam, o que favoreceu o filho que pode atribuir maior preço às mudas produzidas nesse período.

Sem querer dar conta da diversidade de trajetórias de ascensão social reconhecidas pelos jovens pela elaboração de projetos distanciados da condição agrícola, chamo também atenção para os casos de relativo insucesso.

V.3.b Projetos que *deram errado*: casos de falência e suicídio entre jovens

Ao estar atenta às condições em que os jovens se lançaram na elaboração de novos projetos de reprodução social, pude perceber que as condições da unidade familiar no atendimento às demandas de consumo interferem no projeto elaborado pelo jovem. Os casos eleitos para demonstrar a relativa impossibilidade do grupo familiar em assegurar os recursos financeiros necessários exigidos pelo filho jovem, para investir na carreira como produtor hidropônico, permitiu destacar algumas questões que considero fundamentais ao reconhecimento do caráter marginal que tem nutrido algumas concepções sobre o trabalho como agricultores.

A compreensão dos princípios de orientação das ações de elaboração de outros vínculos produtivos desse jovem produtor, já falecido, veio ao meu conhecimento pela atenção aos sistemas de acusações que orientavam as conversas direcionadas a um determinado grupo familiar. Outros entrevistados integrados a essa rede de parentesco e alguns por relações de vizinhança me apresentavam versões diversas, cada qual colocando em evidência padrões de comportamento e idealizações da unidade familiar a qual integrava o jovem.

Ruan, 41 anos, reconhecido pelos pais e pelos demais familiares como *alguém que sempre trabalhou muito*, é avaliado pelos demais interlocutores como *alguém que sofreu muita injustiça*. A ambiguidade das avaliações expressas pelos interlocutores chama atenção para a situação de crise em que se encontrava Ruan quando investiu no novo empreendimento. Após anos de trabalho dedicado às lavouras de hortaliças do pai, quando manifestado o desejo pelo casamento, aos 16 anos, passou a receber uma participação mensal nos ganhos alcançados pela comercialização da produção. Anteriormente à expressão desse desejo, *nada recebia do pai além da comida e casa para morar*. Durante os anos de trabalho dedicado à lavoura do pai, a frequência à escola era secundarizada, principalmente no período de maior demanda de utilização de mão de obra, das colheitas das hortaliças, da preparação dos *molhos* de folhas e da preparação das caixas para transporte pelo atravessador. Seu Anderson e Dona Flávia, pais de Ruan, mencionaram que mesmo faltando muito às aulas, o filho concluiu o ensino fundamental, já em período noturno.

Com rendimentos relativamente escassos, conforme mencionaram os entrevistados sobre esse período, o jovem investiu na construção de uma estufa de hidroponia. Nesse

período, aproximadamente em meado da década de 1980, Seu Anderson contava com a ajuda de trabalhadores para tocar as lavouras, mas não podia dispensar a mão de obra do único filho em condições de trabalhar. No final de 1990, Ruan se casa e construiu casa em terreno cedido pelo pai. No entanto, esse processo de antecipação do direito da herança ao filho não foi consensual. Segundo Seu Anderson, ainda se dedicando às atividades produtivas pelo desenvolvimento de lavouras de *hortaliças* na maior parte do terreno, foi relutante em ceder uma parte do terreno para a construção da casa. Como avaliaram, alguns tios e a mãe de Ruan interviram até que o consentimento fosse alcançado. Com isso, o jovem se manteve na unidade familiar em condições de subordinação ao pai, não apenas pela cessão da terra para construção como também pela manutenção do trabalho que realizava nas lavouras do pai.

As dificuldades relativas à manutenção da condição do produtor de hortaliças frente às oscilações do preço desses produtos no mercado agrícola já foram mencionadas anteriormente. No entanto, chamo atenção para a instabilidade em que a nova unidade familiar constituída por Ruan se estabeleceu. Projetando-se para si condições relativamente mais favoráveis e autônomas de reprodução e objetivando ampliar o atendimento das demandas de consumo da unidade doméstica, ele investe na produção de mudas hidropônicas.

Ao manifestar o interesse pela atividade especializada de produção, Ruan novamente não recebeu o apoio moral e financeiro do pai. Dona Flávia se recusou a divergir do julgamento do marido. Contando apenas com o apoio moral da esposa, Claudineia, 40 anos, doméstica, se lançou em outras redes de relações para obtenção dos recursos necessários à construção da estufa e aquisição dos instrumentos de trabalho e insumos para iniciar a atividade produtiva.

O crédito financeiro foi obtido por financiamento no Banco do Brasil de Teresópolis e, por tal recurso, assumiu dívida mensal relativamente alta, comparativamente às despesas que as lavouras em canteiros exigiam. Demais recursos, como encanamentos, adubo e sementes especiais foram adquiridas por crédito em comércio do próprio bairro.

A versão apresentada por Seu Anderson sobre o investimento do filho colocou em evidência a falta de conhecimento do filho para tocar o novo empreendimento; no entanto, os entrevistados que integravam essa rede familiar (conforme apresentado na Figura 2), chamavam atenção para a capacidade de Ruan no aprendizado de novas funções. As dificuldades enfrentadas na produção das primeiras mudas hidropônicas são expressas pela

impossibilidade de lidar com as oscilações do clima. Diante desse quadro, Ruan experimentou a primeira situação de prejuízos.

Sem recursos financeiros necessários à continuidade da produção das mudas, o entrevistado incorpora recursos que a esposa havia acumulado na posição de empregada doméstica, por trabalho realizado em casa de família de empresários em Teresópolis. Nesse período, o casal ainda sem filhos, podia reduzir o consumo de utensílios domésticos e demais itens da alimentação considerados como supérfluos, segundo mencionou Claudineia.

Retomando os investimentos na estufa, o jovem permaneceu por alguns poucos anos nessa condição de produtor especializado. Há aproximadamente 10 anos, Ruan enfrentou mais uma crise desencadeada pelo aumento da produção de hortaliças que resultou na baixa do preço desses produtos no mercado agrícola. Segundo avaliaram, os preços eram tão irrisórios que inviabilizou, na maior parte dos casos, a continuidade da condição de produtores em muitas unidades de produção em Vargem Grande. Os efeitos dessa crise, no entanto, não se restringiram aos produtores de *hortaliças* em canteiros.

A parceria entre produtores de hortaliças e os produtores de mudas em estufa, tal como já mencionado anteriormente, era recorrente em Vargem Grande. Inúmeros eram os casos de produtores que, para acelerar o processo de desenvolvimento das lavouras e reduzir a intensidade da força de trabalho para preparação das sementes, segundo eles considerado o momento de maiores perdas, adquiriam as mudas já estabelecidas e comercializadas por esses produtores especializados. A valorização das mudas hidropônicas pelos produtores assegurava a comercialização das mudas pelo produtor especialista. No entanto, o estreitamento desses vínculos entre produtores e as mudas de estufas colocava sob situação de enfrentamento de maiores riscos pelo atendimento restrito de produtores desse grupo. Como mencionou Seu Anderson, o filho só vendia mudas para produtores de Vargem Grande.

Quando da situação de baixa dos preços, os produtores que haviam adquirido as mudas para pagamento após a comercialização não puderam quitar suas dívidas. Diante disso, Ruan, sem dispor dos recursos financeiros necessários ao atendimento das dívidas firmadas junto ao banco e ao comércio de insumos agrícolas, além da impossibilidade de acesso a recursos que pudessem dar conta das despesas que havia constituído, o jovem põe fim a sua vida.

O ato do suicídio é comentado por praticamente todos os entrevistados da família Silva com um tom de revolta. Os interlocutores mencionaram que o acidente poderia ter sido

evitado, caso o filho se sentisse acolhido pela família, o que chama atenção para o rompimento do vínculo de pertencimento de Ruan ao grupo familiar. O ato foi realizado em casa abandonada em terreno vizinho ao lote dos pais. Ao lado do corpo, afirmaram, havia um bilhete supostamente escrito por ele com uma mensagem de despedida: *como não tinha onde cair morto, fui cair no terreno do vizinho.*

O constrangimento enfrentado por Anderson, contudo, não é reconhecido como o único caso de acúmulo de perdas pela oscilação do preço das hortaliças no mercado. Durante o período de realização do trabalho de campo, pude tomar conhecimento de diversas situações em que, impossibilitados de gerirem os limites no acesso a recursos necessários à manutenção da posição, afiliam-se a outras redes produtivas.

Pelo que mencionaram Seu Anderson e Dona Flávia, o trabalho na lavoura possibilita ao produtor maior autonomia para gestão dos imprevistos, principalmente pela diversificação da produção e controle dos recursos a serem incorporados ao processo produtivo. No caso do investimento realizado pelo filho, o casal de produtores avaliou que *a estufa dava muita despesa mensal. Às vezes, um cisquinho entupia as tubulações de irrigação e perdia tudo. A semente era especial, adubo, remédio. Era muita despesa.*

Ao percorrer outras estufas abandonadas em Vargem Grande, pude compreender que os efeitos dessa suposta crise provocada pela baixa dos preços afetaram igualmente outros projetos de reprodução social como produtores da muda hidropônica.

Os casos de relativo insucesso são também decorrentes de investimentos para ampliação das possibilidades de ganho de recursos pelo produtor. Em alguns casos, como o que destaco a seguir, o filho mais velho de Kasuo Chimiso, Gaspar, 40 anos, produtor, incorporou a essa função que desempenhava, o trabalho de agente de comercialização. A aquisição do caminhão pelo jovem produtor, ainda solteiro, viabilizou a aquisição de rendimentos relativamente mais favoráveis às situações em que se manteve subordinado aos *atravessadores.*

Gaspar, tendo sido socializado desde a infância no trabalho na lavoura com os pais, reconhece que teve preferência por permanecer ao lado da família e seguir com o trabalho nas lavouras (avaliação de tom acusatório sobre a trajetória valorizada pelo irmão que investiu na formação escolarizada e atualmente se integrou ao serviço público federal como agrônomo). Com o pai já idoso e sem dispor de condições de saúde para se manter como produtor, Gaspar assume a gestão das lavouras de hortaliças, se especializando na produção de variedades de alface. (Figura 30)

Figura 30 - Canteiros de alface hidropônica, Vargem Grande, Teresópolis (RJ), 21013

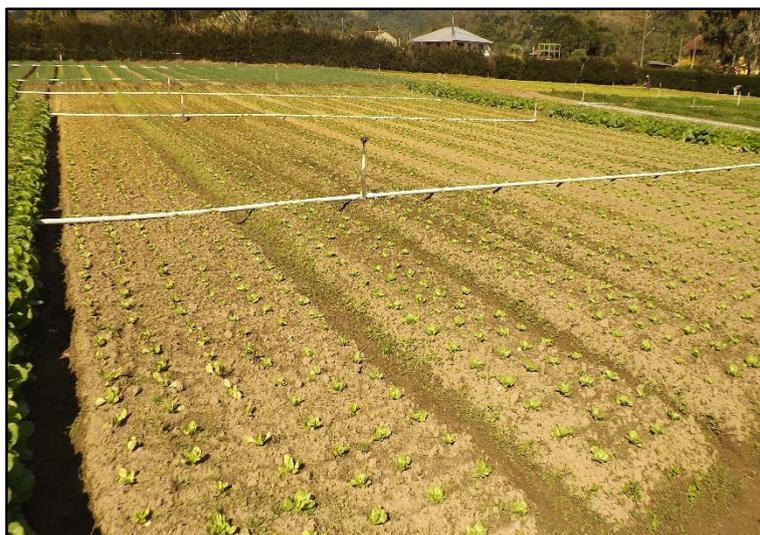


Foto de Priscila Tavares dos Santos. Junho de 2013.

Na década de 1990, como produtor e comerciante da própria produção, o jovem constituiu vínculo matrimonial com Amanda, aproximadamente 35 anos, professora do ensino particular pré-escolar em Vargem Grande. Com o casamento, as viagens até o Rio de Janeiro para comercialização da produção de alfaces seguiram em períodos intercalados pela constituição do vínculo de parceria com o tio paterno. Gaspar era responsável pelas viagens semanais até a Ceasa-RJ e o tio cuidava das entregas aos finais de semana. No entanto, a chegada do primeiro filho do jovem casal, provocou novas alterações na organização do trabalho que desempenhava como agente da comercialização. As idas ao Rio de Janeiro eram paulatinamente reduzidas até que as redes de compradores passaram a dar preferência de compra aos fornecedores que cumpriam uma rotina diária de entrega de produtos agrícolas.

A projeção de si como agente da comercialização correspondia às possibilidades de maximização de rendimentos pela autonomia com que podia realizar a comercialização. Desde 2009, Gaspar interrompeu por completo as viagens até os centros de abastecimento no Rio de Janeiro. A versão que me apresentou chamou atenção para as alterações provocadas pelo casamento e pela chegada do primeiro filho na unidade doméstica.

A esposa, vinda de outra cidade do estado, não encontrava em Vargem Grande outro vínculo de parentesco com quem pudesse dividir as aflições emocionais, que recaíam quase que integralmente sobre Gaspar. Além disso, o primeiro filho do casal nasceu com deficiência física que lhe impedia a locomoção. Nos primeiros meses do nascimento do filho,

em que a mãe podia atender as necessidades alimentares pelo aleitamento materno durante o período de licença maternidade, o jovem produtor ainda se arriscou em algumas idas ao Rio de Janeiro. Encerrado esse período, a esposa na condição de assalariada, tinha que cumprir carga horária fixa de trabalho semanal, não podendo cuidar integralmente do filho.

Nessas condições, Gaspar retoma as atividades na lavoura até então deixadas sob gestão prioritária do tio e abandona o projeto como agente da comercialização. Segundo avaliou, a condição de produtor agrícola permitia, naquele momento, maior flexibilização do horário de trabalho e, considerando a proximidade das áreas de lavoura à residência, podia se afastar do local de trabalho para acompanhar o filho por diversas vezes ao longo do dia.

Mesmo avaliando negativamente as condições em que se mantém na posição de produtor de hortaliças, Gaspar investiu na produção de diversas variedades de alface, *novidades que aprendeu na mesma loja em que adquire suprimentos e demais insumos agrícolas*. As novas mudas são experimentadas em canteiros testes e, pelo processo de tentativa-erro, elege aquela que melhor se desenvolveu no tipo de solo que tem no terreno.

Relativamente às demonstrações anteriormente realizadas, os processos de mudança por mim valorizados nesse capítulo correspondem aos investimentos que os jovens realizaram pela ampliação do quadro de instituições e de possibilidades de constituição de vínculos de trabalho. Como valorizei, nem a carreira profissional pela afiliação ao sistema escolar, nem a negação da condição de agricultores podem ser tomadas como formas antagônicas de reprodução de jovens. A diversificação de constituição de vínculos profissionais é inerente a condições situacionais de acesso a recursos institucionais, mas também de mão de obra, tempo disponível e capacidade de tolerância e enfrentamento de contratempos.

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo me dedicado, por situação de pesquisa anteriormente elaborada, à compreensão de modos de produção e de transmissão de conhecimento prático e construção de estilos de vida entre agricultores assentados, refleti sobre as condições situacionais em que eles elaboravam projetos de vida em negociação com as possibilidades de desenvolvimento das lavouras. Como demonstrei, os projetos assim elaborados, em consonância aos contextos situacionais, exprimiam ainda o sistema de diferenciação social entre esses assentados e o domínio do saber prático para manejo de sistemas produtivos.

A tentativa de ampliar o universo empírico da pesquisa me orientou para o estudo de caso entre agricultores hortigranjeiros situados no bairro de Vargem Grande, município de Teresópolis (RJ), que contavam com relativa tradição no desempenho de prática agrícola especializada. Comparativamente às condições consideradas para reprodução social dos agricultores assentados, nessa nova situação de pesquisa a problemática da reprodução se definia por proposições relativamente contrapostas. Diferentemente dos agricultores assentados, os hortigranjeiros de Vargem Grande contavam com recursos naturais (solo, água e clima) bastante favoráveis aos cultivos que realizavam, mas se projetavam sob imensas dificuldades de reprodução social na posição, alguns deles, os mais pessimistas, projetando uma breve extinção do próprio grupo. Colocados com maior ou menor preocupação diante desse quadro, eles construíram, com a minha presença de pesquisadora, aberta à escuta de pontos de vista e questões por eles construídas, oportunidade para não só refletir sobre o futuro sombrio que poderia sobre eles se abater, como também acentuar avaliações do mundo social que afinal se apresentava como em possível extinção. Convidaram-me então a refletir sobre processos de construção de si mesmos e a contextual diversificação de alternativas de trabalho a que se engajavam, organizando-se para dotar os filhos de percursos produtivos e posições sociais diferenciadas. Diversos deles por mim entrevistados, não se reconhecendo em investimentos para reprodução das condições de vida pautadas no trabalho agrícola, refletindo negativamente quanto à construção de identidade social enquanto agricultores, desfilavam tantos outros investimentos que colocavam em prática, mas tendo por base a atribuição de outros usos dos lotes de terra que lhes acenavam como herança ou mesmo de uso produtivo imediato. Neste caso, portanto, apropriação não mais restrita à capacidade produtiva dos recursos naturais. Inúmeros outros casos que vim a

conhecer apontavam para construção de trajetórias sociais de filhos e netos de agricultores que se constituíram em justificativa à contraposição dos reconhecidos limites que o trabalho dos pais e avós haviam assim demonstrado. As perdas totais de recursos, os momentos de penúria, as situações de doença e incapacidade para o trabalho, em virtude de limitações físicas aceleradas pelas próprias condições de labor eram desfiladas para demonstração das vantagens relativas do assalariamento formal. Exemplificando pelos percursos mais valorizados, também eram recorrentes as versões que destacavam trajetórias de ascensão social de membros das duas últimas gerações familiares que, investindo na elevação do nível de instrução escolar e referenciados pela ampliação do quadro de alternativas do mercado de trabalho, haviam acumulado condições de vida referenciais.

Diante dessas situações a mim insistentemente apresentadas durante a realização do trabalho de campo, aderi, pela reflexão acadêmica, ao estudo dos diferenciados projetos de reprodução social, seja enquanto agricultores correspondendo à projeção da instalação de filhos e netos nessa posição, como muitos assim se apresentavam, mas também as alternativas por eles construídas ou integradas mediante trabalho prévio de reconversão de posições, as quais anteriormente se lhes anunciavam à escolha como possivelmente certas e socialmente reconhecidas.

Investi ainda no levantamento de contribuições etnográficas, principalmente aquelas que foram elaboradas pelo registro das condições sociais de vida e produção dos hortigranjeiros, procurando, em plano mais amplo, compreender as alternativas de constituição e reprodução dessa posição em outros casos. Também acentuei leituras que me facilitassem o encaminhamento da análise sobre processos de mudança social mais intensos, situando o caso por mim estudado entre outros tantos dotados de desdobramentos próximos ou diferenciados. Por tal investimento, relativamente limitado, considerando o tempo para produção e sistematização dos dados de pesquisa em enquadramentos de apresentação de tese, tive acesso a diversos estudos de caso entre agricultores que, todavia, restringiam à análise ao desempenho da atividade agrícola e, em alguns deles, terminavam por pressupor um fim para essa prática, tanto que vem se consagrando neste campo de estudos, neologismos absolutizantes como “desagriculturação”, especialmente para o caso do estado do Rio de Janeiro.

Entre os agricultores de Vargem Grande, outras alternativas e motivações se apresentavam: eles se posicionavam relativamente diante da ampliação do quadro de possibilidades, algumas delas decorrentes de arranjos contingenciais que colocavam em

prática, não só pelo enfrentamento de condições diferenciadas de comercialização dos produtos agrícolas, como também segundo princípios de afiliação familiares e vicinais que estavam sendo relativamente modificados.

Para dar conta da variedade de ocupações que me apresentaram, expressas no leque de atividades que realizavam, não apenas aquelas voltadas prioritariamente ao atendimento das necessidades de consumo familiar, como aquelas que ofereciam maiores rendimentos relativamente à produção agrícola, passei a refletir sobre a construção do objeto de pesquisa, pelo qual pudesse dar conta desses processos de mudança que, genericamente, abarcavam: condições diferenciadas de acesso a recursos privados e públicos, produtivos e reprodutivos, incorporados e organizados por ações orientadas à constituição intergeracional dos membros da família, não necessariamente agricultores.

A adoção da perspectiva processualista para apreensão de dados e construção de questões permitiu a compreensão de alguns dos fatores e ações intervenientes que exprimiam a alteração de padrões de produção, da percepção de agricultores e de seus familiares frente aos universos sociais que os conectam em mundos especiais, em conformidade à projeção de redes de relações que vão sendo tecidas ou de fatores organizacionais da vida social por eles exaltados. Por tal postura analítica pude valorizar a constituição de diferenciados campos de ação, conforme contribuição de Oliveira Filho (1988: 13), como princípios objetivantes das ações dos Ticuna em situação de tutela pela instituição de assistência e proteção a este grupo indígena, segundo condições situacionalmente cambiáveis de orientação dos modos de apropriação de recursos propiciadores da diversificação ou não de estratégias de inserção produtiva e reprodução social desses grupos familiares.

Ao me dedicar à demonstração das condições de constituição na posição de agricultor segundo campos de ação, sintonizada pelo trabalho de Oliveira Filho (1988), valorizei fluxos de ações na constituição de alianças, contraposições e rearticulação de estratégias orientadoras de práticas diferenciadas de agricultores. Longe de pressupor uma totalidade dos fatores organizacionais da vida social desses agentes sociais, pude então compreender não apenas os fatores intervenientes nas unidades de produção, mas as condições de sua exploração, de comercialização da produção e as condições de elaboração de projetos de vida conforme a ampliação dos quadros institucionais e diversificação de setores de atividades que se inter cruzam no atual contexto do estado do Rio de Janeiro e também da sociedade brasileira.

Diante desse arcabouço teórico-metodológico, detalhado na introdução e nos dois primeiros capítulos da tese, a partir do terceiro capítulo dedico-me ao exercício de demonstração dos processos constitutivos dos produtores de Vargem Grande expressos em diferenciados campos de ação, segundo Oliveira Filho (1988). A conclusão pela análise de três campos distintos correspondeu à valorização analítica de princípios diferenciados de afiliação e de demarcação de espaços de ação desses agentes sociais, conforme as redes sociais por eles tecidas, alteradas ou superadas.

O reconhecimento de fatores situacionais valorizados pelos agricultores na elaboração de projetos para si e para filhos e netos propiciou-me a compreensão da diversidade de possibilidades de constituição de vínculos produtivos. Permitiu ainda que eu paulatinamente acompanhasse as tensões e os processos de questionamento dos caminhos já percorridos e de valorização de outros investimentos para os filhos, comparativamente aos limites impostos quando da condição de trabalhadores agrícolas.

Considerar a diversidade de possibilidades de constituição de projetos de reprodução social valorizados por esses produtores, ademais, não corresponde ao reconhecimento de um fim para esse modo de vida particular. Tal como refletiu Felix (2009), os produtores realizam inúmeros investimentos para obtenção de recursos situacionais valorizados como necessários para garantia e manutenção de uma determinada posição social, agricultores se as condições lhes são propícias. (Felix, 2009: 254)

Atenta às narrativas a mim apresentadas, pude reconhecer que os agricultores não projetam para si posições considerando apenas as facilidades de acesso a terra ou a recursos internos à unidade de produção. A atividade agrícola se desenvolve num amplo espectro de ação e de quadro de alternativas onde fatores correspondentes a universos sociais mais amplos são igualmente relevantes para sua realização, exigindo uma análise para além da unidade produtiva ou grupo doméstico, no caso desses hortigranjeiros, para as complexas e arriscadas condições de comercialização de produtos altamente perecíveis e que chegam ao mercado mediante grande concorrência, inclusive de agentes e ações imprevistas.

A agricultura, todavia, aparecia como alternativa privilegiada de reprodução quando o campo de possibilidades correspondentes às interdependências dos setores produtivos era relativamente restrito ou de conexões a serem construídas. Os diferentes graus e tipos de interdependência social, no contexto, se coadunavam a aspectos contingenciais e fluidos de universos sociais interconectados. Além disso, os fluxos de investimentos na constituição de redes pela expansão de relações econômicas e a valorização da autonomia dos jovens foram

aspectos fundamentais à compreensão dos processos de deslocamento social dos produtores e seus familiares.

No terceiro capítulo da tese, dediquei-me à demonstração dos princípios agregadores da comunidade de agricultores, valorizando a hegemonia de relações personalizadas entre eles. Esse campo é demarcado pela proclamação da autossustentabilidade como racionalidade social orientadora da reprodução social de agricultores e seus familiares. A compreensão desse campo foi possível pela valorização de situações em que esses agricultores vivenciaram contextos socioeconômicos privilegiadamente dependentes do acesso a terra e da comercialização de produtos agrícolas. A defesa da autonomia familiar na gestão de processos produtivos e a abertura relativa para o mercado de restritos produtos agrícolas contribuíam para que os agricultores elaborassem para os filhos projetos que assegurassem a reprodução dessa condição, no contexto uma das poucas à altura das ações e projetos deles. O fechamento relativo às condições de apropriação de recursos públicos, como por exemplo a escola, e ao comércio de produtos agrícolas, só pode ser compreendido quando da análise contrastiva às situações históricas que eles delinearam como constitutivas das condições de socialização no percurso de trabalhadores agrícolas em Vargem Grande.

No capítulo seguinte, numa segunda tentativa de demonstração das possibilidades de construção de redes de inter-relações pelos agricultores de Vargem Grande, dei prosseguimento às atribuições para compreensão de casos de agricultores que se distanciaram do desempenho de atividades agrícolas e também daqueles casos de agricultores que, diante da afiliação ao mercado institucionalizado desses produtos, se especializaram no plantio de hortaliças.

A possibilidade de afiliação a essas redes de comercialização por tais agentes sociais correspondeu aos investimentos que foram realizados no estado do Rio de Janeiro, tanto em relação à centralidade do processo de urbanização e correspondente crescimento populacional, como também considerou Leal (2005), mediante estudo de caso junto a agricultores do Rio da Prata (RJ). Por esses avanços, demonstrou processos intervenientes na conversão de agricultores tradicionais em orgânicos, em atendimento às demandas do mercado de outros tantos produtos. Posteriormente, chamou atenção para a produção de nova demanda social de consumo de espaços ambientais protegidos, os constrangimentos no acesso a terra, recurso nesse caso valorizado como fundamental à continuidade dos projetos elaborados enquanto agricultores.

No caso por mim valorizado, a apropriação da rede de infraestrutura criada pelo governo para atendimento às demandas de consumo e de abastecimento do Rio de Janeiro, como foi o caso das Ceasa e da rede de rodovias e ferrovias estaduais, mas também de processos de valorização de novos hábitos alimentares e de construção de novos consumidores, permitiu aos agricultores em Vargem Grande se especializarem no plantio de hortaliças para comercialização.

Ao orientarem a produção para o atendimento desse mercado consumidor relativamente emergente, se depararam com os limites impostos pela elevada perecibilidade desses produtos, pela distância entre as áreas de produção e os locais privilegiados de consumo. Para enfrentar essas limitações, muitos deles se lançaram na constituição de redes personalizadas de comercialização, pelas quais passaram a valorizar formas relativamente mais facilitadas de conversão do valor monetário de hortaliças, encontrando assim, frente aos limites dados, possibilidades de melhoria de rendimentos. Por tal rede de afiliações, alguns agricultores investiram na construção de carreiras como comerciantes desses produtos, seja como intermediários ou como vendedores diretos, em condição esporádica ou relativamente duradoura de manutenção desses vínculos.

Os inúmeros entraves que se colocam às condições de reprodução social de agricultores que se afiliaram às redes de mercado de produtos agrícolas talvez tenham orientado os autores que se dedicaram a estudar os agricultores, principalmente durante as décadas de 1960 a 1980, a valorizar a questão da comercialização como problemática impositiva em suas análises. Essas reflexões, por mim já demonstradas no decorrer desse texto, foram realizados por Galvão (1962) e Becker (1966), que consideraram o papel do Estado na tentativa de organização das redes de comercialização de produtos agrícolas.

Inúmeros outros autores, da década de 1970 até final da década de 1990, aproximadamente, passaram a considerar as problemáticas decorrentes da valorização de áreas de produção como oportunidades de consumo de residências secundárias, mediante a valorização de estudo de caso entre agricultores situados em regiões periféricas da região do entorno de áreas urbanas dedicadas à produção de hortaliças.

Por tais análises, chamaram atenção para as redes de consumo de turismo de residência que, principalmente em municípios da região serrana do estado, desde a década de 1950, atuavam como fatores de mudança. Nesses casos, não apenas alterando o valor atribuído a terra, como oferecendo as condições necessárias à construção de um novo quadro de comercialização, orientado ao atendimento aos sistemas hoteleiros e às residências

secundárias (formas privilegiadas de consumo de condições climáticas correspondentes a períodos de verões mais amenos e de invernos mais intensos), como demonstraram autores como Musumesci (1987); Schiavo (1996) e Carneiro (1999) também igualmente referidas neste trabalho.

No Capítulo V, prossigo no exercício de demonstração de processos constitutivos de agricultores expressos em campos de ação segundo a diversificação das possibilidades de uso da terra, recurso anteriormente prioritário à manutenção da condição de produtor. A ampliação do valor atribuído a esse recurso para outros fins que não aqueles voltados à produção de gêneros alimentícios ou para construção de casas, comparativamente às situações por mim valorizadas como diferenciadoras dos campos de ação anteriores, é expressão dos fluxos de ações para atendimento aos consumidores de estilos de viver em espaços sociais afastados dos problemas dos grandes centros urbanos. A produção do desejo de consumo ambientais influenciou a dinâmica de Teresópolis mediante a disponibilização de serviços voltados ao atendimento de formas de consumo do lugar, como expressos pelas redes hoteleiras, pousadas, resorts, campos de *golf* e haras, empreendimentos avaliados pelos produtores como um dos efeitos de avaliação mercantil da terra.

As redes de afiliações também puderam ser por mim diferenciadas pela valorização da condição de autonomia dos jovens na elaboração de deslocamento social para si. A expansão do quadro de instituições públicas, comerciais e de prestação de serviços estimulou os jovens a se lançarem em setores do mercado profissional e na constituição de vínculos formais de assalariamento, contando para tanto com certa aquiescência dos pais que projetavam para os filhos, não as vantagens relativas da posição do agricultor, que lhe assegura autonomia na gestão do processo de trabalho e subsistência saudável e farta, como tão insistentemente destacavam os entrevistados, mas previam a realização de desejos próprios ou a construção autônoma de si como referência ou padrão de educação contextualmente valorizado.

Pela atenção às projeções realizadas pelos jovens no sentido do aumento do nível de instrução, pude reconhecer as possibilidades de abrangência do espaço social segundo as condições de expansão das redes de relações que estabeleciam entre si e ainda, contrastivamente, ao avaliarem os percursos de membros de outras gerações, especialmente pais e avós.

Tendo me dedicado à análise de processos de diferenciação social de agricultores conforme o sistema de posições alcançado nos grupos domésticos, pude colocar em questão

não apenas a posição de agricultor, como a centralidade da unidade de produção e as redes de comercialização como um dos diversos dramas vividos pelas situações de construção de projetos diferenciados de reprodução social. A compreensão dos princípios e recursos básicos criados e incorporados pelos agricultores de Vargem Grande em processo de constituição de si e reprodução em universos próprios de integração só foi possível porque valorizei, em todos os casos, as condições em que foram socializados e as opções individualmente projetadas por filhos e netos, projeções que se construíam em consonância com novos recursos institucionais e modos de organização social da sociedade que eles se reconhecem envolvidos.

Ao valorizar campos de ação individuais e coletivos, pude compreender que as fronteiras espaciais correspondem a apreensões em conformidade à projeção e fatores organizacionais da vida social de agricultores por mim selecionados para exercício de demonstração mediante interpretação de dados de pesquisa. Tomando em consideração a capacidade de agenciamento desses agricultores na constituição de projetos de reprodução, que se expressam e se expandem pelos quadros de possibilidades de sua elaboração, deverei retomar analiticamente o fluxo de ações, proposição que esteve limitada pela finitude do tempo de elaboração da tese, mas não de finalização de projeto profissional da carreira enquanto pesquisadora. Para tanto, torna-se necessário recolocar aos agricultores de Vargem Grande outras questões pautadas nessas a que estive instigada que apresentei no decorrer do texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABCSEM. Associação Brasileira do Comércio de Sementes e Mudas. **Projeto para o levantamento dos dados socioeconômicos da cadeia produtiva de hortaliças no Brasil**, 2010/2011.

AZEVEDO, Osvaldo Benjamin de. O comércio carioca: sua função regional e sua posição no âmbito nacional. A rede bancária. In: **Aspectos da Geografia Carioca**. Rio de Janeiro: IBGE, 1962: 125-150.

BABO SEDLACEK, Guilherme. **Companhia de Estrada de Ferro Therezopolis: uma empresa do encilhamento em meio à política republicana fluminense (1890-1895)**. [Dissertação]. Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2012.

BECKER, Bertha. O mercado carioca e seu sistema de abastecimento. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 2, p. 129-156, 1966.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERNARDES, Nilo. Notas sobre a ocupação humana da montanha no estado da Guanabara. In: **Aspectos da Geografia Carioca**. Rio de Janeiro: IBGE, 1962: 187-210.

BIAZZO, Pedro Paulo. Revisitando as paisagens fluminenses: imaginações geográficas, representações do espaço e disputas de identidade. In: MARAFON, Glaucio José e RIBEIRO, Miguel Angelo (Orgs.). **Revisitando o território fluminense II**. Rio de Janeiro: Gramma: 2008: 41-62.

BOURDIEU, Pierre. A lógica da prática. In: **O senso prático**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011: 133-163.

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Hortaliças**. Brasília: MAPA/Secretaria Executiva, 2011.

CAMPOS, Helena Guimarães. **150 anos da Estrada de Ferro Central do Brasil (1858-2008)**. [Online]. Disponível em: http://www.ongtrem.org.br/artigos/arquivos/5/artigo_150_EFCB.htm. Acessado em 23/03/2015.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, p. 53-75, 1998.

- CEASA. **Sistema de consulta de preços.** [Online]. Disponível em: <<http://www.ceasa.rj.gov.br>>. Acesso em: 10 de março de 2015.
- CEASA/RJ. Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S.A. **Calendário de comercialização de hortícolas.** Rio de Janeiro: CEASA-RJ, 2015.
- CEASA/RJ. Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S.A. **Conjuntura de mercado.** Rio de Janeiro: CEASA/RJ, 2013.
- CERTEAU, Michell de. **Artes de fazer. A invenção do cotidiano.** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAMBOREDON, Jean-Claude et LEMAIRE, Madeleine. Proximité spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement. **Revue Française de Sociologie**, n. 11, p. 3-33, 1970.
- CHAMBOREDON, Jean-Claude. Proximité spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement. **Revue Française de Sociologie**, v. 11, p. 3-33, 1970.
- CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas.
- GRAZIANO DA SILVA, José e STOLCKE, Verena. **A questão agrária.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1981: 133-146.
- CLEMENTE, Flávia M.V.T.; HABER, Lenita L. (Eds.). **Horta em pequenos espaços.** Brasília: Embrapa, 2012.
- CRUZ, Rodrigo Pennutt da e SANTOS, Priscila Tavares dos. Artigos publicados cuja perspectiva analítica contempla estudos de gênero e mundo rural. In: **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos.** Niterói: Alternativa, 2013b: 403-410.
- CRUZ, Rodrigo Pennutt da e SANTOS, Priscila Tavares dos. Relação de títulos (dissertações e teses) afiliados ao campo de estudos no mundo rural. In: **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos.** Niterói: Alternativa, 2013a: 403-410.
- CUNHA, Haroldo Lisboa de. **Teresópolis, essa eterna e deliciosa desconhecida.** Rio de Janeiro: mimeo., 1959.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.

- EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições práticas de um povo nilota**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1978.
- FELIX, Gil Almeida. Os vira-mundos e a condição camponesa. In: NEVES, Delma Pessanha et alii. (Orgs.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas dirigidas de constituição do campesinato**. v. 2. São Paulo: Unesp/ Brasília: Nead, 2009: 239-262.
- FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Agricultores a agroindustriais. Estratégias, adaptações e conflitos. **Reforma Agrária**, v. 25, n. 2-3, p. 86-113, 1995.
- FERREIRA, Jurandyr Pires (Org.). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XXII. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.
- FORTES, Meyer. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. **Cadernos de Antropologia**, n. 5, Brasília: UnB, 1974.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas**. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FUSCO, Fabrício Marini. Nem o céu, nem a terra: reflexões sobre a relação rural/urbano. In: MARAFON, Glaucio José e RIBEIRO, Miguel Angelo (Orgs.). **Revisitando o território fluminense II**. Rio de Janeiro: Gramma: 2008: 17-40.
- GALESKI, Boguslaw. **Basic concepts of rural sociology**. Manchester: University Press, 1972.
- GALVÃO, Maria do Carmo Correia. Aspecto da geografia agrária do sertão carioca. In: **Aspectos da Geografia Carioca**. Rio de Janeiro: IBGE, 1962: 171-186.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 13 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GEERTZ, Clifford. **O saber local. Novos ensaios em Antropologia interpretativa**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- GEIGER, Pedro Pinchas. Esboço da estrutura urbana da área metropolitana do Rio de Janeiro. In: **Aspectos da Geografia Carioca**. Rio de Janeiro: IBGE, 1962: 81-104.
- GEIGER, Pedro Pinchas. MetrÓpole do Rio de Janeiro e suas funções atuais. In: **Aspectos da Geografia Carioca**. Rio de Janeiro: IBGE, 1962: 65-80.
- GODOY, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de e MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Vol I**. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009.
- GREGÓRIO FILHO, Genésio. **Transformações da estrutura produtiva: a questão ambiental na horticultura de Campo do Coelho-Nova Friburgo-RJ**. [Dissertação].

Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras e híbridos: palavras-chave da Antropologia Transnacional. **Mana**, v. 3, n. 1, p. 7-39, 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agrícola de 1960**. Brasília: IBGE, 1960.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário do Estado do Rio de Janeiro**. Brasília: IBGE, 1970.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário do Estado do Rio de Janeiro**. Brasília: IBGE, 1975.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário do Estado do Rio de Janeiro**. Brasília: IBGE, 1980.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário do Estado do Rio de Janeiro**. Brasília: IBGE, 1985.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário do Estado do Rio de Janeiro (1995-1996)**. Brasília: IBGE, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. Brasília: IBGE, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Brasília: IBGE, 1956.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento de 1920**. Brasília: IBGE, 1920.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral do Brasil**. Brasília: IBGE, 1940.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Relatório da Diretoria Geral de Estatística**. Brasília: IBGE, 1908.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares. As razões do improvável**. São Paulo: Ática, 1997.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Serra**. Rio de Janeiro: Bibl. Geogr. Brasileira, 1950.

LEAL, Pedro Fonseca. **Agricultores orgânicos do Rio da Prata (RJ): luta pela preservação social**. [Dissertação]. Mestrado em Antropologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1998.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. São Paulo: Cosac Naif, 2003.
- MELO, Paulo César Tavares de. **Definições e critérios de classificação de hortaliças**. São Paulo: Esalq/USP, 2013. Mimeo.
- MESQUITA, Mirian Gomes Coelho. Aspectos geográficos do abastecimento do Rio de Janeiro em gêneros alimentícios de base. In: **Aspectos da Geografia Carioca**. Rio de Janeiro: IBGE, 1962: 225-244.
- MONBEIG, Pierre. **O Brasil. Coleção Saber Atual**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1958.
- MUSUMESCI, Leonarda. **Pequena produção e modernização da agricultura: o caso dos hortigranjeiros no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ipea, 1987.
- NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil. vol II**. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009.
- NEVES, Delma Pessanha e CRUZ, Rodrigo Pennutt da. Campos temáticos de estudo de relações de gênero em dissertações e teses. In: **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013: 357-392.
- NEVES, Delma Pessanha e MARIN, Joel Orlando Bevilaqua (Orgs.). **Campesinato e Marcha para Oeste**. Santa Maria: UFSM, 2013.
- NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros. In: FERNANDES, B. M., MARQUES, M.I.M., SUZUKI, J.C. (Orgs.). **Geografia Agrária teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 211- 270.
- NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Reforma Agrária**, v. 25, n. 2 e 3, p. 21-36, 1995.
- NEVES, Delma Pessanha. Diferenciação sócio-econômica do campesinato. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 220-241, 1985.
- NEVES, Delma Pessanha. Getúlio Vargas e os muitos *oestes* brasileiros: colônias agrícolas no estado do Rio de Janeiro. In: NEVES, Delma Pessanha e MARIN, Joel Orlando Bevilaqua (Orgs.). **Campesinato e Marcha para Oeste**. Santa Maria: UFSM, 2013a: 82-117.
- NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e pequenos produtores de cana. Estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

- NEVES, Delma Pessanha. **Mulheres em Santarém: alternativas de vida**. Vol. 1. Niterói: Alternativa, 2014.
- NEVES, Delma Pessanha. Mundo rural e relações de gênero. In: **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013b: 393-402.
- NEVES, Delma Pessanha. O associativismo e a comercialização agrícola: dilemas do processo de assentamento rural. In: FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. (Orgs.). **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. São Paulo: Uniará, 2008, v. 1, p. 172-219.
- NEVES, Delma Pessanha. **O associativismo e a comercialização agrícola**. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Idaco, 2008.
- NEVES, Delma Pessanha. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista**. Niterói: Ed. UFF, 1997.
- NEVES, Delma Pessanha; SANTOS, Priscila Tavares dos; CRUZ, Rodrigo Pennutt da. Introdução: inventariando o campo temático da articulação gênero e campesinato. In: **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013: 347-356.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. Desenvolvimento e povos tradicionais. In: IVO, Anete Brito Leal *et alii* (Coords.). **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas**. São Paulo: Annablume, 2013: 123-129.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. **Laranja e lavoura branca. Um estudo das unidades de produção camponesa da Baixada Fluminense**. [Dissertação]. Mestrado em Antropologia Social, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. **O papel social do antropólogo. A aplicação do fazer antropológico e do conhecimento disciplinar nos debates públicos do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **“O nosso governo”. Os ticuna e o regime tutelar**. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- PIANA, Airton. **Agricultura orgânica. A subjacente construção de relações sociais e saberes**. [Dissertação]. Mestrado em Ciências sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- PINTO, L.A. Costa. Região metropolitana do Rio de Janeiro. In: **Aspectos da Geografia Carioca**. Rio de Janeiro: IBGE, 1962: 151-168.

PORTALTERE. **Guia de compras, serviços, informação e lazer da cidade de Teresópolis-RJ**. [On line]. Disponível em: <http://www.portaltere.com/Historia3.html>. Acessado em 20/02/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS. **Lei complementar nº 79, de 20 de outubro de 2006**. Rio de Janeiro, 2006.

QUARESMA, Maisa dos Reis. Educação e processo de aculturação nas colônias japonesas do Brasil (1908-1974). In: **V Congresso Brasileiro de História da Educação: o ensino e a pesquisa em história da educação**. UFS, Sergipe, 2008.

REZENDE, João Batista; CASTRO, A.R. de; STARLING, M.B. de L. Os problemas da comercialização de hortigranjeiros na região metropolitana de Belo Horizonte. **Análise e Conjuntura**, v. 8, n. 2/3, p. 43-56, 1993.

RFFSA. **Rede Ferroviária Federal S/A**. [On line]. Disponível em: <http://www.refer.com.br/novosite/?fin=rffsa>. Acessado em 18/01/2015.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Priscila Tavares dos. **A luta com a terra no assentamento Che Guevara (RJ): produção e transmissão de conhecimentos entre assentados**. [Dissertação]. Mestrado em Antropologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SANTOS, Priscila Tavares dos. GOODY, Jack. A domesticação da mente selvagem. Petrópolis: Vozes, 2012. **Antropolítica**, n. 34, p. 229-235, 1º sem., 2013.

SANTOS, Priscila Tavares dos. **Luta com a terra na luta pela terra: produção de conhecimento entre assentados do Projeto de Assentamento Che Guevara (Campos dos Goytacazes/RJ)**. Niterói: Alternativa, 2014.

SANTOS, Priscila Tavares dos. **Luta com a terra na luta pela terra: produção de conhecimento entre assentados do Projeto de Assentamento Che Guevara (Campos dos Goytacazes/RJ)**. Niterói: Alternativa, 2014.

SARTI, Cynthia Andersen Sarti. **A família como espelho. Um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Fapesp/Editores Associados, 1996.

SCHIAVO, Sylvia França. **Sendas da transição. Descendentes de suíços em Nova Friburgo-RJ**. Niterói: Eduff, 1999.

- SEABRA, Rogério dos Santos. Redes de distribuição de produtos agrícolas: o papel dos supermercados. In: MARAFON, Glaucio José e RIBEIRO, Miguel Angelo (Orgs.). **Revisitando o território fluminense II**. Rio de Janeiro: Gramma: 2008: 63-81.
- SEABRA, Rogério dos Santos; MARAFON, Gláucio José. **Considerações sobre o CEASA-RJ: comercialização agrícola no estado do Rio de Janeiro**. Mimeo. 2004.
- SEBRAE. **Informações socioeconômicas do município de Teresópolis**. Rio de Janeiro: Sebrae, 2011.
- Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **Relatório de Inspeção. Área atingida pela tragédia das chuvas. Região Serrana do Rio de Janeiro**. Brasília: MMA, 2011.
- SOUZA, Rubens Antonio Mandetta de *et alii*. Comercialização hortícola: análise de alguns setores do mercado varejista de São Paulo. **Informações Econômicas**, v. 28, n. 10, p. 7-24, 1998.
- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Estudos socioeconômicos dos municípios do estado do Rio de Janeiro: Teresópolis**. Rio de Janeiro: TCE, 2011.
- UNESCO. **Mensagem da UNESCO para o Dia Internacional da Alfabetização**. [Online]. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/unesco_message_for_the_international_literacy_day/#.UkMYxIaTgjs>. Acesso em: 22/08/2015.
- VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e impérios alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Rio Grande do Sul: EFRGS, 2008.
- VIEIRA, Armando. **José Augusto Vieira, a estrada de ferro e a cidade de Therezopolis**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1934.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Revista Reforma Agrária**, v. 25, n. 2-3, p. 37-57, 1995.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- WEBER, Florence. **Trabalho fora do trabalho. Uma etnografia das percepções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- WELCH, Clifford A.; Malagodi, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S.B. e WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. v. 1. São Paulo: Unesp; Brasília: Nead, 2009.
- WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.